

PANDEMIA E TERRITÓRIO

**ALFREDO WAGNER
ROSA ACEVEDO
ERIKI ALEIXO**

PANDEMIA E TERRITÓRIO

Rosa Elizabeth Acevedo Marin	Jordeanes do N. Araújo
Roque de Barros Laraia	Eliana Teles
Otávio Velho	Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira
João Pacheco de Oliveira	Maria Alice da Silva Paulino
Henri Acselrad	Karapãna
Ilka Boaventura leite	Jardeline dos Santos Costa, Kokama
Claudia Puerta Silva	Alicia Dorado Rosales
Jesús Alfonso Flórez López	Álvaro Ipuana Guariyü
Aurélio Vianna Jr	Ana Isabel Márquez Pérez
John Comerford	Isabela do Amaral Sales
José Sergio Leite Lopes	Rita Neves
Marcia Anita Sprandel	Silvia Zaccaria
Patrícia Maria Portela Nunes	Bruna Cigaran da Rocha
Cynthia Carvalho Martins	Selma Solange Monteiro Santos
Emmanuel de Almeida Farias Júnior	Edielso Barbosa dos Santos
Ana Pizarro	Edvando Jesus Vieira
Ana Carla dos Santos Bruno	Elaíze Farias
Altaci Corrêa Rubim	Elionice Conceição Sacramento
Maria Fernanda Salcedo Repolês	Esteban Torres Muriel
Oswaldo Martins de Oliveira	Estefanía Frías Epinayú
Ricardo Verdum	Fatima Epieyú
Vânia Fialho	Suellen Andrade Barroso
Raphaelle Servius-Harmois	Sandro José da Silva
Glademir Sales dos Santos	Esmael Siqueira Rodrigues
Raquel Mombelli	Gardenia Ayres
Jurandir Santos de Novaes	Gean de Almeida
Txai Terri Vale de Aquino	Hosana Santos
Luiz Antonio de Castro Santos	Ilana Magalhães
André Luiz Freitas Dias	Roberto Carlos Amaya Epiayú
Claudina Azevedo Maximiano	Uta Grunert
Franklin Plessmann de Carvalho	Davi Pereira Junior

Clayton de Souza Rodrigues
Ítala T. Rodrigues Nepomuceno
Vinícius Cosmos Benvegnú
Eriki Aleixo de Melo
Reginaldo Conceição da Silva
Marcos Alan Costa Farias
Murana de Oliveira Arenillas
Nicolas A. Victorino R.
Elielson Pereira da Silva
Riccardo Rella
Whodson Silva
Aline Radaelli
Danilo da Conceição Serejo Lopes
Gilberta Acselrad
Felipe Pereira Jucá
Ernandes Herculano Saraiva
Guilherme José Sette Junior
Angelisson Tenharin
José Roberto Jesus da Silva Cravo
Poliana Nascimento
Ariene dos Santos Lima
Geoclebson Pereira
Jeane Sacramento
José Luís Souza de Souza
José Omir Siqueira
Juliane Gomes de Souza
Luan Arruda
Bruno Lopes do Nascimento
Cândido Firmiano
Lucas Antônio Macedo
Luiza dos Santos Reis
Marcelo Horta Messias Franco

Maria Delma Portilho Brito
Maria Jaidene Pires
Max José Costa e Costa
Ana Moura
Maxwell Marques Mesquita
Anthony Lisboa
Miguel Ramírez Boscán
Sandro Henrique Lôbo
Nelson Ramos Bastos
Maria da Penha Silva
Quênia Barreto da Silva
Jakeline Romero Epiayú Manuel Moura
Rafael Matos
Francisca Gárdina dos Santos Lima
Roberto Mendonça
Rosamaria Santana Paes Loures
Rosângela Brito
Flávia Vieira
Glebson Vieira
Taisa Lewitzki
Thiago Alan Guedes Sabino
Tiane Souza
Uine Lopes de Andrade
Peppe Assurini
Vânia Conceição Sacramento
Walter Calado
Alfredo Wagner Berno de Almeida

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA
ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN
ERIKI ALEIXO DE MELO

PANDEMIA E TERRITÓRIO

2020

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acserald – IPPUR –UFRJ, Brasil

Charles Hale – University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

Aurélio Vianna – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil

Sérgio Costa – LAI FU, Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida – UEMA/UEA, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Pizarro – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de
Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

Claudia Patricia Puerta Silva – Professora Associada – Departamento de
Antropologia – Facultad de Ciências Sociales y Humanas – Universidad de
Antioquia

Zulay Poggi – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES–
Universidad Central de Venezuela

Maria Backhouse – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie –
FriedrichSchiller-Universitätjena

Jesús Alfonso Flórez López – Universidad Autónoma de Occidente de Cali -
Colombia

Roberto Malighetti – Professor de Antropologia Cultural – Departamento
de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de
Milano-
Bicocca

Copyright© Autores

Equipe de organização e edição:

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Eriki Aleixo de Melo

Capa: Phillipe Teixeira

Diagramação: Phillipe Teixeira

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

ISBN E-book: 978-65-00-05793-5

Ficha catalográfica:

P189 Pandemia e Território / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Eriki Aleixo de Melo. – São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.

1226 p.:il.

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

ISBN E-book: 978-65-00-05793-5

1. Pandemia. 2. Território. 3. Povos e comunidades tradicionais. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marin, Rosa Elizabeth Acevedo. III. Melo, Eriki Aleixo de. IV. Título.

CDU 316 + 614.4

Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia –
Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA/UEMA)

Cidade Universitária Paulo VI – Caixa Postal 09 – São Luís/MA. Fone (98)
3245-5461 Fax (98) 3245-5882

TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA CALHA DO RIO TOCANTINS: AS BARREIRAS DE PROTEÇÃO NA PANDEMIA

Jurandir Santos de Novaes⁴³³
Rosa Elizabeth Acevedo Marin⁴³⁴
José Omir Siqueira⁴³⁵
Maria Delma Portilho Brito⁴³⁶
Thiago Alan Guedes Sabino⁴³⁷
Lucas Antônio Macedo⁴³⁸

Introdução

Situa-se o segundo semestre de 2019, durante trabalho de pesquisa no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)⁴³⁹, no quilombo Calados, município de Baião. As preocupações tinham como eixo a nova intervenção anunciada da construção da hidrovía Tocantins-Araguaia e os efeitos sociais e ambientais acumulados com a UHE Tucuruí. Havia nas narrativas dos quilombolas de Calados uma resistência ao estado de lassitude que percebem na saúde das lideranças dos anos 80 e 90 que são vítimas de doenças “crônicas”, “degenerativas”, não sem provocar nos que abordaram esses temas, uma insatisfação pela patologização de suas idades e vidas,

433. Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), na Faculdade de Ciências Econômicas - FACECON e no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão-(UEMA); Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA.

434. Professora Titular da UFPA/PPGDSTU/NAEA/PPGA e colaboradora no PPGCSPA/UEMA. Pós-doutorado na Université de Québec à Montreal, Canadá e no IHEAL, França.

435. Presidente da Associação de Remanescentes de Quilombo das Comunidades de Calados e Caranãzal. Baião – PA.

436. Graduanda do Curso de Etnodesenvolvimento. Faculdade de Etnodiversidade. Campus de Altamira-Universidade Federal do Pará. Liderança do Quilombo São José de Icatu. Baião/Mocajuba. Pará

437. THIAGO ALAN GUEDES SABINO. Geógrafo, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, na Faculdade de Geografia.

438. Graduando do Curso de Direito da Faculdade Ideal - FACI

439. Projeto de Pesquisa: Estratégias de Desenvolvimento Mineração e Desigualdade: Cartografia Social dos Conflitos que Atingem Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia e no Cerrado, apoiado pela CLUA no âmbito do PNCSA.

como veremos mais adiante. Problematizam a falta de saúde e sublinham as profundas transformações do rio Tocantins que anunciaram e continuam provocando doenças. Contrariam essas suas leituras dos seus corpos e do meio à medicina e sua visão dicotômica de “normal” e “patológico”? (CANGUILHEM, 2009).

Nos diversos comentários cismaram sobre as questões de saúde. A falta de alimentos por ter escasseado, cada vez mais, o peixe do rio Tocantins é indicado sem enunciar uma situação social de penúria ou fome. Também referiam que as terras estavam tomadas pelo plantio de pimenta de reino, mais recente algumas áreas de dendê. Experiências agrícolas de diversificação que favoreciam autossuficiência e diversidade alimentícia ficaram de fora diante o avanço de cultivos comerciais de valor elevado, embora instável.

A saúde é questão central para essas famílias que possuem estratégias e ações para se cuidar, com graus de autonomia por motivos diversos: falta de uma infraestrutura médica, condições sanitárias, custos de serviços, mas também os distanciamentos dos poucos serviços e dos seus prestadores na cidade, que podem ter menos identidade com esse mundo cultural e produz na medicação alopática a única possibilidade. As curadoras, as parteiras, as benzedeadas, os que cuidam de ossos possuem saberes que mobilizam apoio material e afetivo em situações de doença e dos perigos à vida saudável.

A alimentação e água são indispensáveis para corpos sadios e as narrativas situam o oposto de doenças, entranhadas com o meio, com o ambiente antes não identificadas com tanta frequência⁴⁴⁰. Quais são as palavras para narrar as doenças, a percepção da saúde, que reflete no corpo e rompe a fronteira do indivíduo e da política setorial, e ao mesmo tempo está no centro? E como isso é possível?

440. Canguilhem realiza a crítica do “normal” e o “patológico” na Medicina. Nesta referência elabora uma sentença perspicaz para pensar a relação natural entre saúde e meio: “A saúde é uma margem de tolerância às infidelidades do meio” e a partir do qual explica a necessidade do normal na consciência humana. Ainda, expõe: “O homem só se sente em boa saúde — que é, precisamente, a saúde — quando se sente mais do que normal, isto é, não apenas adaptado ao meio e às suas exigências, mas, também, normativo, capaz de seguir novas normas de vida” (CANGUILHEM, 2009, p.78-79).

As doenças mencionadas, sejam as experimentadas ou potenciais são reportadas aos efeitos dos projetos de infraestrutura na região, à insegurança, à morte da floresta por desfolhantes químicos e por afogamento. E sobretudo, pela imprevisibilidade do que ocorreria com as suas vidas ao ser implantada a UHE-Tucuruí. Há uma memória de ameaças que se anunciavam ao alterar um modo de vida, a relação com os recursos naturais que, com segurança, tinham controle e uso:

Na época, também, o homem falava: vai ter muito câncer, vai ter esquistossomose, vai ter barriga da água, cirrose. Aí, o câncer, quem diria que essa quantidade de câncer. Só aqui, nós temos três gente. Se nós falar, quem já sofreu de câncer aqui? Eu digo, a minha mulher, o Brito, entendeu? Por quê? Por causa dos grandes problemas, dos grandes impactos, da grande poluição. Pra nós discutir aqui que eles estão matando o mato com agente de laranja e nós sem nem saber o que era e eu não sei nem o que é hoje, um grande veneno. Enterraram grande parte (da floresta) porque não tiraram do lago e hoje já amoleceu e desceu e nós bebemos. A gente fazia campanha pra mulherada não lavar a roupa no rio quando vinha a borra grande na água, mas, infelizmente, nós não tinha água em terra. As nossas esposas, as nossas meninas iam pra lá lavar sentadas na água, naquela poluição imunda. (Sebastião Guimarães de Souza, Mesa de Debate em Calados, Oficina de Cartografia Social)

E a Prelazia de Cameté que é a nossa prelazia, ela dava essas informações pra nós, as consequências que nós ia ter referente a essa bendita barragem e está aqui. Deu diarreia, catapora, que estou com uma neta lá com catapora lá em casa. E, que agora, está na moda o câncer né, bem na moda. E o que a gente vê essa palavra de câncer. Esses dois falaram que eles estão e eu estou com uma irmã que está agora lá em Belém, está de câncer. Cega e de câncer. (Sr. Raimundo Dias Campelo, quilombola de Cardoso)

Esse aqui nos dá mais uma visão de como nós vive hoje. Nós mudamos nosso hábito de viver porque, por causa de muitos impactos que aconteceu aqui. Por exemplo, vocês desenharam o rio lá e vocês desenharam ele azulzinho, não foi? O rio Tocantins hoje, ele é barrento, não é mais azul, Vocês sabem disso? Antes a gente tomava banho nesse rio Tocantins sem sujo, sem medo de pegar nenhuma doença, a água era limpinha, vocês não conheceram. A gente olhava de cima do trapiche, você enxergava lá no fundo do rio. Hoje, se você mergulhar, você não enxerga mais o outro rio. O que aconteceu? O rio secou. Vocês não viram o rio fundo, mas era muito fundo aqui, passava navio. Hoje, só passa rabeta e o rio secou. Apareceram muitas praias, aí, as ilhas, caíram à metade. Vocês não sabem, mas a nossa criação de boi era nas ilhas. A gente criava na ilha o boi, o porco. Tirava a borracha. Um bocado de coisa que a gente fazia, a gente não faz mais. A gente culpa a construção da barragem. Hoje, com o fechamento da barragem que aconteceu. São impactos causados pela barragem. O modo de vida nosso, ribeirinho, mudou, muitos migraram pra roça. A gente chama de roça, de centro, de colônia. (Rubens Leite Medeiros, quilombola de Caranânzal)

No rio, o que eu observo é essa história que todo o tempo a gente vem conversando né, que é barragem, que já se acabou com muitas qualidades de peixe que tinha antigamente (Getúlio Dias da S. Medeiros, quilombola de Calados)

Aqueles que permaneceram, pela força e garra estabeleceram uma relação de luta pela continuidade dos seus modos de vida, mais experimentam outra forma de ser jogados no “liquidificador chamado humanidade” na alusão de Ailton Krenak (2019, p. 9). Ficaram nos seus lugares para assistir impávidos a morte por asfixia dos peixes no rio⁴⁴¹, todos espantados quando muda a elevação da cota do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, do rio perder suas águas e formar-se grandes ilhas, a erosão das margens e os alimentos tornarem-se escassos, somente obtidos com muitas horas de trabalho.

441. Entre as narrativas de pescadores descrevem a morte dos peixes, a destruição dos bancos de desova.

Dessa forma, escrever sobre os significados atribuídos ao tempo da pandemia, não se reduz às normas, aos modelos de prevenção que se inscrevem na tecnologia hegemônica. Os atos de cuidar os corpos é um relato fractal do histórico de perdas, do silêncio imposto face aos danos vivenciados é evocado a cada contato, a cada possibilidade de manifestação e de articular os discursos de vidas em comunidade, que ativam solidariedades e, ao mesmo tempo, vivem as tensões do mundo perturbado sob o efeito de contaminação, óbitos e medos. Buscou-se conhecer: quais os significados da pandemia para os quilombolas de Calados, Cardoso, Vila Dutra, Caranânzal, mas também com os quilombolas de Umarizal, São José de Icatu?

Redes de comunicação entre comunidades e pesquisadores

O trabalho de campo realizado no segundo semestre de 2019 está sendo utilizado como contraponto ao trabalho de pesquisa feito nos moldes de uma comunicação telefônica, isto é, várias ligações ao vivo, mensagens, áudios e fotografias, como ocorre nesse tempo de pandemia. A relação de pesquisa face à ultrapassagem da velocidade da contaminação por Covid 19 no Pará, especialmente, em pequenas cidades e povoados entra em um turbilhão de notícias. Os sinais da crise de saúde pública, de sedes municipais com casos verificados, como em Barcarena, Abaetetuba e Tucuruí fizeram acelerar o temor que os povoados sempre têm de doenças de rápida propagação. Esse temor relaciona-se à precariedade da infraestrutura sanitária nas sedes e a total ausência nos povoados e comunidades. Nesse exercício de contraponto inserem-se uma fala e uma fotografia.

Na reunião realizada no quilombo Calados, o senhor Raimundo Dias Cardoso, que mora na vila de Cardoso, distância de 2 quilômetros entre ambos, referia essa precariedade:

Nós temos aqui uma situação que vocês já viram essa situação. Uma situação muito difícil que nós temos prefeito que fica no gabinete, mas, pode vocês pegarem essa estrada aqui mesmo nessa estrada veja essa imundície que nós temos dentro, é buraco por cima de buraco e prefeito não dá a menor confiança. E cadê nós aqui de Calados? Cadê nós de Cardoso? Cadê os meus professores? (Raimundo Dias Campelo, quilombola de Cardoso)

Na vila Cardoso, em outubro passado registramos a fotografia da obra inconclusa de um Posto de Saúde. Foi mencionado que a obra foi paralisada há “três anos pelo menos pela Prefeitura de Baião”. O prédio com mais de 20 metros de frente, teria consultórios e enfermarias. Na conversa com os moradores, eles lamentaram o abandono e explicaram que: “eram coisas de prefeitos que não dão conta dos seus atos, começam obras não terminam, não justificam”.



Figura 01: Construção abandonada de Posto de Saúde em Cardoso, Baião. Foto: Thamirys di Paula Cassiano de Matos, 25 de outubro de 2019).

Nas observações de campo de diversas comunidades quilombolas confere-se a ineficácia de administrações municipais, portanto, Baião não é caso único. Mas poucas comunidades receberam um prédio do Posto de Saúde do apresentado na fotografia. Expõe-se aqui o desleixo para as necessidades de infraestrutura hospitalar e atendimento médico dirigido a esses grupos. Fatos dessa ordem cobram uma crítica mais radical aos governos municipal e estadual que agem na mira de interesses político-eleitoreiros, apontados impacientemente pelos agentes sociais. Na emergência da pandemia de Covid 19 foi frisado pelo senhor José Omir Siqueira Rodrigues sua utilidade:

O Centro de Saúde era pra ser do Cardoso, seria agora nesse momento e em todos os momentos, seria uma obra muito bem-vinda, porque as comunidades próximas não iam ter que ir lá na cidade tomar uma vacina, um medicamento, ele já ficaria aqui perto, ia no Cardoso fazer isso. Então, o que tá faltando dentro dessas comunidades? (José Omir Siqueira Rodrigues, entrevista gravada em 11 de abril de 2020)

Os argumentos reforçam a precariedade e o (des)planejamento dos governos locais que negligenciam realizar análises das realidades locais e das possibilidades de orientar ações, recursos humanos e financeiros:

A dificuldade maior que nós temos na nossa comunidade hoje, é esse impacto, a dificuldade é a estrutura, nós não temos estrutura, temos um posto, mas não tem remédio, não tem nada, então, se Deus livre e guarde acontecer um problema desses, claro que vai ser (...) não tem nem palavras, porque é uma coisa que eu gosto de lidar com essas pessoas (na comunidade), conversar com essas pessoas, e não tenho palavra não, porque a saúde pra nós é muito precária (José Omir Siqueira Rodrigues, entrevista gravada em 11 de abril de 2020)

Uma Comissão: diálogos para organizar a proteção

É possível entender como situações de pandemia, com a imprevisibilidade do evento epidemiológico desconhecido pelas Ciências venha a ser enfrentado em condições ditadas por biopolíticas⁴⁴². Entretanto, o que as “populações” pensam, decidem, organizam, a sabendas, que são alvo de políticas contra sua integridade física e social? Exemplifica-se com o debate sobre a utilização do tratamento de pacientes infectados por coronavírus com o medicamento hidrocloroquina que se tornou uma política do executivo federal (Mandatário, Ministério de Saúde) e empresas enquanto essa mesma instância ataca-se ou balanceia em relação ao isolamento social. Por que os quilombolas escolheram o isolamento social, comunitário e territorial? Algumas percepções encontram-se em mensagens, entrevistas, e documentos mais sofisticados como os Decretos.

No dia 15 de abril o Senhor José Omir Siqueira Rodrigues enviou um áudio à pesquisadora indagando que poderia fazer para “proteger” o território e especialmente, as pessoas de maior idade que tem “diabetes”, “câncer”. As inquietações diziam respeito à capacidade do grupo de pôr em prática ações de prevenção com isolamento da comunidade:

Bom dia, aqui, sabe, é seu amigo. Bom dia mesmo! Como a senhora está? Como é que a senhora está passando? Dona, é o seguinte: - eu estou aqui na comunidade e eu queria uma opinião sua, por que fizemos um trabalho aqui na comunidade, eu queria saber da senhora como é que se faz, porque é o seguinte: - esses dias fizemos um trabalho aqui esses dias na nossa comunidade, fechando a nossa comunidade para as pessoas que vinha de fora. Então veio o poder público com um edital dizendo que essas pessoas de dentro da cidade pode trafegar, pode passear dentro do nosso interior, da nossa comunidade quilombola. Então, eu como presidente, organizei uma reunião grande com a comunidade, e decidimos que não, que essas pessoas não podem ficar indo e voltando dentro da comunidade sem

442. Mbembe destaca o conceito de Foucault: “na biopolítica, governar era dirigir as condutas da população de modo geral” (2016, p. 123).

estar fazendo alguma coisa, por que a senhora sabe, quando chega sexta, sábado e domingo aqui dentro da comunidade, as pessoas vêm para passear e para beber, para se divertir, que eu falo, eles dizem que bebida é divertíssimo. Então, isso aí para nós, nós não estamos querendo que esse pessoal entre dentro da nossa comunidade, e o poder público agora com esse edital dizendo que as pessoas podem trafegar dentro da nossa comunidade quilombola. Então, eu estou pedindo essa ajuda para a senhora, para senhor me dá uma resposta, como eu posso fazer pra mim impedir essas coisas aí, ninguém quer passar por cima da lei, jamais isso aí, mas a gente quer fazer, não é que seja uma lei dentro da comunidade, mas uma coisa que seja mais respeitosa pra gente não passar por cima da lei. Por que assim como fizeram o edital, os vereadores podiam chamar principalmente, não estou dizendo que eu seja muito importante, mas podiam vir me chamar pra mim vir participar minha comunidade, como seria a lei que eles iriam implantar como seria o edital. Então, eu queria que a senhora me ajudasse sobre isso.

Esta mensagem trazia uma inquietação na comunidade e o pedido de orientação de parte de alguns membros da equipe. Como responder? Não ser invasivo, não violentar simbolicamente, a despeito do pedido espontâneo do agente social. De posse do Decreto da BAMBAE⁴⁴³, do território quilombola de Jambuaçu por outra pesquisadora da equipe, referente ao município de Moju/Pará, foi disponibilizada para o Sr. José Omir Siqueira o referido decreto na ideia de que seu uso fosse pertinente. De outro lado, de Calados, no quilombo São José de Icatu perguntava-se como estava a situação de saúde e os cuidados. As informações vinham de discentes que moram em povoados, vilas e comunicaram abertamente notícias e fotos. A disponibilidade para essas ações corresponde a articulações que primam por solidariedade.

443. Coordenação das Associações Quilombolas do Território do Jambuaçu - Moju/PA CNPJ:10.550.876/0001-65 - DECRETO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU - BAMBAE, Nº 01/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Seguidos os contatos com o quilombo de Calados se estabeleceram inicialmente condições de possibilidade para realizar uma entrevista aberta com o Sr. José Omir Siqueira Rodrigues, que contou com apoio de sua filha Camila Miranda Siqueira, estudante de direito na UFPA, no tempo e na forma por estes desejados, concluída entre 11 e 15 de maio. Os pontos indagados foram gravados em áudios e vídeos que foram transcritos pela equipe e quando surgiram dúvidas retomaram-se questões, esclarecimentos e consentimentos. Em 15 de abril de 2004, a Prefeitura de Baião (que conta com 47.446 habitantes⁴⁴⁴), não havia manifestado nenhuma posição de forma discutida com a comunidade.

O desconforto expresso com a posição do poder municipal era patente no momento de difusão na imprensa da existência de uma pandemia no mundo e sobre a qual a comunidade toma contato sob uma avalanche de informações que provocaram insegurança diante do imponderável.

As ideias de “Fechamento”, de “construção de barreiras”, de “restrição das viagens para a cidade, de visitas, de festas e jogos” circularam entre os quilombos, e de forma mais imediata em aqueles com maior proximidade com sedes municipais. Os quilombolas de Jambuaçu fecharam dois pontos da chamada “Rodovia Quilombola” e estabeleceram controle nos ramais internos. Os quilombolas de Salvaterra conseguiram fechar as comunidades e fechar o território.

A decisão de construir barreiras permite evitar o trânsito de pessoas externas à comunidade, e criar regras para deslocamentos de pessoas da comunidade, aparece como a medida mais imediata. No quilombo de Calados procedeu-se à construção de uma *barreira* que foi analisada pelos Sr. José Omir, como resultado de uma passagem necessária pela organização de uma Comissão, com procedimentos de comunicação, convites, reuniões, consentimento, assinatura de concordância e tomada de decisão sobre os passos a seguir:

444. IBGE Cidades, Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/baiao/panorama>. Acesso em 15/05/2020.

Um impacto muito grande, porque a gente jamais pensava que um dia a gente ia passar por esse momento, então Esse momento pra nós foi um momento muito triste, hoje nós estamos assustados aqui dentro da nossa comunidade e também o que nós trouxemos aqui pra dentro foi fazer essa barreira e prevenir as pessoas, conversar com elas pra eles entenderem e assim mesmo tá sendo difícil, mas a comunidade tá assustada, a maior parte tá assustada (...) A gente começou por uma comissão, essa comissão, uns entraram outros saíram⁴⁴⁵ e ficou essa comissão, então o apoio hoje da comunidade, como sendo presidente do quilombo, eu fui na casa de todo mundo, de todas as pessoas dentro das suas casas e pedi que eles dessem um respaldo pra gente, pra fazer esse trabalho, então, o respaldo que eu tive, peguei a assinatura deles e trouxe pra dentro da comissão, então, a comunidade através dessa assinatura começou a dar um respaldo melhor pra barreira.



Figura 02: Instalação da *Barreira* em Calados, Baião. Foto: Karolaine Miranda Siqueira, quilombola de Calados, estudante de Engenharia Sanitária e Ambiental na UFPA, Campus Tucuruí, maio de 2020

445. Sr. José Omir Siqueira informa que se retirou por um período por questões internas à comissão e também relacionadas à sua saúde. Há conversas no sentido do seu retorno. No momento colabora, segundo seu relato, como *comunitário* e nas funções de Presidente da Associação de Remanescentes de Quilombo das Comunidades de Calados e Caranãnzal. Baião – PA.

A percepção de que a transmissão do vírus está relacionada ao contato, aos deslocamentos levou ao posicionamento diante da fragilidade da estrutura de saúde; posição apresentada pelo presidente da associação à comunidade:

Antes de mais nada, as pessoas que vêm vindo desses lugares aí e com o coronavírus chegando na cidade, essas pessoas vem vindo, vai chegando no Pará, agora chegou em Baião, então é isso que eu tenho pra falar, esses tão vindo através das pessoas que vem trazendo (...) nós temos que nos preparar pro pior, a preocupação que eu tenho é sobre isso, é a saúde em Baião, que não oferece nada pra gente, nada mesmo, então a preocupação da minha comunidade é essa, chegar até aqui e não ter pra onde ir pra buscar socorro (...)

A situação de *impacto* diante dos fatos noticiados na imprensa mobilizou para formação de uma comissão e instalação da *barreira* como medida de proteção à vida em um momento que suscita reflexão nos termos de Agamben (2020)⁴⁴⁶, que indaga se não estaria havendo uma concepção apocalíptica de fim do mundo, em que a saúde não é real, a saúde humana é a seu ver uma ficção em meio a um pânico que responsabiliza as pessoas pela sua proteção diante de uma sistema de saúde desestruturado, *desmantelado*. O Estado e as teses da globalização (SANTOS, 2000) se inscreveriam entre elementos de reflexão em que a inserção é desigual.

Comunidades quilombolas vizinhas a Calados também têm adotado medidas de proteção, como Vila Dutra e Vila Cardoso. O quilombo São José de Icatu, localizado entre Baião e Mocajuba, construiu *barreira* e relata as dificuldades para convencer e manter:

446. O filósofo Giorgio Agamben reflete sobre a situação italiana, analisa as medidas tomadas na Itália e apresenta a questão; em que medida a pandemia justifica medidas de restrição de liberdade e assim, ao levar a que as pessoas se recolham em casa, não estaria ocorrendo uma transferência de responsabilidade dos governos à população.

As situações por aqui estão bastante tensas. Meu quilombo está fechado para receber pessoas que não moram no território. Estamos com um portão de isolamento e algumas medidas internas e externas bem rígidas, com funcionamento de segunda a sábado das 05:30 às 20:00, com três turnos. Faço parte da comissão de prevenção e combate ao COVID- 19 do quilombo, e ultimamente estamos recebendo ameaças de agressões físicas de pessoas que não querem obedecer aos regulamentos necessários para o momento.

Estamos nas fronteiras dos dois municípios Baião e Mocajuba, essa semana tememos muito que o vírus chegue ao nosso quilombo. Pois apesar de Baião está em *lockdown*, Mocajuba está com aumento de casos diário descontrolados que já passam de 200 em menos de um mês. Sem contar que estamos no apoio de todas as outras comunidades quilombolas da região.

Fomos os primeiros na região a construir o portão de isolamento, então somos referências para todos os outros. E os desafios são inúmeros. Tem semana que não sei o que é dormir, pois as situações são agravantes e recorrente. Semana retrasada estávamos com uma situação lá com as comunidades da ARQIB⁴⁴⁷ (12 comunidades), em Baião. Madeireiros foram impedidos de passar no portão de uma dessas comunidade e ameaçaram a voltar na semana seguinte. Nossa foi um sufoco, mas graças a Deus eles não retornaram. Já tivemos comunidades que tiveram seus portões derrubados (nos municípios de Baião, Mocajuba e Cametá) com carros e moto serras por moradores que acham que tudo isso é bobagem, que estamos loucos. Enfim, não durmo mais e temo pela minha vida e dos demais companheiros. Ainda mais agora, que as viagens a Belém/Mocajuba estão liberadas, o que tem de pessoas que querem vim embora para os interiores dá até medo. Por um futuro sem dores profundo ao nosso povo, continuaremos na resistência. (Relato de Maria Delma Portilho Brito, 27 de maio de 2020)

447. Associação dos Remanescentes de Quilombo de Igarapé Preto e Baixinha.



Figura 03: Portão de isolamento do quilombo São José de Icatu, construído pela comunidade.
Foto: Maria Delma Portilho Brito, quilombola de São José do Catu, abril 2020

A possibilidade de identificar essa estratégia das comunidades tradicionais e quilombolas encontra-se no mapeamento e as fotografias que documentam essa prática de política de isolamento comunitário de prevenção.

Relato do discente Lucas Trindade, quilombola da Comunidade Umarizal, discente do Curso de Geografia da UNIFESSPA informa que definiu no início de maio, pela construção de duas barreiras para restrição de acesso de pessoas e de cargas pelo ramal e, também, pelo rio no início de maio. As barreiras são monitoradas pelos moradores da comunidade, sob regime de revezamento de turno, das 6 às 18 h. Foram definidas regras, como: a) Pessoas de fora da comunidade, que moram nas localidades no entorno, estão autorizadas a entrar somente para fazer compras nos mercados duas vezes por semana, sendo permitido o acesso de um membro por família; Quem é morador da comunidade, mas se encontra afastado antes de maio, está proibido de retornar; Ficam proibidas as viagens para as sedes municipais de Tucuruí, Baião e Cametá; Comerciantes e donos de estabelecimentos somente poderão buscar as cargas na barreira principal (Trevo do ramal da Transcametá), tendo que higienizá-las ali mesmo, antes de adentrar na comunidade.

Órgãos de saúde do município de Baião já estiveram por duas vezes na comunidade para verificar se havia algum caso suspeito para Coronavírus. E após notícias de aumento dos casos em Cameté e Tucuruí, municípios polos para onde se deslocam boa parte dos moradores da Vila em busca de serviços, as restrições na Vila de Umarizal ficaram mais rigorosas, como por exemplo, a fiscalização noturna. Em caso de desrespeito das normas tácitas estabelecidas, o foi estabelecida uma multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) para a comunidade.



Figura 04: Barreira no ramal de acesso à Comunidade Umarizal. Baião. Foto: Geysi Trindade quilombola, moradora da comunidade e discente do Curso de Geografia da UNIFESSPA, 29 de maio de 2020

A velocidade que assume a contaminação pelo COVID 19 é fator que mobilizou a atenção das comunidades tradicionais para a estratégia de construir as barreiras. Sem pretendermos detalhar este processo, o mapa a seguir contribui para elucidar o que está ocorrendo na região.

Em relação a variação de casos, alguns obtiveram variação superior à 7.900% no período de 26 de abril à 24 de maio, em razão de terem saído de zero caso confirmado para 79 casos nesse período, é o caso de Mocajuba. Outros municípios obtiveram um aumento percentual acima dos 100%, é o caso de Abaetetuba, Baião, Breu Branco, Cameté, Igarapé-Miri, Itupiranga e

No levantamento sistematizado e espacializado, os casos confirmados nos municípios da Calha do Rio Tocantins, verifica-se que muitos municípios já registraram mais de 500 casos da prevalência da COVID-19, são os casos: Abaetetuba (1.491 casos), Cametá (951), Marabá (516) e Barcarena (515). Já os municípios que registram menos de 100 casos, são: Novo Repartimento (14 casos), Nova Ipixuna (23 casos), Goianésia do Pará (25 casos), Breu Branco (26 casos), Itupiranga (52 casos), Jacundá (73 casos) e Baião (79 casos). Em situação com média prevalência de casos na região, destacam-se os municípios: Igarapé-Miri (471 casos), Tucuruí (259 casos), Mocajuba (165 casos) e Limoeiro do Ajuru (147 casos).

Em relação ao número de óbitos registrados como COVID-19, até a data do levantamento, ou seja, 24 de maio de 2020, muitos municípios já contabilizaram, mais de 50 mortes, foram os casos de Marabá (68 casos) e Barcarena (62 casos). Ambos, são os que apresentam os maiores números de óbitos e, por coincidência, são estes que possuem Grandes Projetos instalados nos seus territórios. Já nos demais, haviam falecidos por COVID-19, respectivamente: Abaetetuba (33 casos), Baião (3 casos), Breu Branco (5 casos), Cametá (31 casos), Goianésia do Pará (1 óbito), Igarapé Miri (10 casos), Itupiranga (1 óbito), Jacundá (2 óbitos), Limoeiro do Ajuru (5 óbitos), Mocajuba (5 óbitos), Nova Ipixuna (1 óbito), Novo Repartimento (2 óbitos) e Tucuruí (33 óbitos).

Ainda neste mapa é possível ter ideia da quantidade de localidades dispersas ao longo do rio Tocantins, em que muitas não dispõem de qualquer estrutura da rede de saúde pública para o enfrentamento da virose.

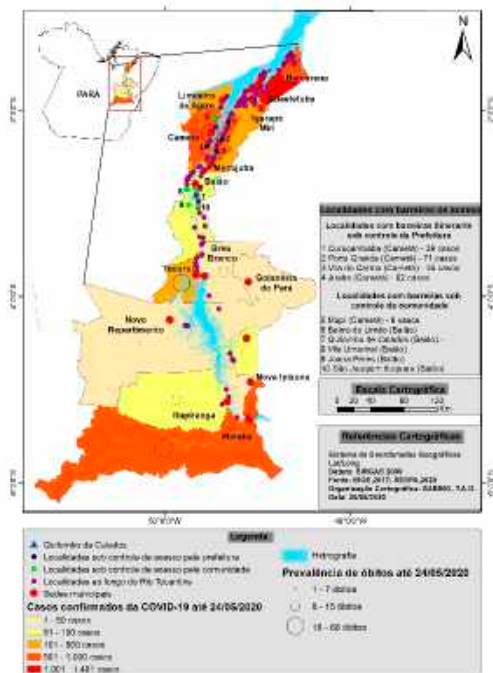


Figura 06: Mapa de casos confirmados de óbitos; prevalência de óbitos

Identificam-se iniciativas conflitantes de prefeituras municipais, que segundo relatos têm adotado procedimentos que se chocam com aquelas definidas pelas comunidades, conforme representação cartográfica apoiada no trabalho de pesquisa junto às comunidades, conforme exposto no início deste trabalho, e em fontes secundárias oficiais. Observa-se uma modalidade *itinerante*. As outras são aquelas definidas internamente às comunidades. O Governo do Pará e algumas prefeituras, decretaram o *lockdown*, que seria um bloqueio total de circulação de pessoas e funcionamento de atividades não essenciais. Na região em análise, os municípios que aderiram ao *lockdown*, são: Abaetetuba, Cametá, Baião e Tucuruí. Destas apenas Cametá e Abaetetuba, prorrogaram as restrições até o dia 31 de maio.

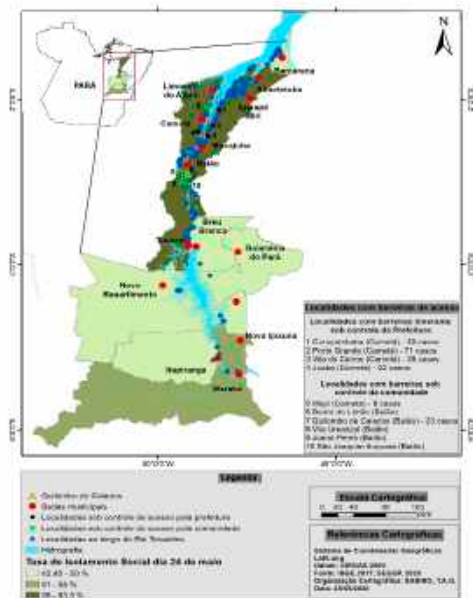


Figura 07: Mapa de barreiras sob controle da prefeitura e barreiras sob controle da comunidade; e taxa de isolamento social (Calha do rio Tocantins)

Decretos municipais: para a comunidade são *leis* externas

A cidade de Baião, sede municipal situa-se muito próxima do quilombo de Calados, possui uma infraestrutura hospitalar pública limitada. Baião integra a denominada 13ª Regional de Saúde, como uma das unidades administrativas da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Pará. A Regional tem sede na cidade de Cametá⁴⁴⁸, localizada a 105,6 quilômetros de Baião, cerca de duas horas e meia por via rodoviária (PA- 151). Calados, por sua vez, está a 18 quilômetros da cidade de Baião, pela *estrada do centro*, a CCL

448. A 13ª Regional de Saúde engloba os municípios de Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará. Disponível em: <http://www.saude.pa.gov.br/institucional/centros-regionais-de-saude/>. Acesso em 23 de maio de 2020.

(Calados, Cardoso e Limãozinho); e a 16 quilômetros pela estrada da beira, que margeia o rio. Em setembro de 2019, o diretor geral do hospital relata que conta com a seguinte estrutura:

Hoje, o hospital conta com 57 leitos. É relativamente pequeno para a população que ali mora. Nosso governador, juntamente com nosso secretário de Saúde, fizeram um levantamento, e prospecto aí uma reforma e ampliação que contemple 120 leitos. Nós estamos falando em um aumento de 100% no número de leitos, sendo 30 deles leitos de UTI para adultos e neonatal. Também o governador se comprometeu a dar tratamento em hemodiálise, que na nossa região não tem. A gente vai receber 30 máquinas de hemodiálise”, ressaltou Victor Cassiano, diretor-geral do hospital⁴⁴⁹.

No quadro 01, é possível verificar a oferta de leitos, leitos de UTI e médicos por municípios na região até março de 2020. Dado a realçar, o fato de que Cametá responde em termos administrativo por cinco municípios que compõem a 13ª Regional de Saúde.

Quadro 01 – Disponibilidade de leitos, leitos de UTI e médicos –
Municípios na Calha do rio Tocantins

Municípios	Leitos	Leitos de UTI	Nº de médicos
Abaetetuba	319	18	94
Baião	30	1	13
Barcarena	145	31	161
Breu Branco	44	1	27
Cametá	183	4	44
Goianésia do Pará	24	0	9

449. AGÊNCIA PARÁ, 2019. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/14957/>, em 12/09/2019. Acesso em 18 de maio de 2020.

Igarapé - Miri	133	0	14
Itupiranga	53	0	12
Limoeiro do Ajuru	20	1	1
Marabá	312	54	246
Mocajuba	27	1	9
Nova Ipixuna	13	0	5
Novo Repartimento	54	2	30
Tucuruí	286	50	74

Fonte: DATASUS (2020)

Apesar dos municípios citados constituir-se de acordo com os governantes e planejadores em “regiões”, “macrorregiões |”,”microrregiões”, “sub-regiões”⁴⁵⁰ essas construções tecnoburocráticas apresentam-se como uma retórica impraticável no tempo da pandemia de Coronavírus. Dessa forma cada município opera como uma entidade fechada e cada prefeito, secretariado concentra-se nos seus Decretos, para publicar nas páginas do site. A posição é totalmente defensiva e excludente. Denota a necessidade de reconhecimento da relação entre pandemia e ciência em que Almeida (2020) destaca o papel da ciência como instrumento que fundamenta políticas de Estado.

O município de Baião publicou seis Decretos⁴⁵¹ e muitos dos seus “Considerandos” e “Artigos” seguem o mesmo padrão de discurso e linguagem jurídica homogênea. No Decreto 037/2020 assinado o dia 24 de março de 2020 está escrito o motivo para fechar as fronteiras municipais:

450 A sub-região do Baixo Tocantins é formada pelos seguintes municípios: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

451 Decreto Nº 34 de 18/3/2020; Decreto Nº 35 de 19/03/2020; Decreto Nº 36 de 24/03/2020; Decreto Nº 37 de 24/03/2020; Decreto Nº 46 de 01/04/2020 e Decreto Nº 56 de 08/04/2020.

CONSIDERANDO que o Município de Baião possa ser destino escolhido por inúmeras famílias que sob, o alarde da Pandemia, evacuam as demais cidades brasileiras; (Prefeitura Municipal de Baião, 2020, p. 01)

A dita ameaça de evacuação de outras cidades brasileiras encerra ideias de supostos perigos, e exagero em relação aos focos próximos como de fato, havia conhecimento em Barcarena. Todavia não cabe imaginar o que passou pela mente do redator do Decreto ou de onde foi extraído esta norma. O que sobressai dessa coleção de Decretos é o nível de generalização das *Medidas de Emergência*, de tal forma que desaparecem as problemáticas a ser enfrentadas com as comunidades quilombolas, os extrativistas das Reservas Extrativistas, os agricultores familiares assentados, moradores das ilhas, os pescadores e os ribeirinhos. Essa falta de aproximação às realidades específicas, produto de não reconhecimento das mesmas, faz dos Decretos e Planos apenas malabarismos de governar os corpos na pandemia. A leitura e o exame dos Decretos do governo Municipal apontam uma linha discursiva de autoridades decidindo praticamente sob suposições e generalizações.

Esse ponto tem outra limitação na incapacidade de criar estruturas abertas com participação dos diferentes grupos e situações, de tal maneira contribuir para elaborar proposições e planos viáveis e coordenados. Nas palavras do entrevistado estão sumariadas suas críticas aos decretos:

Em Baião, a gente tem esse órgão que veio aqui conversar com a gente , é uma comissão de saúde que veio aqui, conversaram com a gente, mas já estávamos com a barreira pronta quando eles vieram, só isso que nós tivemos com eles, foi essa conversa que eles vieram com a gente e deixaram um decreto, esse decreto da cidade é um decreto que não tem muita segurança pra gente que tá na barreira porque as pessoas tem direito de ir e voltar seja da onde for, desde que seja de baião, então, dentro da nossa comunidade tem essas pessoas vulneráveis, os velhos, as crianças,

os jovens, a gente tem medo por essas pessoas que moram dentro da comunidade e essas pessoas que vem de fora trazer essas coisas que nós não queremos que é o vírus, então graças a deus hoje nós tivemos uma reunião e a comunidade tá fechada mesmo, volto a dizer sobre o decreto, o decreto nós não fomos convidados pra participar, pra fazer o nosso decreto, ele veio de dentro da cidade.

Primeiro, o agente da higiene, isso foi falado sim no dia que eles vieram aí, mas depois essa comissão que já estava alertando as pessoas aqui na nossa comunidade sobre higiene, lavar as mãos, máscara, álcool em gel e esse contato físico. A gente conversou bastante com as pessoas, e as pessoas hoje em dia aqui na comunidade já tem bastante conhecimento sobre isso, então, Baião a nossa cidade o que fez foi só isso, só trazer a comissão e baixar um decreto para a gente, só isso que aconteceu.

As Medidas de Emergência sublinham a proteção e prevenção individual necessária para evitar a contaminação individual e a transmissão comunitária. As práticas de prevenção com uso de máscaras, álcool gel de 70^o dependem do fornecimento desses produtos e, via de regra, foram efetivadas nas sedes municipais



Figura 07: Distribuição de máscaras em lugares públicos de Baião (Fonte: Jornal Baião em Foco, 22 de maio de 2020).

A notícia recebida de discentes da UFPA e UNIFESSPA é relativamente positiva em termos de distribuição de máscaras em locais públicos e o fato foi registrado em fotografias. Conforme dito pelo senhor José Omir Siqueira Rodrigues, no quilombo somente receberam o Decreto e algumas orientações, já objeto de programas de televisão e rádio. As vacinações contra Gripe foram confirmadas em Calados. Cardoso e Vila Dutra não foi possível ter confirmação e não houve ação de distribuição de produtos de higiene por parte da Prefeitura Municipal de Baião. A Coordenação Estadual da MALUNGU realizou a distribuição de álcool em gel e cestas básicas.

Dessa forma, no plano imediato de ações que foram demandadas politicamente ao Governo Federal, especificamente o chamado Auxílio Emergencial não atingiu os quilombolas, fato que se registra em diversas conversas. O senhor José Omir Siqueira Rodrigues comentou a falta de informação e dificuldades de acessar mediante internet.

Foi bem, mas faltou mais informação, porque tem muita gente dentro dos quilombos aqui na nossa comunidade que não conseguiu o auxílio, porque não teve um acesso, uma comunicação melhor para poder fazer, então naquele momento que estava tanto querendo fazer, acabou não fazendo as coisas certas e não receberam, aí não tem telefone, internet, não tem nada, então essas pessoas aí perderam o auxílio.

Considerações finais

As contribuições deste texto pontuam-se em termos de uma “situacionalidade da academia”, pois os fatos registrados mal alcançam 45 dias de grande intensidade e apreensão dos agentes sociais; de demandas que não foram e dificilmente serão atendidas de testes, de sistemas de controle e

monitoramento. O que se estabelece hegemonicamente é a visão legalista, com muitos decretos, ao lado da visão tecnocrática com dificuldade de equacionar e ponderar outras possibilidades de encarar a Pandemia, em uma sociedade de desigualdades econômicas e sociais abissais.

A exclusão das comunidades do poder de decisão sobre as formas de lidar com o *impacto* de uma pandemia, nos parece, por um lado, provocar reflexão sobre se o que ocorre no presente não seria a reprodução de um padrão de relação corrente; mas por outro, e não menos óbvio, e como parte deste padrão, o desconhecimento da sua existência política, de suas formas organizativas, presentes nos lugares com as quais se confronta o poder estatal, e de onde emergem a criatividade e práticas comunitárias estranhas a este poder estatal.

Em vistas dos argumentos apresentados, tanto a contenção territorial quanto as restrições totais de funcionamento, voltam o olhar para a proteção dos territórios. Vários autores têm refletido sobre este momento de disseminação da SARS-CoV-2, nas diferentes escalas espaciais, que podem ser aportados em estudos posteriores a partir dos desdobramentos da própria pandemia, da pesquisa acadêmica, da ciência e das estratégias adotadas pelos diferentes agentes face às incertezas e aos imperativos da pandemia. A consideração de tempo lento, das identidades específicas potencializa o reconhecimento de saberes e práticas que se contrapõem ao pensamento hegemônico do ponto de vista dos tempos, e à perversidade da intensidade do fenômeno da negação de formas próprias de organização e de modos de vida.

Nunca o território usado se apresenta com grande importância, espaço geográfico, social, abrigo para a sobrevivência da espécie humana. Faz-se necessário repensar quais rumos à humanidade vem trilhando, por meio do consumismo intenso, que não só é danoso para os recursos naturais do planeta, como também, para a garantia da vida na terra.

Os decretos normatizadores de comportamentos conferem existência na vida na comunidade neste momento de *barreiras*? Ou há um sistema de normas a que o poder do estado não alcança ao formar comissões que unificam indistintamente os lugares e os grupos sociais específicos, sob a representação de diferentes sindicatos, de pais de alunos sem atenção a outras formas de organização, como as associações quilombolas.

Nosso propósito com este trabalho se distanciou da busca por respostas. Ensaiou-se um exercício compartilhado com os movimentos sociais na região, e estudantes, em condições de excepcionalidade, somente possível pelas relações de pesquisa pré-existentes, que imprimem e resultam de confiança. A pandemia que está em todos os lugares impõe pensar que a localização se converte de relações, de ações, de contraposições, solidariedades e um processo de consciência de si e de relações nos lugares, que acolhem de forma distinta os eventos que chegam de fora.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, G. Pandemia, novas reflexões. Entrevista com Giorgio Agambem. Entrevista publicada originalmente em Quodlibet, 22-04-2020. Tradução de Moisés Sbardelotto. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598295-pandemia-novas-reflexoes-entrevista-com-giorgio-agambem>. Acesso em 26 de maio de 2020.

ALMEIDA, A. W. Marcha Virtual pela Ciência. SBPC, 2000. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dICYiiYkk0>

AGÊNCIAPARÁ. Estado quer priorizar investimentos em saúde para Cametá. Por Por William Serique (SECOM), 12/09/2019. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/14957/>. Acesso em 18 de maio de 2020.

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. Rio de Janeiro, Forense Universitária 2009.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Revista do PPGA/EBA/UFRJ. Nº 32. Dezembro, 2016. P. 123-151.

SANTOS. Milton. Por uma outra globalização. São Paulo: ed. Record, 2000.

Prefeitura Municipal de Baião. Decreto Nº 34 de 18/3/2020;

Prefeitura Municipal de Baião. Decreto Nº 35 de 19/03/2020;

Prefeitura Municipal de Baião. Decreto Nº 36 de 24/03/2020;

Prefeitura Municipal de Baião. Decreto Nº 37 de 24/03/2020;

Prefeitura Municipal de Baião. Decreto Nº 46 de 01/04/2020

Prefeitura Municipal de Baião. Decreto Nº 56 de 08/04/2020.

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS EM SANTA CATARINA FRENTE À PANDEMIA DO COVID-19

Raquel Mombelli⁴⁵²

O governo de Santa Catarina abandonou as comunidades quilombolas e não demonstra interesse em fazer um recorte no plano contingencial para incluir essas famílias. (Maria de Lourdes Mina, coordenadora MNU/SC)

As políticas demoram a chegar, tudo demora para chegar, é muito perverso tudo isto. (Vanda Gomes Pinedo, representante do MNU/SC)

A declaração de pandemia do novo Coronavírus foi firmada no dia 20 de março no estado de Santa Catarina, sul do Brasil. A doença infecciosa vem se espalhando pelo mundo em 2020 e, no Brasil, avança *pari passu* a ausência de políticas públicas, incluindo aí as que afetam a temática deste artigo, em especial as políticas da reforma agrária e as de regularização fundiária dos territórios quilombolas, que foram totalmente paralisadas. Em meio à pandemia, portarias, decretos e medidas provisórias ameaçadoras aos quilombolas são publicadas numa evidente demonstração das forças autoritárias e antidemocráticas que avançam no país e desconsideram os direitos resguardados pela Constituição Federal de 1988. Nesta arena, destaca-se a tentativas de publicação da Medida Provisória 910/2019⁴⁵³ (MP910), conhecida também como MP da Grilagem, que visa a regularização de áreas da União não tituladas, segundo apontam movimentos e organizações sociais⁴⁵⁴; o acordo com os EUA para a área de lançamento de satélites em

452. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Colaboradora do departamento de Antropologia Social da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) (2016-2117).

453. Ver <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/riscos-da-medida-provisoria-da-grilagem-mp-910-e-tema-de-debate-da-serie-direitos-humanos-em-foco/23296>

454. A MP n. 910 da Grilagem foi derrubada em 20 de maio e tornou-se o PL 2633/2020, prevista para ser votada no final de maio de 2020.

Alcântara⁴⁵⁵, no Maranhão; e a duplicação da BR 135 pelo DNIT, cortando ao meio o território da comunidade de Santa Rita⁴⁵⁶, também no Maranhão.

Em Santa Catarina, a exemplo do que ocorre na política nacional, os processos de regularização estão totalmente paralisados. Desde 2008 eles vêm sendo marcados pela morosidade e por uma política de minifundialização dos territórios, com a titulação parcial das áreas quilombolas. Em 17 anos de implementação do Decreto 4887/2003⁴⁵⁷, 17 comunidades quilombolas estão com procedimento de regularização fundiária aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SC)⁴⁵⁸. Destas, um quilombo está titulado com uma área de aproximadamente 30 hectares e o outro tem áreas tituladas descontínuas que somadas totalizam 1.000 hectares e representam somente 8% da totalidade do território reivindicado (Mombelli, 2018). Para além dos resultados pífios desta política ao longo dos anos, estes processos estão acompanhados de um conjunto de limites impingidos à implementação dos direitos territoriais que favorecem os interesses de grupos ligados ao agronegócio e os denominados projetos de desenvolvimento, conforme já analisou demonstrou Almeida (2015).

A pandemia do novo coronavírus chega num momento em que o Estado brasileiro se mostra incapaz de cumprir com reformas inadiáveis como a regularização dos territórios quilombolas. Nos mais de 17 anos de existência de política de regularização dos territórios quilombolas no estado catarinense, a superação das desigualdades étnico- raciais estão longe de serem minimamente alcançadas. Sem acesso a políticas de desenvolvimento, as comunidades lutam para garantir o alimento para as famílias quilombolas diante da surpreendente capacidade destruidora da pandemia. Enquanto

455. Ver <http://novacartografiasocial.com.br/quilombolas-de-alcantara-diante-de-duas-ameacas-letais-bolsonaro-e-coronavirus/>

456. Ver <http://conaq.org.br/noticias/comite-quilombola-de-santa-rita-conaq-e-parceiros-repudiam-duplicacao-da-br-135/>

457. Dispõe sobre a regulamentação do Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988.

458. Trata-se INCRA SR10. Para ver dados dos processos acessar:

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf

isto, o setor de Regularização de Territórios Quilombolas⁴⁵⁹ do INCRA, seguindo as recomendações do governo do estado catarinense, comunica eletronicamente que “permanece fechado para o atendimento presencial e com os servidores realizando suas funções por meio de trabalho remoto (teletrabalho)”.

A sobreposição de um quadro político hostil e a pandemia potencializa o agravamento da situação de vulnerabilidade que já se encontravam as comunidades quilombolas do estado de Santa Catarina. Este artigo registra as ações, mobilizações e formas de organização das comunidades quilombolas e Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU/SC) para enfrentar os efeitos da pandemia nos territórios. Devido às restrições impostas pelas medidas de isolamento social, os dados que seguem resultam de entrevistas realizados com as lideranças⁴⁶⁰ das comunidades quilombolas e representantes do MNU/SC⁴⁶¹ por meio eletrônico. As informações reunidas escacaram o abandono das comunidades pelos poderes públicos, na mesma medida que revelam a potencialidade de mobilização do MNU e das comunidades quilombolas para manterem as redes de apoio e de proteção, apesar do difícil contexto.

Diante da pandemia as comunidades quilombolas enfrentam uma aterrorizante situação: estão com a segurança alimentar ameaçada, excluídas do acesso digital, privadas de informações e sem qualquer orientação oficial sobre os cuidados e a proteção ao coronavírus. Ou seja, o racismo institucional vivenciado secularmente pelas comunidades acentuou-se pela ausência de um plano contingencial de enfrentamento ao COVID para os quilombos catarinenses. Diante disto, ações específicas e urgentes precisam ser tomadas, envolvendo instituições governamentais e não governamentais,

459. Comunicado recebido por email no dia 1 de abril de 2020, em conformidade com as orientações do INCRA nacional e do Decreto n. 535 de março de 2020.

460. Entrevistados: Edson Camargo do Quilombo Invernada dos Negros; Eliseu dos Santos Pereira do Quilombo São Roque; Luciane Pereira do Quilombo de Aldeia; Mercedes Machado do Quilombo Morro do Fortunato.

461. Trata-se de Maria de Lourdes Mina, coordenadora do MNU/SC e Vanda Gomes Pinedo.

como a de elaboração de um plano específico para minimizar, enquanto ainda há tempo de salvar vidas, os desdobramentos catastróficos do avanço da doença junto a estes povos tradicionais.

Mesmo que evidentemente subnotificados os dados disponíveis revelam que em todo Brasil vidas de muitos quilombolas estão sendo perdidas. O monitoramento feito pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) por meio do Boletim Epidemiológico em Quilombos do Brasil Coronavírus - COVID19, registrou 45 óbitos e 176 casos de contaminação até 28 de maio de 2020, a maior parte na região norte do país⁴⁶². Em Santa Catarina, no momento de fechamento deste artigo registra-se o avanço rápido da doença em todos os municípios catarinenses, especialmente em cidades do interior e com atividades ligadas ao agronegócio e frigoríficos, aproximando-se muito das comunidades quilombolas e sinalizando que as medidas urgentes são necessárias para garantir a proteção à vida e à cultura quilombola.

Segurança alimentar ameaçada

A fome já é uma ameaça concreta, diária e avassaladora. Segundo relatos da coordenação do MNU e de lideranças das comunidades, o fornecimento das cestas básicas está interrompido desde fevereiro de 2020, sem qualquer explicação por parte dos órgãos responsáveis. Esta tem sido a maior dificuldade das comunidades até o momento - a luta por comida -, paralelamente a ameaça de desemprego diante da pandemia. Uma campanha de ação humanitária para arrecadação de alimentos foi promovida pelo MNU e organizações parceiras⁴⁶³ para amenizar a situação de famílias quilombolas

462. Ver Boletim Epidemiológico da CONAQ lançado em parceria com o ISA em <http://conaq.org.br/noticias/alerta-publico/>

463. Participaram desta campanha o Projeto de Educação Integrar, GESTUS, Grupo de dança Afro-brasileira Mitos e Educação Quilombola do Morro da Queimada, todos do município de Florianópolis.

com maiores dificuldades financeiras, principalmente para as comunidade quilombola de Toca/Santa Cruz, no município de Paulo Lopes, conforme descreve a coordenadora do MNU/SC, Maria de Lourdes Mina, mais conhecida como Lurdinha:

Então, do ponto de vista da questão o auxílio com as cestas básicas não houve interesse do estado. E nós percebemos que os primeiros 15 dias seria um desastroso se não tivéssemos uma ação de socorro imediato e fizemos uma campanha para arrecadação de cestas que foi muito bem sucedida. Com a campanha podemos dizer que a pobreza deste estado tem cor, tem local e tem territórios.

Diante de dificuldades tão urgentes o MNU e as comunidades quilombolas mobilizam-se para pressionar os poderes públicos para assegurar a distribuição de cestas básicas como um dos mecanismos fundamentais para viabilizar o isolamento domiciliar e social das famílias, uma das medidas mais importantes para conter o avanço do coronavírus nos quilombos.

Edson Camargo, liderança da comunidade Invernada dos Negros, no município Campos Novos, relata indignado a situação vivenciada. Com o território titulado parcialmente⁴⁶⁴, a Invernada dos Negros não tem acesso as políticas da Reforma Agrária necessárias para alavancar minimamente o desenvolvimento da comunidade. Um fator agravante é a forte estiagem que estão enfrentando, que se soma nas preocupações com a garantia da alimentação para as famílias. “Se não chover nas próximas semanas, corremos o risco de perder o que plantamos e a situação vai ficar ainda mais grave”, diz ele.

464. Dos 8 mil hectares identificados como terra quilombola, somente 1200 hectares forma titulados em mais de 14 anos de processo de regularização pelo INCRA/SC (MOMBELLI, 2018).

A morosidade do processo de regularização e a política de minifundiarização dos territórios levou a comunidade de herdeiros a ocuparem áreas ⁴⁶⁵ que deveriam ter sido desintrusadas pelo INCRA desde 2006. Desde setembro de 2018, 150 famílias de herdeiros ocupam uma área sem qualquer infraestrutura, moram debaixo de lonas, não tem acesso à energia ou água potável. Três poços artesianos foram abertos através de um projeto em parceria com a EPAGRI, órgão da secretaria estadual da agricultura. Entretanto, não foram construídos estruturas para a distribuição. A abertura dos poços levou a outro problema: as fontes naturais de água secaram, tornando as condições de permanência na ocupação destas áreas praticamente inviável. Diante deste quadro, Edson denuncia a injustiça provocada pela morosidade da regularização fundiária: “Depois de tanto tempo, você ainda ter que solicitar cestas básicas é algo difícil pra nós. Não era para ser assim, a esta altura do campeonato já era para nós estar produzindo e distribuindo esta produção quilombola para os que precisam, como está fazendo o MST agora. Esta é uma situação vergonhosa: o que a gente pode esperar para os nossos filhos, para a geração que está vindo? É muito difícil o que estamos vivendo”.

Os recursos existem, mas não chegam para as comunidades. Conforme matéria publicada pela Agência Nacional de 13/04/2020⁴⁶⁶, o governo federal liberou R\$ 4,7 bilhões para o combate ao coronavírus nas comunidades tradicionais em todo Brasil. Deste total, R\$ 3,2 bilhões para o auxílio emergencial de R\$ 600 reais para 1,8 milhões de famílias indígenas, quilombolas e ciganos, entre outras inscritas no programa Bolsa Família. Cerca de R\$ 1,5 bilhão foram repassados aos estados e municípios para a custeio de merenda escolar para estas comunidades e R\$ 40 milhões destinados para compra de cestas básicas para 154 mil famílias indígenas

465. Trata-se de áreas de plantação de pinus em domínio da empresa Imaribo e de fazendas, localizadas no município de Campos Novos e Abdon Batista, identificadas como parte do território quilombola pelo RTID em 2006, Ver MOMBELLI (2018) e Nota de Esclarecimento da ocupação do território da Invernada dos negros, em domínio da empresa Imaribo, produzida pela Invernada dos Negros e MNU/SC.

466. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-04/acoes-para-povos-tradicionais-somam-r-47-bi-diz-damareis>

e 7,3 mil famílias quilombolas. Não há dados sobre o repasse específico a Santa Catarina. Mas a comparação com a cobertura nacional demonstra a insuficiência de recursos: só no estado existem 1.271 famílias⁴⁶⁷ quilombolas.

Sem qualquer resposta efetiva sobre os questionamentos dos quilombolas sobre onde estão as cestas, quantas são e qual a instituição será encarregada da distribuição, as instituições do estado ainda solicitam às lideranças das comunidades informações sobre as comunidades, simplesmente como se desconhecêssem esta realidade. Recentemente, diante da solicitação de dados sobre as comunidades pela Secretaria do Governo do Estado⁴⁶⁸, o MNU destacou a necessidade de se estabelecer políticas para as comunidades e a resposta foi a de que a intenção era simplesmente para constar como arquivo. “Até mesmo as prefeituras foram mobilizadas para este fim, para o nosso desespero”, desabafa Lurdinha.

Se as informações sobre a distribuição das cestas são incertas, critérios e empecilhos são apresentados para dificultar o direito ao acesso as cestas básicas. Na solicitação de 100 cestas básicas para as famílias da Comunidade de Caldas de Cubatão, no município de Santo Amaro da Imperatriz, por exemplo, a inexistência de um Conselho de Desenvolvimento da Comunidade foi colocado como um critério de impedimento para a comunidade receber as cestas básica: “Temos uma luta permanente para dizer que as cestas básicas são um direito e que enquanto a titulação não sai, as comunidades tem direito a elas”, relata Lurdinha.

Os esforços para garantir a Segurança Alimentar das comunidades tradicionais do estado estão concentrados também na atuação dentro do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (CONSEA/SC⁴⁶⁹). Vanda Gomes Pinedo é representante do MNU no

467. Dados fornecidos pelas Associações Quilombolas e MNU/SC.

468. Trata-se do CEPA (Conselho Estadual das Populações Afro descendentes de Santa Catarina). Ver em <http://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/cepa>

469. Ver sobre o CONSEA em <http://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/consea>

Conselho e também faz parte da mesa diretora⁴⁷⁰. Diante da gravidade da pandemia, um comitê especial foi criado para agilizar o acesso às cestas básicas para as famílias vulneráveis. Este comitê conta com a representação de várias instituições, entre elas a DPU, DPE, MPF e MPE. O INCRA/SC recusou o convite para participar justificando que o órgão trata de regularização fundiária e não de segurança alimentar. Para Vanda, o argumento não procede porque “o órgão dispõe de estrutura, transportes e conhecimento das comunidades, podendo fazer tranquilamente a distribuição direta para as famílias. Por que ele não pode fazer?”. Outras tentativas estão sendo feitas pelo Comitê, como proposta de um Programa de Alimentação Emergencial em parceria com a EPAGRI para a compra pelo governo de alimentos do pequeno agricultor familiar, de modo a manter o fluxo da produção e posterior distribuição destes produtos sem custos para as famílias necessitadas. Também buscou-se o apoio do Programa Mesa Brasil do SESC e da CONAB⁴⁷¹ (Companhia de Nacional de Abastecimento). Entretanto, o acesso ao programa da CONAB exige critérios de armazenamento e distribuição dos alimentos que dependem de sala específica e selo de vigilância sanitária, estruturas incompatíveis com a realidade das comunidades. “Estes critérios são excludentes e absurdos, pois nenhuma comunidade hoje tem condições de apresentar um selo da vigilância sanitária, uma sala nos padrões que eles exigem, então fica impossível, tudo vem para complicar”, desabafa Vanda. Segundo ela, a CONAB tem condições de distribuir os alimentos públicos e privados dos seus estoques, mas não houve ainda manifestação neste sentido.

Vanda integra também o Fórum de Religiões de Matriz Africana de Florianópolis e Região⁴⁷², Vanda destaca a situação de vulnerabilidade que se encontram os povos de terreiros, que também tem acento no CONSEA. Com

470. Ver Composição do CONSEA em <http://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/consea>

471. A CONAB é responsável por promover a segurança alimentar e nutricional e executar ações e programas de Abastecimento Social como: Atendimento Emergencial, Ajuda Humanitária Internacional, Doação de Cestas, Distribuição de Cestas e Vendas em Balcão. Ver em <https://www.conab.gov.br/abastecimento-social>

472. <https://www.facebook.com/pages/category/Nonprofit-Organization/Forum-das-Religi%C3%B5es-de-Matriz-Africana-Florianopolis-e-Regi%C3%A3o-1637799286457161/>

as restrições legais impostas pela pandemia, os terreiros das comunidades quilombolas e das cidades estão com as casas de santo fechadas e sem apoio de nenhuma instituição:

os povos de terreiro que estão neste bojo de necessidades e confinamento social, eles precisam de políticas públicas para sua manutenção e de suas casas, temos muitas casas carentes, este acesso para os povos e comunidades também é dificultado. Os sacerdotes estão fazendo ações isoladas. Nada do poder público ajudar. O que supriu um pouco a necessidade das comunidades tradicionais foi a iniciativa privada, não as iniciativas públicas.

Sem nenhuma previsão sobre quando e como as cestas básicas vão chegar, as comunidades enfrentam ainda outras dificuldades para acessar o auxílio emergencial para os povos tradicionais, conforme a seguir.

Barrados pela tecnologia: Exclusão digital e do acesso ao auxílio emergencial

Como parte das medidas de enfrentamento a pandemia do novo coronavírus, o Governo Federal lançou o Auxílio Emergencial⁴⁷³ (Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020). Entretanto, muitas famílias quilombolas tem acesso precário à internet e não contam com equipamentos de informática. Assim, muitas pessoas dependem do apoio e de estrutura externa para acessar o auxílio no valor de R\$ 600.00 reais e, de fato, não conseguiram efetivar o seu cadastro porque foram “barrados” pela tecnologia, como analisa Lurdinha:

473. Lei n. 13.982, editada em 2 de abril de 2020 pelo Governo Federal, prevê auxílio pago às famílias em situação de vulnerabilidade social das famílias durante o período de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID 19).

Um grupo de estagiários da Psicologia da UFSC conseguiu fazer o cadastro de algumas famílias. Para outras famílias não porque estavam saindo muitos cadastros a partir de um computador e de um celular e isto fez com que num determinado momento tudo fosse bloqueado. E, diante desta situação, algumas famílias ficaram sem o cadastro.

Na comunidade São Roque, município de Praia Grande, a liderança Eliseu dos Santos Pereira relata que ao solicitar o apoio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para a realização dos cadastros para acessar o auxílio emergencial, além de não poder contar com a disponibilidade dos técnicos em função do isolamento social, recebeu a informação de que “o presidente do sindicato rural estava dizendo que o cadastro emergencial iria prejudicar uma possível aposentadoria”. Esta informação levou muitas pessoas da comunidade a desistirem de fazer o cadastro por medo de impactar a aposentadoria. “Eu mesmo não consegui fazer cadastro, pois o CPF não foi aprovado”, explica Eliseu.

No quilombo Invernada dos Negros o cadastro emergencial foi realizado sem muitos transtornos, porém a queixa foi com relação a impossibilidade da política não alcançar as mães menores de 18 anos. “Nós temos muitas mães adolescentes na comunidade que precisariam deste auxílio, mas que foi inviável, não permite”, relata a liderança Edson Camargo. Além disso, o acesso ao auxílio poderia minimizar a violência doméstica registrada na comunidade. “A gente tá vendo esta questão da violência doméstica acontecer, não que não acontecesse antes, mas agora parece ter acontecido mais, e o auxílio poderia talvez amenizar um pouco esta situação”, avalia ele.

O desafio do isolamento social

Outra política genérica que desconsidera as especificidades das comunidades quilombolas em Santa Catarina é a de isolamento social. No caso de São Roque, que tem forte relação com o turismo por conta de estar localizada onde foram instituídos arbitrariamente dois parques nacionais⁴⁷⁴, as propostas de flexibilização do isolamento social feitas pela Secretaria do Turismo de Praia Grande definidas em reunião com representantes de pousadas e hotéis da região estabeleceram pontos turísticos fora do Parques onde os turistas poderiam circular. Um dos pontos foi o da Pedra Branca, o centro da comunidade quilombola de São Roque. A situação foi denunciada para o MPF que imediatamente tomou as medidas necessárias para que retirassem do roteiro a comunidade, de forma a garantir o isolamento social e a proteção à saúde. Após muita discussão, finalmente em 8 de maio de 2020 a prefeitura de Praia Grande publicou um decreto reconhecendo “As orientações do Instituto Chico Mendes, Movimento Negro Unificado, associação quilombola, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio grande do Sul, em função da pandemia de COVID-19, determina por tempo indeterminado “a paralisação das atividades turísticas, esportivas e religiosas na Comunidade de Pedra Branca em Praia Grande”⁴⁷⁵

Se o isolamento garante a segurança, a situação de vulnerabilidade das famílias se acentua, pois sem renda e sem acessar as políticas emergenciais para manterem a sobrevivência elas enfrentam o desmonte de suas alternativas de renda local, algumas conquistadas com muito esforço, como o projeto de Turismo Comunitário da comunidade de São Roque, hoje paralisado por

474. Trata-se do Parque Aparados da Serra e Serra Geral que incidem sobre o território quilombola de São Roque, conforme demonstrado no laudo publicado em 2006. Esta situação tem desdobramentos agravados com a atual proposta de privatização dos Parques pelo Governo Federal. Sobre o território em questão ver CID e BRUSTOLIN (2006).

475. Decreto n.031 de 08 de maio de 2020. Define outras medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes do coronavírus (COVID -19) e dá outras providências no Município de Praia Grande (SC).

conta da pandemia. “Estava bem com o projeto de turismo comunitário, era uma alternativa ótima para a comunidade, fizemos o curso, tinham a oportunidade de ganhar um troco, mas passou tudo, a renda sumiu. Agora é hora para se preocupar com vidas, então seguimos com a expectativa que isto vai passar logo”, expressa a liderança Eliseu dos Santos Pereira.

Na prática, as medidas de isolamento social nas comunidades dependem exclusivamente dos aparatos de segurança criado pelas próprias comunidades. Uma situação comum é que os quilombos têm sido procurados por pessoas “de fora” para o isolamento social ou para restabelecimento de infectados durante a chamada quarentena. Este fato torna o isolamento das comunidades um desafio ainda maior. Segundo relata Lurdinha, na região da Pedra Branca, no quilombo São Roque, além de pessoas que vão acampar no território durante a pandemia, num espírito de férias, em outras comunidades pessoas infectadas pelo vírus resolveram refugiar-se ali, expondo os quilombolas aos riscos de contágio. Para Vanda Pinedo, esta situação levanta uma das mais importantes questões no que diz respeito ao combate a pandemia nos quilombos:

a discussão é sobre como viabilizar o isolamento de um quilombola infectado. Nós estamos numa situação específica, onde ficarão as pessoas acometidas pelo vírus? Nem mesmo em Florianópolis nós temos isto definido. Nós tivemos um caso de infecção pelo coronavírus e ela estava confinada dentro de casa. E a questão de pensar num local onde ela pudesse ser atendido para não contaminar outras pessoas é muito importante. E nos casos das comunidades, é preciso avaliar a estrutura, a alimentação, a saúde. Além disto é preciso considerar ainda o distanciamento das comunidades para o atendimento de saúde, é uma preocupação imensa.

Para Lurdinha, o isolamento social é um dos desafios mais complexos para as comunidades quilombolas:

é preciso se articular muito, porque esta luta vai ser muito dolorosa. Primeiro porque não existem políticas para as comunidades, a questão dos cuidados, mesmo que tenha um remédio, a vacina vai longe, outros vírus vão surgir. A questão da falta de contato, do isolamento é algo muito ruim, pois é o contato que nos dá vida e sem isto, e como fazer isto sem nos violentar tanto. É uma luta que nós vamos ter que fazer.

Educação escolar quilombola interrompida

As políticas de isolamento também tiveram grande impacto sobre uma das atividades essenciais na vida das comunidades: a educação. Em Santa Catarina, as atividades da Educação Escolar Quilombola⁴⁷⁶ foram suspensas por um comunicado na noite de 18 de março de 2020. A notícia pegou os professores e coordenadores de surpresa, pois tinham programado atividades pedagógicas com os alunos para o dia seguinte. Segundo Lurdinha, que é também professora da Educação Escolar Quilombola, “os trabalhos pedagógicos haviam sido iniciados há dois meses, e quando saiu o decreto e a orientação para a GEREDS para avisar as escolas, tudo isto foi feito de forma bem generalizada”. Como alternativa à continuidade do ano letivo, o Conselho Estadual de Educação apresentou a proposta da educação escolar à distância. Diante desta situação, os coordenadores e professores debateram e elaboraram um documento⁴⁷⁷ para responder ao Conselho porque “sabíamos que as comunidades não poderiam fazer a educação a distância, por ser um

476. Sobre a Educação Escolar Quilombola consultar Política de Educação Escolar Quilombola do Estado de Santa Catarina. Secretaria do Estado da Educação Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis : Secretaria de Estado da Educação, 2018.

477. A Educação EJA Quilombola do Estado de Santa Catarina, juntamente com as Lideranças das Comunidades Quilombolas elaboraram o documento PARECER DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, REFERENTE A PROPOSTA AS SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL NO COMBATE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, apresentando um diagnóstico detalhado das atuais condições e realidades estruturais enfrentadas pelas comunidades e os educadores diante do evento de pandemia do COVID 19 e a inviabilidade da implementação do Regime Especial de Atividades Escolares. O Parecer foi elaborado e acatado pelo Conselho de Educação.

remendo da educação e porque não existe nenhuma estrutura do outro lado, do lado das comunidades. Por isso a proposta de ensino a distância não serve para os quilombolas, não somos contra o ensino a distância, só que da forma como ele seria executado, seria extremamente precário”, explica a coordenadora. Entretanto, a posição da Secretaria da Educação foi de insistir na continuidade das aulas através do ensino a distância nas comunidades em que há possibilidade de isto acontecer, como conta Lurdinha:

A SED ia propor que cada uma que pudesse fizesse a educação a distância, mas para nós existe um entendimento que se existe uma luta, ela se dá no coletivo e aonde tem uma comunidade em dificuldade, lá estamos todos nós. É só lembrar da campanha Somos todos São Roque, com a luta da Invernada dos Negros, dos Poli, nós estávamos todos lá, juntos, e, diante desta discussão eles reconsideraram, a proposta do ensino a distância para algumas situações. Agora, somente a formação dos professores que eles ainda permanecem insistindo com uma proposta de formação generalizada.

Com a determinação da suspensão das aulas da Educação Escolar Quilombola, alguns professores tiveram seus salários suspensos do mês de fevereiro a março. Esta situação só foi revertida a partir de denúncia do MNU e das professoras, conforme relata Lurdinha:

Não pagaram uma parte dos professores que foram contratados em fevereiro e chegou no final de março e o pagamento não saiu e nós fizemos uma denúncia. Nós pedimos para o estado pagar a folha suplementar, e eles diziam que não porque os professores estavam em casa. Com a denúncia, o juiz imediatamente julgou procedente a ação e determinou o pagamento destes professores.

Privados do direito ao domínio público das informações sobre o COVID-19

Além de informações truncadas sobre as políticas emergenciais, as comunidades também enfrentam dificuldades com relação ao acesso as informações sobre a pandemia, os modos de evitar o contágio, melhorar a proteção e o cuidado de si e dos outros. Sem acesso aos meios de comunicação digital e com precário acesso a tecnologias, as informações chegam pelos noticiários locais e pela manutenção de uma rede de comunicação entre as comunidades e o MNU. Ao perguntar sobre como as comunidades estão se informando sobre os cuidados de proteção ao combate ao coronavírus, Vanda comenta:

As comunidades sabem da pandemia pelos noticiários, todas as comunidades ouvem as notícias locais, nacionais, mas elas também nos procuram para saber mais informações. Então, o que nós temos feito, são gravações em áudio contendo informações sobre os cuidados e a necessidade do isolamento neste momento para conter o avanço do vírus para dentro das comunidades. Este material circulou pelos contatos.

No quilombo Aldeia, município de Garopaba, a preocupação é grande com relação a falta de acesso a informação sobre a pandemia. “Nós não estamos recebendo nenhuma orientação sobre isto, é tudo por nossa conta, estamos fazendo o que sabemos pela televisão, pelos jornais e é só”, diz a liderança Luciane Pereira. Localizado na entrada do município turístico, as famílias quilombolas sentem-se expostas e pressionada pela pressão do turismo para a abertura do comércio, gerando insegurança e medo. “A maioria trabalha na cidade e tem sentido esta pressão pela reabertura do comércio, forçando as pessoas a saírem do isolamento social, está uma situação muito

difícil, pois 90% das pessoas da comunidade são assalariadas e dependem disto para sobreviver, ao mesmo tempo temos muito medo do vírus entrar na comunidade e ser um estrago”, desabafa Luciana.

A necessidade de levar informações através de materiais digitais ou impressos é urgente, segundo Lurdinha, coordenadora do MNU. Para é preciso criar materiais didáticos, como cartilhas sobre a pandemia e os cuidados com a saúde, respeitando as especificidades de cada comunidade, com muitos desenhos. Isso seria fundamental para garantir a compreensão da situação pelos que não dominam ainda os códigos da escrita. Também é preciso pensar ações direcionadas para a juventude quilombola, especialmente sobre a suspensão das reuniões sociais, encontros e festas. “Para os jovens é muito difícil a aceitar esta situação e de se controlar, isto tem sido um gerador permanente de conflitos com os mais velhos”, afirma Lurdinha.

Nas conversas e comunicações que estabelecem com a comunidades, o MNU tem orientado os quilombolas a acompanhar a situação nacional, tomar os cuidados básicos e ficar em casa. “Nós também enfatizamos que eles identifiquem as redes de apoio internos na comunidade, ver as questões das trocas de alimentos, intensificar e ampliar os laços de solidariedade, ter o cuidado com o outro, se ele está sem alimento, como fazer uma rede interna para suprir as famílias, daquelas que tem mais para doar para outra família que está precisando”, diz Vanda.

No quadro da pandemia, os conflitos sociais, os conflitos territoriais e outros problemas continuam e exigem a reinvenção das formas de mobilização social e política junto as comunidades. Este tem sido um grande desafio para o MNU, que diante da obrigatoriedade do isolamento social vem utilizando as ligações telefônicas e as redes de WhatsApp para este fim. Mas estes ainda são instrumentos estranhos às comunidades que estavam acostumados com encontros físicos, debates acalorados, reuniões e assembleias coletivas como fóruns desta dinâmica de resolução dos problemas. Este contexto é sentido como uma certa “desconfiguração” do movimento neste momento, como define Vanda:

A gente fica tão cansado porque a gente tem trabalhado em casa, e em casa é quase trabalhar sem hora, sem ter final de semana e você ainda tem que ter cuidado com a gente para a gente poder continuar contribuindo. Sem a presença física, é complicado de fazer este trabalho pois o nosso público quilombola não parte deste princípio da modernidade, não basta a gente ligar, falar da reunião. Eles querem a presença física, pois é isto que as comunidades estão acostumadas e é isto que os conforta, que os dá segurança e o que os estimula, é este estar no coletivo. Neste momento que não é permitido, eles também ficam bem perdido, é quase como se nós estivéssemos nos desfigurando (...)

A pandemia também impactado as práticas sociais, culturais e rituais dos quilombolas. Mercedes Machado, do Quilombo Morro do Fortunato, relata sobre o desconforto gerado no velório da quilombola tia Ondina, falecida no dia 22 de abril de 2020. Mesmo sem diagnóstico de COVID-19 ela foi velada com o caixão lacrado, imputando novas práticas rituais na comunidade. “O velório foi na comunidade, com o caixão fechado, e isto foi algo muito difícil. Nós tomamos todas as providências e cuidados, estávamos de máscaras, mas sem poder abrir o caixão e não poder ver o corpo da tia para nos despedir, nem colocar a roupa nela, nada, não deixaram a gente fazer nada, foi algo muito difícil para nós, é uma situação difícil”, relata Mercedes.

Sem orientações e qualquer apoio do Estado, as comunidades estabelecem seus próprios mecanismos de segurança e proteção ao coronavírus a partir de redes de articulação e solidariedade formadas entre as comunidades e parceria com o MN/SC.

Não se tem uma política específica, este governo do estado de Santa Catarina nunca se preocupou enquanto política de governo com o desenvolvimento para as comunidades quilombolas. O que nós temos conseguido são ações isoladas na secretaria, e isto

não é uma política de governo, ter proposta para uma população que é grande e que tem amparo legal. Mas o governo não vem implementando nenhuma ação global para as comunidades. São ações isoladas, na educação, na Epagri, hora na moradia, tanto são isoladas que a gente num período não tem informação sobre as comunidades quilombolas e ficam nos procurando para ter informações assim como eles tem sobre as empresas, mas não tem sobre as comunidades quilombolas, periférica. O que a gente quer é que o governo venha colocar políticas específicas para as comunidades periféricas, ações específicas para estas populações. E é muito difícil construir estas ações. São movimentos sociais que estão fazendo estas ações, não os provedores de políticas sociais, como governo, e se torna extremamente difícil a gente conseguir alcançar ações que ajudem de fato as comunidades neste momento.

Na avaliação de Vanda a falta de atendimento específico para as comunidades é escancarada na pandemia:

se eles não tem dados, eles não tem informação então, eles também não tem políticas, a mesma coisa com a saúde. Nós, [o MNU] vínhamos denunciando a falta de equipamentos, de medidas, que se refletem agora, quando as possibilidades a atendimento de saúde se tornam imensamente menores. Enquanto os outros estão lutando para a para a redução de infetados e no mundo, os povos tradicionais e a população negra luta para termos atendimento as políticas não chegam, a falta prioridade para esta população é perversa, historicamente são marginalizados.

Neste drástico contexto, a luta histórica do MNU pela defesa da vida e da natureza é intensificada em direção a uma mudança radical da sociedade e do mundo, “em que o mundo precisa se refazer”, contra “a ganância insaciável do capitalismo”, como afirmam as palavras de Vanda:

A vida não vale nada, o lucro está acima da vida, a destruição da natureza está acima da vida. Isto é muito grave para nós, povos tradicionais e povos terreiro. Falar de vida é sagrado, falar da natureza é sagrado. A nossa defesa da vida é incondicional. O mundo parou e tem pessoas que querem insistir em dizer que mundo não parou. O tempo parou e a natureza precisa se reestabelecer, porque ela precisa de folego e os gananciosos continuam a destilar a sua ganância para a destruição. É contra isto que estamos lutando, contra uma vivência, contra uma forma de ser e estar no mundo. Krenak diz isto, como o capitalismo está destruindo a própria vida humana sem que ele se perceba, porque ele sempre coloca acima de tudo o dinheiro, a ganância e a destruição. Nós estamos lutando contra tudo isto.

A pandemia intensifica o racismo institucional

A gravidade desta pandemia não rompeu a omissão histórica do governo do estado e dos poderes municipais em reconhecer os direitos dos quilombos e a necessidade de se criar uma política de Estado específica para elas. Pelo contrário, as ações que estão ocorrendo são pontuais e ocorrem a partir de algumas secretarias do estado, prefeituras e do MPF, desencadeadas por denúncias e pressão das próprias comunidades e do MNU.

A pandemia avança e pode provocar efeitos graves no tecido social, agravando as condições de vulnerabilidade das comunidades e escancarando ainda mais o racismo institucional enfrentado historicamente, ora pela omissão do estado, ora pelas dificuldades impostas de acesso as políticas públicas.

Como avalia Vanda, o combate ao COVID -19 veio para intensificar a luta contra o racismo e a discriminação no país, pois segundo avalia “se o contágio é universal o acesso ao serviço de saúde não o é, escancarando ainda mais as desigualdades étnicos raciais no atual contexto:

Quando dizem que o COVID não tem cor, não tem sexo, não tem raça, não é verdade. O COVID não tem, mas o atendimento ao COVID tem. Ele tem sexo, ele tem cor e tem localidade. E, pela fala do novo Ministro da Saúde, o Teich^{ele} tem até divisão geracional. É muito grave o que estamos vivendo porque para nós os idosos são o nosso maior bem, quem nos dá a experiência. Dizer que os idosos não tem valor é dizer que estamos liquidado os nossos arquivos ancestrais, que a vida não vale nada.

Para superar o racismo institucional e os atuais desafios enfrentando pelas comunidades quilombolas em tempos de pandemia é preciso que o INCRA retome imediatamente os processos de regularização fundiária dos territórios. A regularização assegura a preservação dos ecossistemas e biodiversidade dos territórios, importante mecanismo para a construção de barreiras biológicas consideradas fundamentais para o combate à disseminação de vírus. Portanto, a regularização é uma política eficaz de preservação à natureza e à vida. Paralelamente, ações específicas urgentes precisam ser tomadas, para evitar que vidas quilombolas sejam perdidas.

O que fazer, pelo que lutar: Medidas urgentes para o combate ao COVID-19 nos quilombos

A elaboração de um plano contingencial para o combate ao COVID 19 é urgente para a proteção à vida das e nas comunidades quilombolas. A forma como estado está presente é uma das mais violentas neste momento. A paralização dos processos de regularização fundiária pela INCRA podem ter graves efeitos e incitar um genocídio quilombola. Os idosos são considerados grupo de risco para o Covid-19. Para as comunidades, os idosos são considerados os *griots*, os guardiões das memórias dos ancestrais, das histórias, dos saberes e dos fazeres, permitindo a continuidade da tradição quilombola e da cultura afro-brasileira.

Neste contexto pandêmico, a infecção pode ser democrática e universal, mas os cuidados com a proteção e tratamento estão sendo brutalmente desiguais e muito diferentes. Determinados grupos estão muito mais expostos aos riscos do que outros, exigindo que as políticas de enfrentamento estejam articuladas com estas especificidades, como por exemplo, as mulheres negras, que estão nos cuidados domésticos ou dos familiares. Diante da extrema precariedade dos direitos, somado a ausência de sistema de saúde, falta de equipamentos médicos, deixam as comunidades quilombolas mais expostas a riscos de infecção. A partir das experiências relatadas é urgente a construção de um plano emergencial de combate ao COVID-19 que considere:

- 1) Mecanismos de manutenção e de acesso a segurança alimentar, com a compra de alimentos pelo governo de Santa Catarina, e da retomada do Programa de Alimentação Escolar para as comunidade;
- 2) O elevado número de pessoas idosas nas comunidades quilombolas que não estão recebendo orientações sobre o cuidados e proteção ao contágio ao coronavírus;
- 3) As especificidades culturais, identitárias dos quilombos urbanos e rurais, como os diversos vínculos de trabalho devem ser igualmente considerados, os formais e informais, exercidos em no agronegócio, empresas de papel e celulose, frigoríficos e construção civil, além dos que exercem atividades de diaristas, empregadas domésticas, babás, vendedores e agricultores, entre outros.
- 4) A exclusão digital existente nos quilombos, sem acesso a infraestrutura tecnológica e a circulação de informações as orientações de combate a pandemia;
- 5) A inclusão de formação dos professoras e professores da Educação Escolar Quilombola sobre as medidas de combate ao COVID-19;

- 6) A criação de política de comunicação de caráter informativa e educativa sobre o COVID 19, nas rádios e meios de comunicação locais, fundamental para as restrições impostas pelo isolamento social;
- 7) A precariedade do sistema de saúde nas comunidades, que não contam com postos de saúde 24 horas e nem com agentes de saúde. Situação relevante nos casos em que o COVID-19 pode ser confundido com uma gripe comum, podendo levar a morte;
- 8) Os relatos das famílias quilombolas sobre as experiências de busca pelo sistema de saúde são marcados por eventos de discriminação, resultando em práticas de cuidado da saúde e prevenção a doenças dentro da própria comunidade;
- 9) As situações de isolamento individual, quando a maioria das moradias das famílias quilombolas não comportam espaço para esta medida. A identificação de espaços como escolas, salões de festas e igrejas, precisam ser definidas previamente para atender estas situações;
- 10) A elaboração de roteiros de deslocamentos dos possíveis infectados, pelos poderes públicos, diante da distância geográfica de algumas comunidades para acessar os serviços de saúde;
- 11) A formação de equipes de saúde preparadas para atuar nas comunidades quilombolas, como para receber, higienizar e distribuir os alimentos e kits de produtos de higiene, assim como colaborar no monitoramento dos casos, nos moldes que vem sendo realizado pela SESAI para os indígenas;
- 12) A criação de um sistema de monitoramento dos casos e realizar estudos periódicos para avaliar a progressão da pandemia nas comunidades quilombolas;

- 13) E, por fim, a imediata retomada dos processos de regularização e de políticas públicas, como por exemplo, a urgente conclusão dos poços artesanais da Invernada dos Negros.

Estas são medidas essenciais e urgentes que transparecem dos relatos apresentados pelas lideranças quilombolas e do MNU em Santa Catarina. Só o Estado tem poder e capacidade para realizá-las de forma ampla. Só quem governa, legisla e julga tem a responsabilidade legal, moral e histórica sobre as decisões públicas. Sem essas medidas, a vida nos quilombos de Santa Catarina está diante de risco extremo, à beira do genocídio. É possível fazer um plano contingencial específico, a exemplo do que foi feito para os indígenas⁴⁷⁸. O Ministério Público Federal está oficiando a CONAB, FUNAI, SESAI e outros órgão exigindo que as políticas públicas implementadas não parem. O Conselho Estadual dos Povos Indígenas de Santa Catarina (CEPIN SC) mobilizou as secretarias do Estado para apoiar os Povos Indígenas. Também no Caso dos Indígenas a Secretaria Estadual montou um protocolo com o DSEI/SESAI para não parar de fornecer merenda escolar, mesmo com as aulas paralisadas. Afinal, qual é o problema do estado brasileiro com os quilombolas?

478. Ver documento do MPF Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas, março 2020. Ver em <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Recomendacao6CCRMPFindiosisolados.pdf>

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. Brasil de Fato. Alerta: grilagem de terras dispara no país. 5 de maio de 2020 Disponível em: <https://outraspalavras.net/outras-midias/alerta-grilagem-de-terras-dispara-no-ais/?fbclid=IwAR03bw11RuU-FNJU8XjqeEgdSfj4iNmzG77MZMMphZrxSMi92Ix6L5ftRLr8>, acesso em 6 de maio de 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. As comunidades quilombolas entre os novos significados de território e o rito de passagem da “proteção” ao “protecionismo”. In: OLIVEIRA, Osvaldo (org). **Direitos dos quilombos e dever do Estado brasileiro: Análises dos 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Brasília - DF: ABA, 2015. p. 29-54.

BARBIERI, Gisele. Riscos da medida provisória da Grilagem (MP910) é tema de debate da série Direitos Humanos em foco. 8 de maio de 2020. **Terra de direito**. Disponível em <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/riscos-da-medida-provisoria-da-grilagem-mp-910-e-tema-de-debate-da-serie-direitos-humanos-em-foco/23296>, acesso em 6 de maio de 2020.

BRASIL, presidência da República. Auxílio Emergencial. **Guia de orientações para grupos e populações tradicionais e específicos (GPTE), abril de 2020**. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cidadania-lanca-cartilha-de-orientacoes-sobre-auxilio-emergencial-voltada-para-grupos-populacionais-tradicionais-1/auxilio_gpTE_vale.pdf. Acesso em 6 de maio de 2020.

BRASIL, presidência da república. Ministério Público Federal. **Referência: Portaria n.419/RES, de 17 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronáirus (COVID-19) no âmbito da FUNAI**. Ministério Público Federal. Procuradoria geral da República. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Brasília, 19 de março de 2020.

CID, Ricardo Fernandes; BUSTOLIN Cíndia; TEIXEIRA, Luana. São Roque. Relatórios Antropológicos. In. LEITE, BOAVENTURA Ilka (org). Quilombos no sul do Brasil: Perícias Antropológicas. **Boletim Informativo do NUER**, vol.3,.n.3, 2006 p. 131-186.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto n. 535, de março de 2020. **Altera o 525 de 2020 para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providencias.** Disponível em http://www.coronavirus.sc.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/DECRETO_535.pdf. Acesso em 6 de maio de 2020.

MOMBELLI, Raquel. Territórios Quilombolas no sul do Brasil: flexibilização de direitos e re-existências. **ANAIS 18th IUAES Congresso Mundial de Antropologia.** GROSSI, Miriam Pillar; SILVA, Simone Lira (org). Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018, p. 5337-5354.

QUILOMBOS, Serviço de Regularização de Territórios. **Orientações sobre atendimento durante a pandemia (COVID -19).** [Mensagem pessoal] mensagem recebida por: Serviço.quilombolas@fins.incra.br. , em: 1 de abr. 2020.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. PARECER DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, REFERENTE A PROPOSTA AS SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL NO COMBATE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. Parecer entregue para Secretaria de Estado da Educação. Governo de Santa Catarina [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <mnusc.luta@gmail.com>, em 8 de abril de 2020.

PASSO, Gésio.. Plano para comunidades tradicionais contra Covid 19 terá 4,7 bilhões. Rádio **Agência Nacional**, 13 de abril de 2020. Disponível em: <https://radioagencianacional.ebc.com.br/direitos-humanos/audio/2020-04/plano-para-comunidades-tradicionais-contracovid-19-terar-47-bilhoes> acesso em 6 de maio de 2020.

SEREJO, Dorinete. Quilombolas de Alcântara diante de duas ameaças letais: Bolsonaro e coronavírus. 4 de maio de 2020. **Nova Cartografia Social da Amazônia.** Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/quilombolas-de-alcantara-diante-de-duas-ameacas-letais-bolsonaro-e-coronavirus/>, acesso em 6 de maio de 2020.

ESTADO, CAPITAL E PANDEMIA NO VALE DO RIO TROMBETAS

Ítala T. Rodrigues Nepomuceno⁴⁷⁹

Marcos Alan Costa Farias⁴⁸⁰

Somando esforços no sentido de descrever a pandemia da Covid-19 no território de povos e comunidades tradicionais, este artigo debruça-se sobre a situação observada, a partir de abril de 2020, em comunidades quilombolas que vivem no rio Trombetas, em Oriximiná (PA). Como acontece no universo mais amplo dos povoados, aldeias e assentamentos de trabalhadores rurais historicamente marginalizados nas políticas públicas de saúde no Brasil (VARGA et al, 2020), esses grupos mostram-se especialmente vulneráveis.

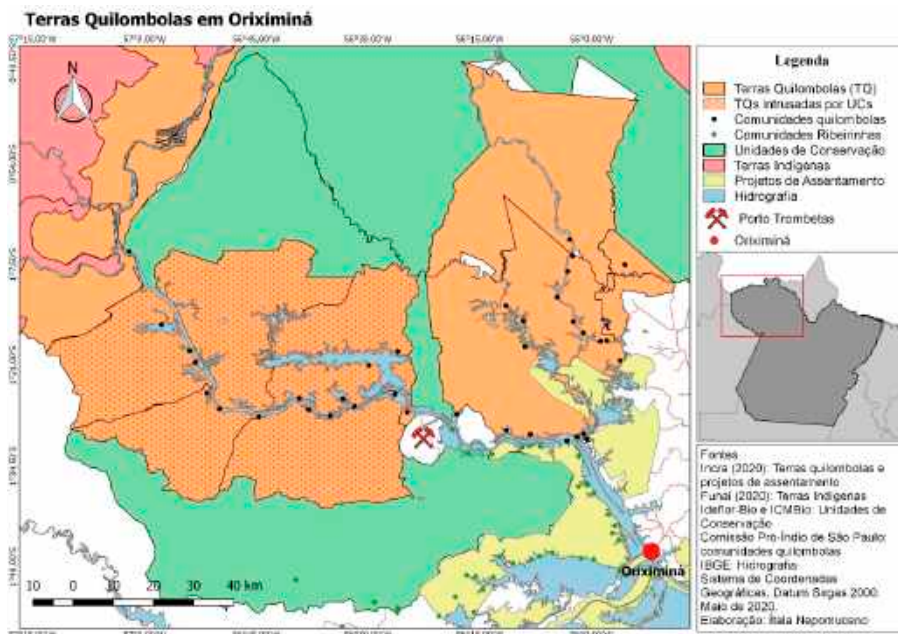
Oriximiná é um dos municípios com a maior população quilombola do país. Segundo dados da “Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os Indígenas e Quilombolas”⁴⁸¹, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 41 localidades, parte das quais em oito territórios oficialmente reconhecidos. Avizinham-se desse grupo étnico dezenas de comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas situadas no rio Nhamundá e a montante nos rios Trombetas, Mapuera, Cachorro e Erepecuru. O município possui, ainda, dois nucleamentos urbanizados: a própria sede municipal e o distrito industrial de Porto Trombetas, *company town* que abriga 6500 moradores, servindo como centro administrativo e

479. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). E-mail: italatr@gmail.com.

480. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). E-mail: marcosalan10@hotmail.com.

481. “Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os Indígenas e Quilombolas” Disponível em: <>. Acesso em 10 mai. 2020.

residencial da Mineração Rio do Norte (MRN)⁴⁸², subsidiária da Vale S. A. e maior mineradora de bauxita do Brasil (Mapa 01).



Mapa 01: Território Quilombolas em Oriximiná.

Com apoio em entrevistas remotas (em especial, por aplicativos de celular), fontes jornalísticas e outros dados secundários, nosso objetivo é duplo: discutir as medidas verticais de controle impostas pelo Estado na “gestão” da crise pandêmica e evidenciar a dificuldade das comunidades no acesso a direitos a serviços públicos de saúde. Peculiaridades da região serão levadas em conta, como o fato de que, além do Estado, que institui e coloca em prática medidas de governo com efeitos sobre a *população* local, a MRN – mediante seu poder econômico e político e controle territorial - também põe em práticas ações que exercem influência sobre a situação em foco. Na primeira parte do artigo, com vistas a dar subsídios à análise

482. A MRN é uma associação de empresas nacionais e estrangeiras que tem como acionistas a Vale (40% das ações); South32, (14,8%); Rio Tinto (12%); Companhia Brasileira de Alumínio (10%); Alcoa Alumínio S.A. (8,58%); Alcoa World Alumina (5%); Hydro (5%); e Alcoa Awa Brasil Participações (4,62%).

dos dados empíricos, explanamos brevemente o conceito foucaultiano de “biopolítica”, forma de poder fundada na “gestão” e técnicas de controle sobre populações, tomadas como objeto e base de processos biológicos. Na segunda parte, discutimos a Portaria nº 135/GM de 28 de março de 2020, que institui a mineração como atividade essencial, situando e discutindo seus efeitos na região do Trombetas. Na terceira parte, trazemos alguns dados referentes ao difícil acesso a leitos de UTI e outros serviços biomédicos pelas comunidades, que têm como bandeira de luta permanente um maior acesso à saúde.

Biopolítica e pandemia da Covid-19

O conceito de biopolítica, desenvolvido por Michael Foucault, remete a um dos polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a *vida* no Ocidente a partir do século XVII, marcando diferenças profundas em relação ao tipo de poder soberano exercido até a época clássica, que era fundado no direito de “causar a morte” ou “deixar viver” (FOUCAULT, 1988). Mais precisamente, a existência de uma “biopolítica” emerge por volta da metade do século XVIII e corresponde a uma série de intervenções e controles reguladores incidentes sobre um alvo bastante preciso: a “população”, que, concebida como se fosse um dado, em um momento específico da história, em verdade foi construída como objeto portador de realidade, problemas e fenômenos próprios, formando uma unidade em conexão com o desenvolvimento de uma ciência específica de governo (FOUCAULT, 2019: p. 424; FOUCAULT, 1988: p. 131).

A população, constituída como um conjunto de “viventes”, é, portanto, a unidade sobre a qual age a biopolítica - unidade esta concebida como suporte de processos biológicos, a ser regulada “por um biopoder que age sobre a espécie humana, sobre o corpo como espécie” (MACHADO,

2019: p. 29). Efeitos de conjunto passaram a revelar na população dinâmica e regularidades próprias (as grandes epidemias, questões como saúde pública, higiene, natalidade, número de mortos, de doentes, regularidade de acidentes, longevidade etc.), que se tornaram, por sua vez, objeto de intervenções e também de saberes como a demografia e a estatística. O fato de a biopolítica agir no nível da vida, entretanto, não significa uma ação equitativa ou ingênua sobre a continuidade biológica humana: há que se considerar que ela representa uma certa racionalização, um cálculo explícito, uma gestão da vida, de suas variáveis biológicas e mecanismos, cujo domínio “cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder” (FOUCAULT, 1988: p. 134). Em outras palavras, ela se realiza dentro de estruturas políticas e econômicas, que tentam regular e controlar populações ajustando-as a propósitos específicos (Idem).

Apesar de surgir articulada a técnicas de poder cujas origens remontam a mais de três séculos, a noção de biopolítica, formulada por Foucault na década de 1970, continua potente para pensarmos a pandemia de escala global em curso nessa segunda década do século XXI. Isso porque ela, a biopolítica, ainda está na base do poder político moderno, exercido por entes como o Estado e mesmo por grandes empreendimentos territorializados (cf. GAVIRIA, 2015), poder este que se realiza instituindo e fazendo valer medidas disciplinares e outros instrumentos que têm servido a um tipo de controle da pandemia do novo coronavírus. Algumas questões emergem nessa situação, abrindo espaço para tomadas de decisão com consequências bastante concretas: quais são as vidas excluídas da medida de isolamento social adotada para impedir a propagação do vírus? em nome de que esses indivíduos são excluídos de tal medida? quais atividades econômicas são consideradas de caráter essencial e não podem ser paralisadas, aumentando a possibilidade de propagação da doença? como se manifestam as desigualdades sociais no acesso a serviços de saúde e saneamento, que o Estado deveria assegurar de maneira universal às

populações? Ademais, como os agentes sociais – no caso, os quilombolas –, percebem e agem face às técnicas às quais certos poderes querem sujeitá-los?

Mineração como atividade essencial: a Portaria nº 135/GM de 28 de março de 2020

Encravada na floresta, em meio a um mosaico de terras indígenas, quilombolas e ribeirinhas, a MRN registrou os três primeiros casos de Covid-19 do município de Oriximiná⁴⁸³, no dia 22 de abril (MRN, 2020). A notícia pôs em alerta lideranças dos territórios vizinhos e representou a concretização de algo que já era temido: em função de suas especificidades operacionais – como o fluxo intenso de recursos materiais e de pessoas em circuitos locais, nacionais e internacionais; o trânsito de navios com tripulação estrangeira e a mobilização de centenas de trabalhadores em espaços aglomerados (refeitórios, transporte coletivo, aglomeração nas minas) – era provável que a empresa se tornasse uma via de inserção e propagação do vírus na região. Ao final do mês de maio os casos confirmados aumentaram de forma acentuada e, como temido, alcançou as comunidades próximas. Dos 52 casos positivados até o dia 29 de maio e anunciados pela MRN, 20 destes correspondem às comunidades quilombolas, lago batata ou comunidades vizinhas. Há de se considerar, ainda, que há ribeirinhos e quilombolas entre funcionários da empresa e, que, Porto Trombetas, além da “cidade fechada da mineradora”, possui um espaço onde membros das comunidades vizinhas param no caminho até a cidade para comprar combustível para embarcações ou, ainda, para obter mercadorias em pequenos estabelecimentos comerciais.

483. No dia 25/05, a MRN circulou comunicado entre os funcionários informando que Porto Trombetas passou, naquela data, ao estágio de “transmissão comunitária”, contando com 11 casos positivos e 96 casos em investigação para a Covid-19. Em Oriximiná, segundo “Boletim Coronavírus (COVID-19)” da prefeitura, com dados atualizados até 31/05/2020, o município conta, ao todo, com 234 casos confirmados e 15 óbitos. Disponível em: <<https://www.oriximina.pa.gov.br/boletim.php>>. Acesso em 21 mai. 2020.

Apesar dos riscos potenciais, e das recomendações por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), o setor da mineração no Brasil teve assegurada a continuidade de suas atividades, na contramão da política de isolamento social e preventivo que se aplica a outros setores da economia. Afinal, essas atividades foram consideradas “essenciais” pelo governo federal por meio da assinatura da Portaria nº 135/GM, de 28 de março de 2020, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia - após pressão do setor mineral, que não havia sido contemplado em portaria anterior (ÂNGELO; THE INTERCEPT, 2020a). Através desse ato de Estado, trabalhadores das mineradoras, ao lado das populações que vivem nas imediações de centenas de empreendimentos do tipo, em todo o Brasil, tornaram-se expostas ao risco de infecção, como tem acontecido, por exemplo, no Complexo Carajás - maior mina de minério de ferro do mundo, também no Pará - e na área de atuação da Fundação Renova, instituição criada pela Samarco/Vale/BHP Billiton para negociar as indenizações às famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG) (ÂNGELO; OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO, 2020; LOPO, 2020).

A pandemia que atravessamos possui, de fato, um caráter crítico, mas, para quem acompanha de perto conflitos associados à mineração (as próprias populações afetadas, movimentos sociais ou mesmo pesquisadores), assiste-se a uma repetição desse tipo de discurso que qualifica a mineração como “essencial” - discurso que parece ser levado até as últimas consequências, e que não é novo para comunidades que se relacionam com a MRN no Trombetas desde a década de 1970. Ao comentar a situação, Daniel de Souza⁴⁸⁴, liderança histórica e por muitos anos membro da organização das comunidades quilombolas do estado no Pará (Malungu), comenta a situação da região: “Ela [a MRN] continua funcionando [...]. Claro que a mineração se preocupa, mas é um pouquinho, ela é uma multinacional que ela quer saber de lucro, entendeu?” Para Lopo (2020: p. 3), há laços que unem as reflexões sobre a crise envolvendo a pandemia atual

484. Depoimento de Daniel de Souza, da comunidade Jauari, transmitido por meio de mensagem no aplicativo WhatsApp, no dia 18 de maio de 2020.

e conflitos socioambientais provocados pelo setor, uma vez que a pandemia não é um “evento” fora de nosso mundo social – mundo esse no qual, nas muitas vezes em que Estado e/ou empresas mineradoras são levados a tomar decisões em que é necessário escolher entre viabilizar sua operação ou impedir impactos socioambientais sobre territórios, a vida e a saúde desses grupos, um mesmo discurso é repetido a favor dos empreendimentos: “a economia não pode parar”. Que economia? Precisamente, a do modelo extrativista baseado na exportação de *commodities*, que sustenta lucros milionários de empresas multinacionais⁴⁸⁵.

O fato é que as atividades da MRN não pararam, foram apenas reduzidas e adaptadas. Com certa autonomia administrativa sobre Porto Trombetas, a empresa anunciou que, a partir do dia 04/05, colocaria em prática o “retorno controlado de profissionais” que estivessem em outros lugares do país⁴⁸⁶. Medidas disciplinares foram estabelecidas na Vila, como suspensão de atividades, restrições de acesso e mudanças na rotina de modo a “manter as operações mínimas”⁴⁸⁷ do empreendimento. Como resultado, a empresa comunicou, no dia 25/05, que entrou no estágio de “transmissão comunitária”, com 11 casos confirmados e 96 em investigação para a Covid-19.

Biopolítica dos poderes estatal e empresarial

Para compreender a biopolítica exercida durante a pandemia no Trombetas, é necessário considerar que as comunidades daquela região, de certa forma, vêm sendo convertidas duas vezes em *população*: uma pelo Estado e outra

485. A MRN registrou lucro líquido de R\$ 106,3 mi em 2017. Em 2018, o lucro foi 85,08% menor (R\$ 15,8 mi) em função de mudanças no planejamento produtivo da empresa. Informações do “Relatório de Administração de 2018”, disponível em: <http://www.mrn.com.br/paginas/imagens/Informaes_Financeiras/Relatorio-Administracao_2018-STM.pdf>. Acesso em mai. 2020.

486. Segundo nota publicada no site oficial da MRN. Disponível em: <<http://www.mrn.com.br/paginas/pt/comunicacao/noticias/retorno-controlado-de-profissionais.html>>. Acesso em 1 mai. 2020.

487. Segundo o site oficial da MRN. Disponível em: <<http://www.mrn.com.br/paginas/pt/comunicacao/noticias/mrn-adota-medidas-preventivas-contr-o-coronavirus.html>>. Acesso em 1 mai. 2020.

pelo empreendimento minerador da MRN, no quadro de formas de intervenção social abraçadas pelo discurso neoliberal. Como Gaviria (2015: p. 12-14) chama atenção, faz parte das estratégias de territorialização empresarial – em especial desse tipo de empreendimento mineral, dependente de localizações específicas e de operação de longo prazo – o exercício de uma forma de governo biopolítico, em que populações se tornam objeto de intervenção em suas condições de vida, inclusive para compatibilizá-las com objetivos empresariais em “prol da otimização e preservação dos processos econômicos”.

Em paralelo a medidas do governo federal, e aos planos municipais para a gestão da crise pandêmica, a MRN – investida de forte poder político e econômico – instituiu um “Comitê de Crise do Plano de Contingência à Covid-19”. Atuando em uma situação em que os poderes públicos municipais dispõem de poucos recursos, e tendo sido vista pela opinião pública como um possível vetor de propagação do vírus (em função de suas especificidades operacionais, como dito anteriormente), a mineradora investiu R\$ 4 milhões em ações que incluem a compra de 5.220 cestas básicas para distribuir a comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas; a aquisição de testes rápidos para diagnóstico da Covid-19 para uso próprio e distribuição a prefeituras locais e a realização de campanhas de prevenção. Todas essas atividades têm sido sistematicamente publicizadas em seu site oficial e no da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) e da Associação Brasileira do Alumínio (Abal).

Boa Vista

Boa Vista, primeiro quilombo titulado no Brasil, em 1995, está entre as comunidades mais vulneráveis à Covid-19. Vizinha imediata da MRN, a comunidade abrange 252 famílias⁴⁸⁸, confinadas em uma área relativamente

488. Segundo informações do presidente da ACROBV, Amarildo dos Santos de Jesus, Boa Vista abrange 252 famílias, aproximadamente 800 pessoas. O número considera famílias instaladas à margem direita do igarapé Água Fria, no “Sítio Conceição”, nas imediações de Porto Trombetas.

pequena se comparada às demais terras quilombolas da região. A proximidade com a empresa preocupa lideranças locais, como expressa Amarildo dos Santos de Jesus⁴⁸⁹, presidente da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista (ACRQBV):

A gente esperava que a MRN fechasse completamente a área dela, mas isso não aconteceu. Então tá todo mundo nervoso, com cuidado [...]. O carregamento [de navios] não parou, os navios continuam vindo direto. A casa de hóspedes continua funcionando, o aeroporto tá do mesmo jeito... Então, quem tem que se cuidar, é nós, para que, com a ajuda de Deus, a gente tire de letra isso.

Outra especificidade em relação às comunidades vizinhas, que a deixa ainda mais vulnerável, é a quantidade considerável de quilombolas que prestam serviços à mineradora e retornam diariamente às suas casas. Associados à Cooperboa - cooperativa quilombola que hoje possui aproximadamente 250 cooperados -, esses trabalhadores são submetidos à contratação precária e desempenham funções de baixa remuneração, como jardinagem, serviços domésticos e auxiliar de serviços gerais (CORREA et al, 2015). Eles não tiveram suas atividades interrompidas, como diz Amarildo: “tem setor que tá trabalhando normal. Por exemplo, o setor de zeladoria tá trabalhando normal [...]. A Coorpeboa, ela faz a manutenção nos alojamentos, né?”. Ele também explica que, face às relações jurídicas estabelecidas com a empresa, a cooperativa fica encarregada da aquisição de EPIs, o que, na prática, é uma dificuldade: “a cooperboa tem que comprar seus equipamentos de proteção, né, para proteger os trabalhadores dela. A cooperboa não parou. Tá normal, não parou, diminuiu alguns setores”.

489. Entrevista concedida por Amarildo dos Santos de Jesus, comunidade Boa Vista, via ligação telefônica, no dia 19 de maio de 2020.



Foto 01: Quilombo Boa Vista. Foto: Ítala Nepomuceno. Agosto de 2018.

Segundo Jair Cohen⁴⁹⁰, Diretor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minerais não Ferrosos do Oeste do Pará (STIEMNFOPA) – que representa empregados diretos da MRN, o que não inclui cooperados de Boa Vista – a mineradora fez alguns ajustes em suas operações, como a redução de 3 turnos (de 8 horas) para 2 turnos (de 10 horas), mantendo em exercício aproximadamente 60% seus contratados diretos (ao todo, entre 1450-1500 funcionários)⁴⁹¹ através de acordos coletivos que concederam direitos como férias e afastamentos. No entanto, “o pessoal de lavra, de mineração, esse não tem como parar”, explica. A redução, contudo, não teria impactado significativamente o planejamento produtivo da mineradora, que, por questões administrativas e de mercado, já previa a diminuição da produção esse ano, em que deve exportar aproximadamente 12 milhões de toneladas de bauxita.

490. Entrevista concedida por Jair Cohen, Diretor Presidente do STIEMNFOPA, feita via telefone no dia 19 de maio de 2020.

491. Segundo o STIEMNFOPA, entre terceirizados e funcionários diretos, a MRN mobiliza atualmente entre 7000 a 8000 trabalhadores.

Ao que parece, em que pese o risco aos quais ficam expostos todos os trabalhadores da mineração no contexto da pandemia - sujeitos a diferentes regimes de trabalhos, como terceirizados, cooperados e funcionários diretos com carteira assinada - as condições em que se encontram os associados da Cooperboa, segundo lideranças locais, parecem estar entre as mais precárias e ameaçar a segurança de Boa Vista, relegando os quilombolas a relações de subjugação e desigualdade social que historicamente caracterizam o lugar relegado a esse grupo.

Nós devia tá aquilombado, muito mais do que como era no passado⁴⁹²

Além da grande mineração, outros riscos potenciais de chegada do coronavírus aos quilombos do Trombetas estão associados à exploração de suas terras. A comunidade Pancada, no TQ Erepecuru, chegou a expedir, em 1º de maio, ofício requerendo apoio das autoridades para impedir o ingresso de turistas e garimpeiros em seu território, problema enfrentado pelas famílias do local desde longa data, como medida de proteção frente à pandemia (CPI-SP, 2020). A organização quilombola para o isolamento das comunidades é preocupação ao longo de todo o rio Erepecuru, como informa Daniel de Souza, da comunidade Jauari:

Há uma insegurança para mim, ainda, não para mim, mas para várias pessoas aqui da comunidade, há uma grande insegurança e insegurança ainda da gente [...]. Mas eu vejo que há uma segurança nossa, porque a gente tá distante, mas a segurança às vezes não é só estar distante, mas é não deixar com que outras pessoas venham proliferar aqui pra nós. [...]. Nós estamos também

492. Frase de Daniel de Souza, comunidade Jauari, rio Erepecuru, em entrevista concedida por meio de aplicativo de celular, no dia 19 de maio.

perto da fogueira, do fogo. Por que a distância que a gente tá da cidade é longa, mas em função da vinda de pessoas da cidade, passando pela cidade, encostando, a gente não sabe nem quem é, é muito complicado, né? Nós devia tá *aquilombado*, muito mais do que como era no passado, sem contato com pessoas de outro lugar, né? Mas, infelizmente, a gente já não dá mais pra ser assim, entendeu? E graças a Deus que nós estamos antenados nessa tecnologia e conversando com nossos amigos [...] pra que possa divulgar isso aqui do que tá acontecendo na nossa cidade (Daniel de Souza, da comunidade Jauari).

Até os dias finais do mês de maio quando ainda estávamos finalizando a escrita deste texto, os quilombos do Trombetas, organizados nos planos comunitários e das associações, tinham tido êxito em suas ações de defesa contra a pandemia e não haviam registrado nenhum caso de coronavírus, de modo que não estavam fazendo soma aos 203 casos de contaminação e 51 mortes em quilombos registrados no Brasil pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)⁴⁹³. Contudo, os últimos informativos da MRN, como já citados anteriormente, apontam para casos confirmados em comunidades quilombolas, porém sem dar maiores detalhes. Apesar das dificuldades na manutenção do isolamento, frente a pressões territoriais e necessidades de ir à cidade para ter acesso a serviços bancários e produtos como remédios, boa parte do sucesso até então era atribuído aos territórios, reafirmados como espaços de autonomia e garantidores de segurança alimentar, como expresso nas palavras de Aluísio Silvério⁴⁹⁴, do TQ Alto Trombetas I: “aqui, mesmo, nas nossas comunidades, nas seis comunidades da Mãe Domingas, graças a deus não apareceu esse caso [de coronavírus]. Mas, a gente tá se organizando... Nossa ferramenta

493. Segundo dados disponibilizados pelo “Observatório da Covid-19 nos Quilombos”, realização da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) com o Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://quilombosemcovid19.org/>>. Acesso 31 mai. 2020.

494. Depoimento de Aluísio Silvério, TQ Alto Trombetas I, feito por meio de mensagem de áudio no aplicativo de WhatsApp, no dia 19 de maio de 2020.

aqui, é nós ficar em casa [...] A gente tá tomando uma decisão de não ir na cidade ainda, deixar essa poeira abaixar pra gente poder ir na cidade. A gente tá se alimentando aqui do nosso peixinho, da nossa farinha e do nosso beiju de tapioca... E aquilo que tem no quilombo, tomando nosso açúcar”.

Apesar do relativo grau de segurança na maioria das comunidades, elas enfrentam uma grave dificuldade de acesso a serviços médicos de emergência, como evidenciado a seguir.

O difícil acesso a leitos de UTI e outros serviços médicos

Como costuma ocorrer com as populações e comunidades rurais, negras, quilombolas e indígenas em geral, as comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas de Oriximiná são precariamente assistidas em seus direitos a serviços de saúde e saneamento. Para se ter uma ideia da vulnerabilidade dessas comunidades nessa pandemia da Covid-19, o município de Oriximiná possui apenas um respirador e nenhuma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) (THE INTERCEPT, 2020). Ainda assim, para chegar até Oriximiná, moradores de comunidades com as situadas no TQ Alto Trombetas II, ou no TQ de Cachoeira Porteira, teriam de viajar de 10 a 12 horas de barco para chegar ao Hospital Municipal, de onde, caso necessário, podem ser transferidos de avião até o leito de UTI mais próximo, no Hospital Regional do Baixo Amazonas, em Santarém. A situação, quando não similar, é ainda pior para povos indígenas que vivem a montante nas Terras Indígenas (TI) Trombetas/Mapuera, Nhamundá/Mapuera e Katxuyana-Tunayana, mesmo que com o atendimento prestado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Além do acesso precário a serviços de saúde na rede pública, as comunidades ribeirinhas e quilombolas sentem-se excluídas dos serviços

oferecidos no Hospital de Porto Trombetas⁴⁹⁵, cujo atendimento é restrito a funcionários da MRN e a quilombolas por ela previamente cadastrados, geralmente de comunidades mais gravemente atingidas pelos impactos de suas atividades. Como mostram Fidelis e Carvalho (2018), a ampliação e o acesso a esse atendimento “privado” vem sendo uma reivindicação central e permanente desses grupos e sistematicamente encaminhada como condicionante no âmbito dos processos de licenciamento ambiental que tem como objetivo expandir as atividades de mineração para dentro dos territórios quilombolas (TQ Alto Trombetas I e II). A restrição no acesso a esses serviços biomédicos, reconhecidos na região como muito superiores em qualidade aos oferecidos na rede pública, escancara ainda mais a desigualdade que atinge esses grupos na distribuição desse tipo de recurso.

A nosso ver, o condicionamento total ou parcial desse acesso a “medidas mitigadoras” - no plano dos licenciamentos conduzidos pelo Estado e suas agências ambientais - pode ser compreendido como uma biopolítica exercida sobre os grupos impactados pela mineração. Saliente-se que tais medidas devem mitigar, em maior ou menor grau, impactos causados justamente por esse tipo de empreendimento sobre territórios e a saúde dos atingidos, provendo um equacionamento político de um conflito que envolve variáveis biológicas. Ademais, o acesso a serviços de saúde, nesses termos e condições, é limitado ao tempo em que a empresa estiver na região, o que não constitui esses grupos como sujeitos, cidadãos, com acesso permanente a esse direito básico e que deveria ser universal e atendido pelo Estado.

495. Casos de emergência são atendidos no Hospital de Porto Trombetas, mas, após os primeiros socorros, os pacientes não “cadastrados” para atendimento são encaminhados ao SUS. A empresa também desenvolve um programa permanente de medicina preventiva e assistencial junto a comunidades da região.

Considerações finais

Assistimos, diante das informações apresentadas e dos relatos dos agentes sociais, o exercício do poder biopolítico pelo Estado e pela MRN, maior mineradora de bauxita do Brasil, sobre as comunidades quilombolas do Trombetas no contexto da pandemia da Covid-19. Esse poder é exercido especialmente por meio das tomadas de decisão sobre formas específicas de controle sanitário e das questões atinentes à alocação de recursos para atendimento à saúde, precariamente acessados por esses grupos. A Portaria nº 135/GM de 28 de março de 2020, ato de Estado que considera mineração atividade “essencial”, e que possibilita a continuidade das atividades da exploração de bauxita naquela região, representa, sem dúvida, uma das maiores ameaças à segurança biológica das comunidades em questão -em especial, à comunidade Boa Vista, primeiro quilombo titulado do Brasil e vizinho imediato da empresa. Como o artigo mostra, a conjuntura observada vai além da questão da saúde, desenvolvendo-se no quadro de uma situação social e econômica enfrentada historicamente pelas comunidades, em que decisões são tomadas sem uma reflexão adequada sobre as consequências que se abaterão sobre elas e seus territórios, em nome da “adequação” de suas condições de vida à viabilidade da economia baseada no extrativismo mineral de larga escala.

Em outras palavras, a situação observada se articula com aspectos políticos e econômicos e, assim, passa a relacionar-se com dimensões da vida social, que, neste momento de pandemia, intrinsecamente, encontram-se conectados a questões biológicas e de saúde pública. Contudo, as comunidades quilombolas tentam desempenhar formas de autonomia, isso quando conseguem sem interferências externas, para garantir sua saúde, segurança alimentar e bem-estar. Essas estratégias de resistência estão pautadas em seus modos de vida e, sobretudo, devem ser respeitadas, garantindo assim a gestão de seus territórios orientada por suas decisões, o que envolve a garantia de acesso a serviços sanitários e de saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÂNGELO, M. **Funcionário da Vale morre por Covid-19 no Pará.** Observatório da Mineração. 11 abr. 2020. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/funcionario-da-vale-morre-por-covid-19-no-para/>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

____. **Coronavírus: mesmo com empregados contaminados, Vale mantém operação e aglomeração em minas.** THE INTERCEPT, 28 mar. 2020a. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/03/26/coronavirus-vale-mantem-minas-operacao/>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

CORREA, S. da S; RIBEIRO, A. F. A.; SILVA, R. G. da C. A subjugação da força de trabalho quilombola ao capital na Amazônia: análise sobre o quilombo Boa Vista no município de Oriximiná (PA). **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.9, Número Especial. p. 39-55, jan/jun. 2015.

CPI-SP – Comissão Pró-Índio de São Paulo. **Povos e comunidades tradicionais na Amazônia adotam medidas de prevenção ao coronavírus.** 2020. Disponível em: <<http://cpisp.org.br/povos-e-comunidades-tradicionais-na-amazonia-adotam-medidas-de-prevencao-ao-coronavirus/>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

FIDELIS, J. C; CARVALHO, L. G. No futuro será quilombola: etnografia multisituada sobre reconhecimento e consideração em torno da saúde no Alto Trombetas. **31ª Reunião Brasileira de Antropologia.** Brasília, DF: dez. 2018.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I.** A vontade de saber. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

____. **Microfísica do Poder.** Org. Roberto Machado. 9ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra Ltda, 2019.

____. **Nascimento da Biopolítica.** Edição estabelecida por Michel Senellar; sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAVIRIA, E. A. M. A 'vontade de governar': confluências nos modos de controle militar e empresarial do território. **Anais... XVI ENAPUR - Espaço, planejamento e insurgências. Sessões Temáticas - Estado, planejamento e política.** Belo Horizonte, 2015. p. 1-16.

LOPO, R. Covid e Mineração - a crise como o contexto e o lucro como necessidade. **Boletim n.28 - Ciências Sociais e coronavírus.** 2020. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2342-boletim-n-28-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do Poder.** Org. Roberto Machado. 9ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra Ltda, 2019.

MRN - MINERAÇÃO RIO DO NORTE. **Nota Oficial MRN.** Porto Trombetas, 2020. Disponível em: <<http://www.mrn.com.br/paginas/pt/comunicacao/noticias/nota-oficial-mrn.html>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

PINTO, L. F. P. **A mineradora brasileira das multinacionais.** Publicado em: Amazônia Real. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/a-mineradora-brasileira-das-multinacionais/>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

VARGA, I. v.; CARDOSO, R. L. S.; VIANA, R. L.; COSTA, A. H. F.; SANTOS, M. S. P.; FERREIRA, D. F.; DEURSEN, M. A. P. O.; FERREIRA, L. A. Vulnerabilidade em Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas Frente à Covid-19. **Boletim n.28 - Ciências Sociais e coronavírus.** 2020. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2342-boletim-n-28-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

WENZEL, F. **Coronavírus: casos suspeitos em mineradora acendem alerta sobre comunidades da Amazônia.** THE INTERCEPT, 18 mar. 2020b. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/03/18/mineradora-casos-coronavirus-comunidades-amazonia/>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

**TERRITÓRIOS DE
COMUNIDADES DE FUNDOS
E FECHOS DE PASTO, DE
PESCADORES, DE ASSENTADOS,
DE *RAIZALES* E DE
COMUNIDADES ATINGIDAS POR
MINERAÇÃO**

O DUPLO *PHARMAKON* DA PANDEMIA NO ASSENTAMENTO NAZARÉ, ACARÁ

Elielson Pereira da Silva⁴⁹⁶

O início de um novo ano coincidiu com o surgimento de um novo vírus, possivelmente de origem zoonótica, advindo do continente asiático, conhecido como Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-Cov-2) ou coronavírus, cujos casos inicialmente circunscritos a província chinesa de Wuhan rapidamente foram se espalhando em direção a outros países, facilitados pela fluidez dos transportes e das comunicações, na esteira da perturbação planetária (SANTOS, 2000; KRENAK, 2020). Três meses depois, em face da escalada da propagação a nível global, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou a covid-19 como pandemia⁴⁹⁷, recomendando aos países-membros a adoção de providências para o seu devido enfrentamento.

No Brasil, o primeiro caso foi confirmado no dia 26 de fevereiro. Um homem internado no Hospital Albert Einstein testou positivo para a covid-19, após retorno de uma viagem à Itália⁴⁹⁸. Na ocasião o então Ministro da Saúde usava um tom otimista, na tentativa de tranquilizar a população: “É mais um tipo de gripe que a humanidade vai ter que atravessar. Das gripes históricas com letalidade maior, o coronavírus se comporta à menor e tem transmissibilidade similar a determinada gripes que a humanidade já superou”. No entanto, a disseminação da SAR2-Cov-2 expôs as entranhas de uma sociedade profundamente injusta e desigual: subfinanciamento do sistema único de saúde, ausência de testes em massa,

496. Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará. Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

497. Ver em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 10.mai. 2020.

498. Disponível em: < <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>>. Acesso em: 11. mai. 2020.

poucos leitos de UTI e de profissionais de saúde em regiões periféricas, ausência de respiradores mecânicos e de insumos hospitalares básicos, conjugados com os resquícios de seu passado colonial, escravocrata e autoritário. Embora a primeira morte tenha sido registrada oficialmente em 17 de março, investigações posteriores feitas com base em registros epidemiológicos evidenciaram que na realidade o primeiro óbito ocorreu em 23 de janeiro, no estado de Minas Gerais.

Responsável por um vasto repertório de atrocidades, motivado pelo comportamento grotesco, negacionista e destituído de qualquer empatia, o Presidente da República tratou a pandemia como “uma gripezinha”, “um resfriadinho”, “outras gripes mataram mais”, “histeria inventada pela mídia”, “é igual uma chuva, você vai se molhar, mas não vai morrer afogado”, “está superdimensionado”, “o vírus está indo embora”. Quando confrontado com o agravamento da situação, tratou de se isentar de responsabilidade, proferindo verdadeiros discursos repugnantes como “eu não sou coveiro”; “todo mundo vai morrer um dia”; “E daí? Lamento, quer que eu faça o que? Eu sou Messias, mas não faço milagres”.

No estado do Pará, no dia 18 de março foi diagnosticado o primeiro caso⁴⁹⁹, de um jovem de 37 anos recém-chegado da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro óbito⁵⁰⁰ foi confirmado no dia 01 de abril. Tratava-se de uma mulher de 87 anos residente no Vila de Alter-do-Chão, em Santarém, no oeste paraense. Apesar das medidas de controle anunciadas pelo governo estadual, como o fechamento de fronteiras terrestres e a não permissão para o pouso de aeronaves no Aeroporto Internacional de Val-de-Cans, a disseminação do vírus ganhou escala e sua transmissão passou a ser comunitária. Pouco tempo depois, a Região Metropolitana de Belém se tornou um dos epicentros da pandemia no país, com gravíssimas repercussões sobre os sistemas funerário e de saúde, à esta altura completamente colapsados.

499. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/03/18/secretaria-estadual-de-saude-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-no-para.ghtml>>. Acesso em: 10. mai. 2020.

500. A notícia pode ser encontrada em:< <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/01/governo-do-para-confirma-primeira-morte-por-coronavirus-no-estado.htm>>. Acesso: 10. mai. 2020.

No município de Acará, os primeiros dois casos anunciados oficialmente ocorreram nos dias 21 e 23 de abril, respectivamente, ambos em comunidades rurais. No entanto, o primeiro óbito ocorreu de fato no dia 20 de abril no território quilombola de Itancuã Miri, de acordo com boletim epidemiológico⁵⁰¹ emitido pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Tratou-se do senhor Jacivaldo Franco do Nascimento, de 68 anos. O território possui 968,99 hectares, 96 famílias e foi titulado pelo Instituto de Terras do Pará em 2003. De acordo com a organização, a Região Norte concentra 61,5% das mortes diagnosticadas por covid-19 no Brasil. Os estados do Pará e Amapá lideram essa estatística funesta.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares existem 13 (treze) territórios quilombolas certificados em Acará, os quais obtiveram reconhecimento institucional entre 2006 e 2019. Destes, 10 (dez) estão situados integralmente nos limites do município. São eles: Itancoãzinho e Santa Quitéria, Paraíso, Guajará Miri, Alto Acará, Espírito Santo, Carananduba, Itancoã Miri, Itapuama, Trindade III e Monte Alegre. Outros 3 (três) estão situados parcialmente nos municípios de Concórdia do Pará e Moju. Trata-se das comunidades Menino Jesus de Acará, Oxalá de Jacunday e Nossa Senhora da Conceição. Na fronteira com Tailândia, está localizado o território étnico reivindicado pela Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade da Balsa, Turiaçu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do Acará – ARQVA, com área de 18.203,4 hectares, às margens do Rio Acará. A unidade social de mobilização nasceu a partir da organização de famílias expulsas compulsoriamente por grupos violentos para abrir espaço a monocultivos de dendeneiros em larga escala, impulsionados pela Agropalma S.A desde os anos 1980.

A realidade social experimentada pelos quilombolas do Médio e Alto Rio Acará tem sido marcada por graves conflitos territoriais e ambientais com megaempreendimentos do agronegócio dendê, precisamente da Agropalma

501. Ver em: <http://conaq.org.br/noticias/alerta-publico/>. Acesso em 23. mai. 2020.

S.A e da Biopalma da Amazônia S.A. A partir da bifurcação do leito do rio, à montante da sede municipal, onde se formam os Rios Acará-Mirim e Miritipitanga, até a longínqua fronteira física com o município de Tailândia, a dias de viagem de barco, a bacia hidrográfica e os recursos de uso comum a ela associados encontram-se completamente privatizados, controlados e vigiados pelas empresas.

A concatenação de estratégias empresariais da dendeicultura, coadunadas com políticas governamentais desenvolvimentistas, em face de quilombolas, indígenas e ribeirinhos, opera por meio de uma *necropolítica do dendê* nos territórios etnicamente configurados do Baixo Tocantins, epicentro do referido cultivo a nível estadual e nacional. Nesses lugares, as oportunidades de vida e de morte se manifestam desigualmente de diversas maneiras, afetando simultaneamente as múltiplas dimensões da vida social, do físico ao psíquico, orientadas por uma “lógica de sacrifício que sempre esteve no coração do necroliberalismo⁵⁰²”.

Se por um lado, os violentos processos de expropriação e desterritorialização culminam em cercamentos físicos nos moldes da cidade do colonizado fanoniana, de outro, produzem rachaduras profundas indelevelmente marcadas na memória, na psique de suas vítimas. Os sistemas de referência e as modalidades de existência encontram-se asfixiados, numa agonia continuada. Pescar já não se pode; beber a água do rio, à esta altura, envenenada por efluentes lançados pelas empresas, pode significar dar fim à própria vida.

Atualmente existem duas estratégias empresariais em curso: a primeira, financiada pela Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), e ancorada em estudos produzidos por especialistas de renome na área de conservação, propõe a criação de corredores ecológicos “sustentáveis” em terras

502. BERCITO, D. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da ‘necropolítica’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de março de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>>. Acesso em 20. abr. 2020.

contíguas controladas por empresas do dendê, muitas destas, resultantes de apossamento ilegal. Infere-se que o principal objetivo dessa iniciativa é frear o reconhecimento dos direitos territoriais dos quilombolas do Alto Acará. A outra frente consiste na reivindicação de “direitos minerários” por empresas do dendê junto à Agência Nacional de Mineração - ANM, os quais se sobrepõem às mesmas áreas consideradas “reservas legais”, situadas às margens do Rio Acará. Destes, 30 (trinta) são pedidos de autorização de pesquisa reivindicados pela Agropalma S.A, relacionados à substância bauxita, abrangendo um bloco correspondente a 121.031,71□ hectares, incidentes em terras tradicionalmente ocupadas, nas quais estão presentes cemitérios indígenas e quilombolas profanados sub-repticiamente pelos empreendimentos da dendeicultura.

Em consulta ao módulo público do Sistema Eletrônico de Informações da ANM, verificou-se que durante o mês de março deste ano, ou seja, em plena emergência da pandemia, a Agropalma S.A apresentou novos documentos para serem apensados em treze processos em andamento na agência. Referida movimentação, gestada silenciosamente junto à tecnocracia governamental, não encontra eco nos canais convencionais de comunicação, focados neste momento em evidenciar a trágica disseminação da enfermidade, embora em tempos considerados “normais”, não o façam em virtude de interesses comerciais em veicular peças publicitárias pagas pela empresa para exaltar seus triunfalismos.

Em 18 de março a gestão municipal decretou *situação de emergência pública em saúde*, que um mês depois foi convertida em *estado de calamidade pública*, ante às evidências de propagação da pandemia em direção ao interior do estado. O ato foi reconhecido pela Assembleia Legislativa do Pará, por meio do Decreto Legislativo nº 22, de 29 de abril de 2020. Tratam-se medidas excepcionais que possibilitam à prefeitura realizar compras de materiais e insumos sem licitação, de maneira expedita. No dia 24 de abril foi anunciado no perfil oficial da prefeitura a distribuição de cestas básicas para as pessoas

em situação de “vulnerabilidade social”. No último dia daquele mês entrou em vigor o uso obrigatório de máscaras, por tempo indeterminado.

No intervalo de 01 de março a 23 de maio foram editados doze decretos pela Prefeitura Municipal de Acará, relacionados à pandemia de SARS-Cov-2. Os atos adotados se sucedem a partir da iminência da chegada do novo coronavírus e se intensificam na medida de sua propagação pelo território do município. Herdados de uma linha de produção trôpega, constituem-se como meras repetições de instrumentos jurídicos adotados por outros municípios, mimetizados sem levar em conta as particularidades locais. Num município com população predominantemente rural, paradoxalmente, as medidas sanitárias adotadas para o enfrentamento da covi-19 focam prioritariamente nos núcleos urbanos, o que denota uma distribuição desigual das chances de viver e de morrer.

Decorrido um mês após a notificação dos primeiros casos, a disseminação descontrolada do coronavírus resultou num crescimento exponencial de 4.250% no número de registros nesse intervalo. Em 22 de maio existiam 87 positivados, 5 óbitos confirmados, 2 óbitos em investigação, 192 testes rápidos realizados, 255 casos notificados e 46 pacientes recuperados.

Fechamento tardio de igrejas neopentecostais nas comunidades rurais, não-interrupção de atividades agroindustriais do dendê, circulação diária de centenas de caminhões transportando soja para o Porto de Vila do Conde, atraso na adoção de medidas de fechamento do comércio e proximidade com a Região Metropolitana de Belém, epicentro da pandemia no estado, constituem os principais vetores de transmissão do coronavírus nos territórios tradicionais e comunidades rurais de Acará, conforme relatos orais dos agentes sociais.

A despeito das medidas sanitárias e de isolamento social adotadas pela gestão municipal invocarem as diretrizes e recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde e do Governo do Pará, a

autoridade máxima do município tem usado reiteradamente as redes sociais oficiais para estimular o povo acaraense a fazer “correntes de oração” como “antídoto” para combater o coronavírus, conjugando a retórica da guerra com os fervores do neopentecostalismo.

Só para combater esse (sic) pandemia é oração. Quem ora, ora, quem reza, reza. Eu quero convidar a todo o Brasil, a todo o Pará, a todo o mundo, a todo o Acará, para fazermos uma corrente de oração amanhã de segunda para terça; todo mundo pegando suas bíblias, se ajoelhando, orando, rezando, para que a gente possa juntar combater a pandemia.

[Amanda Martins, Prefeita Municipal, depoimento postado na página da Prefeitura de Acará no Facebook, 26/04/2020].

A emulação da autoridade municipal constitui-se como elemento-chave para interpretar as relações envolvidas no enfrentamento efetivo ao coronavírus. Ao centrar sua energia mobilizadora na recomendação a rituais religiosos como antídoto para “curar” a humanidade enferma, repete as práticas do pastorado tão bem analisadas por Foucault, cujos objetivos consistem em conduzir as condutas dos governados de maneira obediente, consoante uma *economia das almas*. Ademais, associado à distribuição de medicamentos com efeitos comprovadamente nocivos à saúde, como a cloroquina e a hidroxicloroquina prescritas sem nenhum fundamento científico pelo mandatário do país, representa a potencialização dos riscos de mortalidade.

A covid-19 como duplo *pharmakon*

Diferentemente da “normalidade” erigida pelo processo de acumulação capitalista, cujos traços de sua vertente neoliberal são marcados pela incitação ao “viver perigosamente”, mediatizado pela relação entre liberdade e

dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008), a pandemia da SARS-Cov-2 impõe um confinamento involuntário determinado por um conjunto de medidas restritivas, classificadas como “distanciamento social”, “isolamento” e “quarentena”, adotadas conforme o gradiente de contaminação⁵⁰³. A circulação limitada de pessoas afeta principalmente os sistemas de transporte e de comunicação, vetores por excelência de transmissão do vírus. Não obstante, em pouco menos de dois meses, a enfermidade se espalhou mundo afora.

Essa injunção nos processos de sociabilidade é o corolário de técnicas disciplinares de gestão e controle dos corpos, conjugadas com a implantação de dispositivos biopolíticos com o propósito de administrar os efeitos da pandemia sobre as relações sociais e em face dos fluxos econômicos e demográficos de uma população. O pânico em relação à virulência de um inimigo invisível, que se hospeda nas fronteiras corporais e na porosidade das superfícies para propagar sua transmissibilidade (BUTLER, 2020), ensejou o fechamento de fronteiras físicas, a suspensão dos encontros e a emergência de hábitos de subsistência até então obliterados pelo frenesi cotidiano estimulado pela religião animista do capitalismo (MBEMBE, 2017).

A economia política da vida passou a ser gerenciada com base em um regime de classificações objetivado por meio da definição de “serviços essenciais” e “serviços não-essenciais”, sob a discricionariedade de autoridades públicas das três esferas governamentais. Presidente, governadores e prefeitos têm editado uma multiplicidade de normas elencando as atividades passíveis de funcionamento durante a vigência da

503. De acordo com a UFRGS (2020), o *distanciamento social* consiste na redução da interação entre as pessoas de uma determinada localidade para conter o ritmo de expansão do vírus. É aplicado principalmente em locais onde a transmissão é considerada comunitária. Pode ser restritivo (*lockdown*) ou mirar somente nos chamados “grupos de risco”. Por sua vez, o *isolamento* “é uma medida que visa separar as pessoas doentes (sintomáticos respiratórios, casos suspeitos ou confirmados de infecção por coronavírus) das não doentes, para evitar a propagação do vírus”. Este pode ser feito em ambiente domiciliar ou hospitalar. A *quarentena* se refere à “restrição de atividades ou separação de pessoas que foram presumivelmente expostas a uma doença contagiosa, mas que não estão doentes (porque não foram infectadas ou porque estão no período de incubação)”. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/telessauders/posts_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/>. Acesso em: 26.mai.2020.

pandemia, as quais estão condicionadas ao saber estatístico relacionado ao número de casos positivados e a pressão exercida por grupos econômicos e religiosos interessados na não-interrupção de seus empreendimentos.

A propagação exponencial da pandemia no Brasil vem sendo potencializada pela gestão temerária da crise sanitária, decorrente de um exercício grotesco de poder, “voluntariamente desqualificado pelo odioso, pelo infame ou pelo ridículo”, liderado por alguém que lembra a descrição foucaultiana sublinhada em *Os anormais*, ou seja, “teatralmente disfarçado, desenhado como um palhaço, como um bufão de feira” (FOUCAULT, 2001, p. 15-6). O sadismo mórbido do atual Presidente do Brasil promove diariamente a incitação ao descumprimento das medidas de isolamento social e com seu brutalismo provoca o sufocamento do “direito universal à respiração”, do direito fundamental à existência, consoante a redistribuição desigual das condições de exposição à morte, atingindo com maior vigor os grupos sociais em situação de precariedade (MBEMBE, 2020). Enfim, banalização da vida e do poder da palavra (KRENAK, 2020).

Para além do vasto repertório de espetáculos grotescos reiteradamente urdidos pelo atual mandatário do país, uma das manifestações mais devastadoras da política do *deixar morrer* foi evocada por Solange Vieira, assessora do Ministro da Economia, Paulo Guedes, numa reunião realizada entre integrantes do governo para discutir medidas de enfrentamento à pandemia no mês de março. De acordo com matéria divulgada pela Agência Reuters, ela teria assim afirmado: ““é bom que as mortes se concentrem entre os idosos... Isso melhorará nosso desempenho econômico, pois reduzirá nosso déficit previdenciário”. A objetivação desse desejo sustentado pelo racismo é materializada na constatação de que os negros, pardos e analfabetos têm 3,8 chances de morrer por covid-19, em comparação com pessoas brancas⁵⁰⁴. Ademais, estamos sob a égide de um processo de militarização completa do alto comando da política de saúde pública brasileira.

504. A pesquisa do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foi divulgada em 27 de maio de 2020 e pode ser encontrada no link: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/27/negros-sem-escolaridade-tem-4-vezes-mais-chances-de-morrer-por-covid-19-no-brasil-mostra-estudo.ghtml>. Acesso em 27. mai. 2020.

Em tempos pandêmicos, mesmo diante de tantas incertezas e agonias pelo adoecimento de familiares, amigos e rostos desconhecidos, muitos autores têm se dedicado a produzir reflexões sobre os efeitos do novo coronavírus nas relações sociais. Mbembe (2020) alerta que a covid-19 constitui-se como “expressão espetacular do impasse planetário em que a humanidade se encontra”, ameaçada pela “grande asfixia”. Ao mesmo nos indaga se “a Terra, para os humanos, estaria em vias de se transformar em uma roda de despedaçamento, uma grande Necrópole universal”, sustentada pela racialização de práticas de triagem e de eliminação de corpos indesejáveis. Por sua vez, o pensador indígena Ailton Krenak (2020) interpreta como esse momento como se o vírus tivesse se cansado dos humanos e decidido se divorciar como a humanidade o fez em relação à natureza. “Quer nos desligar, tirando-nos o oxigênio [...], mas a Terra está advertindo os humanos, como o faz uma mãe amorosa: silêncio!”.

Analogamente à farmácia de Fanon, a covid-19 tem a possibilidade de se tornar um duplo *pharmakon*, composto por faces distintas: antídoto e veneno, reconstrução de uma nova humanidade ou aprofundamento da brutalização planetária. Enredados pela grande asfixia implacável deveríamos nos perguntar diariamente: qual o poder de cura representado por uma pandemia que paralisou o mundo inteiro? Quais as saídas para tal impasse? Mbembe reivindica a emergência de uma “interrupção voluntária, consciente e plenamente consentida” [...], por meio da “ruptura com a antiga economia política, fruto de uma imaginação radical”. Caso contrário pode não haver um depois. Este recomeço seria o resultado da “reconexão entre sociedade e natureza, de um vínculo inquebrantável com o conjunto do vivente”.

Krenak adverte cirurgicamente: “o mundo está em suspensão: não devemos vender o amanhã. É um anzol nos puxando para a consciência. O futuro é aqui e agora [...] não se deve voltar à normalidade. Caso contrário, a lição não terá sido aprendida”. Ele também concorda com a

imprescindibilidade do rompimento com o modelo de acumulação fundado na modernidade. Aposta em “cultivar a ideia do encontro como forma de adiar o fim do mundo”.

Voltando à Fanon (2008), uma necessária reinvenção do humano certamente remeterá ao estilhaçamento de zonas de não-ser criadas racialmente para segregar, desumanizar e colonizar o outro. Ou como diria Benjamin (2013), é preciso frear o trem desgovernado, a máquina infernal que “conduz a humanidade para a casa do desespero”.

Efeitos sociais da pandemia de SARS-Cov-2 no PA Nazaré

O Projeto de Assentamento Nazaré está situada na porção leste do município de Acará e é banhado pela microbacia hidrográfica do Igarapé Ipitanga, afluente do Rio Miritipitanga. Considerado uma área de ocupação antiga, é formado pelas localidades Nazaré do Alto e Nazaré do Baixo, onde residem 118 famílias de pequenos agricultores.

Se até o início dos anos 2000 os fluxos sociais e econômicos eram moldados pela dinâmica fluvial, com a transformação desta “zona” em epicentro dos interesses do agronegócio do dendê no Brasil e a consequente apropriação de terras visando a instalação de empresas palmicultoras, a realidade mudou drasticamente. O complexo emaranhado de estradas internas construídos para viabilizar o escoamento da produção de dendê dos extensos monocultivos do chamado “Polo Acará”, da Biopalma da Amazônia S.A, até a “Fábrica Castanheira”, reconfigurou profundamente o mundo social em questão, repercutindo nos próprios sentidos da existência coletiva (COSTA, 2020; SILVA, 2020).

Parece sintomático que a designação atribuída pelos trabalhadores do dende ao acesso à comunidade Nazaré do Baixo seja “Ramal do Inferninho”. A alusão ao relevo acidentado do terreno também poderia ser extrapolada para representar os efeitos sociais e ambientais deletérios engendrados pela dendeicultura. Se por um lado a abertura de ramais facilitou a conectividade da empresa e lateralmente das localidades cercadas por cultivos em larga escala, por outro represou as nascentes e cursos d’água encontrados pelo caminho, fazendo morrer a vegetação parcialmente submersa. Acrescentam-se a isso as evidências empíricas de contaminação dos igarapés, motivada pelo derramamento de efluentes do processo agroindustrial e pelo uso intensivo de agrotóxicos nos plantios.

O regime disciplinar imposto pela rede viária empresarial propiciou o acesso a cidade de Quatro Bocas, distante a aproximadamente 40 km do assentamento, permitindo a interligação entre os “polos Acará e Tomé-Açu”, e ao mesmo tempo, a mobilidade de pequenos agricultores e assentados de reforma agrária acaraenses aquele distrito. Subsequentemente, foram criadas duas linhas regulares de ônibus para efetuar o transporte público de moradores das comunidades Nazaré do Alto e Nazaré do Baixo ao referido centro urbano. À intensificação dos circuitos sociais e econômicos com Quatro Bocas correspondeu o enfraquecimento dos laços com a cidade de Acará, que permanecem ativos, porém restritos a determinadas tarefas. Por seu turno, a comercialização da produção, o recebimento de recursos de programas sociais e a compra de alimentos, vestuário e eletrodomésticos são feitos no município fronteiriço.

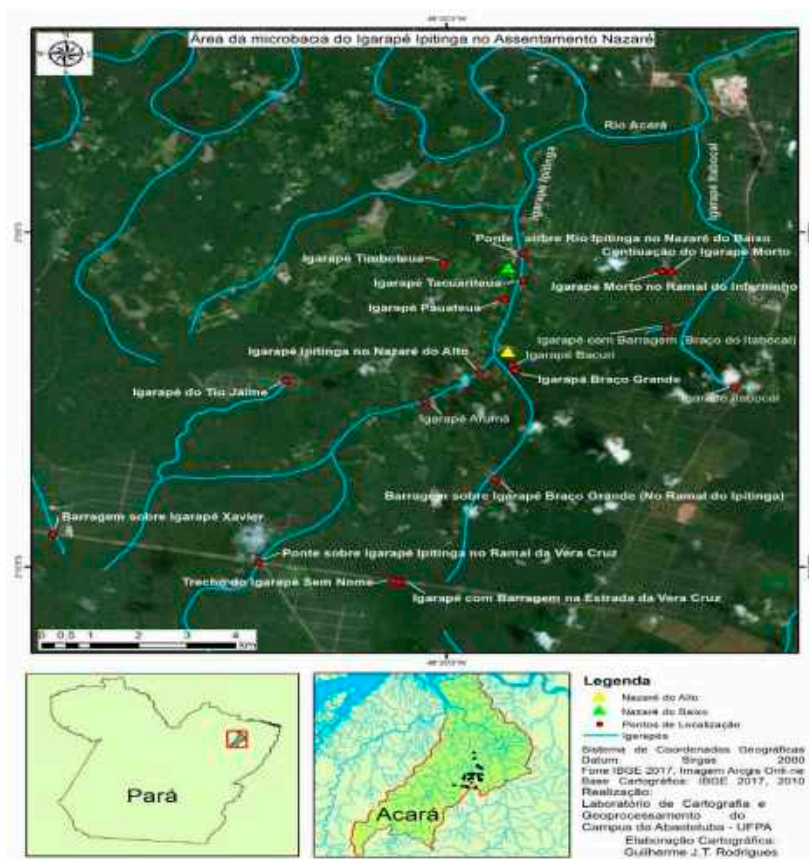


Figura 01: Área da microbacia do Igarapé Ipitinga do Assentamento Nazaré, 2020. Autor: Costa (2020).

Os decretos municipais adotados pelas gestões municipais de Acaraú e Tomé-Açu miram prioritariamente na adoção de medidas voltadas a proteger a imunidade de moradores dos adensamentos urbanos, em detrimento da população residente em comunidades rurais. Como alertara Foucault (2004, p. 194), sob a lógica do poder disciplinar, as cidades constituem o *locus* por excelência do lugar perfeitamente governado, no qual é possível exercer “controle dos menores dos movimentos dos corpos, todos os acontecimentos são registrados, cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos”.

A vigilância nos centros urbanos é objetivada não apenas através dos mecanismos clássicos de coerção legítima do Estado, mas por intermédio do rastreamento obtido a partir dos sinais de telefonia celular, em que se pode monitorar a taxa diária de isolamento social, em função da movimentação das pessoas. Diferentemente dessa realidade social, o controle interno nas localidades do interior do município é mais fluido e na maioria das vezes depende quase exclusivamente de formas de autoproteção adotadas pelos próprios agricultores. Alegando a dificuldade de instalar barreiras sanitárias nas fronteiras com outros municípios, sob a justificativa da grande extensão territorial (4.344 km²), foram montados apenas dois pontos de controle: na entrada e saída da cidade, de acordo com o Comitê Intersetorial de Enfrentamento à COVID-19. Quanto às comunidades rurais, se optou por promover borrifações de produtos químicos e orientações às famílias acerca das formas de prevenção ao contágio do vírus.

De acordo com Dalva Costa, assentada do PA Nazaré e licenciada em educação no campo, na medida em que o número de casos confirmados foi se propagando exponencialmente e os meios de comunicação intensificaram o alerta sobre os graves riscos associados a pandemia, as atividades sociais foram suspensas: “a igreja da Comunidade Nazaré do Baixo fechou, as reuniões nas comunidades pararam. Nas idas à cidade de Acará tivemos que usar máscaras para evitar uma possível contaminação” (comunicação oral, maio de 2020).

No entanto, como já delineado anteriormente, as comunidades do Ipitinga se deslocam mais frequentemente para a cidade de Quatro Bocas, Tomé-Açu, por conta da relativa proximidade proporcionada pela estrada conhecida como “Transbiovale”. Esse fluxo aumentou consideravelmente por causa da necessidade de resolução de pendências para acessar o auxílio emergencial de R\$ 600,00 (seiscentos reais) junto à Caixa Econômica Federal, e para receber os valores inerentes a tal política de renda básica.

As idas mais constantes têm sido feitas para Quatro Bocas. Temos duas linhas regulares de transporte para lá. Todos os dias os ônibus viajam lotados. Ficamos muito preocupados porque se fala em isolamento social, mas nesses veículos há um risco de contaminação muito grande. Mas, não há outro jeito porque as pessoas precisam fazer essa viagem. Sabemos que a subnotificação em Quatro Bocas é muito grande e o número real de casos não se sabe ao certo porque o número de testes realizados é muito baixo (Dalva Costa, comunicação oral, maio de 2020).

A despeito das regras de isolamento social terem gerado implicações em todos os âmbitos da vida social, as atividades agroindustriais da empresa Biopalma da Amazônia S.A não paralisaram, porque foram classificadas como “serviços essenciais” excepcionalizados nos dispositivos editados pelas três esferas de governo. Com efeito, os trabalhos de campo realizados por assalariados e assalariadas rurais, o transporte da produção de dendê e a extração de óleos na “Fábrica Castanheira” permaneceram em funcionamento. Inclusive, os agentes sociais relatam a preocupação com a disseminação do novo coronavírus entre funcionários da companhia, pois muitos deles são filhos e filhas de assentados do PA Nazaré. Indagado reiteradamente a respeito desses fatos, o Comitê Intersetorial de Enfrentamento à COVID-19 em Acará não respondeu, alegando indisponibilidade de tempo decorrente da alta demanda de casos pendentes de acompanhamento.

Outro ponto destacado por Dalva Costa diz respeito à intensificação violenta da exploração predatória de madeira nas áreas de cobertura florestal (matas e capoeirões) do assentamento e das áreas de reserva legal da empresa. Segundo ela, “os madeireiros continuam extraindo madeira sem parar. O pior de tudo é que agora estão se sentindo mais livre para atuar porque com a pandemia não tem fiscalização alguma”. Tal observação se coaduna com a tendência de agravamento das taxas de desmatamento na

Amazônia, confirmada em estudos divulgados recentemente. A propósito, o desflorestamento acelerado está entre as principais ameaças de surgimentos de novos vírus com letalidade similar ou mais acentuada que o corona.

A despeito dos sistemas de referência balizados no ideário de modernização produzirem estigmatizações sistemáticas em relação aos modos de existência tradicionais e de pequenos agricultores, a pandemia da covid-19 tem produzido um novo fenômeno social: o retorno de parentes às comunidades rurais, como forma de refúgio ao contágio avassalador verificado nas cidades. Para além da necessidade imediata de sobrevivência, os agentes sociais do assentamento Nazaré enxergam aí possibilidades de renovação dos afetos, de valorização dos encontros familiares, muitas vezes interrompidos pela dinâmica até então irrefreável da “normalidade” atordoante.

Assim, o amanhã está em disputa: corremos o risco de um novo período de tensão e brutalidade, como alerta Mbembe (2020), acirrado pelo sufocamento ao “direito universal à respiração”, de aprofundamento da ruptura entre natureza e sociedade. Mas ao mesmo tempo alimenta-se a esperança de erguimento de uma nova humanidade, não mais pautada em racismos, em mundos cindidos em compartimentos, mas na efetiva libertação dos “condenados da Terra”, orientados por uma ética do cuidado de si e dos outros (FANON, 1968).

REFERÊNCIAS

- BERCITO, D. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da ‘necropolítica’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de março de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>>. Acesso em 20. abr. 2020.
- BUTLER, J. Traços humanos nas superfícies do mundo. *Textos* (042). São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/042>>. Acesso em: 06. abr. 2020.
- COSTA, D. M. F. As veias abertas pelo dendê: efeitos e implicações na bacia do Ipitanga do Assentamento Nazaré, Acará – Pará. 2020. 41 f. *Trabalho de Conclusão de Curso* (graduação). Faculdade Desenvolvimento do Campo – Fadecam. Campus Universitário de Abaetetuba – Universidade Federal do Pará, Abaetetuba-PA.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Peles negras, máscaras brancas*. tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, M. *Os anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). tradução Eduardo Brandão - São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Vigiar e Punir*. nascimento da prisão. tradução de Raquel Ramalhte. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- KRENAK. A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- _____. Do tempo. *Textos* (038). São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/038>>. Acesso em: 04. abr. 2020.

MBEMBE, A. *Políticas da Inimizade*. tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. O direito universal à respiração. tradução Ana Luiza Braga. *Textos* (020). São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: < <https://n-1edicoes.org/020>>. Acesso em 03. abr. 2020.

SANTOS, M. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência ambiental*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, E. P. Topografias da morte: megaempreendimentos econômicos em territórios etnicamente configurados do Baixo Tocantins, Pará. *Anais. LASA2020 América Ladina: vinculando mundos y saberes, tejiendo esperanzas*. Guadalajara, México, 2020.

VIOLAÇÕES DE DIREITOS DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA MINERAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

André Luiz Freitas Dias⁵⁰⁵

Maria Fernanda Salcedo Repolês⁵⁰⁶

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio do seu Diretor Geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou, no dia 11 de março deste ano de 2020, a pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), com rápida disseminação, primeiro no continente asiático, e, depois, por diversos outros países. (OPAS/OMS, 2020)

Passados nove dias da declaração da pandemia pela OMS, em 20 de março de 2020, o Ministério da Saúde do Governo brasileiro reconheceu a transmissão comunitária do novo coronavírus em todo o território nacional. Desde então o que se observa no país, nos meses subseqüentes, é um (Des)Governo Federal em constante negação da gravidade dos impactos da pandemia e um grave desinteresse e descaso com o fortalecimento das políticas públicas brasileiras necessárias ao enfrentamento da grave situação vivenciada. (GIELOW, 2020)

505. Coordenador do Programa Transdisciplinar Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG; Professor e Pesquisador do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado), do Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (Mestrado Profissional), da Faculdade de Medicina da UFMG; Professor colaborador do Grupo GIRCHE, da Universidade de Barcelona, Espanha.

506. Coordenadora do Programa Transdisciplinar Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG; Coordenadora do Projeto de Pesquisa CNPq Tempo, Espaço e Sentidos de Constituição, Professora e Pesquisadora nos cursos de Direito e Ciências do Estado da UFMG e no Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado). Membro do Comitê Diretor do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG (IEAT-UFMG).

De acordo com estudo realizado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), as primeiras respostas políticas do Governo Federal para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 priorizaram a austeridade econômica sobre a proteção social. (CIMINI et. al., 2020)

Conforme a Nota Técnica produzida a partir do referido estudo:

Os primeiros anúncios do Ministério da Economia foram na direção de aumento da liquidez, sem aumento de despesas, por meio de diferimentos, antecipações de pagamentos e remanejamento de recursos de outras fontes orçamentárias. No plano social, a introdução da “renda básica emergencial” e do “benefício emergencial” não foi acompanhada por medidas para redução de custos das famílias, como descontos ou adiamento de pagamentos de serviços essenciais, subsídios para bens essenciais, como alimentação e moradia. O ritmo de implementação das medidas, mesmo muito acanhadas, segue muito lento. Medidas complementares foram adotadas por estados e municípios para proteção da segurança financeira das famílias. (CIMINI et. al., 2020, p. 3)

Além das medidas de governança elaboradas a favor de uma centralização na gestão, o fortalecimento das Forças Armadas e a ausência da participação da sociedade civil, o estudo destaca os principais desafios do Governo Federal no enfrentamento da pandemia. São eles:

(i) ausência de uma política nacional coordenada para contenção da transmissão do vírus; (ii) desalinhamento entre as medidas para aumento da capacidade de atendimento e as políticas para achatamento da curva; (iii) priorização da austeridade

econômica sobre a mitigação social, com atraso e insuficiência nas respostas para a proteção da segurança financeira das famílias e (iv) dinâmica de governança marcada não somente por conflitos dentro do Executivo e entre governo federal, autoridades estaduais e municipais, mas também pela falta de diálogo com sociedade civil e empresariado na tomada de decisão e monitoramento das ações. (CIMINI, 2020, p. 21-22)

Atuando isoladamente como um dos poucos governantes a negar a gravidade da pandemia no país, o Presidente da República tem conduzido o país para o agravamento de sucessivas crises, tanto sanitárias e sociais quanto políticas e econômicas, decretando o aumento da infecção, do adoecimento, da hospitalização e da morte de milhares de pessoas, principalmente das populações vulnerabilizadas e colocadas em risco pela ausência de efetivas políticas públicas e/ou por contínuas violências cometidas pelo Estado e pelo mercado. Nas palavras de Tavares, Silveira & Paes-Sousa (2020):

No Brasil, a implementação das políticas de proteção social no âmbito da pandemia deu-se em um contexto bastante polarizado politicamente, caracterizado por forte ausência de coordenação institucional por parte do governo federal e uma tensão crescente entre o Presidente e vários governadores e prefeitos favoráveis a medidas de distanciamento mais rigorosas. No âmbito federal, não foram editadas medidas quarentenárias restritivas que vinculassem os demais entes, que acabaram por editar normas locais no manejo da crise. Diferentemente do Brasil, Chile e Argentina adotaram medidas rigorosas por parte dos governos nacionais. (p. 120)

Em artigo recém publicado no qual reflete sobre como as principais pesquisas em ciências sociais sobre desastres podem auxiliar na compreensão dos efeitos da pandemia atualmente vivenciada no mundo, Tierney (2020)

salienta que a capacidade de lidar e responder aos riscos decorrentes da COVID-19 e suas consequências está diretamente relacionada ao reconhecimento das históricas desigualdades sociais de cada país.

Agindo de maneira contrária a todas as recomendações de autoridades e organismos internacionais, como a OMS e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA, 2020), para a adoção de medidas específicas e de atenção especial a populações vulnerabilizadas e em risco social, o Governo brasileiro desconsidera as necessidades e direitos humanos e fundamentais de inúmeras pessoas, famílias e comunidades no país.

Conforme o artigo publicado por Bernardes, Arruzzo e Monteiro (2020) sobre neoliberalismo, vulnerabilidades e modos de existência/resistência decorrentes da ajuda mútua entre as pessoas e as comunidades em tempos de COVID-19:

A chegada da pandemia da COVID-19 revela, mais do que nunca, as feridas expostas da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que apresenta como de extrema urgência a garantia básica de direitos mínimos para uma grande parcela da população. Água encanada, sabão e água sanitária para enfrentar o vírus são itens tão banais, no entanto em 2020 muitas pessoas não possuem acesso a esses recursos. Em um país das “cidadanias mutiladas” combater o vírus da maneira mais simples traz à tona o básico negado a grande parte da população por séculos. (p. 193)

A pandemia da COVID-19 também evidencia um violento projeto de apropriação de bens naturais e públicos, uma ação orquestrada de violações de direitos e de domínio sobre modos de existência humanos e inumanos praticados, há tempos, por Governos e empresas em um grande Espetáculo Integrado, conforme nos alerta Debord (2017), em seu célebre livro “A sociedade do espetáculo”, publicado originalmente em 1967.

A sugestão do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em reunião ministerial de 22 de abril de 2020, para que a Presidência da República e os seus ministérios aproveitassem que as atenções da imprensa e da sociedade civil estavam voltadas para a pandemia da COVID-19 para “passar a boiada” e as reformas ambientais infralegais de desregulamentação e simplificação, é um claro exemplo da “oportunidade de negócios” concebida e utilizada pelo Governo Federal para a manutenção e o refinamento do Espetáculo Integrado, envolvendo Governos e empresas.⁵⁰⁷ Segundo ressaltam Bernardes, Arruzzo e Monteiro (2020):

As atividades de mineração, junto com o agronegócio, são dois setores da economia que têm tido forte participação nas ameaças ao direito dos indígenas a seus territórios. Além disso, agentes desses setores no governo atual incentivam através de seus discursos tais práticas. Um exemplo, é o projeto de lei 191/20208 assinado pelo presidente da república, que autoriza a utilização das Terras Indígenas para os usos de mineração e aproveitamento dos recursos hídricos para a geração de energia. (p. 197)

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão ligado à Organização dos Estados Americanos (OEA) e parte do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, expediu a Resolução 01/2020, intitulada *Pandemia e Direitos Humanos nas Américas*, na qual se lê, nos princípios n. 38 e 39 o seguinte:

507. O vídeo da referida reunião ministerial foi amplamente divulgado por toda imprensa nacional e internacional, sendo a fala de Ricardo Salles uma das muitas manifestações de completo desprezo da equipe do Governo Federal pelas milhares de pessoas que já faleceram, pelo sofrimento de suas famílias e pelos bens públicos e comuns do país. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/boiada-de-salles-incluiu-demissao-de-fiscais-anistia-desmatadores-submissao-do-ibama-militares-na-amazonia-24443867> / Último acesso em 25 de maio de 2020.

Grupos en especial situación de vulnerabilidad

38. Considerar los enfoques diferenciados requeridos al momento de adoptar las medidas necesarias para garantizar los derechos de los grupos en situación de especial vulnerabilidad al momento de adoptar medidas de atención, tratamiento y contención de la pandemia del COVID-19; así como para mitigar los impactos diferenciados que dichas medidas puedan generar.

39. Promover desde las más altas autoridades la eliminación de estigmas y estereotipos negativos que puedan surgir sobre ciertos grupos de personas a partir del contexto de pandemia. (CIDH/OEA, 2020.)

Igualmente na parte considerativa da Resolução há uma menção à observância das vulnerabilidades sociais, em especial no momento da aplicação de quaisquer medidas que visem o enfrentamento da COVID-19, tendo em vista as circunstâncias daqueles que são historicamente vulneráveis, exemplificando algumas populações e o impacto diferenciado sofrido e vivenciado por elas.

Nesse rol exemplificativo não consta expressamente a menção às comunidades atingidas pela mineração. Para os fins a que este texto se propõe defendemos que as pessoas afetadas pela mineração devam ser consideradas como um grupo em especial situação de vulnerabilidade e risco social para os fins da incidência das políticas e planos de contingências emergenciais intersetoriais específicos para contenção e redução de danos da COVID-19, a partir da exposição e debate de alguns casos acompanhados pelo Programa Polos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).⁵⁰⁸

508. O Polos de Cidadania é um programa transdisciplinar de extensão, ensino e pesquisa social aplicada, criado em 1995 na Faculdade de Direito da UFMG, voltado à efetivação dos direitos e a construção de conhecimento a partir do diálogo entre diferentes saberes, acadêmicos e/ou não. Para mais informações sobre o Polos-UFMG, acessar o site: www.polosdecidadania.com.br e a página do Facebook: Programa Pólos de Cidadania.

As comunidades atingidas pela mineração

As datas de 05 de novembro de 2015 e 25 de janeiro de 2019 estarão sempre marcadas na história do Estado de Minas Gerais e do país, por conta das dores, do sofrimento e dos traumas gerados em decorrência dos rompimentos de barragens nas localidades de Bento Rodrigues, Mariana, e Córrego do Feijão, Brumadinho, respectivamente. A princípio esses dois eventos podem aparecer como exceções ou situações extraordinárias, sendo construída uma narrativa fantasiosa e perversa da ocorrência de “acidentes” ou “desastres tecnológicos”.

Nosso ponto de partida, no entanto, é que esses crimes humanitários, ambientais e sociais não são exceções. Eles são exemplos do modelo predatório e doloso de mineração adotado pelas empresas Vale, Samarco e BHP Billiton, diretamente responsáveis pelos crimes citados, mas que se aplica a tantas outras que atuam em territórios, e que combinam afrouxamento de legislação e fiscalização estatal, como já mencionado na sugestão do ministro Ricardo Salles, dependência econômica das atividades por elas exercidas, a chamada *minério-dependência*, e fragmentação social, sistematicamente promovidas e agravadas por conflitos hidro-socioambientais nutridos pelo Espetáculo Integrado, seus roteiros, diretores e atores-protagonistas. (DIAS & FURIATI, 2018; ALVARENGA et. al., 2018)

De fato, ficou evidenciado, após esses dois crimes de maior repercussão, que há duas situações vivenciadas pelos territórios que podem configurar os lugares de falas das comunidades atingidas pela mineração. A primeira e mais evidente é a situação das comunidades que foram afetadas pelas duas tragédias de Bento Rodrigues, Mariana, e do Córrego do Feijão, Brumadinho e região, onde ocorreram mortes de pessoas, de animais e dos rios, perdas materiais, destruição completa de cidades, campos e lavouras, locais de trabalho e moradias. Destruição, em definitivo, de modos de existência.

Identificamos ainda uma segunda situação que afeta também duramente as comunidades. Esse grupo tem crescido depois dos crimes acima citados. Diversas barragens de rejeitos do estado de Minas Gerais foram classificadas como “risco nível 3”, o que significa a iminência de rompimento.

Assim, esse alerta é diferido no tempo numa espécie de “promessa macabra” a comunidades inteiras que ficam na expectativa, angústia e medo de verem suas vidas afetadas pelo rompimento. O toque das sirenes, a marca em tinta realizada pelas empresas de mineração nas cidades, demarcando o possível trajeto da lama, destruição e mortes, já são, por si só, violências que geram traumas e que configuram essas comunidades também como atingidas, comprometendo significativamente e provocando alterações profundas e danos aos modos de existência de pessoas, famílias e comunidades inteiras. (DIAS & OLIVEIRA, 2018; REPOLÊS et. al., 2018)

As violências interseccionais sentidas pelas comunidades

No conjunto de diálogos, encontros, entrevistas e visitas técnicas realizadas pelo Programa Polos de Cidadania da UFMG, como parte das suas atividades de extensão e pesquisa social aplicada em contextos variados de conflitos hidro-socioambientais, por meio da Plataforma de projetos e ações nomeada por Áporo, em homenagem a um poema de Carlos Drummond de Andrade de mesmo nome, torna-se central a visibilidade e a amplificação das vozes das pessoas, famílias e comunidades afetadas no espaço e no tempo por tais conflitos, criminosamente invisibilizadas e silenciadas nos Espetáculos Integrados compostos, roteirizados, dirigidos e teatralizados por Governos e empresas.

A essa percepção dos atingidos agregamos a análise de alguns dos efeitos da pandemia da COVID-19 que incidem sobre os territórios. Assim, as comunidades afetadas pela mineração sofrem vulnerabilidades interseccionais, tendo em vista o acúmulo e a sobreposição de violências a que os habitantes e os territórios são submetidos.

Como exemplo, podemos citar a expressão utilizada por um dos moradores da cidade de Barão de Cocais⁵⁰⁹, Minas Gerais, mas que poderia ser proferida por tantas outras pessoas de cidades que vivenciam situações de afetação similares, que diz, em uma das dinâmicas realizadas pelo Programa Polos de Cidadania: “em tempos de COVID-19 e recomendações para ficar em casa e fazer isolamento social, imagina o meu sofrimento por ter a minha residência logo embaixo de uma barragem, que pode se romper a qualquer momento”.

Outro momento marcante é o do depoimento das mulheres moradoras de São Sebastião das Águas Claras, também conhecida como Macacos⁵¹⁰, distrito do município de Nova Lima, uma das localidades que está há mais de um ano também vivendo a violência da espera pelo risco de rompimento de barragens.

Pouco depois de dado a alerta, em fevereiro de 2019, mulheres residentes no distrito promoveram uma “greve das mães”, expressão usadas por elas, para exigir o fechamento de uma escola que estava no rumo da “mancha”, referindo-se ao cálculo realizado pela Vale sobre o possível trajeto que um derramamento de lama provocaria na localidade. Quando as restrições referentes à COVID-19 foram decretadas, em março de 2020, entre as quais o fechamento das escolas, a realidade das crianças do distrito de Macacos já era essa há um ano letivo.⁵¹¹

509. Para mais informações sobre a grave situação vivenciada em Barão de Cocais, sugerimos os acessos ao link: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/03/22/sirene-toca-e-eleva-risco-de-rompimento-em-barragem-da-vale-em-barao-de-cocais.ghtml> e ao blog da Revista Quadrilátero: <https://revistaquadrilatero.wordpress.com/sobre/>

510. Para mais informações sobre a grave situação vivenciada em Macacos, sugerimos o acesso à matéria: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/16/interna_gerais,1031234/simulacao-de-emergencia-com-barragem-em-macacos-seria-realizada-em-jun.shtml

511. Para mais informações sobre a grave situação vivenciada em Macacos, sugerimos o acesso à matéria: <https://www.brasildefatomb.com.br/2019/03/22/ha-um-mes-em-hotel-atingidos-pela-vale-denunciam-desassistencia>

Assim também os efeitos econômicos do fechamento do comércio, que incluem desemprego em massa e falência de pequenos negócios já são sentidos, na prática, pelos moradores de Macacos desde o acionamento da sirene no dia 16 de fevereiro de 2019.⁵¹²

Por sua proximidade com a cidade de Belo Horizonte, o distrito vivia de atividades de ecoturismo e hotelaria. Segundo os atingidos, essas foram afetadas pelo que eles chamam de “lama invisível”. A expressão decorre do fato de que mesmo sem o rompimento efetivo de uma das sete barragens que cercam o distrito, o risco e o medo acabaram impactando na economia local e afastando os turistas.

Assim, eles vivenciam os efeitos negativos do rompimento da barragem, mesmo que ela não tenha ocorrido concretamente. E agora, essa situação se agrava no contexto de crise econômica gerada pela pandemia da COVID-19. Moradores de outras cidades históricas e turística de Minas Gerais relatam o mesmo.

Em Brumadinho, cidade diretamente afetada pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em 25 de janeiro de 2019, por responsabilidade da Vale, na qual 272 pessoas foram friamente assassinadas e condenadas, um dos relatos que nos causaram mais tristeza e indignação referem-se aos enterros realizados, com tempo médio estabelecido de cinco a quinze minutos para os velórios, sempre com os caixões lacrados.

As famílias que perderam seus familiares no rompimento da barragem rejeitam a ideia de que elas tenham enterrado seus entes queridos e amados. De fato, apesar de todos os esforços envidados, principalmente, pelas equipes dos Corpos de Bombeiros Militares de Minas Gerais e outros estados do país, apenas fragmentos de corpos foram encontrados no cenário de completa devastação, após a realização de exames periciais de identificação no Instituto Médico Legal.⁵¹³

512. Para mais informações sobre os impactos sofridos pela população de Macacos, sugerimos a leitura da matéria: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/20/interna_gerais,1032037/quatro-cidades-afetadas-por-barragens-enfrenta-incerteza-ao-prejuizos.shtml

513. Para mais informações sobre o assunto, acessar o link da matéria: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/brumadinho-familias-se-recusam-a-enterrar-so-fragmentos-de-vitimas-21012020>

A situação da atual pandemia tem imposto restrições similares às vivenciadas pelos atingidos pelo crime da Vale em Brumadinho. Tememos que essas comunidades sejam forçadas a reviver o trauma que ainda está sendo processado, decorrente de evento tão recente.

Este é um triste exemplo da sobreposição de impactos que essas comunidades sofrem com o advento da pandemia. Conforme a avaliação das equipes de saúde mental da Secretaria de Saúde municipal que atuam nos territórios, essas famílias não tiveram condições de completar o ciclo de luto. E não se trata apenas de um luto individual, decorrente da perda de vida de parentes e amigos. Adicionalmente, existe o luto coletivo relacionado à vivência comunitária do crime sofrido e de seus efeitos sobre toda a cidade.⁵¹⁴

Considerações finais (ou iniciais)

Lutamos e nos esforçamos para registrar e denunciar a afronta direta e cotidiana de violações de direitos humanos fundamentais para a obtenção de lucros recordes por parte das Empresas e seus sócios dos Espetáculos Integrados dos conflitos e crimes hidro-socioambientais executados e em curso nos territórios. (DIAS & OLIVEIRA, 2018).

Mesmo com tantos anos de estrada e vivências, causa-nos sempre indignação e também perplexidade ver como situações como os rompimentos de barragens de rejeitos e pandemias mundiais são tratadas por alguns que se intitulam “governantes”, “especialistas”, “economistas”, ou mais genericamente como “mercado”, como oportunidades de negócios.

514. Sobre a grave situação de violação vivenciada em Brumadinho com a impossibilidade das famílias vivenciarem os lutos pelas perdas sofridas, sugerimos a matéria publicada no site da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANMT): <https://www.anamt.org.br/portal/2019/02/26/o-luto-e-a-saude-mental-da-populacao-de-brumadinho/>

Exemplo disso é a análise da valorização das empresas após as tragédias minerárias. A imprensa divulgou amplamente em janeiro de 2020 que “um ano após o crime em Brumadinho, a Vale havia recuperado o seu valor de mercado” (Bônus, 2020).

Esta manchete reproduzida em outros canais de imprensa tomava como base o relatório do Bradesco BBI, publicado em 13 de janeiro de 2020 e assinado por Thiago Lofiego e Isabella Vasconcellos, que avaliavam que a Vale é uma “subestimada máquina de fazer dinheiro” (apud BOGUS, 2020).

Ao lado dessa citação de avaliação de investimentos podemos colocar a citação da fala do presidente da Vale, por ocasião do rompimento da barragem no Córrego do Feijão, Fábio Schvartsman, em audiência na Câmara dos Deputados: “A Vale é um jóia brasileira e não pode ser condenada por um acidente” (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2019).

Resgatando o já referido e notável livro de Debord (2017), segundo o autor, para rompermos e alterarmos papéis, cenas e cenários desses Espetáculos Integrados promovidos e encenados por Governos e empresas é necessário que estabeleçamos reflexões críticas acerca dos mesmos, ao mesmo tempo em que uma negação dos modos de existências selecionados e esperados para que novas gramáticas e relações possam ser criadas e fortalecidas.

Para tanto, é imprescindível nos sensibilizar e reconhecer que “não estamos no mesmo barco”, e que os efeitos e as responsabilidades sobre territórios e populações vulnerabilizados pelo acúmulo de violências perpetradas no passado e que se expandem para o futuro, aumentar significativamente o nível e a dimensão das responsabilidades sobre elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, M. C. ET. AL. Dependência minera, violaciones de derechos y silenciamentos en el contexto de conflictos socioambientales en Dom Joaquim, Minas Gerais, Brasil. Em: DIAS, A. L. F. & SOLSONA, G. M. (Orgs.). **Violaciones de derechos humanos, Poder y Estado**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018, p. 157-184.

BOGUS, Ana Paula. Um ano após Brumadinho, Vale recupera o seu valor de mercado. *Época Negócios*, São Paulo, 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mercado/noticia/2020/01/um-ano-apos-brumadinho-vale-recupera-o-seu-valor-de-mercado.html>

CIDH/OEA. Resolución 01/2020: PANDEMIA Y DERECHOS HUMANOS EN LAS AMÉRICAS. **CIDH/OEA**, 10 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-20-es.pdf>. Último acesso em: 24 de maio de 2020.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

DIAS, A. L. F. & OLIVEIRA, L. F. **Violações de direitos e dano ao projeto de vida no contexto da mineração**. São Carlos, SP: Editora Scienza, 2018.

DIAS, A. L. F. & OLIVEIRA, L. F. **Violências de Mercado e de Estado no contexto do empreendimento minerário Minas-Rio / Conceição do Mato Dentro - MG, 2015 a 2017**. São Carlos, SP: Editora Scienza, 2018.

ESTADO DE MINAS, Vale é 'jóia brasileira' e não pode ser condenada por um acidente, diz presidente. 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/14/interna_gerais,1030585/vale-e-jouia-brasileira-e-nao-pode-ser-condenada-por-um-acidente-diz.shtml. Último acesso em: 25 de maio de 2020.

GIELOW, Igor. Bolsonaro chega a 500 dias no cargo fragilizado e no ataque. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-chega-a-500-dias-no-cargo-fragilizado-e-no-ataque.shtml>. Último acesso em 15 de maio de 2020.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS). Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-COVID-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812 / Último acesso em: 22 de maio de 2020.

REPOLÊS, M. F. S. ET. AL. La espera como Violência de Estado y la Democracia sin Espera: el caso de Vila Acaba Mundo. Em: DIAS, A. L. F. & SOLSONA, G. M. (Orgs.). **Violaciones de derechos humanos, Poder y Estado**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018, p. 185-213.

TAVARES, A. B.; SILVEIRA, F. & PAES-SOUSA, R. Proteção Social e COVID-19: a resposta do Brasil e das maiores economias da América Latina. **Revista NAU Social** - v.11, n.20, p. 111 – 129 Maio / Out 2020.

TIERNEY, Kathleen. J. Pandemic and Disaster: Insights from Seventy Years of Social Science Disaster Research. **Items: Insights from the Social Sciences**. Acessado em 21 de abril de 2020. Disponível em: <https://items.ssrc.org/COVID-19-and-the-social-sciences/disaster-studies/pandemic-and-disaster-insights-from-seventy-years-of-social-science-disaster-research>

NA “PRIMEIRA ONDA” DA PANDEMIA DE COVID 19 - EXPROPRIADOS E MORADORES DO LAGO DA UHE TUCURUÍ

Jurandir dos Santos Novaes⁵¹⁵
Rosa Elizabeth Acevedo Marin⁵¹⁶
Esmael Siqueira Rodrigues⁵¹⁷
Thiago Alan Guedes Sabino⁵¹⁸
Lucas Antônio Macedo⁵¹⁹

Introdução

Nada fácil desencadear reflexões sobre a Pandemia do “novo Coronavirus”. O filósofo Alain Badiou (2020), em março deste ano, apresentou brevemente reflexões sobre as noções de “situação pandêmica atual” e “determinação local” a partir de observações do evento na França. Na ideia de adoção dessas noções busca-se realizar um exercício de aproximação com a “situação pandêmica atual” em Tucuruí (abril e maio 2020) e a discorrer sobre a “vida nua” (AGAMBEN, 2002) de expropriados pela obra Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHE-Tucuruí e os moradores do Lago. Justamente, são as categorias sociais que se encontram e vivem experiências de desproteção, excluídos de proteção de vida, submetidas à ordem da empresa Centrais Elétricas do Norte S.A (ELETRONORTE). Essa estrutura de poder os coloca a margem de proteção jurídica na linha das

515. Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), na Faculdade de Ciências Econômicas - FACECON e no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão-(UEMA); Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA.

516. Professora Titular da UFPA/PPGDSTU/NAEA/PPGA e colaboradora no PPGCSPA/UEMA. Pós-doutorado na Université de Québec à Montreal, Canadá e no IHEAL, França.

Presidente da Associação de Remanescentes de Quilombo das Comunidades de Calados e Caranãnzal. Baião – PA.

517. Esmael Rodrigues Siqueira, Presidente da Associação dos Pescadores, Piscicultores e Aquicultores de Tucuruí e Região – APPATUR

518. Geógrafo, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, na Faculdade de Geografia.
Graduando do Curso de Direito da Faculdade Ideal - FACI

519. Projeto de Pesquisa: Estratégias de Desenvolvimento Mineração e Desigualdade: Cartografia Social dos Conflitos que Atingem Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia e no Cerrado, apoiado pela CLUA no âmbito do PNCSA.

relações sociais que o Estado brasileiro legitima em diversas ações e sentenças da normatividade dessa obra e da política energética. A luta dos expropriados foi e continua sendo pelo reconhecimento de direitos, por sair do limbo no qual foram jogados há quatro décadas.

Badiou interpreta que o Estado não impediu a situação atual da pandemia na França, que: “*enfraqueceu, décadas após décadas o sistema nacional de saúde, junto com todos os setores do Estado que atendem ao interesse geral, agiu como se nada parecido com uma pandemia devastadora pudesse afetar nosso país*” Badiou (2020, p. 75). Como conectar essa observação com a realidade brasileira, com a situação dos municípios da Região de Tucuruí, suas cidades, povoados, ilhas do lago e o que foi “enfraquecido” ao longo de quarenta anos de funcionamento desse empreendimento?

No Brasil, o Estado atribui à empresa estatal o benefício de planejar a produção de energia elétrica para ser ofertada aos grandes empreendimentos minero-metalúrgicos; disponibilizou os instrumentos legais e financeiros para essa finalidade, a mais recente, a aprovação da construção das eclusas. Esse Estado estabeleceu a medida compensatória pela utilização dos recursos hídricos quando instituiu a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH⁵²⁰. O valor pago a cada município afetado é proporcional à área alagada e reflete também a quantidade de energia gerada pelas usinas. De acordo com *Canal Energia.com.br*.

Os 14 municípios localizados na região das hidrelétricas de Tucuruí (PA), Coaracy Nunes (AP), Samuel (RO) e Curuá-Una (PA) receberam da ELETRONORTE um total de R\$167,4 milhões, no ano passado, em compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos.

520. A Compensação Financeira é paga pela exploração dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e corresponde a 6,75% do valor da energia gerada. Esse valor é pago pelos concessionários de geração de energia, sendo 6% destinados aos Estados, Municípios e Distrito Federal que são atingidos pelas águas represadas ou que abrigam as instalações de usinas hidrelétricas com potência superior a 30MW e, também, a órgãos da administração pública da União. O percentual restante (0,75%) é destinado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e constitui pagamento pelo uso da água. A Compensação Financeira é, portanto, um ressarcimento pela ocupação de áreas por usinas hidrelétricas e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. (ANEEL, 2005, p. 9).

Os recursos da CFURH são repassados à Agência Nacional de Energia Elétrica e repassados à União, estados, municípios e órgãos de governo. Nessa divisão, os municípios ficam com 65%, os estados com 25% e 10% vão para órgãos federais. A maior fonte pagadora foi a UHE Tucuruí (PA, 8.340 MW), responsável por mais de 29 milhões de MWh de um total de 31 milhões de MWh gerados em 2019 pelas quatro usinas da estatal. Isso representou R\$ 158 milhões do total destinado aos municípios.

A movimentação da CFURH parece corresponder a um elemento da “determinação local” da pandemia, na suposição que recursos financeiros distribuídos pelos municípios permitem ações de saúde pública, infraestrutura de saneamento. A tabela abaixo registra a redução absoluta e percentual desses valores em alguns municípios. A explicação para essa alteração é marcada pela decisão do Executivo e Legislativo no ano 2016.

Quadro: 01:VALORES PROVENIENTES DOS ROYALTIES REPASSADOS PARA MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O MOSAICO LAGO DE TUCURUÍ – PA (2016 a 2020)

Município	Ano					Total
	2020	2019	2018	2017	2016	
Tucuruí	6,596,098.24	15,591,077.69	12,009,573.96	9,966,740.49	13,728,379.01	57,891,867
Novo Repartimento	5,293,839.31	36,149,770.39	27,845,627.46	23,148,053.47	23,109,074.78	115,554,363
Nova Ipixuna	1,325,437.78	3,132,913.22	2,413,236.19	2,006,121.81	2,002,743.72	10,880,452
Goianésia do Pará	5,795,593.67	13,698,939.56	10,552,088.26	8,771,944.67	8,757,173.71	47,575,737
Breu Branco	2,528,953.53	5,977,641.56	4,604,487.89	3,827,708.03	3,821,262.60	20,760,052
Jacundá	3,634,103.99	8,589,865.65	6,616,645.04	5,500,413.07	5,491,151.00	29,832,178
Itupiranga	1,643,665.93	3,885,103.33	2,992,636.99	2,487,777.34	2,483,588.21	13,492,771

Fonte: ANEEL, 2020. Como base em dados de “Valores Provenientes dos “Royalties de Itaipu” + Outras Usinas”. Foram extraídos os municípios que compõem o Mosaico Lago de Tucuruí (junho de 2020).

Nesse intervalo é preciso atentar para a mudança na CFURH advinda de nova legislação:

Em 08 de maio foi sancionada a lei 13.661/18 que altera as parcelas do produto da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) distribuídas a estados e municípios com áreas alagadas pela construção de usinas hidrelétricas. O Projeto de Lei 315, que resultou na nova Lei, teve origem na Câmara dos Deputados e tramitava no Congresso Nacional desde 2009, propondo na alteração na Lei 8.001 de 1990, que define os percentuais da distribuição da CFURH. O PL foi aprovado pelo Senado em abril deste ano, quando foi enviado para sanção presidencial. A nova lei reduz de 45% para 25% o percentual da arrecadação da CFURH a ser destinado a estados que possuem municípios com áreas alagadas e aumenta de 25% para 65% a parcela destinada diretamente a municípios com áreas alagadas. Em 2017, 22 estados e 727 municípios se enquadravam nas condições para receber esses recursos. Não houve alteração nos 10% que são destinados à União.

De acordo com levantamento da ANA, a mudança significa uma redução de cerca de R\$ 450 milhões/ano de arrecadação para os estados, transferindo esses recursos para os municípios com áreas alagadas por reservatórios de usinas hidrelétricas⁵²¹.

Pulice e Moretto (2017) realizaram estudo⁵²² sobre a Compensação Financeira, em que identificam ênfase no caráter institucional da fiscalização quanto à sua aplicação, tendo a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, remetido tal função aos Tribunais de Conta ou Ministério Público. Acrescentam a isso, o fato de que a sua destinação não é claramente definida,

521. Consulta em <https://www.ana.gov.br/noticias/nova-lei-altera-rateio-de-distribuicao-da-compensacao-financeira-pela-utilizacao-de-recursos-hidricos>. Acesso em 03/06/2020.

522. O estudo aborda minuciosamente diversos indicadores no intervalo de 2000 a 2010 em 600 municípios alagados por hidrelétricas no Brasil.

em termos de prioridades. O estudo aponta que as informações analisadas no Relatório do Tribunal de Contas da União de 2008, não traz elementos suficientemente claros e detalhados acerca dos procedimentos adotados para fiscalização e nem tão pouco das penalidades. O TCU estaria nestes termos, segundo os autores, se restringindo ao aspecto formal de cumprimento legal quanto às restrições de aplicação em despesas com pessoal, pagamento de dívidas e à probabilidade de capitalização em fundos previdenciários.

Os autores destacam e demonstram que no referente à saúde há uma relação negativa da aplicação da CF, relativa à possível sobrevivência (até 40 e 60 anos). Do mesmo modo, podem ser realçados que: O Índice de Desenvolvimento Municipal é inversamente proporcional à relevância registrada da CF na receita do município; relação positiva da taxa de cobertura de água e a CF, sendo este o único indicador positivo alusivo à saúde nos municípios inundados estudados no Brasil.

Isso, contudo, remete a questões que o trabalho de pesquisa na região apontam para a perspectiva de lugares constituídos a partir dos efeitos da implantação da hidrelétrica, o que se verifica de forma mais localizada quando se trata da “região das ilhas”, onde vivem cerca de 8 mil pessoas que não dispõem de água potável. O mesmo, em relação à água ocorre na Vila Capoteua, uma vila de pescadores, esta, exclusivamente, no município de Tucuruí. Nas ilhas e na Vila Capoteua não existem estruturas específicas de saúde. Esses fatos - a falta de água e a inexistência de infraestrutura de saúde - constituem agravantes nesse tempo de pandemia.

Assim, a CF no tocante aos valores repassados e o sentido de reparação de danos, se tornam prerrogativas das prefeituras, que por sua vez não colocam alternativas e decisões sobre sua aplicação aberta à discussão e deliberação pública dos moradores, em geral, e nem tão pouco dos expropriados desde a instalação dos projetos hidrelétricos. A ELETRONORTE faz uso dos recursos naturais, infraestrutura e subtrai parcelas do território e do recurso

hídrico de forma contínua. O que se observa e tem sido objeto de estudos é a inocuidade de Programas da ELETRONORTE (a exemplo do Programa de Limnologia e Qualidade da Água) e nessa “primeira onda” da pandemia atrasos e expectativas da empresa de energia⁵²³ responsável pela UHE Tucuruí.

Nesse momento em que se instala uma pandemia no mundo já tem sido muito debatido o caráter desigual a que estão submetidos diferentes povos, diferentes lugares. Se o município de Tucuruí tem PIB per capita de R\$ 58.455,08 (IBGE, 2017⁵²⁴) as desigualdades econômicas e sociais são extremas.

Na região de Tucuruí é destacado no Lago da UHE Tucuruí e, especificamente, aqueles que se auto identificam como “morador (ores) das ilhas”⁵²⁵, embora o Estado e a ELETRONORTE não reconheçam essa situação específica. No interior do lago do reservatório⁵²⁶ formaram-se aproximadamente

523. A ELETRONORTE possui várias possibilidades e processos em aberto e que terão implicações nos procedimentos judiciais que envolvem reclamações de atingidos pela obra e de pressão mínima para correção de sua atuação em nível local, inclusive no campo da saúde. Conforme menciona o Canal Energia.com, em setembro de 2019: 1. “A ELETRONORTE quer prorrogar a concessão da usina hidrelétrica de Tucuruí (PA – 8.370 MW). Esse objetivo e interesse foi manifestado pela estatal junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, que deverá encaminhar o pleito ao Ministério de Minas e Energia, de acordo com comunicado divulgado pela Eletrobrás – controladora da ELETRONORTE – na última terça-feira, 4 de setembro. Caberá à pasta divulgar as condições pertinentes ao Contrato de Concessão de Geração nº 007/2004, que regula a exploração do potencial de energia hidráulica do empreendimento. O prazo de vigência desse atual contrato expira em 30 de agosto de 2024, nos termos da Lei 12.783/2013. <https://canalenergia.com.br/noticias/53110972/ELETRONORTE-tem-interesse-em-prorrogar-contrato-de-concessao-de-tucuruí>. Acesso em 02/06/2020. 2. Abertura de projeto de privatização da ELETRONORTE; 3. Operações para ampliação das linhas de transmissão. Algumas delas são observadas no prisma de efeitos da Covid 19 e avanço do trabalho. O que está em compasso de espera da autorização da FUNAI] para trabalhos em Terras Indígenas. 4. O licenciamento ambiental que deverá ser renovado junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS. Esses quatro pontos são comentados na parte III deste texto.

524. IBGE, 2017. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/tucuruí.html>. Acesso em 03/06/2020.

525. As situações das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Alcobaça e Pucuruí-Ararão, localizadas ao noroeste da barragem e de outras Unidades de Conservação que compõem o denominado Mosaico Ambiental de Tucuruí mostram uma série de problemas ambientais e sociais que não tem sido objeto de intervenção pela ELETRONORTE que se exonera de responsabilidades sociais por conta dos repasses que dita a CFURH.

526. “O Lago-Reservatório da UHE Tucuruí em sua cota máxima normal apresenta uma extensão de 2.875,13 Km²”. Quando o nível é mínimo (62 m), a área alagada diminui em cerca de 560 km². Essa massa de água ocupou e cobre terras pertencentes aos municípios de Tucuruí, Breu Branco, Goianésia, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Itupiranga. (FERREIRA, 2010, p. 30).

1600 ilhas⁵²⁷, dezenas delas ocupadas por pescadores e agricultores provenientes dos municípios de Mocajuba, Cametá, Baião, Igarapé Mirim e Limoeiro de Ajuru que reproduziram modos de vida baseado na pesca, cultivo de pequenas roças, criação em pequena escala. As condições de ocupação são diferenciadas, com moradores que tem residência em terra firme dos municípios respectivos e aqueles que possuem residência permanente na ilha. Esse grande lago é dividido em 11 regiões⁵²⁸. Outras ilhas foram ocupadas para lazer e pequenas “fazendas”, sem serem seus donos hostilizados pela empresa. Em 1989, foi fundada uma Delegacia Sindical das Ilhas vinculada ao STR de Tucuruí, o que ocorre em meio aos antagonismos e pressões de instituições federais (IBAMA, ANEEL, ELETRONORTE, SECTAM) e governos locais contra os ocupantes das “novas” ilhas (NOVAES e ACEVEDO MARIN, 2015, p. 184).

Ainda, as formas de vida nessas formações físicas socialmente constituídas na esteira dos efeitos de implantação da hidrelétrica foram dificultadas pelos processos de elevação da cota do Lago, no início de funcionamento estabelecida em 72 metros e, em 2005, com a conclusão da II etapa, a ELETRONORTE obteve autorização da SECTAM para elevação do nível de água do reservatório para a cota 74m. Decorreu disso a erosão das margens de terras das ilhas e as perdas dos moradores de plantações diversas. Entretanto, muitos atingidos pela elevação da cota não receberam indenizações. Na narrativa realizada pelo senhor Antônio Marinho da Costa, em oficina de Cartografia Social realizada no “Auditório do Mesquita”, em 21.06.2019, lê-se:

Eu tenho uma morada no meio do lago numa ilha. Então, o impacto foi muito grande depois da cota 74 e agora está desmoronando tudo a perca está muito grande, está indo as castanheiras, as mangueiras, as jaqueiras, as laranjas, cocos, tudo está

527. Idem.

528. Ferreira (2010) elenca com base em dados do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade associada a Povos e Comunidades Tradicionais - CNPT, que a Região das Ilhas de Tucuruí, nos limites desse município, está dividida em 11 sub-regiões distintas e suas denominações atribuídas pelos próprios moradores, a saber: Panorama, São Benedito, Mocaba, Vida Nova, Lago Azul, Cajazeirinha, Pequiá, Água Fria, Cajazeira, Bom Jesus e Guaripé.

desabando. Em torno da ilha está desmoronando tudo, está acabando com tudo mesmo, está derrubando as bacabeiras, castanheiras, tudo. O pasto está abarrancando tudo está destruindo tudo a erosão da água e agora tem outro problema, esse quebramento do canal aí, a água não vai prestar nem pra gente banhar. Como os animal vai beber e nós que mora num lugar isolado? Eu queria saber como vai ficar essa situação? Porque o gado não vai poder beber essa água, o carneiro não vai poder beber, o porco, o bode, tudo. Então, nós estamos numa situação triste com essa água que vai vir daqui uns meses. Aí, eu queria saber que situação vai ficar. O que que vai ser feito desse pessoal, como eu que estou dentro do lago? Eu moro na beira do canal. Onde tem mais erosão é na beira do canal, onde eu tô. Está destruindo a minha ilha toda. As árvores estão indo embora. O sítio está acabando tudo. A erosão está muito grande. Então, meu muito obrigado. (ACEVEDO MARIN E NOVAES, 2020.p. 64,65)

A existência cotidiana das famílias que residem nas ilhas é marcada pela precariedade. Várias pesquisas têm descrito a péssima qualidade da água; a falta de atendimento em saúde, as dificuldades de transporte e ausência de energia elétrica. Ferreira (2010) lista os Programas divulgados pela ELETRONORTE e cita entre eles o Programa de Limnologia e Qualidade da Água⁵²⁹, cujos resultados não são comentados.

O serviço de saúde pública prestado aos moradores pela SUCAM sofreu constantes interrupções, o que contribuiu para o aumento no número de casos de malária em sua área. A descontinuidade na assistência aos moradores das ilhas quanto ao controle de mosquitos transmissores de doenças, favoreceu a ocorrência de

529. O autor assinala a questão da concentração de mercúrio no lago e conclui que: “A concessionária de energia, no âmbito do Programa de Limnologia e Qualidade da Água, poderia reportar periodicamente ao órgão estadual de meio ambiente, a comunidade científica e a população diretamente exposta, os resultados obtidos através de automonitoramento sobre a concentração de mercúrio em peixes e cabelos humanos para comprovações de que estaria havendo declínio e/ou que estas concentrações encontram-se dentro de limites de segurança”. (FERREIRA, 2010, p. 88).

surtos de casos de malária. (FERREIRA, 2010, p. 78).

Entre as doenças de veiculação hídrica cita hepatite, diarreias e afecções da pele, pois a “má qualidade da água que estaria ligada ao aparecimento de uma doença, ainda não suficientemente esclarecida pelos organismos de saúde pública e denominada pelos moradores de Roe-roe, que provoca lesões na pele dos pés e mãos, impossibilitando temporariamente o portador para o exercício de atividades produtivas”. (FERREIRA, 2010, p.80). A partir dos dados do DATASUS (2010) organiza uma tabela informando 1.147 casos de hanseníase entre 2001 e 2009. Mas adiante insere considerações relevantes sobre a água do lago:

Os moradores das ilhas sujeitam-se a incontáveis riscos ao abastecerem-se de água para suprir suas necessidades diárias de higiene e consumo. A maior fonte de abastecimento deriva inapelavelmente da captação direta do curso d'água existente no entorno da moradia. Com a elevação da Cota e em função dos ciclos (enchimento & vazante) temporais da bacia hidráulica, iniciou-se um novo processo de carreamento de matéria orgânica para o curso d'água, decomposição e sedimentação. Neste processo, a água adquiriu características físicas, tonalidades, sabores e odores, comprometendo sua utilização, em muitos casos, até para dessandatação de animais. Na versão dos moradores a água ficou mais quente, suja e lodacenta. A água para consumo humano é captada por moradores geralmente em locais onde o curso d'água tenha maior velocidade e profundidade, muitas vezes, bem distante das moradias, e então, antes do armazenamento final, é realizado um processo rudimentar de coagem ou filtração. É prática comum entre os moradores, em momentos de deslocamento entre as moradias e núcleos urbanos, transportarem recipientes com água da “rua” (Tucuruí) para o centro (moradia nas ilhas). (FERREIRA, 2010, p. 89).

O estudo realizado por Yoshino (2017) sobre a vulnerabilidade hídrica das populações que moram na região do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com base em 595 questionários aplicados nas unidades familiares, que moram tanto nas ilhas quanto em terra firme, abrangeu 47 localidades (ilhas e povoados) situadas nos municípios de Tucuruí, Goianésia, Breu Branco, Novo Repartimento, Jacundá e Itupiranga. Neste trabalho de pesquisa exaustivo confirma que a construção da hidrelétrica de Tucuruí provocou vulnerabilidade hídrica para os moradores do lago⁵³⁰. O autor realiza observações sobre a necessidade de grandes projetos de garantir segurança hídrica para as pessoas e apresenta as respostas dos entrevistados:

os moradores relataram a dificuldade em conseguir água de boa qualidade, principalmente para os usos beber, tomar banho e lavar roupa, sendo agravado no período da seca.

Outro relato dos moradores é que durante o período da seca a água do lago fica longe de suas casas, o que dificulta a sua locomoção, uma vez que a canoa é o principal meio de locomoção. Além disso, em certas áreas do lago o acesso fica difícil devido à presença de lama quando o nível do lago diminui.

Durante o período da cheia foi relatado pelos moradores a dificuldade na atividade de pesca, pois o nível da água fica elevado e os peixes acabam se escondendo na vegetação que fica submersa. No estudo desenvolvido no PDRS com a população que vive no lago de Tucuruí, verificou-se que a saúde é o serviço público que gera mais expectativa nos moradores, seguido de água, estrada e educação.

(YOSHINO, 2017, p.131)

Yoshino frisa o descompasso entre a lucratividade do empreendimento da UHE Tucuruí e a falta de condições mínimas de para os moradores nas ilhas e do entorno do lago: saneamento, energia elétrica, educação e saúde⁵³¹

530. O pesquisador confirma a hipóteses de que a hidrelétrica de Tucuruí: “deixou parcialmente vulnerável as populações que vivem na região do lago, em relação à questão hídrica e que as variáveis socioeconômicas, institucionais e ambientais, somente juntas, são consideradas necessárias e suficientes para explicar a vulnerabilidade hídrica. (YOSHINO, 2017, p. 24)

531. Observa-se que a maioria dos estabelecimentos de saúde são compostos por postos de saúde e Centro

estão ausentes. Afirma ter verificado que a construção da hidrelétrica não trouxe benefícios a estas populações, sendo muitas vezes excluídas dos projetos/programas do governo.

Além disso, são constantes as violações dos direitos dos atingidos pela construção da UHE de Tucuruí por parte da ELETRONORTE. As medidas estruturais e não estruturais adotadas pelo poder público para minimizar os efeitos sociais da construção da UHE de Tucuruí, em relação ao acesso e ao uso dos recursos hídricos, não trouxeram benefícios para a vida dos moradores do lago, pois essas medidas não possuem sinergia entre os atores envolvidos. Segundo a ELETRONORTE, ela gasta milhões com projetos/programas para reparar os efeitos sociais causados pela construção da UHE de Tucuruí, porém esses projetos/programas são pontuais, muitos não são executados, e os que são executados não são eficazes. (YOSHINO, 2017, p. 182).

A “determinação local” da pandemia está registrada em tempos e ações anteriores que “enfraquecem” a saúde das pessoas e indisponibilizam condições de preservação. De que água se serviram os moradores do lago da UHE Tucuruí para hidratar e higienizar os corpos arriscados de contaminação pelo COVID 19?

No dia 6 de abril de 2020, manchete do governo do Pará anunciava: Estado reforça a estrutura de saúde na Região do Lago do Tucuruí. Nessa notícia indicava-se que entre as ações estavam as “obras para modernização e ampliação do atendimento

de Saúde/Unidade Básica de Saúde, os quais realizam os procedimentos básicos de saúde. Contudo, verifica-se que os municípios de Goianésia do Pará e Itupiranga não possuem Centro de Saúde e o município de Tucuruí não possui postos de saúde. Dentre esses municípios, Tucuruí se destaca pela maior quantidade e diversidade de estabelecimentos de saúde. O município de Tucuruí possui ainda o Hospital Regional de Alta Complexidade, com especialidades de traumatologia, cardiologia, neurologia, psiquiatria, pediatria, dentre outros. Além disso, recentemente o município implantou o serviço de saúde em barco-hospital para atender a população que vive no lago de Tucuruí (PARÁ, [2009?]). Porém, durante as visitas de campo não foi verificada a atuação do barco-hospital, pois em nenhum momento os moradores citaram sobre esse serviço de saúde. (YOSHINO, 29017, p. 129).

realizado pelo Hospital Regional de Tucuruí⁵³². O governador acrescentou que “os recursos para modernização do Hospital Regional terão como origem a verba de compensação ambiental prevista no Consórcio dos Municípios Alagados pelo Rio Tocantins (COMPART) e afirma que: “Encaminhamos para a ELETRONORTE um ofício informando que vamos utilizar parte dos recursos destinados para compensação do licenciamento ambiental. A medida foi tomada em comum acordo com as prefeituras da região. Com estes investimentos, o hospital será um dos mais modernos no Estado”. A regra de troca e negociação entre o Governador, o COMPART e a empresa. Talvez essa negociação corresponda as estratégias da ELETRONORTE para dissuadir a então posição divergente do COMPART nas questões de renovação do licenciamento ambiental, permitindo que usem os recursos advindos da compensação para fins de “enfrentamento da pandemia”. A operação realizada a priori é a negociação Estado, COMPART e ELETRONORTE. A COMPART distensionaria o conflito e se posicionaria com a SEMAS E ELETRONORTE viabilizando totalmente o licenciamento. E não pode deixar de apontar que se tratando de um ano de eleições municipais a ELETRONORTE pode utilizar outras táticas de financiamentos das campanhas enquanto mecanismo de negociação.

O problemático acesso aos serviços de saúde dos moradores das ilhas é uma expressão dessa desigualdade que traz consequências na incidência da Covid 19. Não nos deteremos em dados detalhados em toda a região, contudo, nota-se no mapa a seguir que entre os municípios do entorno do lago, a maior concentração de prevalência da doença e de óbitos até 24 de maio ocorre em Tucuruí. Quanto à taxa de letalidade para a virose, que se comprova pela proporção do número de casos por óbitos, o percentual é de 11,51 sendo o segundo maior do Estado do Pará. Nesse instante, percebe-se um aumento da curva de prevalência para a doença, tanto no que diz respeito à confirmação de casos quanto de óbitos.

532. Governo do Pará. Secretaria de Saúde Pública. <http://www.saude.pa.gov.br/2020/04/06/estado-reforma-estrutura-de-saude-na-regiao-do-lago-do-tucuru/>

Também não há abordagem específica do transporte fluvial entre a cidade e o lago. No Comitê Gestor da Crise criado pelo Decreto N° 012/2020 não se registra representação do “povo das ilhas” expressão que utilizam para referir ao “coletivo”.

Corpos ameaçados, solidariedades amplas e alertas de prevenção

De início, apreensões sobre a “situação pandêmica” em Tucuruí fluíram nas mensagens recebidas de uma liderança na região Esmael Rodrigues Siqueira, Presidente da Associação dos Pescadores, Piscicultores e Aquicultores de Tucuruí e Região – APPATUR, que foram registradas em áudios, fotografias e documentos enviados pelo aplicativo *WhatsApp* e anotações da equipe em conversas telefônicas. O resultado, de forma mais específica está exposto no item 1.1 a seguir.

Nos textos de mensagens – muito breves - abordou Esmael Siqueira as situações observadas a partir de Tucuruí, recluso à cidade na sede da APPATUR, e que dizem respeito às condições específicas do seu próprio isolamento - como liderança e pescador; e dos expropriados que vivem na região, que no entanto, não se encontram residindo apenas em uma comunidade, uma ilha ou cidade. Estão totalmente espalhados nos bairros de Tucuruí e nos municípios próximos, em povoados, bairros e ilhas. Entretanto, confere sua própria dificuldade operacional de comunicação. Mas, parecem irrelevantes face aos obstáculos de uma maioria que vive fora da cidade.

Nesses lugares a forma virtual de se comunicar se torna praticamente impossível, a exemplo, com os moradores nas ilhas no interior do lago da hidrelétrica. Na quase totalidade (exceção para alguns que compraram uma ilha para lazer e contam com seus poços privados) das ilhas sabe-se da inexistência de água potável. Também não há energia elétrica. Como já dito, inexistente plano específico, proposições e previsões para esse grupo nas normas

elaboradas pela Prefeitura de Tucuruí nos decretos municipais; o mesmo ocorre com as áreas de assentamento. A menção se faz para população em geral, e sem atenção, conforme se lê, aos pescadores, aos extrativistas, aos agricultores e indígenas que vivem na região.

A atenção se volta nessas mensagens ainda, para fatos que têm tido lugar nesse período de pandemia, que são as queimadas na Amazônia. A concentração de queimadas em duas grandes regiões pode ser visualizada no mapa abaixo. É possível identificar duas grandes regiões de concentração de queimadas. A primeira região, nas proximidades das rodovias federais BR-010 e BR-222, correspondendo os municípios de Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu e Rondon do Pará, área de maior produção da Soja no Estado do Pará. A segunda região com intenso foco de queimadas localiza-se no extremo sul, abrangendo os municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Redenção, Conceição do Araguaia e Floresta do Araguaia, outra área de expansão da soja no Pará.

Na região do Lago de Tucuruí, os municípios de Breu Branco e Goianésia do Pará se destacam dentre aqueles que mais registaram focos de queimadas nesses primeiros cinco meses de 2020. Percebe-se a predominância dos focos de queimadas nas proximidades das rodovias na região.

A atenção a categoria dos Expropriados e Expropriadas converge para diversos processos sociais daqueles que tiveram perdas com as obras da UHE Hidrelétrica em cada etapa. Entre os moradores das ilhas descritos com anterioridade, contam-se expropriados. Esse grupo que desenvolveu lutas sociais e jurídicas para ser reconhecido como “expropriado” pela ELETRONORTE e cujas trajetórias estão vinculadas à primeira, segunda etapa da hidrelétrica, à elevação da cota e, mais recente, a construção das eclusas, contam 5.700 expropriados que constam em Ação Civil Pública nº 123.001.000238/2010-55 – Ministério Público Federal – MPF em litígio com a ELETRONORTE. Desses, 2.343 famílias obtiveram

ganho na Ação e isso lhes legitima também do ponto de vista legal em um processo indenizatório que é incompleto e injusto. E onde estão os expropriados?

Os trabalhos de pesquisa que temos realizado na região, e também de outras equipes registram que já há uma segunda geração daqueles que já não vivem mais; os que ainda estão vivos e na luta se encontram espalhados, morando nas cidades criadas após a inundação das suas terras, de suas casas, de uma forma de viver, em assentamentos, em vilas, nas ilhas, e vários tiveram que se deslocar par outros estados. Portanto, como se reportar a estes neste momento de pandemia de forma particular? A dificuldade denota que não são reconhecidos como atingidos por toda a sua vida, que assume uma identidade, mas são invisibilizados diante das políticas estatais e da ELETRONORTE.

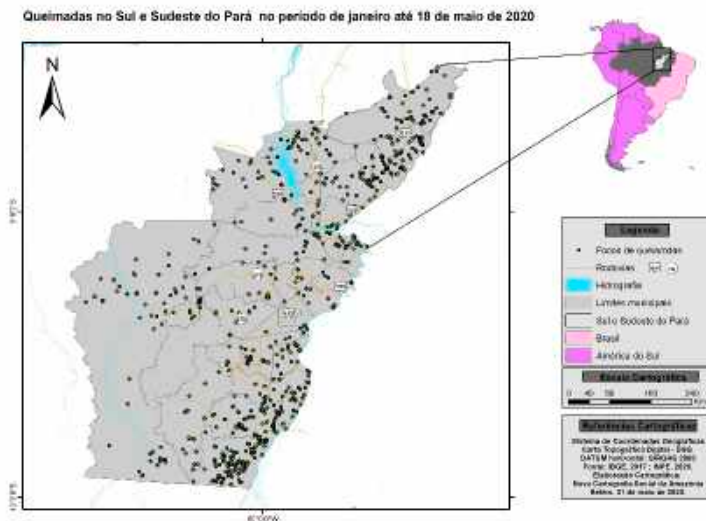


Figura 02: Queimadas no sul de sudeste do Pará (janeiro a 18 de maio de 2020)

É dito que Tucuruí progrediu muito em urbanização e infraestrutura. Todavia os efeitos sociais e ambientais provocados pela obra da UHE Tucuruí não foram aferidos (ACEVEDO MARIN e NOVAES, 2020) enquanto as mudanças econômicas, sociais e ecológicas tornam-se profundas e irreversíveis. Os problemas criados não se resolvem em uma fácil equação positiva que contabiliza o número de estradas, de assentamentos, de povoados.

Neste artigo são tecidas algumas ilações a partir do que se argumenta se constituem “determinações locais”⁵³⁴. A ELETRONORTE construiu mecanismos de poder na Região de Tucuruí e arrola decisões e projetos que contribuem para enfrentar a pandemia no lócus de atuação? O acesso a essas fontes – ELETRONORTE, Prefeitura Municipal de Belém, SESPA é feito por meio da consulta, não exaustiva, de jornais, entrevistas de autoridades da empresa e do governo do Pará, site e blogs é possível descrever alguns desses atos e relacionar conteúdos com categorias específicas.

Os moradores da região do Lago do Reservatório da UHE Tucuruí denunciam sua contaminação. Durante anos não foi disponibilizado o acesso a água potável. A necessidade do líquido para higiene é medida essencial de prevenção da pandemia. Quais as ações com os moradores das ilhas, muitos deles expropriados e expropriadas por obras das várias fases de instalação da obra?

Assim, o eixo empírico do texto consiste na leitura de sessões de entrevistas, mensagens trocadas, portanto, com vários retornos, que foi feita com uma liderança que acompanha de forma intensa as lutas dos expropriados. O noticiário é revisto no tópico 2, o último deste trabalho antes das considerações finais, sobre a pandemia nos meses de abril e maio, no sentido de estabelecer relação com o fato de que a pandemia não paralisa estratégias que distanciam cada vez mais a ELETRONORTE dos expropriados, como a privatização da Eletrobrás. Esse distanciamento se

534. Alain Badiou (2020, p. 72) abrevia o sentido, a “determinação permanece fundamentalmente local, enquanto a epidemia é antes transversal”.

expressa quando as medidas de proteção de forma direta contra a Covid 19 não nos parecem extrapolar a proteção dos seus empregados; a situação de estrutura e articulação de municípios pelos prefeitos; a estratégia de empresas de implantação de linhas de transmissão na região para adesão a indenizações consideradas injustas e unilateralmente definidas; queimadas, enfim, denota-se que, as empresas e o estado mantêm-se ativos em seus planos, a despeito da precária estrutura de saúde na região.

Alerta às situações à sua frente e à proteção de expropriados.

Quando eles me ligam eu oriento: - não saiam de casa, evitem visitas, tomem muito cuidado, agora chegou o momento de vocês descansarem mais, ficar mais em casa, quem sabe depois que passar isso nós não vamos ter uma luta maior, estejamos mais fortes, vocês estejam mais tranquilos, então procurem desestressar um pouco para que isso não traga um outro problema para vocês. A minha preocupação é que são pessoas que estão acostumadas a estar sempre na casa de um ou de outro, visitando, conversando, batendo papo, e com essa situação, naquele horário de costume sempre eles querem buscar aquele passeio, mas não tem mais em função desse impedimento.

A única medida que a gente teve em relação ao Covid 19 enquanto entidade foi pedir na verdade que os desapropriados por serem já uma categoria de pessoas de idade, ou seja, até de terceira idade, ficassem em casa, não deixasse de acreditar no que a OMS dizia, porque a OMS foi pouco divulgada pra cá, era através de jornais, fizemos um trabalho de pedir com que as pessoas entendessem que era verdade e que tomassem muito cuidado, ficassem em casa e a gente ficou muitas das vezes sem ação porque nós esperávamos que fossemos convidados ou solicitados pra criar um comitê de decisões, porque isso não é uma questão política e sim de vida, então entendíamos que as autoridades iriam chamar as entidades.

A organização que não se faz por lives: vamos preservar a saúde porque depois que passar isso tudo nós precisamos dar continuidade nessa luta

Em relação a se organizar, eu acho que não é momento de pensar e levar essa situação pra eles e se organizar pra fazer algum movimento, até porque qualquer coisa que vier a acontecer com uma pessoa dessa a gente tá caindo na mesma mesmice desse louco (...) de incentivar as pessoas a irem pra rua, eu evitei o meio de comunicação, até porque agora tá meio difícil de pegarmos o espaço e uma vez que eu fui quando surgiu isso ai foi pra dizer pra eles “olha, gente, por favor, a gente trabalha com povo de terceira idade, por favor, evitem a vir, a pegar ônibus, a andar na rua, não se sintam obrigados a ir lá no escritório para fazer isso, fiquem mais em casa, vamos preservar a saúde, porque depois que passar isso tudo nós precisamos dar continuidade nessa luta, mas essa situação que tá acontecendo, eu vou conversando com o dono do prédio aqui, dizendo pra ele dar mais um tempo (...) talvez tenha até um pouco mais de visitas em função desse auxílio né, que assim as pessoas vão me procurar, eu estou aqui tentando, até queria que você me ajudasse se fosse possível, você me ver qual é o site que vai tá isso ai pra gente cadastrar essas pessoas pra que eles possam não ter muito problema, que são praticamente pescadores das ilhas, ribeirinhos, extrativistas que vão sofrer com isso, até chegar isso pra eles, até eles saírem da roça pra vir pra cá, e a gente quer evitar que eles estejam se aglomerando no meio de muita gente que não conhece na rua, a situação é essa que estamos passando por aqui.

O vírus e a resistência pela organização

O segundo vírus é a falta de apoio às famílias mais carentes, nós pescadores não podemos receber esse auxílio, estamos vivendo pela solidariedade dos nossos liderados que se condoem da nossa situação e vem até nós e chegam com sorriso no rosto ou então uma lágrima no olho dizendo “tá aqui, eu vim trazer isso pra ti” e se ele vê chorando, nós temos que estar sorrindo, pra dar apoio, uma palavra amiga, mas que por dentro nós estamos nos corroendo de dor, de não saber o que vai acontecer no dia de amanhã. O terceiro vírus, o sul do Pará tá coberto de fumaça, nós estamos inalando fumaça, quando se trata das pessoas, da solidariedade, os pescadores não tem direito a esse auxílio emergencial⁵³⁵, simplesmente porque recebem o seguro defeso que mal o senado ou a câmara não entende o que é o seguro defeso, o seguro defeso é naquele momento que o pescador não pode pescar pela reprodução do pescado, mas agora nós não estamos podendo pescar porque não estamos podendo sair de casa e se não fosse essa solidariedade dos nossos liderados, eles me mostram o contrário, coisas importantes (...) nessa questão do coronavírus é quando eles pensaram que as organizações das comunidades quilombolas, unidade de conservação, moradores aleatórios, começaram a se organizar com objetivo que talvez nem eles percebam a organização que está acontecendo, a aproximação através de

535. O auxílio emergencial, a partir do mês de abril, e previsto para três meses é destinado a: “desempregado ou exerça atividade na condição de: Microempreendedores individuais (MEI); Contribuinte individual da Previdência Social; Trabalhador Informal. Pertença à família cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo (R\$ 522,50), ou cuja renda familiar total seja de até 3 (três) salários mínimos (R\$ 3.135,00). (...) beneficiários que recebem o Bolsa Família também terão direito ao Auxílio Emergencial de R\$ 600. Mas, só terá direito ao auxílio, a pessoa que recebe o Bolsa Família com o valor menor de R\$ 600 (...) Mulheres que chefiam a família receberão R\$ 1,200”. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/auxilio/> Acesso em 28 de maio de 2020. Em 21 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que institui auxílio emergencial no valor de um salário mínimo (R\$ 1.045) mensal a famílias indígenas enquanto perdurar o estado de emergência pelo novo coronavírus. A medida se estende a pescadores, ribeirinhos, quilombolas e povos das florestas. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/05/camara-aprova-auxilio-emergencial-para-indigenas-quilombolas-e-povos-tradicionais/> Acesso em 28 de maio de 2020. O projeto de lei ainda não foi sancionado pelo presidente da República.

uma necessidade de impedir que as pessoas entrem nas suas comunidades, e aí é uma organização que no fundo eles ainda não perceberam que traz futuramente uma união muito forte, que é justamente a comunidade decidindo por si própria a manter, a preservar, a resguardar o princípio e mostrar que eles são humanos sim, que sentem amor um pelo outro, eles sentem um amor ímense um pelo outro, por exemplo (...) as comunidades mais tradicionais hoje eles estão tão organizados fechando suas fronteiras, seus territórios e não deixando ninguém entrar pra não levar essa doença pra eles, isso é interessante, é uma força, uma demonstração de força porque os poderes públicos constituído através dos nossos votos estão apostando na proliferação dessa doença, em um contágio, parece que há um acordo deles com esse vírus de propagar em todo mundo, parece que a intenção é diminuir a humanidade (...) não tem prefeito, vereadores e nem ninguém, elas estão isoladas mas estão resistindo, por exemplo .. os carros que vão pra Cameté as vezes vai levando aqui eles dizem que não para, pra ir embora mas ele não desce do carro lá de jeito nenhum, acredito que Igarapé preto também esteja acontecendo a mesma coisa, e isso está criando um conflito entre o poder público e a comunidade, só que quando há na comunidade, digamos que 80% é a favor de uma coisa e 20% não, o prefeito e o poder público ainda tem uma semente que ele pode chegar lá e conseguir mais dos 20%, mas não, não é assim, é tão legal que eles estão conseguindo obter os 100% pra não ter brecha, janela, pra esses propagadores levarem para lá essa pandemia, esse vírus, então ele não tem brecha, então quando ele não tem brecha, automaticamente a comunidade se sente amparada pela soberania das suas decisões e isso ta sendo muito interessante, e nos enquanto líder de todas essas demandas, quando ligam pra gente perguntando como é que tá, olha querido, está tudo parado, tudo dessa forma, nós estamos com aluguel atrasado, mas por favor fique em casa, não tente, não vá na conversa de ninguém, fique em casa, por

que até que se consiga uma vacina pra gente se imunizar disso ai a única alternativa é ficar em casa, muitas das vezes nos estamos até dizendo fique em casa enquanto os criminosos estão praticando, acabando com a nossa Amazônia

Muitos são idosos que ainda brigam até hoje pelos seus direitos - A gente tem uma sensação de insegurança

Bom dia amigos, nós estamos vivendo nesse momento uma situação muito delicada em vários aspectos, é algo muito complexo na verdade, nós temos uma pandemia perigosa matando muita gente (...) muitos são idosos que ainda brigam até hoje pelos seus direitos e quando se ver uma oportunidade se aproximando de realizar muitas das vezes as suas conquistas ai de repente vem uma pandemia ou então um governo instável que não se sabe o que quer e o que fala, é insustentável o que ele fala de manhã e de tarde já e outra coisa, e deixa a gente tem uma sensação de insegurança muito grande, a gente vive em uma região no sudeste do Pará, Tucuruí (...) as instituições que seriam capazes de combater os crimes que estão acontecendo na Amazônia, além de um vírus que a gente não vê, não conhece, há um grande outro combate pra nós da região, que é justamente no combate ao crime do latifúndio, crime do garimpo, dos grandes fazendeiros, do agronegócio, que nós não vimos um vírus e estamos inalando outro, a fumaça cobre o sul do Pará de tanta queimada que está acontecendo e nós estamos inalando, pra contribuir mais com a pandemia ainda inalamos fumaça de grandes queimadas que estão acontecendo no município de Tailândia, Goianésia, Jacundá, Tucuruí, breu branco, repartimento, que essa fumaça ela se concentra no sul do Pará e eles aproveitam nesse momento de ficar em casa, de se confinar.



Foto 01: Rua da cidade de Tucuruí sob a fumaça de queimadas de áreas no entrono da cidade, vista da Rua 7 de setembro. Fotografia: Esmael Rodrigues Siqueira, 13 de maio de 2020



Foto 02: Rio Tocantins, lado direito, a jusante da hidrelétrica sob nuvem de fumaça, vista da Rua 7 de setembro – Tucuruí – PA. Fotografia: Esmael Rodrigues Siqueira, 14 de maio de 2020.



Foto 03: Rio Tocantins, lado direito, a jusante da hidrelétrica sob nuvem de fumaça, vista da Rua 7 de setembro – Tucuruí – PA. Fotografia: Esmael Rodrigues Siqueira, 31 de maio de 2020.

Eu olho pro tempo, pro ar, que eu olho pra qualidade do ar, embaixo é onde fica a associação e encima é onde eu moro, eu gosto de acordar de manhã e olhar pra floresta do outro lado do rio e se você ver nessa foto que eu encaminhei pra você, a gente não enxerga mais o outro lado do rio de tanta fumaça, aí meu deus, será que eu vou acordar de manhã e vou ver aquela floresta que sempre eu agradeço por ver, e eu olho de manhã e não vejo mais porque a fumaça não deixa, e eu sei que não é um pesadelo e também não é um sonho sabe, eu fico lá encima as pessoas vem trazer coisas pra mim e eu desço uma corda “amarrem ai que eu vou puxar” aí eu puxo lá pra cima e vou fazer pra me alimentar, e sabe uma coisa assim, eles ficam me olhando sabe, eu olhando pra eles porque queira ou não eu sou uma pessoa muito carinhosa com eles, quando eles chegam aqui eu abraço.

Nesse momento é difícil a gente ver um desapropriado. Desapropriados não estão em um só lugar:

Nesse momento é que é difícil a gente ver um desapropriado pela sua idade, seu histórico de vida, eu acredito que a força que eles tem, a mentalidade, a sabedoria, coisas que com certeza deixaram pra eles uma estrutura de sobrevivência por muito tempo (...) mas, a gente tá em contato sim com nossos expropriados (...) com os pescadores, os pescadores infelizmente estão passando por um momento muito difícil porque nós ficamos de fora dessa questão do auxílio emergencial, que isso viria até pra fortalecer um pouco o alimento das pessoas, assim como os desapropriados todos ficaram de fora porque são aposentados, tem uma relação direta com a previdência social, eles entendem que um salário, um mísero salario pro aposentado comprar remédio, comida, pagar energia.

Auxílio? *Os pescadores estão passando por uma necessidade*

Poucas pessoas receberam, porque o povo que tá com a gente, o que foi atingido pela eclusa são pescadores, quem mora no lago são pescadores, e expropriados são aposentados, que tem relação com a previdência social. Um seguro defeso, isso nós recebemos esse seguro por 4 meses que são de novembro a fevereiro, abre o defeso dia 2 de março todos os anos, então são 4 meses que o pescador não pode pescar pela reprodução da espécie, a partir daí é trabalho, pesca, vender e se sustentar com o produto que vem da pesca que é sua atividade principal. Eles entendem que esses hoje 4 salários mínimos (ao ano) é suficiente pro pescador se manter ano inteiro, e aí quem tá sofrendo muita necessidade, os pescadores tão passando por uma necessidade horrível porque não tem comprador, com isso ele tá passando uma necessidade enorme, então a gente fica lamentando isso aí por não poder ajudar.

A ELETRONORTE se recolheu: *qual era a intenção?*

A ELETRONORTE se recolheu, é por isso que lá no início eu falei da participação da sociedade civil nessa comissão, eles não convidaram justamente por isso, por que qual era a intenção? a intenção da gente era chegar nesse momento e apresentar o cadastro de cada associação que esteja envolvido nessa discussão dos impactos sócio ambientais e apresentar pra ELETRONORTE. Nós queremos que o comitê aprove que a ELETRONORTE nesse momento', enquanto durar a pandemia, apesar tanto daqueles que estão recebendo esse auxílio, como também daqueles que não recebem, que aí entravam os desapropriados, mas infelizmente nós não fizemos parte e com isso ela se recolheu né! A gente que tem direitos a receber que sofreu com esses impactos, ficamos de fora, o comitê é só de autoridades, é essa a situação.

Nem todos se *isolam* na pandemia

A alteração no modo de vida de ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, agricultores, moradores de cidades e ilhas que residem na região de Tucuruí, estão associada à implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHE-Tucuruí – pelas Centrais Elétricas do Norte – ELETRONORTE, iniciada em 1974 e inaugurada em 1984. Este período de *isolamento* não se coloca para todos da mesma forma.

Por um lado, o momento atual se acentua por novos elementos que se somam à insegurança e às ameaças à vida que perduram por décadas. Neste tópico destacamos matérias levantadas na imprensa publicadas na internet, e documento e relatos recebidos de lideranças na região, em consideração às evidências dos danos que se acumulam e estratégias que visam à morte social dos expropriados. Estão apresentamos pela aproximação temática e das situações, e não propriamente, cronológicas. A pandemia potencializa e expõe o fato de que os agentes hegemônicos não se recolhem.

Noticiário e movimentos estratégicos no campo da política energética pelo Governo e a ELETRONORTE

Eletrobrás será privatizada ano que vem, diz presidente da companhia. O Globo.

Em 31 de maio de 2020, a Eletrobrás mostra que não está paralisada no tocante à sua privatização, e traz para os expropriados perspectivas de novos interlocutores no pós pandemia. Declaração do presidente da empresa, em 30 de maio de 2020:

“A única forma de o governo amenizar rapidamente os efeitos (da pandemia), principalmente de dívida, é com as privatizações, que vão fortalecer o equilíbrio econômico-financeiro das contas públicas” (Jornal O Globo – Globo Economia, 31 de maio de 2020).

Região do Lago, sudeste do Pará, se unirá para combater o Coronavírus

Ao mesmo tempo, a ELETRONORTE está silenciada em um lugar em que o passivo social, os efeitos decorrentes da implantação da hidrelétrica encontram-se enraizados na vida dos expropriados, que hoje vivem espalhados em ilhas, estradas, cidades na região, mas com existência coletiva evidente nas lutas. Em reunião de Prefeitos, realizada em 01 de abril de 2020, em a ELETRONORTE é mencionada por prefeitos como alternativa à utilização de recursos devidos:

“Um dos objetivos do encontro foi a uniformização na tomada de decisões, de forma conjunta, a fim de combater a proliferação do Covid-19, nos municípios que compõem a Regional do Lago de Tucuruí. São eles: Nova Ipixuna, Jacundá, Goianésia do Pará, Breu Branco, Tucuruí e Novo Repartimento. Também foi inserido na reunião o município de Pacajá. Apenas autoridades de Jacundá não participaram da reunião. Uma das decisões colocou à disposição do sistema de saúde regional parte dos recursos devidos pela ELETRONORTE/Eletróbrás, relativos à compensação ambiental para equipar o Hospital Regional de Tucuruí. Também, no período de até 48 horas, os gestores municipais devem informar a quantidade de servidores da área de saúde que vão reforçar os atendimentos no Hospital Regional de Tucuruí?”. (Rede Pará, em 02 de abril de 2020).

A participação do governador se deu por meio remoto, em vídeo, e também se reportou à ELETRONORTE ao informar que parte dos recursos para a saúde na região do lago teriam origem na Compensação do Licenciamento Ambiental da Empresa ELETRONORTE de Tucuruí, que serão utilizados na reforma e reconstrução do Hospital Regional de Tucuruí - HRT.

Estado reforça estrutura de saúde na Região do Lago do Tucuruí

O uso dos recursos de compensação do licenciamento ambiental reivindicado pelo governo do Estado em nome da pandemia é anunciado em 06 de abril de 2020, pela Agência Pará de Notícias. A Região de Integração do Lago assim denominada resulta da presença da ELETRONORTE na região e os efeitos por esta gerados, e que não cessam com a pandemia. A estrutura de saúde se mostra precária de forma pretérita, antecede a este momento. O governador do Estado do Pará assume que realizar a modernização do Hospital Regional com tais recursos, previstos no Consórcio dos Municípios Alagados pelo Rio Tocantins (COMPART) ao afirmar: “Encaminhamos para a ELETRONORTE um ofício informando que vamos utilizar parte dos recursos destinados para compensação do licenciamento ambiental. A medida foi tomada em comum acordo com as prefeituras da região. Com estes investimentos, o hospital será um dos mais modernos no Estado”.

Termo de Acordo de Atribuição de Valores

Em de maio de 2020, a equipe de pesquisa recebe documento e mensagem de liderança na região e relato de situações em que as famílias de agricultores estão sendo submetidas na relação com a empresa Novo Estado Transmissora de Energia S.A - ENGIE



Termo de Acordo aos Valores Atribuídos e Declaração. Empresa ENGIE, maio de 2020.

Em processo de instalação de linhas de transmissão de energia elétrica na região, em especial, no município de Pacajá, a empresa apresenta aos agricultores um documento para assinatura a termo de indenização pela servidão na passagem na propriedade. Os valores são atribuídos mediante laudo da empresa, e assinatura do Termo de Declaração na data, implica em pagamento apenas mediante apresentação de documentação cartorial pelas famílias, o que não se concretizando, o pagamento será efetuado posteriormente, sem prejuízo da empresa. Uma questão: o tempo decorrido, os valores remetam a práticas recorrentes em processo indenizatórios, como há muito já vem sendo discutido sobre a hidrelétrica de Tucuruí.

Municípios do entorno do Lago de Tucuruí concentram 60 pacientes com Covid-19

Em 06 de maio, os municípios do entorno do lago contavam com 60 casos de Covid. Em matéria de site de notícias do sul e sudeste do Pará reportam que os municípios de Itupiranga, Nova Ipixuna, Jacundá, Goianésia

do Pará, Breu Branco, Tucuruí e Novo Repartimento, que se localizam no entorno da hidrelétrica de Tucuruí⁵³⁶ contam com 60 pacientes portadores do novo coronavírus. Apoiam-se em boletins epidemiológicos divulgados neste dia.

Combate à Covid-19 também altera rotina no Grupo Eletrobras

Não se localiza em buscas digitais, e consultas a lideranças na região ações da ELETRONORTE voltada para a região, ou para Tucuruí, onde se localiza hidrelétrica. Em 19 de março de 2020, matéria sobre medidas de proteção tomadas pela Eletrobras se ELETRONORTE se restringem ao ambiente de trabalho. A Eletrobras anuncia em 18 de março ter tomado medidas de para combater o novo Coronavírus, com trabalho remoto, escalas, permanência dos empregados nas cidades em que trabalham, restrição de viagens, enfim ações voltadas para o âmbito interno. A ELETRONORTE, por sua vez, desde o dia 15 de março, dentre outras medidas criou um Comitê de Crise e restringiu o acesso à empresa apenas aos empregados na empresa. (CANALENERGIA, 2020). Não há menção a iniciativas de colaboração ou ações diretas junto a cidades, comunidades, povos que vivem na área de atuação da empresa, e têm no presente, independente do tempo de instalação de projetos hidrelétricos, efeitos que não cessam, e aos quais se acumulam a incidência de casos de Covid 19.

Eletrobrás buscará renovar concessão da hidrelétrica de Tucuruí, diz CEO

A importância econômica da hidrelétrica de Tucuruí para a Eletrobras é acentuada em meio às discussões sobre a renovação da concessão à Eletrobras, que se encerra em 2024, em matéria da Agência REUTERS, de 2 de janeiro de 2020, período que antecede a pandemia. A Eletrobrás manifesta interesse

536. Disponível em: www.zedudu.com.br. Acesso em 30 de maio de 2020.

em manter a operação da segunda maior hidrelétrica totalmente nacional: “A Eletrobrás quer manter a operação da hidrelétrica de Tucuruí, cuja concessão vai expirar a partir de 2024 (...) disse nesta quarta-feira o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr”. A Analistas do banco de investimento Credit Suisse informam que “Tucuruí” é responsável, juntamente com indenizações a receber até 2024, provenientes da renovação antecipada de contratos, por 26% da receita da Eletrobrás. Este processo de renovação está relacionado à privatização da empresa, conforme expõe o seu presidente: “uma possível prorrogação da concessão da usina no rio Tocantins pode ser debatida, até com o Congresso, em meio à tramitação de um projeto de lei do governo que prevê a privatização da Eletrobrás...” o que se faria por um processo de capitalização.

Em meio à Covid-19, queimadas na Amazônia ampliam risco de morte e de colapso hospitalar por doença respiratória.

As queimadas são associadas ao aumento de 30% de internações por causas respiratórias em 2019, com base em estudos em 100 municípios da Amazônia Legal em estados nos quais o Pará se inscreve entre os mais afetados. E chamam atenção para os efeitos na saúde das crianças, e idosos, estes considerados grupos de riscos para a Covid 19, para os compostos tóxicos da fumaça, partículas e fuligem que se dispersam a grandes distâncias dos locais de onde estão se localizam os focos de ocorrendo. Em plena pandemia, ICMBio e IBAMA passam a ter suas funções restringidas ainda mais, entre 11 de maio e 10 de junho, pela ação do governo federal ao decretar uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Médico em Rio Branco, Guilherme Pulici relata na matéria que: “Já teve ano em que a fumaça era tanta em Rio Branco que não dava para enxergar o outro lado da rua” e acrescenta: “Se o cenário de fogo e fumaça se repetir esse ano coincidindo com o novo coronavírus, temo pelos idosos e portadores de doenças crônicas, como cardiopatia e enfisema pulmonar”. Em Tucuruí, como ademais em muitas cidades do sudeste do

Pará, as ruas, o rio, e a mata avistada da cidade têm estado encobertas pela fumaça. O que se estende às ilhas e comunidades ribeirinhas no Tocantins, onde residem expropriados, os indenizados, embora injustiçados, e os não indenizados, não inseridos no rol de atingidos pela ELETRONORTE.

Alupar reavalia LT no litoral paulista e vê linhão de Tucuruí mais distante

A Companhia possui liberação fundiária para maioria de suas seis obras previstas para o ano e discute outras duas com a Aneel, Funai e sob o efeito covid. A Alupar Investimento está avançando com seis obras físicas envolvendo linhas de transmissão e subestações pelo país, tendo recebido já a maioria das liberações fundiárias para tocar os projetos. Segundo apresentação dos resultados financeiros e operacionais nessa terça-feira, 2 de junho, a maioria das estruturas metálicas e equipamentos já foram recebidos pela companhia, que está com 81% dos trabalhos executados nas concessões TPE e ETB, quase a metade na TCC e 2% na TSM. Atividades preliminares foram iniciadas na ESTE e a TCE aguarda ainda a Licença de Instalação do IBAMA.

Fora desse escopo, dois projetos estão sendo discutidos na justiça quanto a viabilidades ambientais e econômicas. A implantação do trecho Norte e Sul da Empresa Litorânea de Transmissão de Energia (ELTE), formado pelas subestações Domênico Rangoni e Manoel da Nóbrega, e que conta ainda com 40 km de linha de transmissão pelo litoral paulista, está sendo reavaliada após uma mudança nas regras de aproximação da Base Aérea de Santos, que em 2016 comunicou ao Ibama, por meio do Serviço de Proteção aos Voos, a inviabilidade do projeto devido ao tráfego aéreo na região, principalmente de helicópteros.

Durante a apresentação, o gerente de Relação com Investidores, Luiz Coimbra, lembrou que o órgão ambiental paulista cancelou e arquivou o pedido de licença do empreendimento na época pela avaliação ambiental,

e que Aneel sugeriu que fosse feita uma alteração no contrato, eliminando o trecho Norte. “Esse processo ficou parado e nós seguimos trabalhando. O que houve recentemente é que a regra de aproximação mudou em Santos, o que nos possibilitou voltar a estudar a viabilidade do trecho”, afirmou o executivo, informando que o próprio órgão regulador rejeitou posteriormente a proposta só pelo trecho Sul.

Já quanto ao chamado Linhão de Tucuruí, uma associação junto à estatal Eletrobras ELETRONORTE, chamada Transnorte Energia (TNE), Coimbra disse que a empresa está aberta a negociações com os órgãos competentes, desde que atendam aos pressupostos de emissão da LI, que depende de um imbróglgio de quatro anos com a FUNAI, e uma negociação a partir do reequilíbrio das receitas de contrato:

Estou um pouco cético quanto a esse projeto, por conta do efeito Covid nas populações indígenas, mais propensas ao contágio. Estávamos trabalhando ativamente há algum tempo com a FUNAI, mas agora não sei como vai ser a reação nesse momento, pois teríamos que fazer a obra dentro da reserva indígena.

Estratégia e crescimento – Perguntado sobre as intenções e posicionamento da companhia junto ao mercado de fusões e aquisições, Luiz pondera que com a eclosão do coronavírus tudo mudou e exige uma nova análise, em todos os processos e custos de capital. “Certamente vamos olhar as oportunidades. Hoje faz mais sentido, ativos operando do que em construção, por um custo de capital contratado um pouco mais baixo do que é hoje”, pontua.

Quanto à estratégia da comercializadora, notadamente mais conservadora nesse primeiro trimestre, o gerente confirma que foi adotada uma postura diferente para esse ano, levando em consideração o risco hidrológico e o “jogo de enxugar gelo”, ao se deslocar as garantias físicas

por determinado período com o preço maior, mas o GSF menor, estratégia montada em dezembro do ano passado para reduzir um pouco o impacto de exposição ao risco. “Temos que ver qual vai ser o resultado porque foi uma decisão pré-covid, mas não acredito que teremos algum impacto relevante com relação a isso”, finaliza Coimbra.

Editora-chefe da RBMT Dra. Andrea Magalhães aborda os desafios do Covid-19

A pandemia para a ELETRONORTE tem visibilidade pela fala interna voltada para dentro da empresa, como acentuada na perspectiva da medicina do trabalho, em matéria da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, com a médica do trabalho da ELETRONORTE, em Brasília, em 17 de abril de 2020. A entrevistada destaca que a empresa *saiu na frente* com as medidas de isolamento e as criações das condições para trabalho em casa, e realça: “É um prazer trabalhar e ser desafiada na construção de políticas e práticas de segurança e saúde ocupacional para uma realidade tão diversa como a nossa, não só em processos de trabalho, mas também em peculiaridades regionais, já que estamos presentes em tantos estados do Brasil”. Não se entende o sentido atribuído a peculiaridades e em que medida a empresa tem atuado nesse tempo de pandemia nesses lugares tão diversos, em que seus projetos promovem efeitos tão incisivos em termos de degradação e de uso intensivo de recursos naturais conforme relatado por expropriados, em especial, em Tucuruí.

Considerações finais

Neste trabalho, os diferentes planos adotados para introduzir de forma breve e incipiente, uma discussão que se faz em pleno acontecimento, em pleno campo de possibilidades, tem, a nosso ver, um *continuum*, mas esse

não pode ser assumido como contentamento, como afirmação de um modo reiterado de agir de empresas e do Estado. Nota-se um aprofundamento na relação de distanciamento, ainda maior, da perspectiva de um processo democrático de definição de políticas voltadas para garantir direitos. E como fazer isso em pleno momento de pandemia? Não há fórmula, mas as experiências desafiam à inquietude.

O que expomos, por provocação de situações concretas, são medidas de compensação que não alcançam o poder de mitigar não apenas os efeitos de implantação de um projeto, mas de uma forma de fazer política, de exercer uma prática democrática que patenteia os modos de operar os recursos de CF, o silêncio da ELETORNORTE, a estrutura de saúde, dezenas de milhares de famílias de moradores nas ilhas que não dispõem de água potável e de energia elétrica gerada pela água do lago onde vivem, o líquido é impróprio para ser ingerido. | Acrescenta-se que, neste momento, do ponto de vista da participação não há previsão nas normas municipais, como a sucessão de decretos, de que as entidades constituídas por expropriados e moradores das ilhas estejam contemplados.

Tendemos a pensar preliminarmente que a dimensão local é despotencializada enquanto projeto de mudanças, e se desfaz em termos de possibilidade de fortalecimento de relações de poder em que, a dimensão territorial se afirme na perspectiva do lugar, do enfrentamento da desigualdade, e da perspectiva de situações que chegam, como vulnerabilidade hídrica ou neste exato momento ainda, como elevado risco de vida às pessoas.

Os efeitos das queimadas que têm se expandido na Amazônia nos últimos meses após o crescimento do desmatamento se estendem às ilhas e comunidades ribeirinhas no Tocantins, onde residem expropriados, os indenizados, embora injustiçados, e os não indenizados, não inseridos no rol de atingidos pela ELETORNORTE, trazem agravos à saúde e ao ambiente. E traz o sentido ao que sugerimos como nem todos se isolam, ou o faz, mas não sob as mesmas determinações.

Poder-se-ia pensar que a ausência de ações da ELETRONORTE na pandemia para além do uso dos recursos na região de Tucuruí, para além da preocupação com a proteção apenas de seus empregados, da expropriação que se mostra atual nas pautas dos expropriados desde os anos da sua implantação se revela como estratégia de se silenciar e explicitar o esvaziamento deliberado da sua presença na região, a despeito de um processo que a envolve se fazer de forma acelerada e ao mesmo tempo, indiferente, como a privatização, a construção de linhões de transmissão de energia, atos que não cessam.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa et al.. Tempos de destruição na calha do Rio Tocantins: incessantes efeitos sociais e ambientais da UHE Tucuruí / Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Jurandir Santos Novaes, Thamirys Di Paula Cassiano de Matos, Thiago Alan Guedes Sabino (organizadores). – São Luís: EDUEMA, 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil). Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica / Agência Nacional de Energia Elétrica. - Brasília: ANEEL, 2005.

Disponível em: https://www.aneel.gov.br/documentos/656835/16505063/2005_CardenosTematicosANEEL2.pdf/ddf-37139-4bc0-dc32-3ddd-a9d5ad6dfe42. Acesso em 31/05/2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Nova Lei altera rateio de distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/noticias/nova-lei-altera-rateio-de-distribuicao-da-compensacao-financeira-pela-utilizacao-de-recursos-hidricos>. Acesso em 25/05/2020.

AGÊNCIA REUTERS. Eletrobras buscará renovar concessão da hidrelétrica de Tucuruí, diz CEO <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/01/29/eletrobras-buscar-renovar-concessao-da-hidreletrica-de-tucurui-diz-ceo.htm?cmpid>. Acesso em 25/01/2020.

ANMT. Editora-chefe da RBMT Dra. Andrea Magalhães aborda os desafios do Covid-19. Link : <https://www.anamt.org.br/portal/2020/04/17/em-entrevista-a-editora-chefe-da-rbmt-dra-andrea-magalhaes-aborda-os-desafios-do-covid-19/>. Acesso em 25/01/2020.

CANALENERGIA. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53129855/combate-a-covid-19-tambem-altera-rotina-no-grupo-eletrobras>. Combate a Covid-19 também altera rotina no Grupo Eletrobras, 19 de março de 2020. Acesso em 28/01/2020.

FERREIRA FILHO, Antônio Augusto. A elevação da cota do reservatório hidráulico da UHE Tucuruí e seus efeitos sobre a população da RDS Alcobaça (PA) Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; NUMA, 2010. 149f.

JORNAL O GLOBO. Eletrobras será privatizada ano que vem, diz presidente da companhia. O Globo, 30 de maio de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/eletrobras-sera-privatizada-ano-que-vem-diz-presidente-da-companhia-1-24453597> Acesso em 28/05/2020.

REDE PARÁ. Região do Lago, sudeste do Pará, se unirá para combater o Coronavírus.02 de abril de 2020. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/212131/regiao-do-lago-sudeste-do-para-se-unira-para-combater-o-coronavirus>. Acesso em 25/05/2020

ZEDUDU. Municípios do entorno do Lago de Tucuruí concentram 60 pacientes com covid-19. Disponível em :<https://www.zedudu.com.br/municipios-do-entorno-do-lago-de-tucurui-concentram-60-pacientes-com-covid-19/>, em 05 de maio de 2020. Acesso em 28/05/2020

PULICE, Sérgio Mantovani Paiva e MORETTO, Evandro Mateus A Compensação Financeira e Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros alagados por Usinas Hidrelétricas. Ambiente e Sociedade. *Ambiente e Sociedade*. São Paulo, 2017, vol.20, n.4, pp.103-126. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-53X2017000400103&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27/05/2020.

REPÓRTER BRASIL. Em meio à covid-19, queimadas na Amazônia ampliam risco de morte e de colapso hospitalar por doença respiratória. Por Daniel Camargos | 08/05/20. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/05/em-meio-a-covid-19-queimadas-na-amazonia-ampliam-risco-de-morte-e-de-colapso-hospitalar-por-doenca-respiratoria/> Acesso em 25/05/2020.

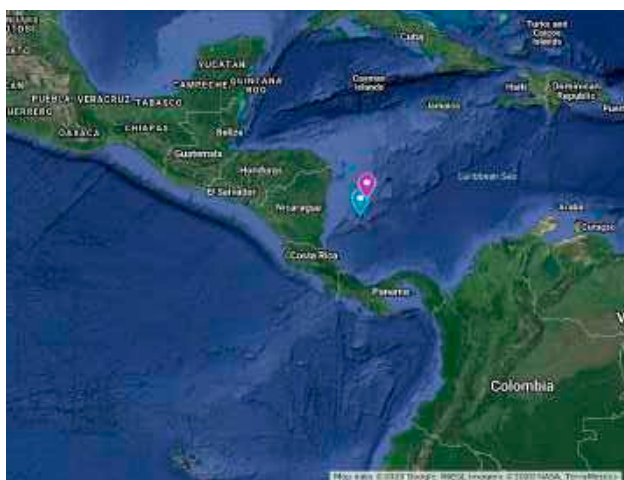
YOSHINO, Gabriel Hiromite. Estudo da vulnerabilidade hídrica das populações que moram na região do lago da usina hidrelétrica de Tucuruí no Estado do Pará. Tese (Desenvolvimento Socioambiental). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CRISIS ECONÓMICA Y ALIMENTARIA EN EL MEDIO DEL MAR CARIBE: UNA PRIMERA MIRADA A LOS IMPACTOS DE LA PANDEMIA SOBRE EL PUEBLO RAIZAL DEL ARCHIPIÉLAGO DE SAN ANDRÉS, PROVIDENCIA Y SANTA CATALINA

Ana Isabel Márquez Pérez⁵³⁷

Introducción

San Andrés, Providencia y Santa Catalina son un pequeño archipiélago oceánico, localizado en el Caribe Occidental, bajo la jurisdicción de Colombia (Ver Mapa 1), territorio el pueblo Raizal, grupo étnico de origen afrodescendiente. Con una población de aproximadamente 35000 personas, este pueblo habita ambas islas, en convivencia compleja con una diversidad de grupos sociales de diversos orígenes, que han llegado en el último siglo (Valencia, 2015).



537. Antropóloga, PhD en Ciencias Sociales. Profesora Auxiliar, Universidad Nacional de Colombia, Sede Caribe (San Andrés Isla, Colombia). Contacto: aimarquezpe@unal.edu.co

Como en muchos lugares del mundo, la pandemia llegó al Archipiélago en medio del pánico, la desinformación y la poca preparación para enfrentarla. A partir del primer caso, diagnosticado el 21 de marzo de 2020 (El Isleño, 22 de marzo), las islas cerraron progresivamente sus accesos⁵³⁸, facilitado por su condición insular, buscando prevenir o agravar la llegada del virus a las islas, dado su precario sistema de salud⁵³⁹ y una población que presenta altos índices de comorbilidades⁵⁴⁰. Una vez tomadas estas medidas, el virus se mantuvo controlado hasta el 12 de mayo, cuando fueron reportados 15 nuevos casos del virus, 4 de ellos en Providencia, y el resto en San Andrés, como consecuencia del mal manejo dado a la tripulación de un barco de carga proveniente de Cartagena, uno de cuyos marineros habría muerto por COVID-19 en altamar, tras haber dejado carga en las dos islas. No obstante, pese a que varios de los contagiados se aislaron tardíamente, hasta la fecha sólo se han identificado 2 casos nuevos en San Andrés, y no hay reportes de casos de gravedad⁵⁴¹.

Pero si el virus no ha generado hasta el momento una situación delicada de salud pública, el cerramiento afectó la vida cotidiana y el centro de la actividad económica de las islas: el turismo. Tal como lo señala un estudio económico reciente, San Andrés se encuentra entre los Departamentos más vulnerables al impacto económico del aislamiento, dada su alta dependencia de la prestación de servicios no esenciales (Bonet-Morón et al, 2020). Más aun, en la medida en que las finanzas públicas del Departamento, el segundo gran empleador después del turismo, dependen en gran medida de ingresos que genera esta actividad, por lo que la situación afecta de manera general a la población del Archipiélago.

538. Providencia, que para ese momento no tenía ningún caso, se aisló de San Andrés el 22 de marzo, mientras que esta última isla cerró su aeropuerto durante la siguiente semana, quedando aisladas del continente, con la excepción de la navegación comercial que provee de productos básicos a las islas y los vuelos militares que también prestan servicios urgentes.

539. 9 camas de cuidados intensivos en San Andrés y ninguna en Providencia.

540. Enfermedades cardiovasculares, diabetes y cáncer, así como obesidad (Ortiz, 2014)

541. Noticia del periódico local del 3 de junio indica que las últimas pruebas realizadas en Providencia a personas que estuvieron en contacto con contagiados arrojaron resultados negativos; aún se está a la espera de los últimos exámenes realizados (El Isleño, 3 de Junio de 2020).

Si bien la población raizal de San Andrés ha sido históricamente marginalizada del turismo, su participación se ha incrementado, como consecuencia del crecimiento exponencial de esta actividad en la última década, al tiempo que muchas actividades no estrictamente turísticas, como la pesca, reciben beneficios económicos de este último. Mientras tanto, en la vecina Providencia, con una población mayoritariamente raizal, el turismo comunitario constituye una de las principales actividades de este pueblo⁵⁴².

Este documento busca presentar una primera aproximación a los efectos de la pandemia generada por el COVID-19 sobre el pueblo Raizal. Teniendo en cuenta lo señalado anteriormente, el análisis se centrará sobre los efectos económicos y alimentarios inmediatos, que son los más evidentes, y que tendrán efectos, muchos de ellos imprevisibles, en el corto, mediano y largo plazo; si bien se incluirá un análisis sobre otros aspectos también importantes, aunque menos visibles, como el impacto sobre las dinámicas comunitarias, la salud pública y la pérdida territorial. Para tal fin, el documento se divide en tres partes: un primer apartado, en el cual se presenta un contexto histórico y sociocultural que permita entender las particularidades del territorio y sus habitantes, profundizando en el proceso que llevó a la consolidación de un modelo económico turístico, para entender la situación actual; un segundo en el que se describen los efectos observados hasta el momento como consecuencia de la pandemia; y, finalmente, una sección de conclusiones y comentarios finales.

542. No obstante, es importante señalar la ausencia de datos estadísticos específicos sobre la relación entre el pueblo raizal y el turismo, así como, en general, sobre su situación económica previa a la pandemia. La mayor parte de estos se encuentran o bien agregados con el resto de la población, en el caso de San Andrés, donde la población raizal constituye aproximadamente un tercio; o bien agregados entre San Andrés y Providencia, por lo que se invisibiliza a esta última, donde la población raizal es mayoritaria.

El pueblo Raizal del Archipiélago de San Andrés, Providencia y Santa Catalina

Inicialmente colonizadas por el Imperio Británico, las islas fueron pobladas, a partir del siglo XVI, por europeos no hispanos, africanos esclavizados, indígenas provenientes de la costa centroamericana y, posterior a la emancipación en el siglo XIX, migrantes de otras regiones del Caribe Británico, que aportaron a la configuración de una sociedad anglo-afro-caribeña, hoy denominada Raizal (Valencia, 2015). Solo tardíamente en el siglo XIX, Colombia empezó a estrechar sus vínculos con el Archipiélago; el resultado fue un proceso de integración y asimilación cultural⁵⁴³, que ha sido denominado la colombianización, por medio del cual se buscó transformar a las islas al modelo social, económico y político, promovido por las élites criollas del centro del país⁵⁴⁴ (Guevara, 2007).

Esto implicó que, entre otras acciones, a partir de 1950, se impulsara la migración masiva de colombianos continentales a las islas, particularmente a San Andrés, de la mano de un nuevo modelo económico basado en el turismo y el comercio de mercancías importadas sin impuestos. Lo anterior no sólo subordinó a los pobladores locales y sus actividades tradicionales, principalmente la agricultura y la pesca, sino que generó una transformación demográfica y paisajística en esta última isla, de la mano con un proceso acelerado de despojo territorial (Bodnar, 1973; Clemente, 1991; Guevara, 2007; James, 2018).

Así, la década de 1950, marca un cambio importante en la historia de las islas, y entre San Andrés y Providencia y Santa Catalina. Mientras en

543. Al respecto, conviene recordar que al menos hasta 1991, el Estado Colombiano consideró a la diferencia cultural como una amenaza al proyecto nacional, por lo cual realizó esfuerzos desde distintos flancos, y en diversos lugares del país, por eliminarla.

544. Para el caso del Archipiélago, la posibilidad de una secesión, vislumbrada en 1903, durante la separación de Panamá con el apoyo de los Estados Unidos, puso en marcha las políticas de asimilación que, entre otras, buscaron cooptar la autonomía isleña, considerada una amenaza para la “soberanía” colombiana sobre las islas (Crawford, 2012).

la primera, en 1953, se declara el Puerto Libre e inicia la llegada masiva de migrantes hispanos, la segunda, al estar más alejada, logra evitar el aumento y cambio demográfico⁵⁴⁵. Esto es importante pues las dinámicas de las dos islas difieren entre sí, en aspectos sociales, económicos, ambientales y políticos; sin embargo, ambas constituyen territorio raizal, por lo cual se considera relevante para este análisis tener en consideración los dos contextos.

El turismo en San Andrés o la consolidación de un modelo económico no diversificado

A partir de la declaración de la isla de San Andrés como Puerto Libre, esta se fue consolidando como un destino turístico, que produjo grandes cambios socioeconómicos y que excluyó de manera importante al pueblo Raizal de sus beneficios (aunque no de sus impactos). Así, para comienzos del nuevo milenio, San Andrés recibía aproximadamente 365000 turistas y había convertido su economía casi completamente a esta actividad⁵⁴⁶ (James, 2013). Es conveniente resaltar que este modelo turístico transformó gran parte de las formas de vida tradicionales del Pueblo Raizal, fundamentadas en la diversificación de actividades y, en tal sentido, podría considerarse como un intento de minar la autonomía existente en el Archipiélago hasta la mitad del siglo XX. En este sentido, debe resaltarse que el turismo ha jugado un papel clave no solo como actividad económica sino como dispositivo estatal para ejercer soberanía, y fomentar la integración, sobre un territorio históricamente aislado y culturalmente diferente (Salas y Tuci, 2020).

545. Entre la mitad del siglo XX y la actualidad, San Andrés pasó de tener menos 5000 habitantes, a un número indeterminado que ronda actualmente los 80000, incluso con las restricciones impuestas a la residencia en el Archipiélago a partir de la década de 1990, y al interior de la cual el pueblo tradicional Raizal se constituye en aproximadamente un tercio de la población. Mientras tanto, Providencia, pasó de alrededor de 2000 habitantes, a poco más de 5000, manteniendo la predominancia del pueblo Raizal.

546. De acuerdo a James (2013), para 2005, el 64% del PIB del Departamento resultaba de actividades asociadas al turismo, al tiempo que se observa un aumento de necesidades básicas insatisfechas del 34,04% en 1993 al 42,45% en 2005 (James, 2013)

Si bien Providencia y Santa Catalina no se transformaron de forma tan dramática, estas se convirtieron gradualmente en un proveedor de productos marinos para San Andrés, generando una especialización de la pesca, y el abandono de la agricultura. Posteriormente, en la década de 1980, el turismo comenzó a ganar importancia local, con un modelo de turismo comunitario, ecológico y cultural a pequeña escala, promovido por la misma comunidad, que logró consolidarse en la década de 1990, logrando además la declaración del Archipiélago como Reserva de Biosfera de la UNESCO en el año 2000. Así, los providencianos plantearon un modelo alternativo al de San Andrés que, de la mano con la organización de un movimiento local ambiental y étnico, permitió que en los últimos treinta años se consolidara un turismo de baja escala como la actividad económica principal de la comunidad⁵⁴⁷ (Márquez, 2014).

Es importante señalar que, en la última década, la dependencia del turismo se incrementó aún más en ambas islas, relacionado con el fallo de la Corte Internacional de Justicia de La Haya sobre el diferendo limítrofe marítimo entre Colombia y Nicaragua⁵⁴⁸ (Salas y Tuci, 2020). Este fallo significó una pérdida material y simbólica de gran importancia para los raizales, quienes vieron como su maritorio ancestral fue fragmentado (Márquez, 2014). Tras el mismo, y en el marco de las protestas de los habitantes del Archipiélago, tanto raizales como no raizales, el Gobierno Nacional optó por una serie de medidas políticas y económicas que pretendían resarcir a los isleños por su pérdida, así como fortalecer la soberanía estatal sobre el territorio. Una de estas fue el turismo⁵⁴⁹.

547. Hasta el inicio de la pandemia, de esta actividad participaba un gran porcentaje de la población, incluyendo pequeños propietarios y propietarias de hoteles y posadas, restaurantes, supermercados y otros servicios de alimentación; pescadores y pescadoras, que venden sus productos a la comunidad pero también, de manera importante, al turismo local y al de San Andrés; prestadores y prestadoras de servicios asociados al turismo como guías, instructores de buceo, lancheros y taxistas, entre otros; así como todas las personas que derivaban sus ingresos económicos de su vinculación por contrato, o de manera informal, a alguna de las anteriores actividades (cocineras, meseras, recepcionistas, jardineros, personal de limpieza, por mencionar algunos).

548. Este redefinió la frontera entre ambos países y enclavó en mar nicaragüense dos de los bancos arrecifales que conforman el Archipiélago y que constituyen zonas de pesca tradicionales del pueblo Raizal.

549. Salas y Tuci (2020) sugieren que el turismo después del Fallo de la CIJ en 2012 aparece, como en la década de 1950, como una estrategia de progreso e inclusión social, pero, sobre todo, de soberanía.

Esto contribuyó al aumento exponencial en el número de turistas que visitan San Andrés, el cual seguía en aumento para finales de 2019⁵⁵⁰. Si bien Providencia no experimentó un aumento tan extremo, este también fue significativo⁵⁵¹. Este modelo trajo beneficios económicos para ambas islas, al generar mayor oferta de empleo, tanto formal como informal. De manera importante, en San Andrés, sectores raizales empezaron a participar activamente en el turismo⁵⁵², que durante mucho tiempo había sido dominado por algunas cadenas hoteleras y el modelo del todo incluido, la mayor parte propiedad de no raizales. No obstante, es importante señalar el carácter precario de gran parte del empleo generado, caracterizado por salarios bajos en el sector formal, y una alta informalidad, que carece de estabilidad o cobertura de seguridad social⁵⁵³.

Al contrario de San Andrés, en Providencia el turismo se mantuvo en manos del pueblo raizal, que constituye casi el 90% de la población, y las necesidades básicas insatisfechas han disminuido en las últimas décadas (James, 2013). Muchas personas abrieron negocios nuevos para la prestación de servicios turísticos, tanto formales como informales. Igualmente, otras actividades productivas, como la pesca, se vieron favorecidas, pues el turismo demanda estos productos e incrementa los precios. Así, para 2016, existían más de 100 emprendimientos locales relacionados con turismo (Alcaldía de Providencia, 2016), una cifra que ha seguido creciendo en los últimos años.

No obstante, como cualquier modelo económico no diversificado, el turismo en San Andrés, Providencia y Santa Catalina creó una alta dependencia de esta actividad, con pocas alternativas, y con un gran impacto sobre la soberanía alimentaria. En la actualidad, las islas importan la mayor

550. De acuerdo a cifras del Departamento, mientras que para 2011, San Andrés había recibido 529000 turistas anuales, para 2016, esta cifra había subido a 937.346 y a 1'050.763 en 2017

551. De acuerdo a datos de la Alcaldía Municipal, el turismo pasó de alrededor de 18000 turistas en 2012 a más de 33000 en 2019.

552. Para 2014, la participación de raizales en el turismo correspondía al 39,3 % del total, constituyéndose en una minoría (ORMET, 2014)

553. De acuerdo con datos recientes, el 70% de la población sanandresana tiene ingresos menores a 1.5 salarios mínimos (ORMET, 2019), lo cual equivale aproximadamente a 400 US.

parte de los alimentos que consumen, con la excepción de los productos marinos locales, y un mínimo de productos agrícolas que se producen en pequeños cultivos y jardines productores, principalmente de la población raizal (ORMET, 2014; Ministerio de Cultura, 2016; Gutierrez, 2019). Esto genera una dependencia de productos alimenticios importados, la mayor parte de los cuales tienen altos costos y baja calidad; aspectos que además se relacionan con el incremento notable de enfermedades cardiovasculares, diabetes y cáncer (Ortiz, 2014; Gutierrez, 2019). A lo anterior se suma la precariedad en los sistemas de salud y educación, a los cuales nunca se les ha dado prioridad en el Departamento, en parte porque se prioriza la inversión en aspectos relacionados con el turismo.

Impactos de la pandemia sobre el pueblo Raizal

- **Crisis económica y alimentaria:**

Este recuento nos permite hacer un primer análisis de los impactos de la pandemia del COVID-19 en el Archipiélago, con un énfasis en el pueblo Raizal⁵⁵⁴. Este análisis surge del análisis de distintos tipos de información, tanto aquellos recogidos directamente en campo, pues quien escribe habita en el territorio, así como a través de conversaciones con diversos habitantes del Archipiélago, noticias y publicaciones en redes sociales.

Por el momento, y mientras el virus no aparezca en su fase más grave, los impactos principales de la pandemia se relacionan con la crisis económica y alimentaria que resulta, precisamente, de la dependencia de un modelo no diversificado, como el que se describió en el apartado anterior. Cabe señalar que se trata de una tragedia anunciada, pues muchos críticos de este

554. Es importante señalar la dificultad para encontrar información estadística desagregada, y actualizada, sobre el pueblo raizal, lo que dificulta algunos aspectos del análisis. A la fecha, el Departamento Administrativo Nacional de Estadística en Colombia no ha subido la información más reciente que corresponde a grupos étnicos, por lo que la mayor parte de los datos que se encuentran corresponden a 2005. Igualmente, existe una dificultad para encontrar información estadística desagregada entre San Andrés y Providencia.

modelo, entre ellos muchos líderes raizales, que genera beneficios precarios para la población local, así como un elevado costo ambiental y social, han señalado desde hace varias décadas la necesidad de transformarlo, y la gran vulnerabilidad que este implica para las islas

En el aspecto económico, para el caso del pueblo Raizal, debe enfatizarse la situación de los pequeños propietarios y propietarias de emprendimientos asociados al turismo, que no están recibiendo ingresos, pero deben mantener a sus familias, sus propiedades (que si bien pequeñas, generan gastos), pagar sus deudas (que muchos han adquirido para abrir sus negocios) y mantener a sus empleados. Por otra parte, el alto grado de trabajos informales asociados al turismo, entre los miembros de este pueblo, implica que muchas personas en estos momentos se encuentran sin actividad económica, sin ingresos y sin acceso a seguridad social. Adicionalmente, muchas personas con empleos formales han quedado desempleadas, frente a la incapacidad, y en ocasiones la irresponsabilidad de los empleadores de mantener los contratos en la crisis.

En el aspecto alimentario, es previsible un aumento significativo de la inseguridad alimentaria, que ya ha sido reportada desde hace varios años (Ortiz, 2014; Ministerio de Cultura, 2016; Gutierrez, 2019). Con la subida del dólar⁵⁵⁵, y la situación de aislamiento, se observa la inflación de los precios de los alimentos en los supermercados, ya de por sí elevados. Esto significa que, si ya antes la canasta básica familiar del Departamento se caracterizaba por su alto costo y el consumo de alimentos de baja calidad nutricional (Ortiz, 2014), esta situación está empeorando, pues mucha gente carece de ingresos suficientes para alimentarse bien.

Mientras tanto, si bien la producción local no es inexistente, y circula a través de redes tanto de mercado como de reciprocidad, tampoco es suficiente para satisfacer la demanda de la población (Ortiz, 2014; Ministerio de Cultura, 2016). El caso de San Andrés es el más grave, con una población elevada, buena parte de

555. Con la caída del petróleo, del cual depende gran parte de la economía colombiana, el dólar ha fluctuado en los últimos meses, alcanzando un máximo de 4153 pesos en marzo de 2020. Pese a que ha bajado considerablemente a partir de allí, los precios de los alimentos no han bajado.

la cual habita zonas urbanas y carece de acceso a espacios para la producción de alimentos, y/o a las redes por las cuales estos circulan. En relación con la población Raizal, si bien es de resaltar que la mayor parte de la producción se concentra en manos de la misma, particularmente de aquella que habita en las zonas rurales (Ortiz, 2014), y circula al interior de redes propias de la misma comunidad (Ministerio de Cultura, 2016), también es cierto que un porcentaje importante de esta población también habita en la zona urbana, y se ha desconectado progresivamente de estas dinámicas⁵⁵⁶. Frente a esta situación, la circulación de dinero ha bajado, dificultando cada vez más el acceso a productos importados, que constituyen la principal fuente de alimentación, generando situaciones nutricionales cada vez más complejas.

El caso de Providencia que, como hemos dicho, tiene una mayoría Raizal, es quizá menos grave, pero no por ello menos preocupante. De acuerdo a cifras de la Alcaldía Municipal, para 2016, la agricultura empleaba únicamente al 6.6% de la población (sin incluir la pesca), produciendo principalmente para autoconsumo. La pesca, por su parte, ocupa a una parte considerable de la población, que se ha mantenido activa, así como constituye una actividad ocasional que cobra importancia en épocas de crisis. El resultado es una oferta considerable de pescado en Providencia, que sin embargo tiene una demanda reducida. Esto como resultado de la menor circulación de dinero en el ámbito local, la ausencia de turismo, y el hecho que muchas personas están obteniendo el pescado directamente del entorno, o a través de sus redes de reciprocidad.

- **Salud pública y vida comunitaria**

Conviene señalar, como lo han venido haciendo diversos autores y líderes sociales en relación al impacto de la pandemia en poblaciones indígenas y tradicionales, sobre cómo la pandemia tiene impactos diferencias

556. En la actualidad, menos del 53% de la tierra en la isla de San Andrés permanece en manos de raizales (James y Soler, 2018)

sobre las mismas, al tiempo que el manejo que se le ha dado ignora las formas particulares y diversas en que las sociedades tradicionales habitan el mundo (Xemotuum, 2020; López, 2020; ONIC, 2020). Esto incluye situaciones previas de vulnerabilidad material, así como formas de entender la salud y la enfermedad distintas, y una importancia de la vida comunitaria que es difícilmente comprendida desde la visión occidental contemporánea. En este sentido, el COVID-19, así como medidas como el aislamiento preventivo o la difusión de información sobre el virus, no tienen en cuenta estas situaciones, ni han sido pensadas desde la perspectiva de la diferencia cultural, o mucho menos socializadas o implementadas acorde con esto.

En ese sentido, por ejemplo, en el contexto del pueblo Raizal, la cuarentena impuesta a partir del 24 de marzo, que busca reducir la curva del contagio, ha significado una reducción en la actividad social comunitaria, que afecta sin duda las dinámicas propias, aunque dista mucho de lo que la medida esperaría. Esto en gran parte como consecuencia de la importancia de los lazos sociales y comunitarios estrechos al interior de esta sociedad, que se modifican con dificultad, pero cuya modificación podría tener consecuencias también delicadas. No en vano, han sido precisamente estos vínculos comunitarios los que han permitido, al menos para un número importante de personas, sortear la actual crisis económica con un acceso mínimo a alimentos y otros bienes de primera necesidad.

Así, si bien la movilidad se ha reducido, muchas personas han continuado su vida cotidiana, lo cual se convierte en una “amenaza” en el contexto del contagio. Una amenaza que pone en riesgo a la misma comunidad y que, como se ha visto en otros contextos, pueden tener consecuencias terribles. Esto en parte se ve agravado por la ausencia de estrategias de prevención que tengan en cuenta las particularidades culturales y territoriales. Se resalta como, pese a que una parte representativa del pueblo raizal habla inglés criollo (kriol) como primera lengua, y maneja solo parcialmente el español, la mayor parte de las campañas e información difundida se hace en español; incluso en Providencia, donde la mayor parte de la

población es kriol-hablante. Esto resulta en parte de la idea de que la única diferencia que existe entre el pueblo raizal y otros grupos de la población es lingüística, y que, dado que el español es un idioma compartido por todos, no hay necesidad de hacer una sensibilización específica para esta población.

También hay que destacar otras formas como estas medidas afectan la vida comunitaria del pueblo Raizal. Para ello, me parece importante describir lo que ocurre con los funerales, un momento fundamental del proceso vital isleño, que une a las personas para despedir a sus seres queridos. Estos sucesos son tan importantes, en términos comunitarios, que en Providencia aún se mantiene la tradición del “circle” o círculo, que consiste en un vocero que recorre toda la isla un día antes del entierro, avisando a viva voz, el nombre del fallecido y el lugar y hora de la ceremonia. Esto significa que toda la comunidad tiene la oportunidad de saber quién ha muerto y, si lo considera, ir a despedirlo. Paralelamente, a partir del día de la muerte, se celebran las nueve noches, a las cuales acuden cada día distintas personas de la comunidad, quienes acompañan a la familia entre conversas, oraciones, cantos y, con frecuencia, comida, que pueden ir hasta la madrugada.

Desde finales de marzo de 2020, estas prácticas se han visto afectadas. De manera evidente, el “circle” ha dejado de practicarse; mientras que en redes sociales las familias circulan mensajes pidiendo a la comunidad que no asista a los funerales. Esto implica que una experiencia que normalmente se vive en compañía, y con el apoyo de la comunidad, debe reducirse al círculo familiar más cercano, añadiendo pesadumbre a la situación. Adicionalmente, no todas las personas están dispuestas a respetar estas restricciones, y en muchos de los entierros que han tenido lugar en los últimos dos meses, se han reportado aglomeraciones significativas, lo que podría agravar el escenario del contagio.

Por otra parte, el cierre de las islas con el exterior también ha dejado un número significativo de personas, entre ellas muchos raizales, que no han podido regresar a sus hogares. Entre estas se destaca un número

indeterminado de providencianos atrapados en San Andrés⁵⁵⁷, quienes tuvieron que movilizarse antes o durante el cerramiento, por motivos de salud – teniendo en cuenta que en Providencia no hay posibilidad de manejar situaciones de salud graves o que requieran especialistas. Así como un número considerable de estudiantes universitarios que no alcanzaron a regresar a las islas antes del cierre de los aeropuertos. Hasta la fecha, no ha sido posible llegar a una solución para el retorno de estas personas a las islas, teniendo en cuenta los protocolos de seguridad existentes, el miedo a un posible contagio que agrave la situación, y los altos costos implicados en el desplazamiento de estas personas. Esto significa que, además de las dificultades económicas, las personas deben pasar por esta situación fuera de su territorio, sus familias y sus vínculos sociales, haciendo aún más compleja la experiencia.

- **Territorio**

Cabe finalmente señalar dos aspectos relacionados con la crisis económica, que podrían agravar situaciones preexistentes relacionados con el despojo que ya ha enfrentado este pueblo en su propia tierra. La primera se refiere al posible endeudamiento de muchos pequeños propietarios raizales que, ante la crisis, han estado buscando soluciones para sostenerse mediante préstamos bancarios. Esta es de hecho una de las soluciones propuestas por el Gobierno Nacional para enfrentar la crisis, a través del fortalecimiento de líneas de crédito para financiar empresas afectadas por el COVID-19. No obstante, estos se constituyen en un arma de doble filo, que, para el caso del Archipiélago, podría dejar a muchos raizales y sus propiedades en manos de los bancos.

Un segundo punto se relaciona con el posible aumento de la venta de terrenos de raizales, un fenómeno ya existente, pero que amenaza con

557. Mientras este texto se termina de escribir, algunos ha logrado regresar después de semanas de espera

agravarse como consecuencia de la crisis. A pesar de la creciente conciencia sobre la importancia de proteger la tierra y el territorio, y de frenar los procesos de especulación y expropiación territorial que han afectado al Archipiélago al menos desde la mitad del siglo XX, en las últimas décadas, la tierra se ha convertido en un recurso económico para muchas familias raizales. Así, esta es vendida cuando existen necesidades monetarias, como atender temas de salud o enviar un hijo a estudiar. La actual crisis económica podría detonar el aumento de la venta de la tierra, profundizando en el despojo y la pérdida de autonomía que ha experimentado el pueblo raizal en el último siglo.

Consideraciones Finales

En el marco de la gran incertidumbre generada por la actual situación, es difícil generar conclusiones sobre lo que ocurre y ocurrirá en el corto, mediano y largo plazo. Es claro que la situación económica es crítica para las islas, incluyendo al pueblo Raizal, así como a otros sectores de la población, entre los cuales también se encuentran otros grupos étnicos, originarios del interior del país, como es el caso de los afrocolombianos. Frente a esto, los gobiernos departamentales tienen poca capacidad de respuesta, y han lidiado con la crisis con dificultad. De acuerdo a la gobernación departamental, en cabeza de un raizal, el departamento se prepara para reabrir el aeropuerto a finales del mes de junio y, con ello, la vida económica de las islas, ante la situación económica crítica, y una vez sean instaladas 20 Unidades de Cuidados Intensivos nuevas en el Hospital Departamental.

Esto evidencia, la preocupación que existe en el nivel institucional por la crisis económica, si bien no se observa un enfoque diferencial hacia el pueblo Raizal. Es importante considerar que la crisis también afecta las finanzas departamentales, y pone al gobierno local en una encrucijada sobre cómo mantener su funcionamiento y responder a las necesidades crecientes

de una población sin ingresos, independientemente de su pertenencia étnica. No obstante, habría que cuestionarse si la idea de recuperar un modelo de economía turística, como única vía de solución a la crisis, en el marco de una situación global que apunta a la lenta recuperación de la misma, es una respuesta razonable. En este escenario, es poco probable que la economía sanandresana se reactive en los próximos meses, de manera que la crisis económica y alimentaria continuará. Por esto, la ausencia de decisiones de fondo, por ejemplo, en relación a la seguridad alimentaria, resulta preocupante, pues la profundización de la crisis tendrá resultados sociales y económicos de suma gravedad.

Cabe resaltar, no obstante, la capacidad de resiliencia del pueblo raizal frente a la situación actual, que resulta en gran parte de la persistencia de sus vínculos comunitarios y redes de reciprocidad y solidaridad (Márquez, 2014). Estas han permitido, como ya lo hacían antes, la circulación de comida por redes no mercantiles, que siguen garantizando el acceso a unos mínimos alimentarios para muchas personas. Tal como lo señalaba un raizal providenciano durante una conversación informal “Aquí nadie se va a morir de hambre. Siempre habrá un plato de comida para el que no lo tenga”. No obstante, puede que la situación no sea tan benigna en San Andrés donde, como se ha señalado, muchos raizales ya no poseen tierra ni participan activamente de las redes comunitarias propias de este pueblo.

No obstante, y en este mismo sentido, cabe preguntarse si la pandemia y las medidas para contenerla podrían convertirse en un mecanismo más para profundizar en el despojo territorial y la dependencia que se ha configurado entre el pueblo Raizal, y que no puede entenderse como un simple resultado del azar. En efecto, el modelo de turismo puede entenderse como un dispositivo de soberanía, no solo al generar una mayor presencia del estado y la sociedad nacional sobre el territorio raizal, sino también al generar dinámicas de despojo y control territorial, mediante la especulación de la tierra y el socavamiento de la autonomía isleña raizal que se convirtió

progresivamente, a partir de 1950, de una sociedad altamente autosuficiente, en términos materiales y simbólicos, a una altamente dependiente de las políticas y ayudas estatales.

Tal vez sea un buen momento para que el pueblo raizal reflexione a fondo sobre el tipo de modelo económico que se ha configurado en el Archipiélago, el cual ha sido criticado desde hace mucho tiempo por los líderes de este pueblo, pero frente a lo cual se observa un silenciamiento. Es ahora cuando se necesitan acciones que generen alternativas económicas para los cientos de personas en situación de vulnerabilidad, al tiempo que se contribuye al fortalecimiento de la seguridad y soberanía alimentaria, que es un tema importante bajo cualquier escenario, y de cara a coyunturas como la actual. También es momento de actuar para evitar que la crisis genere una situación más dependiente entre los raizales, y una pérdida aún mayor de su ya de por sí débil autonomía territorial. Hay necesidades concretas que hacen un llamado a la reactivación y potenciación de tradiciones y experiencias que se han mantenido en el tiempo, como los jardines o huertas caseros, que aún producen alimento; y al fortalecimiento de las redes de solidaridad local, que siguen mostrando su importancia en medio del caos generado por la pandemia. Pero más aún, se hace urgente también replantear los mecanismos que se proponen para solucionar la crisis: volver a un modelo de turismo idéntico al anterior, con sus profundas desigualdades sociales, culturales y ambientales, que prometen continuar minando la autonomía raizal al tiempo que, a futuro, en un escenario similar, crean las condiciones para que los efectos de una pandemia (u otra situación similar) puedan ser aún peores.

BIBLIOGRAFÍA

Alcaldía de Providencia. 2016. Plan de Desarrollo Municipal 2016 – 2019 “Más por las islas”. Documento sin publicar.

Bonet-Morón, J; Ricciulli-Marín, D; Pérez-Valbuena G.J; Galvis-Aponte, L.A; Haddad, E; Araújo, I; Perobelli, F. 2020. Impacto económico regional del Covid-19 en Colombia: un análisis insumo-producto. Documentos de Trabajo sobre Economía Regional, No. 288. Cartagena: Banco de la República de Colombia.

Crawford, S. 2012. Panama Fever: Colombian Fears of Secession on San Andrés and Providencia Islands, 1903–1913. In: *The Global South*, vol. 6, no 2, p. 15-38.

El Isleño. 22 de marzo de 2020. Primer caso de Covid-19 en el Departamento Archipiélago. Recuperado en <http://www.elisleño.com>

El Isleño. 12 de mayo de 2020. Quince nuevos contagios detectados en el archipiélago. Recuperado en <http://www.elisleño.com>

El Isleño. 3 de junio de 2020. Optimismo en Providencia tras recuperación de contagiados. Recuperado en <http://www.elisleño.com>

Guevara, N. 2007. San Andrés Isla, memorias de la colombianización y reparaciones. En: Claudia Mosquera (Ed.). *Aforeparaciones: memorias de la esclavitud y justicia reparativa para negros, afrocolombianos y raizales*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia CES.

Gutiérrez, L. 2019. Diversidad biocultural, agricultura raizal y soberanía alimentaria en San Andrés y Providencia (Colombia). En: *Tabula Rasa*, 32, pp. 195-225.

James, J. 2013. El turismo como estrategia de desarrollo económico: El caso de las islas de San Andrés y Providencia En: *Cuadernos del Caribe*, Vol. 16 No. 1, p. 37-55

James, J, y C.S.I Soler Caicedo. 2018. “San Andrés: cambios en la tierra y transformación en el paisaje.” *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 27 (2): 372-388.

López, Francisco. 14 de abril de 2020. Pandemia y pueblos indígenas. La Jornada. Recuperado en: www.lajornada.com.mx

Márquez-Pérez, A.I. 2014. “Povos dos recifes: Reconfigurações na apropriação social de ecossistemas marinhos e litorâneos em duas comunidades do Caribe”. Tesis Doctoral. Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro.

Ministerio de Cultura. 2016. Between land & sea. Traditional food & cooking from San Andrés, Old Providence, & Santa Catalina Islands. Bogotá: Ministerio de Cultura

ORMET Archipiélago (Observatorio del Mercado de Trabajo). 2014. Estudio de perfiles turísticos en San Andrés Islas. San Andrés Isla

ORMET Archipiélago (Observatorio del Mercado de Trabajo). 2019. El Perfil de la Informalidad en la isla de San Andrés. Universidad Nacional de Colombia: En prensa.

Ortiz, E. 2014. Aportes a la construcción participativa del Sistema de Información de Seguridad Alimentaria y Nutricional, como base de la Política Publica de SAN en la isla de San Andrés, Caribe Colombiano. Tesis de Maestría en Estudios del Caribe. Universidad Nacional de Colombia, Sede Caribe: San Andrés Isla.

Salas, J. y Tuci, C. (2020). Turismo y soberanía nacional: aproximación comparada a los casos del Archipiélago de San Andrés, Providencia y Santa Catalina (Colombia) y las Islas Galápagos (Ecuador). En: Ciencia Política, 15(29), 53-71.

Valencia, I.H. 2015 . Conflictos interétnicos en el caribe insular colombiano. En: Revista Controversia, (205), pp. 173-217.

Xemotuam, Ta Iñ. 27 de abril de 2020. Coronavirus y monoculturalidad: las pandemias para los pueblos indígenas. Comunidad de Historia Mapuche. Recuperado en: www.comunidadhistoriamapuche.cl

A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS COMO FERRAMENTA CONTRA O RACISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Franklin Plessmann de Carvalho⁵⁵⁸

Elionice Conceição Sacramento⁵⁵⁹

Quênia Barreto da Silva⁵⁶⁰

Bruno Lopes do Nascimento⁵⁶¹

Edielso Barbosa dos Santos⁵⁶²

Edvando Jesus Vieira⁵⁶³

Jeane Sacramento⁵⁶⁴

Luiza dos Santos Reis⁵⁶⁵

Uíne Lopes de Andrade⁵⁶⁶

Vânia Conceição Sacramento⁵⁶⁷

Este texto busca descrever situações na qual os processos de dominação⁵⁶⁸ e mobilização social estão sendo impactados pelas ações

558. Engenheiro Agrônomo, Doutor em Antropologia pela UFBA, professor adjunto da UFRB

559. Pertencente a comunidade quilombola/pesqueira Conceição de Salinas, integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), mestre em Sustentabilidade de Povos e Comunidades Tradicionais pela UNB

560. Engenheira Agrônoma

561. Pertencente a comunidade quilombola/pesqueira Bananeiras (Ilha de Maré), integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), graduando em geografia pela UFBA

562. Pertencente a comunidade quilombola/pesqueira Baixão do Guaí, integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), graduando em ciências sociais na UFBA

563. Pertencente a comunidade de fundo de pasto Várzea Grande, integrante da Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto, graduando em licenciatura em educação do campo pela UFRB

564. Pertencente a comunidade quilombola/pesqueira Conceição de Salinas, integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), graduanda em licenciatura em educação do campo pela UFRB

565. Pertencente a comunidade quilombola/pesqueira Cambuta, integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), graduanda em licenciatura em educação do campo pela UFRB

566. Pertencente a comunidade quilombola/pesqueira Bananeiras (Ilha de Maré), integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), graduanda em licenciatura em educação do campo pela UFRB

567. Pertencente a comunidade quilombola/pesqueira Conceição de Salinas, integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), graduanda em licenciatura em educação do campo pela UFRB

568. Consideramos, neste texto, os processos de dominação, tanto física como simbólica, dando visibilidade para os processos de violência, também física e simbólica. Importa compreender como as forças sociais disputam o ordenamento social, destacando, criticamente, o papel do Estado como legitimador deste ordenamento. (BOURDIEU, 2014, p34). Também nos interessa perceber como este ordenamento atende a interesses bem específicos, incluindo a acumulação do capital. Também nos interessa perceber como a construção de conhecimentos se insere neste ordenamento marcado por um racismo estrutural.

decorrentes do estado pandemia da COVID-19. Temos como referência situações específicas de povos e comunidades tradicionais com os quais mantemos relação de pesquisa e engajamento.⁵⁶⁹ Mais precisamente, acompanhamos comunidades de Fundos e Fechos de Pasto do centro e oeste da Bahia, e comunidades quilombolas e pesqueiras do recôncavo da Bahia.

Dominação e Resistências

Estamos observado sistematicamente situações nas quais os processos de dominação incidem sobre a usurpação de terras tradicionalmente ocupadas, ameaçando modos de vida⁵⁷⁰ que nelas construíram suas bases de reprodução física e simbólica. São interesses empresariais que vem incidindo na reformulação das normas de regulação da vida social, orientados por uma política de protecionismo, voltada à reestruturação dos mercados, disciplinando a comercialização da terra, dos recursos florestais, do subsolo e do uso de rios, lagos e mares. A implementação dessas políticas implica na flexibilização de normas jurídicas e pressiona atos do estado com efeitos⁵⁷¹ que implicam,

569. As comunidades quilombolas de referência para este artigo se localizam em Salvador (Bananeiras/Ilha de Maré), Salinas das Margarias (Conceição de Salinas), Santo Amaro (Cambuta) e Maragojipe (território do Guafí). As de fundo de pasto se localizam em Oliveira dos Brejinhos (Várzea Grande e Várzea D'Anta). Foram utilizados também informações disponíveis na internet, produzidas em sites ou em apresentações ao vivo o que ampliou a possibilidade das análises aqui elaboradas. No momento de elaboração deste texto ocorriam manifestações antirracistas em várias cidades do mundo e antifascistas em cidades Brasileiras.

570. O avanço das forças políticas reacionárias ao longo do mundo se relaciona com a capacidade dos movimentos sociais para engendramos mudanças significativas para consolidação de sistemas antirracistas, mais democráticos e justos. Os movimentos estariam desafiados a refletir os aprendizados destes últimos anos, na qual tiveram certa visibilidade, lograram conquistas legislativas importantes (em âmbito nacional e em instâncias multilaterais). Contavam como aliados forças políticas, teoricamente menos reacionárias, que haviam assumido governos nacionais. As bases dos movimentos estariam num momento de reelaboração de suas formas organizativas, muitas sem poder de mobilização para promover uma transformação social duradoura. Estaríamos vivendo um momento de redefinição das relações sociais que até então foram estabelecidas com as forças políticas que apareciam como aliadas, mas que também buscaram acomodar os interesses da dominação. O desafio seria ao modo em tomar o poder, de uma maneira diferente, fundamentalmente nova, construindo uma sociedade democrática produzida por novas subjetividades. (HARDT, NEGRI, 2017, p. xiii a xxii)

571. Ao analisar “os atos do Estado e seus efeitos” buscamos identificar “os atos políticos com pretensões de

entre outras coisas, reordenamento das forças produtivas (ALMEIDA, 2014, p. 352). De certa forma estamos percebendo uma diminuição de ações relacionadas a uma política de reconhecimento, na qual atos de estado deveriam assegurar direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, com efeitos na própria forma de organização das demandas dos movimentos sociais na busca pela efetivação destes direitos. Em síntese, cada vez mais se intensificam atos do estado sintonizados com os interesses empresariais com o objetivo atender às demandas progressivas de um crescimento econômico baseado principalmente na exportação de *commodities* minerais e agrícolas.

No caso da Bahia podemos perceber como planos de desenvolvimento formulados na década de 70 pelo governo do estado de Bahia, em sintonia como planos formulados no âmbito federal, implantados durante a ditadura civil/militar (1964 a 1985)⁵⁷², estimularam a grilagem de terras. Esses planos foram acompanhados da construção de estradas, hidrelétricas com barramento de rios, construção de complexos portuários, hotéis e resorts, e mais recentemente a instalação de parques de energia eólica. Alguns atos de Estado também se direcionaram para criminalização de agentes sociais ligados a estes movimentos que impõe resistência às ações que desrespeitavam seus direitos. Ao mesmo tempo o Estado mostrou-se bastante omissivo na apuração de assassinatos e demais violências sofridas por povos e comunidades tradicionais. As violências foram em grande parte ignoradas pelos agentes do Estado. Mesmo quando eram apuradas os processos andaram muito

ter efeitos no mundo social". (BOURDIEU, 2014, p39) Estamos interessados em compreender o que legitima estes atos, em particular, como a construção de conhecimentos atua nesta legitimação.

572. Quatro foram os programas implantados que direcionaram os projetos em cada estado: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE); o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi Árida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO); o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO) e o Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR). O POLONORDESTE foi gestado a partir do "interesse de instituições supranacionais que investiram capital na sua efetivação, sendo relevante para esta ação o financiamento do Banco Mundial, pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola das Nações Unidas (FIDA), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA)." (ALCÂNTARA, 2011, p.140-141)

lentamente.⁵⁷³ No caso específico dos fundos e fechos de pasto, até leis municipais são formuladas visando extinguir a criação solta de animais de pequeno porte.⁵⁷⁴

Os atos de Estados colaboraram prioritariamente com a instalação de empresas de setores agrícola, mineral e químico. No setor agrícola na Bahia se destacaram a implantação de empresas ligadas a produção de eucalipto, de frutas e produtos ligados a commodities agrícolas como soja, milho, algodão e carne. Na mineração há o destaque para extração de manganês, ferro, urânio, cromo, silício, em diversas combinações. O setor de energia atua na extração de petróleo e seus derivados, produção de energia elétrica e eólica. Os setores da aquicultura e o turismo⁵⁷⁵ também entram no rol dos interesses que buscam se apossar de recursos naturais localizados nas terras e águas ocupadas por povos e comunidade tradicionais.

O objetivo deste texto consiste em apontar que estes direitos vêm sendo sistematicamente violados o que acarreta uma maior vulnerabilidade neste momento de pandemia.

573. A mobilização social pelo reconhecimento de direitos territoriais, ambientais, trabalhistas, dentre outros, vem pressionando atos de estados em diversas frentes - governamental, legislativa e judiciária. Porém uma política de orientação protecionista, como já citada, vem constringendo a ampliação e continuidade destes atos com impactos aos modos de vida das comunidades tradicionais.

574. Foram implantadas leis municipais, que ficaram conhecidas popularmente como a “lei dos quatro fios” ou a “lei do pé alto”. Essas leis invertiam o costume local. Pelo costume os agricultores precisavam cercar suas áreas de plantio para evitar a entrada de animais. Com estas novas leis eles estavam obrigados a cercar suas áreas com apenas quatro fios de arame. Com quatro fios de arame as cercas só barravam os animais maiores – bois, cavalos, jegues. Desta forma a responsabilidade da entrada dos animais de pequeno porte em uma área de plantio deixa de ser do agricultor e passa para o criador. Com isso pretendia-se coibir a criação solta destes animais.

575. Em Conceição de Salinas o principal conflito se relaciona com a tentativa de grilagem das terras ocupadas pela comunidade. A empresa Bahiana Reis Empreendimentos está construindo casas de veraneio numa área na qual as terras são tradicionalmente usadas para roçados e extrativismos. A empresa conta com total apoio da prefeitura.

Orientações Sanitárias

As informações sobre a situação de pandemia chegaram às comunidades tradicionais através de diversos canais de comunicação, como os jornais propagados na televisão e das postagens que chegaram pelas redes sociais. As informações, muitas delas desencontradas, foram alertando os grupos para o risco da nova doença chegar até suas localidades.

A pandemia do coronavírus quando estava lá pra fora era assustador mesmo, mas quando você vê mesmo ela aproximar do Brasil, aproximado da região, dos municípios, ela aproxima das comunidades e isso assusta as pessoas, assusta por ser uma doença muito contagiosa de rápido contágio e a gente vê o estrago que ela faz na saúde das pessoas, principalmente aquelas que já tem problemas sérios de saúde como asma, pressão alta e as pessoas passam a ter consciência que se forem contaminados o risco de vida deles são muito grande (Nilza Francisca Vieira, da comunidade de fundo de pasto Várzea Grande, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 10/05/2020)

A percepção da gravidade da situação foi rapidamente disseminada. As pessoas das comunidades, já alertadas pela mídia, passaram a ser orientadas por recomendações sanitárias das autoridades públicas. O Estado da Bahia prontamente iniciou medidas para conter o avanço da epidemia e implantou ações, inicialmente, nas grandes cidades como Salvador e Feira de Santana. Dentre estas ações o governo do Estado implantou um controle da circulação de ônibus intermunicipais e colocou barreiras na divisa do estado, visando coibir a entrada de pessoas com sintomas de gripe.⁵⁷⁶ As ações foram

576. Os decretos N° 19.528 e 19.529 de 16 de março de 2020 inauguram uma série de decretos emitidos pelo governador do estado da Bahia. Vários decretos emitidos podem acessados no link <http://www.secom.ba.gov.br/2020/03/152898/Entenda-as-medidas-de-combate-ao-coronavirus-na-Bahia.html>

rapidamente replicadas por grande parte das prefeituras aumentando o alerta nas comunidades. Uma primeira ponderação é que não foram observadas, ao menos inicialmente, especificidades entre as grandes e pequenas cidades, e nem diferenciadas as ações entre os próprios bairros, distritos, vilas em cada cidade. As recomendações de isolamento foram padronizadas sem levar em conta modos de vida muito distintos, e mesmos as condições sanitárias, como acesso a água de boa qualidade ou esgotamento sanitário.

Ilha de Maré, considerada como um bairro de Salvador, não recebeu nenhuma orientação específica e pode servir como uma das situações que demonstram como as comunidades tradicionais foram invisibilizadas pelas orientações sanitárias.

Ilha de Maré possui cerca de 2.000 famílias, mas é atendida por apenas uma equipe do Programa de Saúde da família (PSF).⁵⁷⁷ Até março de 2020 essa unidade não contava com um médico, havia apenas uma enfermeira, uma dentista e sete agentes de saúde.⁵⁷⁸ Para ter acesso aos atendimentos emergenciais e de maior complexidade, como infarto, problemas respiratórios, crises asmáticas ou problemas derivados de acidentes diversos, as pessoas precisam se deslocar para o continente, em travessias que levam de 20 a 40 minutos. Depois da travessia ainda são submetidas há uma longa espera até a chegada das ambulâncias do Serviço Móvel de Urgência (SAMU). As travessias representam um custo e um risco na qual o sistema de saúde público não se responsabiliza. As Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) mais

577. Até 2017 o Ministério da Saúde indicava que uma equipe de PSF deveria atender no máximo 2000 pessoas, o que corresponderia a aproximadamente 500 famílias. Porém no Brasil é difícil este número de atendimento ser atingido sendo que na maioria das localidades ocorre que uma equipe atende de 3000 à 4000 pessoas. Ver a portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 (https://bvsms.saude.gov.br/bvs/sau-delegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html). Estas informações foram repassadas pela médica Fernanda Plessmann de Carvalho, ex presidente da Associação Paulista de Medicina da Família.

578. Até 2017 a equipe recomendada pelo Ministério da Saúde era de 1 médico, 1 enfermeiro, 2 auxiliares de enfermagem e 5 agentes comunitários de saúde. Uma Equipe de saúde bucal da família deveria atender duas equipes de PSF. Também era recomendado o para que os municípios criassem um Núcleo de Atendimento a Saúde da Família (NASF), que também teria psicólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, educador físico, assistente social, e médicos de algumas especialidades, como psiquiatra. Com as políticas de desmonte da saúde pública estas recomendações foram alteradas. Para saber mais sobre as novas recomendações acessar o link <https://aps.saude.gov.br/gestor/financiamento/valoresreferencia/>

próximas e que atendem às comunidades da Ilha são localizadas no subúrbio ferroviário de Salvador ou nos municípios de Candeias e Simões Filho. O Hospital Geral do Estado (HGE), localizado na região central da cidade, é a referência para casos mais graves. Não há um conselho de saúde na Ilha e nem uma organização específica para atender as comunidades quilombolas que possa acompanhar ou mesmo monitorar como que os recursos da saúde são organizados para o atendimento.

O descaso com os equipamentos relacionados ao serviço de saúde pública em Ilha de Maré é ainda mais alarmante devido aos vários casos de contaminação por metais pesados relacionados as empresas químicas que estão instaladas na Ilha e no seu entorno.⁵⁷⁹ Estes casos são sistematicamente denunciados por lideranças do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) que representam as comunidades quilombolas de Ilha de Maré e possuem o acompanhamento da FIOCRUZ. Desde 2002 foram feitas diversas denúncias e representações ao Ministério Público e órgãos de fiscalização ambiental, no âmbito estadual e federal. Pesquisas que atestam os casos e a magnitude da contaminação foram realizadas⁵⁸⁰ e várias audiências públicas foram organizadas buscando uma maior atenção ao nível de contaminação, a garantia de acompanhamento médico adequado, a responsabilização das empresas e a decorrente resolução das situações que acarretam a contaminação das pessoas.

As lideranças das comunidades pesqueiras e quilombolas de Ilha de Maré conscientes da precariedade dos postos de atendimento médico, tem pensado em medidas de prevenção e proteção da população. Também

579. Destaque para as empresas químicas, exploração de Petróleo e siderurgia como a PETROBRAS e sua Refinaria Landulfo Alves, a BRASKEN, a Dow Química, a Rio Doce Manganês (subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce e que se chamava Sibra (Eletrosiderúrgica Brasileira), a Proquigel (Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados que comprou a antiga Fafen-BA) e a Candeias Energia (Termoelétrica). O Posto de Gasolina de Abastecimento de Navios - Ilha de Ferro também exerce atividades com risco de contaminação. Também é relevante a presença do complexo portuário de Aratu, que acolhe empresas como M Dias Brancos e a Ford veículos.

580. Uma destas pesquisas foi realizada pela nutricionista e professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Neuza Miranda. A pesquisa, intitulada "A Saúde Ambiental em Ilha de Maré, Salvador", já foi apresentada em audiências públicas, mas por pressão das empresas ainda não foi disponibilizada integralmente.

disponibilizaram à Secretaria de Saúde de Salvador espaços físicos como o Centro de Apoio dos Filhos(as) de Mariscadeiras de Bananeiras, do Centro de Apoio dos Moradores de Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa, a sede da Associação dos Trabalhadores Rurais e Artesãos da Comunidade de Praia Grande e a sede da Colônia de Pescadores e Pescadoras de Ilha de Maré- Z4 (que fica localizada em Santana), pra eventuais medidas de cuidados e isolamentos das pessoas infectadas com a COVID-19. O Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) estabeleceu uma parceria com o setor de saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e e está providenciando uma parceria com psicólogos para realizarem atendimentos onlines visando atender pessoas que precisarem de apoio psicológico.⁵⁸¹

A precariedade da disponibilidade de serviços públicos de saúde para atender povos e comunidades tradicionais é narrado em todos as situações que acompanhamos. As informações para evitar a propagação acelerada do contágio neste período de pandemia e reproduzidas mais enfaticamente nos meios de comunicação, levam em consideração, basicamente, os grandes centros urbanos, tomando como referência espaços de grande aglomeração e o estilo de vida de grandes cidades. Neste sentido parece necessário refletir se as medidas de isolamento social, pensadas para uma cidade como Salvador, destinadas ao estilo de vida das classes médias de bairros centrais, como Pituba, Brotas, Rio Vermelho, deveriam ser reproduzidas da mesma forma em outros bairros e municípios com outras características, e especialmente em territórios de comunidades tradicionais?

A precariedade dos serviços de saúde e uma orientação sanitária descontextualizada, acabam por aumentar a insegurança dos agentes sociais que pertencem à comunidades tradicionais. E a insegurança se multiplica ao identificar que durante o isolamento social, que prejudica a organização e mobilização social, as empresas que disputam os recursos naturais

581. Ao finalizar este texto, recebemos a informação através do jornal *atarde*, de 4/06, que haviam 150 pessoas em isolamento na Ilha de Maré com suspeitas de estarem com a COVID-19 e 40 casos confirmados. <http://atarde.uol.com.br/tempopresente/noticias/2129290-ilha-de-mare-enfrenta-Covid-e-inseguranca>

dos territórios das comunidades permanecem com suas atividades. As orientações desencontradas entre autoridades sanitárias estaduais e federais, e as manifestações públicas do próprio presidente da república renegando a seriedade da doença COVID-19, afeta a tomada de decisão dos agentes sociais de cada comunidade tradicional. As lideranças passam a se preocupar tanto com a violação dos direitos territoriais e com o maior risco de contágio da COVID-19.

Em Ilha de Maré os relatos indicam que todas as empresas estão funcionando. Até atividades de turismo foram realizadas. No sertão, a empresa Andrade Gutierrez, integrante do Consórcio Linhão BAPI, mantinha as atividades relacionadas à obra de construção da linha de transmissão de energia eólica que atravessa comunidades tradicionais de fundo de pasto que ficam na divisa com o estado do Piauí. No município de Pilão Arcado, no povoado de Nova Holanda, foram registrados 34 casos de funcionários infectados pela COVID19, com um falecimento. O relato da Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro denuncia que as “34 das pessoas testadas positivos para Covid-19 foram levadas para um galpão do canteiro de obras no povoado de Angico, em Campo Alegre de Lourdes, e não para um hospital ou local com infraestrutura de saúde adequada para tratamento da doença.”⁵⁸²

O sentimento de insegurança passa também pelo descrédito com as ações que estão sendo executadas ou orientadas pelos órgãos do Estado que não levam em consideração a especificidades de cada grupo social, de cada modo de vida. E para aumentar a insegurança a disputa pelo tráfico de drogas, incidindo no assassinato de jovens e o aumento de casos de violência familiar e feminicídios, como os apontados na comunidade de Cambuta, em Santo Amaro, pressionam as lideranças para dar conta do enfrentamento destas questões sem um apoio adequado dos poderes públicos.

582. A notícia completa pode ser acessada pelo link <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/5233-nota-publica-em-defesa-da-vida-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-do-vale-do-sao-francisco>

Em todo esse processo temos que fazer uma avaliação dos trabalhos aqui, a atuação das associações, da atuação do poder público, aí a gente viu que o país não está preparado pra enfrentar um tipo de doença como esta e isso é fruto de um descompromisso do poder público, você vê que no Brasil o aumento de mortes por conta do coronavírus a cada hora que passa tá aumentando, e a gente vê que é um descompromisso do poder público em não ter esse trabalho de prevenção e quando acontecer ter um suporte, aí vem essa necessidade das pessoas terem um isolamento muito grande, não participar das feiras livres, não participar quase de nada e se isolar pra poder estar protegendo deste vírus. (Valter Aquino de Oliveira, da comunidade de fundo de pasto Várzea Grande, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 02/05/2020)

Pior fica a aceitação de medidas sanitárias que se configuram como favorecimento de interesses ligados à quem as instituí. O caso de Salinas das Margaridas desponta como uma destas situações onde as barreiras sanitárias implantadas nas estradas não permitem que a comercialização de pescados, mariscos e produtos agrícolas das comunidades circulem e possam abastecer de alimentos as pessoas que se encontram em isolamento. Por outro lado, integrantes da equipe sanitária que trabalham nas barreiras do município de Salina das Margaridas relataram que pessoas eram autorizadas a atravessar as barreiras por serem da relação do próprio prefeito. Também denunciaram que estão sendo escalados para integrar estas equipes pessoas que não possuem nem conhecimento em saúde e nem em atividades que são consideradas essenciais. Há uma evidente manipulação do contexto da pandemia para perseguir adversários políticos e beneficiar os apoiadores. E neste contexto, as medidas que definem quais atividades podem continuar, quais são essenciais, e as medidas de segurança para que elas se realizem com os mínimos de risco, não estão levando em conta o modo de vida das comunidades tradicionais.

Impactos na Produção e Comercialização

O cuidado com as pessoas em cada comunidade tem sido uma das questões principais na qual as lideranças estão empenhadas. E um dos desafios seria definir novos padrões de organização da produção e a da comercialização, que garantam alimento e renda para as famílias. Todos os grupos acompanhados nas comunidades produzem alimentos, sejam oriundos da agricultura, pecuária, pesca ou extrativismo. Desta forma, como a produção e fornecimento de alimentos é considerado como atividade essencial, quais as medidas deveriam ser adotadas para garantir a continuidade da organização produtiva das comunidades? O que deveria ser interrompido imediatamente? O que poderia ser mantido e em que condições?

Mudar hábitos, rotinas, costumes e relações não é tarefa fácil. Construir uma orientação adequada que leve em conta as especificidades de cada caso passou a ser uma preocupação das lideranças. Na comunidade de Cambuta as atividades de pesca e mariscagem foram praticamente interrompidas. Cambuta é um bairro muito próximo do centro de Santo Amaro, casas muito próximas, com diferentes famílias e com certa densidade populacional que implica em maior facilidade de aglomerações. A busca pelos auxílios emergenciais, por cestas básicas foi, ao menos no primeiro momento, uma forma garantir a proteção e realizar o isolamento social.

Já em Várzea Grande e Várzea D'Antas, município de Oliveira dos Brejinhos, a produção praticamente não foi afetada, e segundo relatos foi até intensificada

Queria dizer também um pouco sobre o fruto dos trabalhos que foram feitos aqui na região e aí nesse momento que o pessoal ficou em casa, boa parte desse pessoal está colocando em prática os ensinamentos como o plantio de várias plantas forrageiras para os

animais, estão armazenando forragem pra os animais pra o período crítico... você vê em vídeos, em acessos que a gente tem na internet, que todos os agricultores, criadores estão se preocupando, já que estão em casa estão se debruçando em aumentar a disponibilidade e o armazenamento de leguminosas para os animais... armazenado para o período crítico pra quando passar esse tempo de pandemia a gente ter condições de está produzindo mais animais pra o comércio, animais com saúde e bem alimentados, a gente tem esse ponto muito positivo que muitas vezes as pessoas saem daqui da região e vão pra outras regiões do país, pras metrópoles e a gente tá vendo que nas metrópoles está sendo o maior problema, muita aglomeração de pessoas e a facilidade de transmissão desse vírus e aqui a gente tem essa facilidade é um ponto muito positivo nesse modo de vida nosso aqui das áreas de Fundo de Pasto. (Valter Aquino de Oliveira, da comunidade de fundo de pasto Várzea Grande, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 02/05/2020)

Em Várzea Grande as casas que se localizam mais próximas uma das outras ficam a uma distância de aproximadamente 100 metros. Boa parte dos locais de produção faz parte do que se denominada de casa, e correspondem ao quintal. Aí possuem hortas, pequenos plantios e estão localizados os denominados “chiqueiros”. Mesmo as atividades realizadas em locais de plantio mais distantes, as pastagens e os extrativismos em áreas de uso comum, são atividades que podem ser realizadas pela própria família nuclear ou por integrantes de uma mesma família estendida, que se revezam entre atividades ou possuem uma divisão de tarefas que são compartilhadas.⁵⁸³ É comum encontrar pessoas no deslocamento para realização de atividades em locais mais distantes, mas as aglomerações são mais facilmente evitadas do que na situação de Cambuta.

583. Indicaremos neste artigo como familiar nuclear aquela formada por integrantes de uma mesma unidade residencial, e família ampliada um conjunto de unidades residenciais que se auxiliam mutuamente em trabalhos específicos.

As diferenças no modo de vida, nas condições de moradia, nas distâncias aos centros que possuem maior aglomeração, e as próprias condições de segurança para realização, de forma mais individual, as atividades produtivas, podem indicar formas diferentes de vivenciar o isolamento. As marisqueiras de Cambuta, Ilha de Maré, Conceição de Salinas e do território do Guai, costumam mariscar em grupos, buscando se proteger da violência de gênero, especialmente relacionadas com os antagonistas que as ameaçam frequentemente. Todas estas comunidades estão localizadas no recôncavo da Bahia, e mesmo entre elas há diferentes formas de organização que estão sendo reelaboradas neste contexto da pandemia.

As condições para organização de pesca em Conceição de Salinas permitiram manter boa parte das atividades. Em Conceição de Salinas são 4 mil pescadores e marisqueiras. Só a produção de sarnambi é estimada em 20 mil quilos semanalmente. Já no território do Guai, que se destaca entre as comunidades pesqueiras por sua diversificada produção agrícola, há um estoque de alimentos com a interrupção das vendas no contexto do isolamento social. Em ambas as situações, com a dificuldade de circulação para realizarem as vendas usuais nas feiras, para restaurantes e atravessadores, os respectivos estoques de produtos aumentaram. Uma alternativa planejada foi a troca de produtos entre as comunidades, utilizando o deslocamento pelo mar, depois de convencimento de autoridades, no caso a Capitania dos Portos. Assim produtos como aipim, óleo de coco, dendê, farinha de mandioca, jaca, limão, licor eram trocados por camarão, peixes e mariscos. As trocas foram realizadas tomando medidas de proteção, como o uso de máscaras, a redução de pessoas que poderiam estar nas embarcações, e os cuidados com a organização das pessoas responsáveis nos portos para realização da troca dos produtos.

A renda das comunidades pesqueiras havia sido impactada pelo derramamento do petróleo na costa brasileira que afetou a comercialização do pescado artesanal nas comunidades quilombolas acompanhadas. A redução foi

estimada em 80% da comercialização, especialmente atingindo a venda direta aos donos de restaurantes e para as feiras livres. A divulgação da mídia e a ação dos governos gerou medo nos consumidores e nenhuma medida para atestar a qualidade dos pescados foi realizada num primeiro momento. Boa parte do pescado estava já armazenada, e a contaminação nas áreas de pesca do Recôncavo foi muito diminuta com relação às outras partes da costa brasileira, o que garantia produtos bons para consumo. Mas o medo propagado pela mídia de possíveis contaminações causou uma menor demanda de consumo e levou os pescadores e pescadoras a venderem os produtos para atravessadores por um preço abaixo do valor praticado usualmente.

Ainda impactados pelo derramamento do petróleo, chegou a doença COVID-19 e a situação ficou ainda mais preocupante, pois os impactos do isolamento social e suas medidas de prevenção atingiram especialmente as atividades de comercialização, dificultando a venda e a compra de produtos locais numa época muito relevante para as famílias. Na “Semana Santa” a procura por pescados aumenta bastante o que garante boa parte da renda das famílias durante o ano.

Em de Ilha Maré as comunidades quilombolas também estão tendo que enfrentar as dificuldades em comercializar o pescado e para comprar o que não produzem, como arroz, feijão, farinha. A renda familiar de quase 90% de toda a Ilha de Maré vem da pesca artesanal, agricultura, extrativismo e artesanato. Os auxílios emergenciais do governo foram somados a uma intensa mobilização que vai desde a arrecadação e distribuição de cestas básicas às famílias mais atingidas, a realização de parcerias, como o Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindepetro) para distribuição de gás em “preço justo”. Também foram feitas parcerias para o fornecimento de máscaras de proteção e organizada uma articulação com a comunidade de Maragogipe pra compra de produtos em preço solidário. Também realizaram uma parceria com uma comunidade em Águas Claras, subúrbio de Salvador, fornecendo o pescado na cesta básica que está sendo distribuída por lá.

Nas comunidades de fundo de pasto de Oliveira dos Brejinhos a comercialização também foi afetada.

Quanto aos animais por exemplo, sim, aí prejudicou no sentido da venda dos animais. Porque na verdade tinha muita gente com planejamento pra venda de animais pra o mês de março e abril, e diante desta situação parou tudo, o pessoal da COOPEAF (Cooperativa de Empreendimentos da Agricultura Familiar) estava trabalhando com os agricultores a possibilidade de em 15 de abril entregar a primeira carrada lá em Pintadas no frigorífico e isso parou e até quando a gente não sabe, também muitas pessoas que estavam comprando aqui na região pelos ao menos até ao meu conhecimento também pararam de comprar não estão comprando mais, então esta questão da comercialização dos animais aí sim ao meu ver afetou de cheio, até porque os restaurantes da região que compravam também fechou tudo e não estão comprando... então esta questão da comercialização prejudicou demais. (José Paulino, da comunidade de fundo de pasto Várzea D'Anta, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 09/05/2020)

A venda dos animais é o que garante uma parte significativa da renda das famílias dos fundos de pasto. A organização para comercialização se estabelece na base das relações pessoais, realizadas em grupo, grande parte em espaços coletivos. O isolamento social e as medidas sanitárias, até o momento elaboradas pelas autoridades, parecem dificultar que estas relações sejam efetivadas.

Nas nossas comunidades existem muitas pessoas idosas e aí impede mesmo o ir e vir das pessoas, esse ir e vir das pessoas essa liberdade... cria um impacto, primeiro as suas necessidades básicas de ir ao médico, de ir ao mercado, ir ao banco, a quase tudo relacionado à saúde, as necessidades básicas que uma pessoa precisa, cria se esse impacto... além do comércio... nós das comunidades de fundo de pasto, a renda, a economia, ela vem

muito dos caprinos e ovinos, dos animais de pequeno porte e isso impacta na comercialização destes animais... como estávamos falando hoje que a gente vem discutindo a comercialização destes animais aí atrapalha porque você para de conversar e dialogar pessoalmente, pára de fazer reuniões, porque a nossa lógica é outra, não é a lógica de uma empresa que pode estar fazendo a venda online, por contatos e apenas os funcionários vão lá e embarca (os produtos)... é diferente, é bem diferente!!! A nossa lógica é de pequenos, grupal, a nossa lógica para poder atingir o mercado ela é grupal, ela não é isolada, então com esse momento que estamos vivendo isso cria um efeito de retrocesso em qualquer iniciativa das comunidades, então uma perspectiva que a gente tinha a médio prazo, a gente já não ver mais isso, a gente não tem perspectiva de médio prazo agora quando você para tudo, (Nilza Francisca Vieira, da comunidade de fundo de pasto Várzea Grande, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 10/05/2020)

Desafios para Organização

Tendo como base a síntese feita até aqui, percebemos que o contexto está exigindo ações específicas que por sua vez decorrem para uma reorganização das unidades de mobilização e dos movimentos nas quais elas estão articuladas. Uma primeira ponderação é como construir espaços de deliberação e diálogo com as autoridades sanitárias para indicar, caso a caso, recomendações relacionadas ao isolamento social, ao estabelecimento de barreiras e os cuidados com quem já se encontra em tratamento de saúde ou que foram infectados pela COVID-19. Mas como pensar nestes espaços com as restrições que já estão colocadas?

Como a gente faz parte de comunidades tradicionais e como eu vi circulando nas redes sociais aquele documentário do governo do estado (orientando) as comunidades tradicionais a ficarem em casa e orientando a questão do combate ao coronavírus... eu vejo o seguinte, tem uma questão aí que realmente precisa ser levada

em consideração, em relação ao impacto disso tudo, por exemplo, também não tem nem como a gente identificar isso direitinho e as vezes até quantificar e notificar casos, mas isso vai dar um impacto, eu vejo que é preocupante essa questão do isolamento... vai mexer muito com o psicólogo das pessoas, imagine só... por exemplo,, uma pessoa que mora sozinha em casa e aí ficar todo esse tempo no isolamento e tal, e até mesmo pessoas que moram com outras pessoas na casa... pode até acabar levando a adquirir uma depressão e entrar num processo de levar até outras doenças, no sentido da preocupação com essa coisa toda... aí causa estresse e pode levar a algumas consequências no futuro, eu acredito que isso pode acontecer muito, porque geralmente as pessoas no meio rural, muito porque as pessoas estão acostumadas a saírem pra roça, um trabalho que não tem aglomeração... menos mal... mas mesmo assim acaba que atinge uma pessoa idosa que não esta mais na atividade rural e vai ter que ficar em casa e por conta de não ter pessoas circulando, pessoas visitando e sem essas visitas aí algumas pessoas vão ficar muito tempo só e pode leva essas pessoas a ter uma depressão alguma coisa assim, eu vejo que é uma questão da gente fazer um debate nos grupos aí e colocar as preocupações alguns fatos que ocorrem e alguma coisa assim porque é preocupante essa situação... e também muitas pessoas que não estavam acostumadas a ficarem em casa todo esse período dessa forma, a pessoa ia na feira, a pessoa ia em um bar, ia na celebração do domingo e com nada disso acontecendo a pessoa pode entrar aí num trabalho de depressão, eu vejo dessa forma. (José Paulino, da comunidade de fundo de pasto Várzea D'Anta, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 09/05/2020)

Além de pensar em questões internas aos grupos, como as casas nas quais pessoas idosas moram só, sem acesso a comunicação via internet, devem se preocupar com as ações dos antagonistas que desconsideraram totalmente as medidas de isolamento social. A instalação de rede de transmissão de

energia eólica é algo emergencial? Por que manter 34 pessoas infectadas na zona rural de Campo Alegre de Lourdes, com um óbito atestado, longe de centros com condições de atendimento médico mais adequado? Por que as barreiras sanitárias em Salinas das Margaridas barram o acesso de pessoas das comunidades do próprio município, impedindo que elas abasteçam os mercados com seus produtos, necessários para alimentação?

Uma aparente contradição, pois num caso as medidas de isolamento são totalmente flexibilizadas e no outro extremamente rígidas. Mas analisando bem, em ambos os casos há em comum o favorecimento de uma empresa, como em Pilão Arcado a Andrade Gutierrez, e em Salinas o controle do abastecimento, favorecendo pessoas e empresas ligadas a prefeitura.

No caso de Salinas das Margaridas, ao mesmo tempo que o prefeito barrou a circulação das marisqueiras para vender seus produtos, fez uma carta convite compra de mariscos durante a semana santa. Mesmo que existam algumas organizações de pescadores e marisqueiras na cidade, a carta foi direcionada à duas mulheres, que fecharam cada uma um contrato de quarenta e cinco mil reais. Foram contratos em nome das beneficiárias e a prefeitura indicou os preços que elas deveriam comprar na transação com as marisqueiras da cidade, num valor bem inferior ao praticado.⁵⁸⁴ A prefeitura também distribuiu cestas de alimentação escolar, porém publicou na internet fotos de um conjunto de alimentos diferente do que foi realmente distribuído. Estes dois casos nos levam a refletir as condições de possibilidades para uma mobilização local que organizaria coletivamente denúncias e atividades que buscariam impôr limites às arbitrariedades realizadas pelos poderes locais.

Neste contexto a internet tem se tornado um espaço para circulação de informações. Reuniões, palestras, debates, denúncias são realizadas sistematicamente neste espaço virtual, mesmo com os limites de acesso à

584 Valor que já estava relativamente baixo depois da queda do preço do produto por ocasião do derramamento de petróleo na costa brasileira

internet que algumas localidades possuem. Mas é bom destacar que este ambiente também é utilizado pelos antagonistas, e observamos que é marcado por notícias mentirosas (*fakenews*), injúrias raciais e criminalização dos movimentos.

A pesquisadora e militante do MPP, Elionice Conceição Sacramento, co-autora deste texto, foi difamada pelo prefeito de Salinas das Margaridas Wilson Pedreira através da rede social *facebook*, após ela ter denunciado, também pelo *facebook*, a quantidade de produtos que deveriam constar da cesta básica relacionada a alimentação escolar. O prefeito buscou deslegitimá-la como marisqueira e insinuou que ela se “fingia de pobre”. O caso foi amplamente divulgado, e organizações como o MPP, a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR) e a Teia dos Povos/BA prontamente lançaram cartas de apoio a Elionice, repudiando a ação racista e misógina do prefeito.

Os advogados da ATR solicitaram “no dia (24/04), por meio de notificação extrajudicial, que o prefeito do município de Salinas das Margaridas (BA), Wilson Ribeiro Pedreira, faça a retratação imediata das calúnias proferidas contra Elionice Sacramento, pescadora e quilombola reconhecida nacionalmente e internacionalmente por sua contribuição na luta pela defesa dos direitos das comunidades pesqueiras.”

A internet já vêm sendo utilizada pelas organizações em suas formas rotineiras de comunicação. Em um contexto de isolamento social a internet passa a ser uma ferramenta ainda mais utilizada por lideranças de várias regiões, que aprendem a ver nas redes sociais, nas tecnologias que permitem reuniões amplas, uma possibilidade de partilhar conhecimentos, refletindo questões que são relevantes para cada um nestes tempos de pandemia. Porém, além da internet não ser acessível em todos os locais e também variar a velocidade na transmissão de dados, se modifica a forma como que as relações são cotidianamente estabelecidas.

Estamos vivendo um momento muito difícil aqui nas Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, vivendo um situação onde, na minha avaliação, está se iniciando ainda... nós não chegamos ao fim, estamos iniciando e com essa situação desta pandemia o povo não está conseguindo manter os trabalhos coletivos, as participações nas manifestações culturais que é de costume ter aqui na região como os cultos nas igrejas, os mutirões comunitários, e aquele afeto das famílias.. as famílias não podem mais estar indo visitar as pessoas, os parentes... esta assim uma distância entre as famílias e isso tá ficando muito difícil no relacionamento até na participação do sócios das associações, dos sindicatos, das cooperativas, isso está atrapalhando um pouco o associativismo e também os trabalhos coletivos. (Valter Aquino de oliveira, da comunidade de fundo de pasto Várzea Grande, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 02/05/2020)

Como manter a vida comunitária se o isolamento orientado é por unidade residencial? Como garantir proteção aos membros de uma comunidade, propiciando que suas atividades cotidianas, como as produtivas, possam ter continuidade? Como organizar sistemas coletivos de troca e comercialização sem contatos mais diretos, pessoais, reunindo coletivamente as famílias para tomada de decisão? Como definir normas sanitárias específicas para cada modo de vida, resguardando as pessoas do contágio da Covid19?

Também alterou muito a vida das organizações porque você ver que parou tudo não pode ter assembleia, muitas coisas das organizações como associações, sindicatos, cooperativas estão paradas, pois tem encaminhamentos que são definidos em reuniões e assembleias e isso tudo parou, e as organizações hoje associação, sindicato, cooperativa elas fazem parte da agricultura, talvez aí esse fato venha prejudicar a agricultura lá na frente, tem muitas decisões que seriam encaminhadas agora que viria os

resultados no futuro na parte da agricultura, dos animais e tal, realmente possa vir a prejudicar demais lá na frente, se ainda não sentimos esse impacto mas lá na frente com certeza ele vai aparecer. (José Paulino, da comunidade de fundo de pasto Várzea D'Anta, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 09/05/2020)

Como já explicitado, cada grupo está se organizando, a sua maneira, demandando auxílios emergenciais, o recebimento e distribuição de cestas básicas, o acesso ao atendimento médico, a garantia à segurança alimentar e renda. Mas o futuro, sempre aberto a possibilidades, se apresenta com uma vulnerabilidade adicional: a restrição da vida social. A construção de condições de possibilidade para tomada de decisões coletivas, colegiadas, em grupo, baseadas em conhecimentos contextualizados ao modo de vida de cada comunidade tradicional, é algo que deve orientar, ainda mais, as formas organizativas de cada unidade de mobilização. Unidades que estão, elas próprias, se reorganizando.

Construção de Conhecimentos e o Racismo Estrutural

Reiteramos ponderando o quão é desafiante interpretar o contexto social e a posição do pesquisador. Também afirmamos que ao longo de décadas atos de Estado tiveram como efeitos a violação dos direitos das comunidades tradicionais impactando em uma maior vulnerabilidade neste momento de pandemia. Ponderamos também como que as orientações sanitárias são generalistas, tomando como referência os centros urbanos e o modo de vida das classes médias, sem se atentar para a diversidade de modos de vida que existem no Brasil, na Bahia. Ao descrever as situações que os pesquisadores do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia

Social acompanham, podemos argumentar que há evidências suficientes de que boa parte das orientações sanitárias oficiais, até aqui formuladas, são incongruentes com respeito a cada realidade.

Não queremos com isso nos colocar ao lado daqueles que renegam a ciência por conveniência política ou econômica. Pelo contrário, nosso apelo é por mais ciência, realizada de forma sistemática e que permita mais aprofundamento, que seja mais rigorosa, contextualizada à diferentes realidades. Uma ciência transdisciplinar, que promova um diálogo entre conhecimentos acadêmicos e tradicionais, que quebre com cânones que foram orientados a partir de um racismo que estruturou as instituições desde o colonialismo. Uma ciência aberta a distintos posicionamentos, embasados em realidades empiricamente observáveis, com argumentos passíveis de comprovação e análise dos caminhos metodológicos trilhados.

Há uma relativa produção acadêmica que mostra o quanto que a ciência moderna foi forjada para construir conhecimentos que atualizam as formas de dominação. Conhecimentos que respondem a questões vinculadas a interesses bem específicos e proporcionaram argumentos para a legitimação de uma hierarquia de saberes, incluindo quais questões e conhecimentos não devem ser considerados tão relevantes. Estes conhecimentos serviram como base para legitimar atos de estado que controlam a vida, os corpos, que orientam e normatizam as relações políticas que normatizam em que condições a violência é um instrumento legítimo, sobre quem é possível incidir a sanção, a pena, o cárcere e a morte.⁵⁸⁵

Afirmamos que as decisões, sejam no âmbito de uma família, uma comunidade, uma associação, uma empresa, sejam no âmbito do Estado, incluindo as organizações multilaterais como a OMS, devem ser referendados

585. Há dois conceitos que podem nos ajudar a compreender como o controle das vidas, dos corpos e do poder de matar são exercidos na ação política que orientam os atos de Estado, e como efeito atualizam as formas de dominação. O primeiro é o de “Biopolítica” de Michel Foucault. (FOUCAULT, 2008) O outro é o de “Necropolítica” de Achille Mbembe. (MBEMBE, 2016) Mbembe inclusive faz uma crítica ao conceito de biopolítica, que não conseguiria explicitar plenamente a base do racismo que orienta o controle dos corpos e que legitimaria a morte de corpos negros, ou melhor, qualquer corpo que não fosse considerado branco.

por um conhecimento detido das realidades. Um conhecimento que rompa com mediações tutelares, com o racismo institucionalizado, que invisibiliza e despreza contextos de vidas que foram subalternizados desde a colonização. Conhecimentos que possam contribuir na construção de subjetividades que nos orientem na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, com maior autonomia, cooperação e liberdade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALCÂNTARA, Denilson Moreira de. Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica: comunidade de fundo de pasto da Fazenda Caldeirãozinho, Uauá/BA. Salvador: Dissertação de Mestrado/UFBA, 2011

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Cartografia social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da “proteção” ao “protecionismo”. In: NELSON SIFFERT, M. C. W. D. A. M. H. M. M. L. Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento da Amazônia. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 351-369.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978/79). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Preface in: Assembly. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017

MBEMBE, Achille. Necropolítica In: Artes&Ensaio Resvista do PPGAV/EBA/UFRJ. Rio de Janeiro, 2016, nº32 p122 -151

DISTANCIAMENTO SOCIAL, TERRITÓRIOS DISTINTOS E PANDEMIA COVID-19 NAS COMUNIDADES MARANHENSES BAR DA HORA E FAZENDA CONCEIÇÃO

Francisca Gárdina dos Santos Lima⁵⁸⁶
Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira⁵⁸⁷

Introdução

Refletiremos neste artigo sobre as profundas relações entre território e a atual pandemia do Covid-19. Nos concentraremos num recorte espacial que engloba duas comunidades tradicionais em distintas regiões do Maranhão. São elas a comunidade Bar da Hora (Barreirinhas) e Fazenda Conceição (São Luiz Gonzaga). O período de análise corresponde a nossa presença em tais locais: no Bar da Hora entre 18 de março e 6 de abril, e na Fazenda Conceição entre 9 de abril e 20 de maio do ano de 2020 (data final da redação deste texto). O texto está estruturado em três seções. Esta introdução seguida da apresentação dos elementos pesquisados em cada comunidade, seguidos pelas considerações finais.

A comunidade Bar da Hora constitui-se na margem esquerda do rio Preguiças, bem próxima à sua foz, entre a comunidade do Mandacaru e a vila de Atins. Suas aproximadamente 100 famílias são em grande maioria pescadores e marisqueiras, mas também trabalham nas roças, e em atividades ligadas ao turismo nas áreas próximas.

A comunidade Fazenda Conceição fica localizada no município de São Luís Gonzaga, região do Médio Mearim maranhense, e atualmente residem nela em média 25 famílias. Seus moradores dinamizam a comunidade com

586. Licenciada em Educação do Campo (IFMA). Mestranda em Cartografia Social e Política da Amazônia PPGCSPA/UEMA. gardinasl48@gmail.com

587. Pesquisador do PNCSPA e do PPGCSPA/UEMA. Doutor em Geografia (UFRJ). tomasrj@gmail.com

seus trabalhos voltados para o extrativismo do coco babaçu e o trabalho nas roças, as identidades coletivas acionadas por esses moradores são as de quebradeira de coco babaçu e agricultor familiar.

A Covid-19 é a doença infecciosa causada pelo coronavírus descoberto mais recentemente (SARS-CoV-2). Tanto o vírus como a doença eram desconhecidos até o início do surto (aumento inesperado do número de casos de determinada doença em uma região específica) em Wuhan (China) em dezembro de 2019. Em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto uma Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional (PHEIC), e em 11 de março o classificou como uma pandemia - a extensão de uma epidemia por diversas regiões do planeta.

Neste artigo adotamos como metodologia a observação e as conversas informais nas comunidades, nossa própria vivência neste período da pandemia nos locais selecionados e pesquisas sobre o tema. Utilizamos como ferramentas de análise o entendimento do território como um conceito derivado das relações de poder em suas facetas espaciais. Neste sentido, acompanhando a dinâmica destas relações estamos observando os processos de territorialização. Tanto os territórios quanto os processos de territorialização podem ser analisados nas mais variadas escalas.

A necropolítica e a pandemia de Covid-19 no Brasil e no Maranhão

Podemos pensar as especificidades da pandemia atual para as muitas outras conhecidas como sendo de dois tipos: aquelas relativas ao vírus e a doença; e aquelas que dizem respeito ao contexto histórico. Sobre o primeiro, em pouco tempo as pesquisas já nos apontam algumas caracterizações: a rapidez da propagação da enfermidade, o período de desenvolvimentos dos sintomas pode variar de 1 a 14 dias, e as medidas para proteção mais

eficientes⁵⁸⁸ (distanciamento social, quarentena e higiene frequente das mãos). Sobre a segunda, o contexto histórico mundial, podemos destacar dentre muitos outros os fenômenos: do aumento dos fluxos de pessoas nas mais diversas escalas, da popularização massiva de novas redes sociais pela internet, da facilidade do acesso a uma quantidade enorme de informações, do desenvolvimento científico nas áreas biológicas e médicas, da crise financeira que já se iniciava antes da pandemia, e do aumento na desigualdade de renda.

Segundo a OMS a pandemia assume um nível de gravidade maior, e desde esta declaração do Covid-19 como uma pandemia, as relações sociais, econômicas e políticas sofreram mudanças. No Brasil a postura adotada pelo governo federal desde o primeiro caso confirmado por Covid-19 tem sido permissível à disseminação do novo coronavírus, tanto que em menos de um mês já havia casos confirmados nos 26 estados e o Distrito Federal (Fiocruz, 2020).

Neste sentido, trataremos das questões de quais foram as trajetórias da propagação do vírus? E dos fenômenos correlatos? Quem propôs, adotou ou impôs o distanciamento social? Quando e em quais graus? A partir dessas questões podemos pensar na dinâmica das escalas de poder (mudanças de força, de ativação) e dos graus de autonomia e soberania territorial nos recortes temporais e espaciais selecionados.

A forma que o governo brasileiro vem encarando a Covid-19 tem contribuído para a disseminação do novo vírus de forma rápida e trágica. Seus pronunciamentos têm sido no intuito de desqualificar o papel da ciência que tem defendido o isolamento social como uma das principais medidas de prevenção para evitar a disseminação da doença. O presidente tem ido em oposição às essas medidas, confundindo a população com uma narrativa comparando a doença com simples “gripezinha”.

588. O relatório sobre gestão de riscos na pandemia por Covid-19 no Brasil, da Fiocruz, estabeleceu sete categorias de medidas adotadas para a contenção: coordenação, distanciamento social, informação e comunicação, controle de fronteiras, higiene coletiva, controle de produtos e mercado, e segurança pública (Fiocruz, 2020)

No uso de suas atribuições legais como chefe do executivo, usufrui dessas condições para disseminar discursos contestando as medidas de enfrentamento do novo coronavírus, e provocando a população principalmente aquelas mais vulneráveis socialmente, a descumprir as orientações da OMS. Tais atitudes nos fazem lembrar Mbembe (123, 2016), quando este diz que “exercitar a soberania é exercer o controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”. Com essas atitudes do governo federal entendemos que a morte é naturalizada, sobretudo a dos mais pobres. Aqueles que resistem e permanecem vivos sofrem com a fome e desemprego, que também mata. Como a própria fala do presidente pronunciada no STF, a ‘vida’ e a ‘saúde’ da economia e das empresas são o centro de sua preocupação, e o governo tem adotado ações impositivas para o retorno a uma ‘normalidade’, ainda que esta signifique a exposição de trabalhadores cada vez mais precarizados.

É possível perceber que há compreensões opostas no governo sobre como lidar com esse momento delicado que o país passa. De um lado o Ministério da Economia está preocupado com a ‘morte dos CNPJs’, de outro o Ministério da Saúde em muitas ocasiões postou-se de forma contrária as aspirações do chefe do executivo federal. Por isso houveram duas trocas de ministros no meio da pandemia, quando os dados oficiais já mostram mais 17 mil mortes por Covid-19, fato que gera mais instabilidade e dificuldade para sairmos dessa situação. Diante desse contexto de descrédito e falta de governança desse governo, fica para os governadores e prefeitos dos seus respectivos estados e municípios adotarem medidas de contenção da disseminação do vírus e evitar um desastre ainda maior.

Nessa oposição entre narrativas o governo federal também busca desacreditar os principais veículos de imprensa nacionais. Em sua maioria estes vem publicizando as recomendações da OMS, as análises

e observações de cientistas e o avassalador avanço da pandemia no território nacional. Altos representantes do governo federal inclusive vêm contestando a publicações dos dados oficiais sobre o aumento diário do número de doentes e de mortes.

No Maranhão, o governo estadual tem adotado as medidas recomendadas pela OMS, e trabalhado no sentido que estas sejam respeitadas pela população. Desde o dia 16 de março até o último dia 13 de maio foram emitidos 27 decretos estaduais direcionando as medidas de prevenção e contenção da disseminação do novo coronavírus. Segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde a pandemia já atingiu 201 dos 217 municípios do estado, fato que assusta a população, pois o sistema de saúde está entrando em colapso o que pode elevar os números de óbitos pela doença.

Casos confirmados no Maranhão
Óbitos pela doença

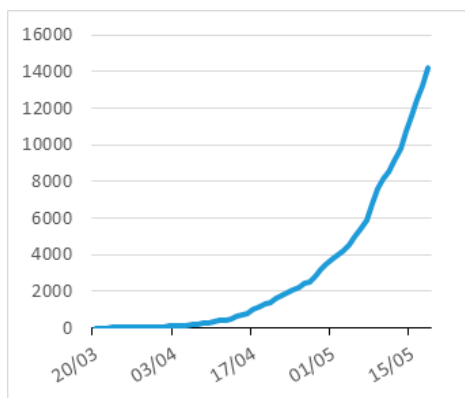


Figura 01: Casos confirmados no Maranhão.

Mortes confirmadas Maranhão

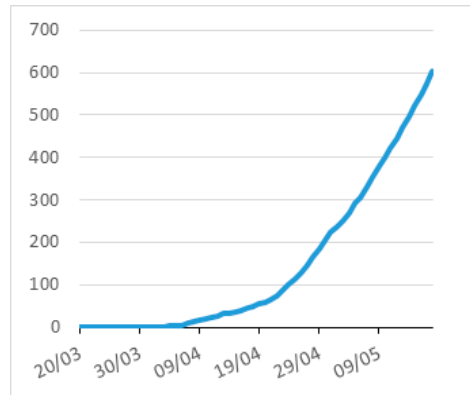


Figura 2: Mortes confirmados no Maranhão. Fonte: Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (20/05/2020).

Logo, já identificamos algumas questões que relacionam diretamente a pandemia do Covid-19 e o território. A principal delas, da qual surgiram outras subsidiárias, é a relação entre a rápida propagação do vírus e a multiplicidade territorial contemporânea, em variadas escalas. Aliada à difusão do vírus, temos a propagação também de fenômenos correlatos: as informações (tanto em veículos jornalísticos como em redes sociais), as medidas para combater a pandemia (principalmente o distanciamento social), a própria doença, as mortes, o colapso nos sistemas de saúde e de serviços funerários.

Distanciamento social, distintos territórios e a pandemia do Covid-19

Comunidade Bar da Hora (Barreirinhas – MA)

Barreirinhas, por ser a cidade mais estruturada para a visitação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses recebe imenso⁵⁸⁹ fluxo de turistas, brasileiros e estrangeiros. Ainda assim o primeiro caso da Covid-19

589. Estimativas anuais variam entre 107 mil visitantes em 2018, de acordo com o Ministério do Turismo (Gurgel, 2018), 164 mil, também em 2018 (MMA, 2018) e 190 mil, em 2011 de acordo com a Secretaria de Turismo de Barreirinhas a partir da cobrança da Taxa Municipal de Turismo (MMA, 2018).

no município só foi registrado em 17 de abril (Figura 4), quase um mês depois da confirmação do primeiro caso no Maranhão (Figura 1). No dia 17 de março as visitas públicas dos Parques Nacionais foram suspensas pelo ICMBio por uma semana e no dia 24 do mesmo mês a medida foi estendida por tempo indeterminado. Com esse fechamento o movimento de turistas na região diminuiu rapidamente e praticamente cessou, causando enorme impacto nas atividades correlatas, como a hotelaria, restaurantes, agências de turismo e lojas de artesanato e lembranças. Parte significativa do comércio também foi gradativamente deixando de funcionar.



Figura 03: Casos confirmados no município de Barreirinhas (MA). Fonte: Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (20/05/2020).

Apesar de não ser um local de interesse da grande maioria dos turistas que visitam o município, a comunidade Bar da Hora é um dos pontos de parada (quando para lá há passageiros) das lanchas de duas empresas que fazem diariamente a linha entre Barreirinhas e Atins pelo rio Preguiças, bastante usada pelos turistas. Com o fechamento do Parque dos Lençóis as lanchas passaram a não mais aceitar transportar não moradores. Outro barco, uma pequena gaiola de madeira também faz o percurso, com menor frequência, e pela madrugada, sendo usada predominantemente pelos moradores.

A outra forma de acesso à comunidade Bar da Hora é uma estrada não pavimentada que pode ser usada por veículos com tração nas quatro rodas ou motos e quadriciclos, e que após uma travessia de balsa chega na cidade de Barreirinhas. Neste trajeto um veículo Toyota faz também a linha diariamente. De lancha navegando 36 quilômetros pelo rio Preguiças o percurso Barreirinhas – Bar da Hora dura aproximadamente uma hora e pela estrada uma hora e meia a duas horas.

Esta relativa distância e dificuldade no acesso da comunidade foi tratada por vários moradores como um trunfo para a proteção contra a pandemia. Entretanto o fluxo de moradores entre a comunidade e a cidade se manteve, se não pelas atividades ligadas ao turismo, mas para a utilização do banco, de serviços de saúde e da compra de produtos essenciais e da venda da produção local, principalmente peixes e mariscos.

Vários moradores são pescadores e alguns trabalham nos barcos comerciais, que embora não muito grandes chegam a carregar mais de uma tonelada de peixe, e são vendidos na cidade de Barreirinhas e de lá distribuídos. Tais barcos diminuíram a frequência de suas saídas, por uma queda na demanda. Essa renda, embora muito baixa pelo tempo (vários dias em alto mar), dificuldade, e perigos do serviço, é importante para os que nele trabalham. Já a pesca para consumo próprio manteve-se e representa uma garantia no tocante à segurança alimentar frente às restrições de circulação e das atividades econômicas provocadas pela pandemia.

Seguindo as medidas de distanciamento social a prefeitura de Barreirinhas suspendeu as aulas, afetando tanto as das crianças menores, na escola municipal Zizina Oliveira, que fica no próprio povoado, quanto a das maiores, João Resende, localizada no povoado próximo, Mandacaru. A igreja católica da comunidade também suspendeu suas atividades, que eram semanais, domingo pela manhã, desde o dia 29 de março. Por outro lado, os cultos de uma igreja evangélica foram mantidos, com grande frequência.

Outras atividades que promovem aglomerações foram mantidas, tais como os jogos diários de futebol, e as visitas entre familiares. Nas últimas semanas tivemos notícias de que haviam pessoas doentes com suspeita de Covid-19 na comunidade. Ao menos três casos, numa mesma família foram relatados, porém nenhum dos três foi contabilizado nos dados oficiais, pois não foram sequer testados.

Comunidade Fazenda Conceição (São Luiz Gonzaga - MA)

A comunidade Fazenda Conceição foi certificada pela Fundação Palmares em maio de 2009, no entanto a comunidade não se reconhece quilombola, não há compreensão de território coletivo e de uso comum, não há reivindicação por demarcação e titulação do território e cada morador comprou sua área ou obteve por herança dos pais. Seu primeiro morador foi o Sr. Doquinha, logo a comunidade era conhecida por “Centro do Doquinha”, mas o mesmo a nomeou de Fazenda Conceição. Seus filhos foram casando e logo começaram a construir suas casas próximas a sua, porém ainda viviam isolados na pequena comunidade que não tinha estradas vicinais, energia elétrica ou escola.

Há 20 anos fizeram estrada e instalação de energia elétrica, a escola de ensino fundamental menor abriu e fechou em menos de 10 anos, as crianças da comunidade tem que se deslocar três quilômetros para ter acesso a escola. Ressalta-se que esse traslado de casa para escola foi atribuída aos pais tal responsabilidade e não ao poder público, ou seja não há transporte escolar para as crianças chegarem até a sala de aula.

Em conversa com alguns moradores, eles dizem que nunca vivenciaram algo similar, não recordam de outras pandemias e tais questões nos levam a refletir sobre as diferentes abordagens e impactos

que outras pandemias deixaram. Mesmo nos muitos moradores numa faixa etária acima dos 50 anos as medidas orientadas para enfrentar a pandemia são algo que soa com estranheza. Em 2009, a gripe A (ou gripe suína) passou de uma epidemia para uma pandemia quando a OMS começou a registrar casos nos seis continentes do mundo. Onze anos depois, em 11 de março de 2020 o Covid-19 também passou de epidemia para uma pandemia, ou seja, pouco mais de uma década o que parece é que caiu no esquecimento social os vastos números de óbitos causados pela gripe A mundialmente, bem como os impactos econômicos e nos sistemas de saúde.

Casos confirmados por município da região do Médio Mearim (MA)

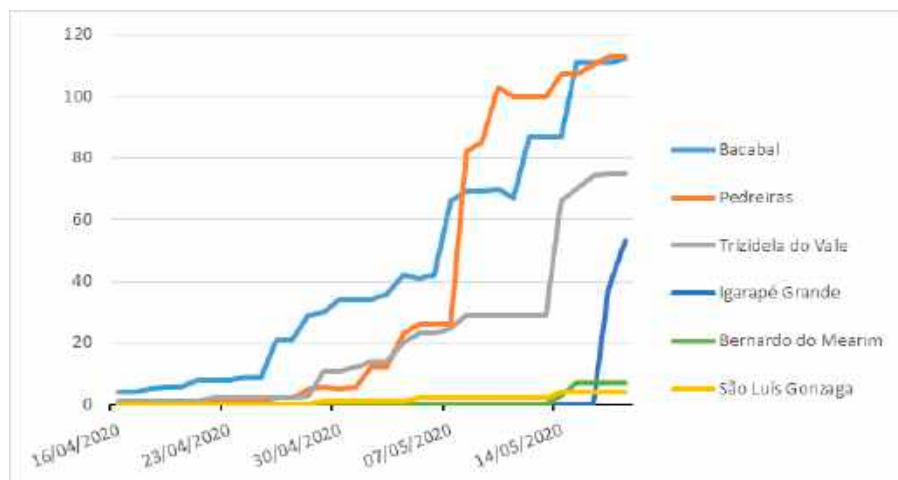


Figura 04: Casos confirmados por município da região do Médio Mearim (MA). Fonte: Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (20/05/2020).

São Luis Gonzaga do Maranhão está entre os municípios que já foi afetado pelo Covid-19. Sua estrutura de saúde é precária bem como o acesso das estradas vicinais que ligam as comunidades à sede do município. Quem mora na zona rural tem muitas dificuldades para chegar até a sede do município, motivo que tem contribuído para as pessoas das comunidades que

contraíram o novo coronavírus busquem cidades vizinhas como Pedreiras e Bacabal, que já estão com mais de 100 casos cada e nas últimas semanas estão vivendo um aumento exponencial (Figura 4).

Segundo informações nos portais da Secretaria de Estado de Saúde esse município registra até o momento 4 casos positivos (Figura 4), no entanto temos acompanhado que esses números não expressam a realidade. Através das redes de contato estabelecidas entre as famílias e comunidades sabe-se de outros casos confirmados em pessoas conhecidas, inclusive um óbito, não contabilizado oficialmente. Temos também conhecimento de que comunidades vizinhas à Fazenda Conceição não tem seguido as orientações dos decretos estaduais no que diz respeito ao isolamento social, fazendo festas, jogos de futebol e com bares abertos.

São esses espaços que aglomeram pessoas bem como atraem aqueles que estão nas cidades circunvizinhas, como Pedreiras, Trizidela do Vale e Igarapé Grande. O fato das comunidades estarem mais afastadas dos centros urbanos que estão sob maior vigilância das autoridades municipais, essas comunidades têm recebido migrantes desses centros, vale ressaltar que umas tem sido mais rígidas que outras quanto a entradas de pessoas externas mesmo que esses sejam parentes e amigos, já outras tem sido mais flexíveis.

Outra via que contribui para a disseminação do vírus tem sido a ida dos moradores das comunidades às cidades vizinhas. A necessidade de ir ao banco, farmácias ou supermercados tem contribuído para chegada do vírus nesses lugares que de antemão pareciam ser sinônimo de segurança por serem isolados, porém atualmente a realidade é de apreensão e pânico dos moradores.

Consideração finais

Apesar dos dois territórios analisados serem muito diversos, se localizarem bastante distantes, em regiões, paisagens e biomas totalmente díspares e possuírem dinâmicas sociais diferentes, acionando identidades, modos de vida e trabalho distintos, encontramos alguns elementos que os unem. A existência de redes de solidariedade e cuidados com a vizinhança demonstra uma proximidade verdadeira (ainda que não física, pois as moradias nem sempre são tão próximas quanto nas cidades) entre as pessoas.

É característico destes territórios uma forte compreensão de segurança alimentar, derivada, na região do Mearim, do domínio no manuseio da terra (nas roças e criações), da fauna e flora locais, principalmente do aproveitamento completo do babaçu. Na região dos Lençóis os moradores atingem essa segurança através do controle de técnicas e conhecimentos dos territórios aquáticos (rios, manguezais, lagoas, mar) e suas dinâmicas, como o fenômeno das marés. Todas essas maneiras de relação e uso dos recursos naturais e da terra (e da água) também se verificam em conhecimentos tradicionais de remédios caseiros, ervas medicinais, e outras formas de cura, como as benzedeadas e rezadores.

Os processos relacionados e que seguem juntamente ao avanço da pandemia foram sentidos e observados nas duas comunidades bem anteriormente à efetiva chegada da doença. As informações sobre a pandemia, tanto na grande mídia quanto nas redes sociais, e as sucessivas medidas nas diferentes escalas do governo, aproximaram as comunidades da situação de pandemia. Com o avanço e interiorização dos casos confirmados, a esperada proteção pelo distanciamento e relativo isolamento espacial das comunidades foi sendo paulatinamente quebrada.

A dificuldade dos acessos das comunidades às cidades próximas são realidades cotidianas, que já tornam tais fluxos mais esporádicos e limitados à questões essenciais, como a ida aos bancos para retirada de dinheiro, compra de produtos básicos (alimentares, farmacêuticos, ferramentas de trabalho, insumos para a produção, entre outros) e venda das produções familiares que proporcionam importante renda. Tais aspectos, somados aos problemas do transporte coletivo entre as comunidades e as cidades (limitação de horários, impossibilidade de distanciamento, ausência de fiscalização do poder público), demonstram que praticar o distanciamento social é mais difícil nas comunidades.

Outro agravante é a dificuldade de conseguir o atendimento, os possíveis tratamentos e as ajudas médicas e hospitalares necessárias quando se contrai o vírus. Ou ainda, de outras situações que obrigam intervenções destes profissionais e equipamentos, mas não estão relacionadas ao Covid-19. Tal quadro, com a progressiva chegada a familiares e conhecidos dos casos da doença, das mortes, e do colapso nos sistemas de saúde e dos serviços funerários, provocam uma grande mudança nas percepções.

Ainda que reinterpretando os processos de avanço da pandemia e dos seus aspectos relacionados dentro de esquemas de pensamento próprios e sociabilidades bastante religiosas, observamos que pessoas em ambas as comunidades adotaram mudanças bastante significativas em suas rotinas, acompanhado da maneira possível as medidas recomendadas pelas autoridades médicas e científicas. A crença e a fé não se dissociam do acompanhar esperançoso do fim da pandemia através da descoberta de uma vacina ou de algum outro tratamento, vindo de pesquisas científicas.

BIBLIOGRAFIA

FIOCRUZ. Relatório Técnico e sumário executivo A Gestão de Riscos e Governança na Pandemia por Covid-19 no Brasil. <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/relatoriocepedes-isolamento-social-outras-medidas.pdf>

Gurgel, Geraldo. Parques nacionais registram recorde de visitação. Ministério do Turismo, 19 de Dezembro de 2018. <http://www.turismo.gov.br/component/content/article?id=12237>

Mbembe, Achille. Necropolítica. In: Arte & Ensaios. n. 32. dezembro 2016.

MMA - Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses - Concessão de serviços de apoio à visitação - Projeto Básico. 2018. www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/2018/PB_PN_Lencois_Maranhenses.pdf

World Health Organization and the Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2020. COVID-19 e Segurança Alimentar: Orientações para as autoridades competentes responsáveis pelos sistemas de controle da segurança alimentar. Orientações provisórias. 22 de Abril de 2020. WHO/2019-nCoV/Food_Safety_authorities/2020.1

<https://www.corona.ma.gov.br/>

<http://www.saude.ma.gov.br/boletins-covid-19/>

<https://www.who.int/es/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

TERRITÓRIOS DA CIÊNCIA

O PROCESSO DE AFIRMAÇÃO DA AUTORIDADE DA CIÊNCIA E DA UNIVERSIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Alfredo Wagner⁵⁹⁰

1-Nesta oportunidade de realização da MARCHA VIRTUAL PELA CIÊNCIA, organizada pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), gostaria de ressaltar a relação entre a pandemia e o processo de recuperação da autoridade científica e da autoridade institucional da universidade, enquanto lugar social de produção e reprodução do conhecimento científico.

2-Até o início deste ano órgãos competentes do governo federal falavam em ciência num sentido oficial de crítica: crítica à universidade, crítica aos procedimentos de produção de conhecimento científico, crítica às autoridades universitárias (o que inclusive levou a decisões governamentais em que o próprio Presidente da República passaria a escolher os reitores), crítica às agências de fomento (reduzindo seus orçamentos, a ponto de se lançar midiaticamente estigmas de criminalização das ciências sociais e de inutilidade da filosofia, classificando-as como desnecessárias e nocivas à sociedade), redução das bolsas de pós-graduação e extinção das bolsas de PIBIC, além de classificar de maneira depreciativa como “parasitas” os servidores públicos em sucessivas falas ministeriais das áreas de economia e de educação. Estas iniciativas de naturalização absoluta do conhecimento científico, reduzindo-o à mera utilidade, implicou numa completa desautorização da ciência e dos lugares institucionais onde ela é produzida, sobretudo a universidade.

590. Antropólogo. Pesquisador CNPq. Conselheiro da SBPC. Pronunciamento na Marcha Virtual pela Ciência, em 04 de maio de 2020.

3-No decorrer dos trabalhos de enfrentamento da pandemia se impôs, entretanto, uma situação distinta em que se passa a falar de ciência a partir de outros significados em aberta oposição à visão reducionista de órgãos oficiais. Assim, passa-se a falar em ciência, num sentido inverso, segundo pelo menos três significados nesta relação entre a pandemia e o processo de reafirmação da autoridade científica.

3.1-Em primeiro lugar todos falam em ciência agora, as mídias inclusive, como VERDADE por oposição a FAKE NEWS. A CIENCIA COMO VERDADE POR OPOSIÇÃO A FAKE NEWS. O pensamento científico é o pensamento que encerra a busca da Verdade. *Fake News* é uma ficção. *Fake News* além de ser uma inverdade é algo ficcional, que não resolve os problemas da sociedade.

3.2-Um segundo significado da ciência, que ficou fortalecido nestes tempos de pandemia, consiste na aceitação generalizada, por um público amplo e difuso, de que a ciência é uma ação racional, produto de atos de pesquisa sistemática realizados durante um tempo prolongado. A ciência não tem resposta pronta e imediata. A CIENCIA É UMA AÇÃO RACIONAL POR OPOSIÇÃO AOS ACHISMOS. Em vários pronunciamentos hoje de distintas pessoas, de distintos lugares, em pesquisas domiciliares e de rua (pesquisas de opinião), percebe-se que há um respeito pelo conhecimento científico por oposição ao achismo, por oposição ao opinativo. Estamos diante de um aparente paradoxo os resultados das chamadas “pesquisas de opinião” dissociam a ciência do opinativo. Ou seja: Ciência não é produto de opinião. Ciência não é produto daquilo que alguém acha que é. Ciência é produto de uma ação sistemática, de uma ação de pesquisa. Consiste na busca criteriosa de um conhecimento concreto ao mesmo tempo imaterial e verdadeiro. Este segundo significado me parece, assim, bastante fortalecido nos meios populares e no cotidiano da vida social.

3.3-O terceiro significado que penso ser relevante ressaltar, neste momento da Marcha pela Ciência e da tragicidade dos efeitos da pandemia, é a difusão ampla de uma noção de ciência como instrumento que fundamenta políticas de Estado por oposição ao empirismo ingênuo de governantes despreparados, que falam o que lhes dá na telha, que revelam uma ignorância e um despreparo elementar bastante acentuado com relação aos fenômenos mais simples, sejam fenômenos sociológicos, sejam fenômenos de tratamento pela biologia ou pelas ciências médicas.

4-Considero que estes três significados de afirmação e reconhecimento do conhecimento científico, que implicam certamente numa certa vulgarização, tanto popularizam, quanto revelam um processo pleno de reautorização da ciência. A autoridade da ciência hoje se transformou numa pedra angular do desenvolvimento da vida social. Se fala em ciência nos noticiários, se fala em ciência nas ruas, se fala em ciência no dia a dia da vida doméstica e na intimidade familiar, se fala em ciência nas universidades que estão sendo recriadas por estas operações remotas, virtuais, seja de aula, seja de conferencia, seja de seminários à distancia. Está difundida amplamente a noção de que só se pode enfrentar a pandemia com conhecimento científico. A autoridade contida na ideia de ciência voltou a dominar a vida na sociedade.

A sociedade, neste momento de pandemia, não pode prescindir do conhecimento da ciência para enfrentar as suas dificuldades. Penso que esta é a grande contribuição a ser destacada nestes tempos difíceis, que acentuam as desigualdades sociais e que as desnudam nas ruas, nas portas dos hospitais, nos funerais, nos cemitérios, nos locais de trabalho, nos chamados “serviços essenciais” e na intimidade dos lares tornada triste e trágica mediante milhares e milhares de óbitos. A letalidade da COVID-19 encerra ademais uma crueldade extrema já que ela pode matar sem que a vítima perceba que se encontra à beira da morte. O conhecimento científico concorre para explicitar e colocar isto, de maneira transparente, em discussão aberta, ampla e difusa.

5-A SBPC e a Academia Brasileira de Ciências (ABL), tal como tantas outras associações científicas, tem uma função muitíssimo importante em tudo isto. Tem que ser acentuado este aspecto. A MARCHA VIRTUAL PELA CIÊNCIA coroando a ação da SBPC em diferentes campos da vida social tem revelado a característica básica deste momento que corresponde a uma situação de transição, que vai de uma tentativa de desautorização do conhecimento científico pelo governo federal para uma reautorização da ciência, conquistada de maneira efetiva junto à sociedade. Em outros termos está-se diante de uma afirmação científica e de um momento de resistência firme ao “trabalho da morte” como prevalecente. Ciência é vida. Deste modo, não obstante a persistência de uma ação oficial de pretensão desautorizadora, cabe sublinhar que a SBPC e as associações científicas tem se se manifestado com muita força, durante esta pandemia, para consolidar, para cristalizar esta posição vívida e de realce que o pensamento científico passa a ter no cotidiano da vida social e na sociedade brasileira.

DEPOIS DA MARCHA VIRTUAL: “ENDEUSAMENTO DA CIÊNCIA”?⁵⁹¹

Alfredo Wagner

1-Os efeitos da **Marcha Virtual pela Ciência**, realizada no dia 07 de maio de 2020, se fizeram sentir de maneira direta em polêmicas que marcaram a imprensa periódica e as mídias sociais imediatamente após o evento. Não obstante os resultados favoráveis mediante a mobilização intensa de associações científicas, afirmando a relevância da ciência na vida social, e da inexistência de qualquer refutação frontal, ocorreram algumas contestações indiretas, tangenciando as questões abordadas. Importa refletir aqui menos sobre a relevância delas do que sobre o seu propósito.

1.1-O que mais me chamou a atenção na manhã do dia 08 de maio foi que mais de uma dezena de *sites* reproduziram o manifesto de líderes religiosos agrupados na entidade **Coalizão pelo Evangelho**, datado de 04 de maio, mas apenas divulgado de maneira ampla imediatamente após a Marcha. O manifesto tece uma crítica ácida ao que classifica como “**endeusamento da ciência no combate ao coronavírus**”, além de apontar uma “crise de autoridade no país” e sublinhar conflitos dentro da própria comunidade científica e respectivas interpretações. (cf. Fabio Zanini, “Líderes evangélicos criticam “endeusamento da ciência” na crise do coronavírus”. in Folhapress/ Fabio Zanini 9/05/2020 às 8:34).

“Testemunhamos a triste politização e **endeusamento da ciência**. Dentro da comunidade científica, que poderia e deveria se apresentar de forma mais objetiva, há conflitos de dados e interpretações sobre como tratar a **pandemia**”, afirma o texto, que tem o título “Pela Pacificação da Nação em

591. Uma primeira versão deste artigo foi publicada em Jornal da Ciência. SBPC, 14 de maio de 2020.

Meio a Pandemia”. O manifesto é assinado por 17 líderes evangélicos de diferentes regiões do país, muitos dos quais representam diversas igrejas em seus estados.”(Zanini,ibid).

Mediante esta formulação observa-se que há uma prescrição normativa que idealmente definiria o que os religiosos entendem como objetividade da “ciência”. Em contraposição nunca é demais reiterar que não existe ciência sem debate, sem perguntas, sem interrogações, sem polêmicas e sem interpretações diferentes e em constante oposição. A ciência sintetizaria uma luta de classificações, conceitos e abordagens teóricas. Nesta ordem, a ciência não é una, indivisa, monolítica e um ato de imposição divina da verdade. Não é a palavra de uma divindade tornada dogma e reproduzida acriticamente. Antes, consiste na capacidade criativa construída historicamente pelas relações entre os homens, que os impele à compreensão detida de diferentes fenômenos sociais e físico-químicos, evidenciando o fato de não serem robôs ou agentes passivos de uma repetição infinita das mesmas interpretações e suas variantes, mas desenvolverem uma criatividade incessante e dinâmica numa ação investigativa e sistemática, cada vez mais autônoma das estruturas de poder. Sem indagações sucessivas, sem debates e interrogações por eles interpostas, não há ciência, já asseverava o físico G. Bachelard, em 1939. Os objetos da ciência são construídos através de perguntas e podem não levar necessariamente a uma e somente uma resposta, mas a várias respostas, que podem ser transformadas no tempo e revelam pontos de dissensão e outros tantos de confluência, ou seja, um dissenso no consenso. A pandemia é vista, deste modo, pelos religiosos como agravando divergências, provocando conflitos, que desfazem alianças políticas, em torno de medidas antagônicas de “isolamento social” e de “negativismo” dos efeitos pertinentes da disseminação do vírus. Depreendem daí o que chamam de “crise da autoridade política” e delinham uma posição de pretensão mediadora numa situação que denominam de “pacificação”, que é um termo tomado ao léxico militar e circunstancialmente incorporado pela retórica religiosa.

1.2-No mesmo 8 de maio, um dia após a **Marcha pela Ciência**, teve ampla repercussão a alocação de uma autoridade religiosa, um pastor que dirige uma igreja de dimensão internacional, prometendo publicamente “a cura do novo coronavírus com uma semente” por ele distribuída aos fiéis. Esta iniciativa da autoridade religiosa expressa a competição ou a disputa pelo poder de cura através de uma “semente com uma inscrição religiosa”, ou seja, uma solução não-simbólica equivalente a um “fármaco”, que conteria a força de transladar as impurezas. Sua alocação, afirmando explicitamente que a cura estaria na religião e não na ciência, teria sido feita em 05 de maio, mas só teve repercussão após a **Marcha** e também em virtude de uma denúncia de procurador do Ministério Público de São Paulo por uma “suposta prática de estelionato, após o pastor ter prometido uma falsa cura ao coronavírus por meio de sementes que eram vendidas por ele.” (cf. “Procuradoria quer investigar V. S. por estelionato” - UOL 08/05/2020; e também “Procuradoria pode investigar pastor V.S. por estelionato”- **O Estado de São Paulo**. 09/05/2).

2-Quase dois meses antes da **Marcha**, em meados de março, havia um princípio operativo sugerido explicitamente nas falas do chefe do executivo, que não apenas minimizava os efeitos do COVID-19, mas desdenhava as medidas de “isolamento social”, que, segundo ele, não seriam necessárias, porque se tratava de uma “gripezinha”, que o “povo brasileiro poderia enfrentá-la” e que mortes, que porventura houvessem, seriam “naturais”, incidindo sobre os mais idosos e vulneráveis. Prevalencia uma noção officiosa de que a fé e a disposição atlética seriam os ingredientes básicos para enfrentar o vírus. Mesmo depois de declarada a pandemia global pela OMS, em 11 de março de 2020, demonstrando se tratar de uma doença infecciosa ou enfermidade epidêmica amplamente disseminada, esta visão officiosa continuou a ser repetida à larga. Nos desvãos das entrelinhas uma pressuposição de que a enfermidade atingiria “os mais idosos” e os ímpios ou os que se comprazem com o mal, os pecadores, os pagão e os gentios,

isto é, politeístas, idólatras, não batizados que estariam num estágio histórico considerado anterior à cristianização, além daqueles que não praticam ou praticaram esportes. Alardeava-se uma espécie de darwinismo social ancorado na seleção por critérios forjados na religião e no espírito espartano, na fé e na força muscular ou atlética.

Comentaristas e intérpretes dos efeitos da pandemia afirmavam então, nestas primeiras semanas, o seguinte: se vive um momento em que o **campo religioso tende a se fortalecer e em que a religião estaria em alta** uma vez que a superação da pandemia estaria nela. Justificavam tal afirmativa em razão de temores, medos e pânicos que levam à busca de bens da salvação, à afirmação da fé e do poder de divindades e aos exemplos do martirologio, transformando as listas de vítimas da Covid-19 em listas de mártires em consonância com narrativas bíblicas catastrofistas. Nestas interpretações falava-se, concomitantemente, em “punição dos pecadores” ou no princípio de seleção inspirado no mencionado darwinismo social, qual seja, os atléticos e os que tem fé e a proclamam não seriam atingidos. E em decorrência traçam um cenário de tragédias, em que se multiplicam os casos de crise aguda de ansiedade e aumentam os níveis de enfermidades psicossomáticas e de adoecimento mental e de depressão. Enfatizam ainda o abuso de drogas e álcool, de estresses e de suicídios e atitudes desesperadas que desenham um quadro complexo de saúde mental. Como pano de fundo a suposição de que “a fé pode determinar o fim do vírus” e de todos os males. Desnecessário salientar que tal visão fundamentalista, que simplifica estas enfermidades, contraria os estudos psicanalíticos e as pesquisas acadêmicas em psicologia social.

Sob o ângulo desta ortodoxia os efeitos da pandemia revelavam uma confluência de múltiplas crises emocionais e coletivas, de isolamentos, de incertezas, de traumas psicológicos generalizados e distúrbios mentais. Traziam à tona também os radicalismos religiosos, em que ultraortodoxos ignoram medidas de restrição, não aceitam as recomendações da OMS,

como se a fé pudesse blindá-los ou curá-los de qualquer contágio. Uma visão em tudo messiânica conjugada com a visão oficiosa de desdenhar o “isolamento social” praticada pelo centro de poder político. Assiste-se a uma temerária junção destas duas visões conjuminadas num poder que idealmente controlaria “o céu e a terra”, “o imaterial e o material”, centrado na figura de um personagem investido de características salvacionistas.

3-Em pouquíssimas semanas esta ilusão começou a ser abalada, a sofrer contestações de várias ordens, seja no campo político, cindindo alianças partidárias, e nos meios de comunicação, nas mídias sociais e congêneres, seja dos que nas ruas, nos ambientes de trabalho, nos ambulatórios e hospitais ou na intimidade doméstica percebem, em escala crescente, que o enfrentamento da pandemia demanda atendimento hospitalar e assistência com profissionais de pesquisa médico-científica e/ou com experiência técnica cotidiana em atendimento especializado, bem como agentes de saúde com atividades correlatas.

A partir de embates políticos em torno das medidas de enfrentamento e notadamente do chamado “isolamento social” o empirismo ingênuo - que cultiva falsas oposições entre “a preservação da vida e a economia” ou entre “ciência e fé”-, foi sendo derrotado e junto com ele os partidários radicais da “cura pela fé”, os fundamentalistas para os quais a “ciência não cura, somente a fé pode curar” ou os fatalistas oficiosos falando da “morte natural dos idosos”. Como é característico dos fundamentalismos, nestas sugestões autoritárias de seleção, houve até quem propusesse “campos de concentração” para manter os enfermos, supostamente idosos e infectados. As formulações confusas e as condutas abstrusas, intrincadas, que não possuem lógica nem fundamento racional, disseminadas pelo chefe do executivo, que continuam a ser propagadas na vida social, perdem gradativamente credibilidade. Uma percepção popular de incongruência absoluta destas formulações, repetidas sucessivas vezes, propiciou um repertório vasto de absurdos e de insensibilidades, criando condições de possibilidade para questionamentos

mais gerais. Aumentaram em decorrência as dúvidas e as contestações aos esquemas explicativos abstrusos do chefe do executivo. Foi tamanho o desdém do executivo e a sua crença nesta vertente religiosa fundamentalista supostamente curadora da enfermidade, que a Presidência da República não definiu uma política nacional de enfrentamento, privilegiou tão somente medidas econômicas e repudiou o “isolamento social”, abrindo disputas no campo de poder e deixando vazio o lugar da intervenção política na saúde, que foi ocupado por governadores e prefeitos.

O fato de autoridades religiosas estarem coladas em demasia à figura do chefe do executivo estaria trazendo apreensões aos templos dos ultraortodoxos e dos fundamentalistas. Algumas delas de difícil reversão. Recorde-se que o executivo favoreceu igrejas, mantendo templos abertos durante a pandemia, numa exceção questionável no que tange ao princípio de evitar as aglomerações. Numa mesma direção o chefe do executivo fez diversos pronunciamentos em templos, cujos púlpitos e balcões foram transformados numa modalidade de palanque. A politização da sacralidade de púlpitos e oratórios tem efeitos graves. O descenso e a ridicularização crescente das teorias estapafúrdias e abstrusas sobre a pandemia, alardeadas pelo chefe do executivo refletem, assim, numa continuada desautorização dos próprios fundamentalistas. O descrédito avançou e igrejas se omitiram e não estão conseguindo se descolar desta imagem que nega o isolamento social, que menospreza os efeitos da propagação do vírus e que implicitamente endossa o darwinismo social que associa fé com espírito espartano e atrela a sobrevivência aos “mais capazes”, os supostos “jovens” e “adultos”, fortes de corpo e de alma.

Igrejas que imaginavam deter de maneira absoluta o monopólio do controle dos bens da salvação, fortalecido neste momento pela aliança da sua religião com a política, entendida como centro de poder, estão sentindo estes mecanismos de controle lhes serem gradativa e circunstancialmente arrancados. Sem se descolarem da imagem do poder político estão pagando

caro esta adesão às teorias abstrusas no momento da pandemia. Caro em vários sentidos. Não conseguem se dissociar do poder central e repetem continuamente a crítica à ciência, tal como sucede com o manifesto propagado em 8 de maio de 2020.

5-Um dos resultados mais palpáveis desta situação contingente aponta para uma transformação sobre a qual teremos que refletir com mais discernimento e de maneira mais detida, qual seja: os bens da salvação não se voltam mais tão somente para a religião. Há uma perda do monopólio no exercício de seu controle e a ciência emerge num quadro de maior autonomia face ao poder governamental. A refutação crítica ao “endeusamento da ciência” evidencia que a ciência não é sacralizada e encontra-se aberta a interrogações e questionamentos. Mesmo que se registre uma certa banalização no uso do termo “ciência” vale dizer que isto não neutraliza possíveis questionamentos. Certamente a “fé não costuma falhar”, como canta Gilberto Gil, mas as pessoas estão passando a aceitar a eficácia do conhecimento científico, de maneira ampla, apagando, inclusive, circunstancialmente a falsa oposição cunhada pelos ultraortodoxos e fundamentalistas entre religião e ciência. O enfrentamento da pandemia está criando condições de possibilidade para uma reafirmação do conhecimento científico numa conjuntura em que o governo federal, encastelado nos ministérios ataca as universidades e os produtores de conhecimento científico, tentando desmontar laboratórios e institutos de pesquisa com cortes orçamentários profundos nos recursos monetários para ciência e tecnologia, com redução de bolsas de pesquisa e com restrições orçamentárias jamais registradas em nossa história republicana. **A despeito de tudo isto parece estar se consolidando a noção de que a superação da pandemia encontra-se na pesquisa científica.** Esta assertiva é predominante hoje na vida social. Estamos vivendo, portanto, um dos mais recentes efeitos da pandemia no Brasil marcado por um processo de reafirmação ou de legitimação ampla junto à sociedade da autoridade da ciência e das universidades.

A RETÓRICA DA GUERRA *VERSUS* A CIÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA⁵⁹²

Alfredo Wagner

Exatamente uma semana após a MARCHA VIRTUAL PELA CIÊNCIA, promovida pela SBPC em 07 de maio, estamos assistindo a um deslocamento radical dos estratagemas de poder face ao enfrentamento da pandemia e notadamente face ao conhecimento científico. As ações governamentais decorrentes inclinam-se para iniciativas de biossegurança num combate frontal à ciência, através de uma tentativa de debilitar o conhecimento médico, militarizando o Ministério da Saúde e a própria saúde pública ao sancionar protocolo de tratamento da COVID-19, que amplia o uso de cloroquina e hidroxicloroquina, não obstante evidências científicas e recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) flagrantemente contrárias.

1-Pandemia: uma questão de “segurança nacional”?

Desde o dia 14 de maio com o artigo intitulado “Limites e Responsabilidades” de autoria do Vice-presidente da República, publicado nesta data em **O Estado de São Paulo**, verifica-se que ganhou corpo a ênfase numa retórica alusiva à “guerra” e a condutas de inspiração puramente militar, insinuando que a pandemia poderia vir a ser uma “questão de segurança”, de segurança nacional, sob uma imaginada situação de “caos”.

592. Uma primeira versão deste artigo foi publicada no Jornal da Ciência. SBPC. 26 de maio de 2020.

“A esta altura está claro que a pandemia de COVID-19 não é só uma questão de saúde, por seu alcance, sempre foi social; pelos seus efeitos já se tornou econômica; e por suas consequências **pode vir a ser de segurança**. (...) Para esse mal nenhum país do mundo tem solução imediata, cada qual procura enfrenta-lo de acordo com sua realidade. Mas nenhum vem causando tanto mal a si mesmo como o Brasil. Um estrago institucional que já vinha ocorrendo, mas agora atingiu as raias da insensatez, está levando o País ao caos e pode ser resumido em quatro pontos”. (Mourão, A.H.M. - **O Estado de São Paulo**, 14/05/2020 pag. A2, coluna “Espaço Aberto”).

Fazendo coro com interpretações catastrofistas o autor descreve fatores que podem levar à passagem da pandemia a um problema de segurança nacional. Fala inicialmente em “polarização”, “em que se radicaliza por tudo”. Sublinha depois a “degradação do conhecimento político por quem deveria usá-lo de maneira responsável, governadores, magistrados e legisladores que esquecem que o Brasil não é uma confederação, mas uma federação...” (ibid). Além destes atribui também à imprensa e até a ex-ocupantes de cargos públicos a responsabilidade pelos descaminhos do País nesta pandemia. Exime desta maneira o poder executivo, num tom defensivo e de certo modo vitimista, que o leva ao terceiro ponto, exatamente ao que designa como “usurpação das prerrogativas do poder executivo”, como se este poder estivesse passivo, inerte ou imobilizado, apenas sofrendo a ação dos demais poderes (judiciário e legislativo) que idealmente o constroem, usurpam e impedem sua intervenção. Ora, o chamado “negacionismo” inerente às ações contrárias ao “isolamento social”, consiste numa forma incisiva de intervenção na sociedade, isto é, numa política governamental que nega pública e explicitamente as medidas de distanciamento social, bem como as medidas de higiene e de cuidados corporais. Finalmente o texto incide, de maneira implícita, no menosprezo pelas informações técnicas, que assinalam a elevação abrupta do desmatamento na Amazônia, nos últimos meses. O autor mais acentua danos provocados à imagem do País

no exterior sem sequer recuperar as polémicas do ano anterior que levaram a atos administrativos do poder executivo com finalidade explícita de negar os dados sobre desmatamento, criteriosamente produzidos pelo INPE, desdenhando séries estatísticas e o monitoramento de imagens de satélites por décadas consecutivas.

2-Fabricação da “guerra”

Na mesma data em pronunciamento na FIESP o chefe do executivo teve sua alocução assim registrada, no mesmo **O Estado de São Paulo**, do dia seguinte, 15 de maio:

“(…) o presidente Bolsonaro informou aos brasileiros que há uma “**guerra**” em curso, em referência ao isolamento social determinado por autoridades estaduais e municipais. ” (cf. Ricardo Della Coleta e Bernardo Caram- “É **guerra**, tem que jogar pesado com governadores, diz Bolsonaro à FIESP”. **Folha de São Paulo**, 15/5/2020).

Outro artigo na **Folha de São Paulo** do mesmo dia alertou: “Bolsonaro fabrica uma **guerra**” (Cf. Bruno Boghossian, 15/5/2020). O presidente teria feito uma projeção catastrofista, caso sejam mantidas medidas de “isolamento social”. Projeta condições de possibilidade para o “caos”, “saques” e “desobediência civil”, tornando os efetivos militares “insuficientes” para atuar em uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (cf. Jussara Soares e Emilly Behnke- “Bolsonaro pede “jogo pesado” contra Doria”. **O Estado de São Paulo**, 19 de maio de 2020). Enfatizando a “desordem” tal interpretação prepara o terreno para uma intervenção autoritária com medidas de “segurança” supostamente ordenadoras. O espectro da guerra legitimaria possíveis medidas de exceção. Ao mesmo tempo, num ato que lança dúvidas sobre um propósito velado de isentar-se de responsabilidades e

de vencer resistências internas de gestores que temem aplicar seu receituário, o Presidente emitiu a Medida Provisória 966, que protege agentes públicos de responsabilização por decisões e atos tomados durante a pandemia.

3-Militarização da Saúde.

À retórica de guerra estão sendo incorporadas aos atos governamentais decisões que propiciam uma militarização, verificada notadamente no Ministério da Saúde, cujos quadros funcionais passam a ter, em pelo menos treze posições burocráticas, servidores militares, e o próprio ministro, com interinidade indefinida, é um general sem formação médica. Não bastasse esta tendência à militarização da saúde, como se a saúde militar, com seus hospitais, corpo médico específico e ambulatórios de campanha, fosse similar à saúde pública, os esforços do poder executivo contrários ao “isolamento social” levaram o presidente de maneira concomitante a sancionar, através de “**protocolo de tratamento da COVID-19**”, em 20 de maio, a possibilidade de uso de cloroquina e de hidroxicloroquina para pacientes com sintomas leves de Covid-19, contrariando resultados de pesquisas científicas e a própria OMS, segundo seu diretor executivo Michael Ryan, que recomenda, no caso da Covid-19, que tais medicamentos sejam usados apenas em experimentos clínicos. O Presidente assim procedeu após afastar consecutivamente, em menos de um mês, dois médicos que dirigiam o Ministério da Saúde e se atinham a critérios científicos. Estes atos do governo têm sido acompanhados, paradoxalmente, de um apelo officioso à “pacificação”, tal como explicitamente mencionado na fala demissionária da Secretária de Cultura, em 19 de maio, como se o país, porventura, já estivesse de fato numa situação de guerra. Mediante constatação desta ordem pode-se imaginar que a perspectiva belicista e de nítida inspiração autoritária estaria perigosamente se expandindo nos meandros do poder executivo, utilizando

o combate à pandemia como pretexto e alimentando teorias conspiratórias e um suposto catastrofismo latente. Como imaginar que o poder executivo está renunciando ao centro científico de controle do combate à pandemia para torná-lo um centro administrativo operacionalizado por servidores públicos de formação militar, sem critérios de competência e saber das ciências médicas? Como interpretar de maneira acurada esta recusa deliberada de ações baseadas nas ciências médicas, finalidade precípua de qualquer Ministério da Saúde? Historicamente, isto não consiste numa novidade, senão num capítulo abordado pelo conceito de biopolítica, trabalhado por Foucault, que se ocupa do controle da gestão da saúde, da higiene e também da sexualidade, e tem como ilustração mais conhecida a situação da Alemanha, a partir de 1933, quando a medicina tornou-se um setor focalizado pelos atos do nacional-socialismo em sua escalada autoritária.

Talvez a aplicação deste referido conceito possa explicar o tipo de controle político que está em vigência e assim nos fazer compreender o porque de se considerar como serviços essenciais as academias, as barbearias e os “salões de beleza”, negando, por outro lado, as medidas de confinamento e a gestualidade potencialmente transmissora do coronavírus. A biopolítica evidencia um quadro em que a gestão do que gravita em diferentes partes do corpo torna-se objeto do poder político. Ao mesmo tempo a recomendação da OMS de evitar movimentos de aproximação física e de contato mais direto e estreito dos corpos pode enunciar, paradoxalmente, ações de resistência ditadas por um regime disciplinar prescrito pelas ciências médicas, que confronta a suposta liberdade de movimentos incentivada aqui no País pelo poder executivo. A complexidade deste paradoxo conduz a uma ilusão de liberdade de ir e vir alimentada pelos jogos de poder no aperfeiçoamento de seus mecanismos de dominação autoritária.

4- “Batalha contra a ciência” e contra a vida.

O presidente da Academia Brasileira de Ciências, em entrevista à **Globonews**, no mesmo dia 15 de maio, expressou uma acentuada preocupação com esta inclinação anticientífica do poder político, produzindo uma interpretação acurada deste momento. Segundo o presidente da ABL:

“Está havendo uma **batalha contra a ciência**. (...) e não adianta trocar ministros. Enquanto os ministros estiverem alinhados com o conhecimento científico eles serão substituídos. (...)”.

Com toda a certeza este é um momento excepcional de tensões agudas, de disputas acirradas e de trágicos efeitos da pandemia em que há uma banalização do uso do termo “ciência”. Pode-se dizer até dizer que há um abuso de sua utilização ampla e difusa, entretantes esta modalidade de vulgarização reveste-se de um significado defensivo e de resistência mediante as pressões irrazoáveis de um poder que se coloca explicitamente como anticientífico e lança mão de dispositivos de racionalidade duvidosa. Esta negação da busca da verdade parece própria da emergência de autoritarismos e de tentativas de implementação de regimes de exceção, que tomam a pandemia como pretexto, confirmando um prognóstico do diretor de pesquisa clínica do Instituto Francis Crick (UK) e também diretor do centro de pesquisa do Instituto Target Discovery da Universidade de Oxford, o Prêmio Nobel de Medicina Peter Ratcliffe:

“A verdade é que nós, no momento, realmente não sabemos como tudo isso vai acabar” (BBC News, 17/05/2020, 16:30. Uol.com.br/vivabem/).

Recuperando episódios da história da ciência o presidente da ABL acena para um futuro relativamente promissor, mas de uma maneira trágica, enunciando o temor de atos governamentais deliberados que podem incidir em práticas genocidas: “A ciência triunfa, mas o que me preocupa é o

seguinte: a quantas mortes vamos ter que assistir antes que impere a lucidez neste País?”.

O presidente da ABL, levando em conta a disseminação da retórica belicista do poder, chama a atenção para esta “batalha contra a ciência”, que em verdade é uma batalha contra a vida.

PARTE II

“Imagino que um vírus invisível e assim tão contagioso deva ser visto como um grande feitiço do mundo dos” brancos civilizados”. E que a segurança sanitária dos povos isolados e de recente contato depende do que está acontecendo no seu entorno, sobretudo com as populações contatadas e os não-indígenas que compartilham seus territórios e terras indígenas com os isolados e os grupos recém-contatados. Ou seja, as perspectivas não são boas para “mansos” e “bravos”, muitíssimo vulneráveis nessa pandemia do Covid-19. Estes tristes obituários revelam isto.

Só nos resta pedir a proteção da Rainha da Floresta e esperar muito pouco do atual governo brasileiro. Estamos todos à deriva no mar revoltoso dessa pandemia do Covid-19.

Haux! Haux!” Mas “navegar é preciso”, todos estão resistindo.

Txai Terri Aquino

TERRITÓRIO DA MORTE

OBITUÁRIO: VIDA NO TERRITÓRIO DA MORTE

Alfredo Wagner Berno de Almeida⁵⁹³

O primeiro passo desta pesquisa consiste num trabalho de conceituação de obituário, como instrumento crítico do “território da morte”, buscando alcançar progressivamente, por observações sucessivas, a constelação de significados dele derivada através da problematização da noção corrente de registro necrológico. A compreensão sociológica destes significados, que gravitam em torno de um gênero textual utilitário, veiculado como uma coluna diária da imprensa periódica, que tem por objetivo informar a morte de um indivíduo, propicia condições de possibilidade para uma análise crítica sobre como as múltiplas narrativas da morte refletem sobre as concepções de vida, tornando-as refém da lógica dos elogios sepulcrais e dos rituais fúnebres com sua complexa sequencia cerimonial. A extensão deste entendimento crítico faculta que se confira ao termo uma forma flexível e aberta, capaz de comportar a extrema variedade dos diferentes gêneros textuais especialmente compostos para as etapas dos rituais fúnebres exequíveis nestes tempos de pandemia. Trabalhar o conceito aqui consiste na composição criteriosa de um espesso repertório de narrativas concernentes às vítimas fatais do Covid-19, notadamente indígenas, e na utilização de técnicas de observação relativas a modos de velar e sepultar os corpos meio a severas interdições que, por exigência médica, requerem um necessário afastamento dos corpos. A norma médica de distanciamento social afeta diretamente as reações à perda, impacta as emoções e os acontecimentos que, caracterizam os diversos processos de luto em conformidade com as diferentes religiões e povos. As etapas dos rituais não mais comportam atos coletivos, classificados genericamente

593. Antropólogo. Professor do PPGCSPA-UEMA, do PPGSCA-UFAM e do PPGICH-UEA. Pesquisador CNPq.

como “aglomerações” nestes tempos de pandemia. A solidão que envolve os funerais torna-se regra de sepultamento e redefine as formas de velar os mortos. Foi privilegiada, portanto, para fins desta pesquisa, a diversidade de materiais narrativos que informam publicamente as mortes de indígenas por Covid-19 entre abril e junho de 2020, as informações sobre mortes de quilombolas e outros agentes sociais foram acionadas analiticamente para fins de contraste.

As narrativas aqui selecionadas são proferidas por familiares destas vítimas, seja através de laços consanguíneos ou de afinidade, incorporando vizinhos e amigos, todos eles chamados de “parentes” e, no mais das vezes, integrantes das mesmas associações, dos mesmos movimentos e das mesmas unidades sociais (comunidades, aldeias, tribos) que os abrigam. Estas organizações, reforçando os mecanismos de coesão social em torno de seus propósitos, divulgam suas próprias narrativas fúnebres. Além destes há manifestações de uma pluralidade de participantes, de uma extensa rede de solidariedade, que inclui pesquisadores acadêmicos, membros de diferentes instituições apoiadoras, confessionais ou não, e de associações voluntárias do terceiro setor denominadas “ongs”, que propugnam uma ação dita filantrópica. Eles todos compõem o elenco de autores de diferenciados gêneros textuais, que registram publicamente os falecimentos e são designados, de maneira explícita, com os seguintes termos e expressões: “notas de pesar”, “memórias”, “a quem interessar” ou “notas sobre um homem”. Os registros, conforme foi possível verificar no decorrer desta pesquisa, ocorrem também através de artigos, entrevistas e cartas. Incorporamos todos estes gêneros textuais no campo de significação do conceito de obituário. Há ainda um conjunto de agências de representação (federações, associações, coordenações, conselhos) que produziram outros tantos profusos gêneros textuais de expressão coletiva, tais como “manifestos”, “homenagens fúnebres” e “notas de pesar”. O significado de “notas de pesar” perpassa diferentes agentes sociais e agências, instituições oficiais e organizações

voluntárias não-governamentais, mostrando-se transitivo e externando, ao mesmo tempo, posições institucionais e posições políticas, todas elas ancoradas numa unidade discursiva encomiástica.

Esta proposta de obituário apoia-se, pois, nestas narrativas e não está apoiada nem em dados cartoriais, nem em registros da FUNAI (que aliás teria recusado o RANI a Kokama falecidos e a demais indígenas que estão nas cidades), nem em atestados de óbito, nem nas estatísticas oficiais que estariam subnotificadas, nem tão pouco em boletins médicos. Os repertórios fundamentam-se na fala de familiares e nas informações produzidas pelas organizações indígenas. Completam estes repertórios de narrativas os “elogios fúnebres”, elaborados como orações funerárias ou como laudêmios em tributo a uma pessoa ou pessoas que recentemente faleceram. Quando elaborados pelas organizações indígenas e referidos a um grupo de pessoas vítimas de Covid-19 compõem as chamadas “listas”, que contém exclusivamente o nome dos mortos, numa sequência cronológica e nenhuma outra informação específica. Elas são divulgadas por federações (Federação Indígena do Povo Kukami-Kukamira Pray+iuka Perukariai Kurumpiaka Cacicado Geral do Povo Kokama, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN), coordenações (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), movimentos e conselhos (Movimento Munduruku Ipereg Ayu e Conselho Indígena de Roraima), que as produzem e divulgam. Importa citar algumas publicações periódicas que surgiram nestes tempos de pandemia com o propósito de manter atualizadas as estatísticas dos infectados e dos mortos divulgando também informações sobre cuidados higiênicos no enfrentamento do Covid-19, tais como: “Atenção, Txai!” (CPI, OPIAC, AASI), que no início de julho já estava no número 7 (sete); “Informativo COIAB”, que em julho estava no número 4 (quatro); “Boletim COVID-19/ Povos Indígenas do Piauí”(APIN, APOINME, UFPI), com atualização em 28 de junho de 2020; “Boletim Monitoramento entre Povos e Terras Indígenas na Bahia” (ANAÍ, Movimento Unido dos Povos e Organizações

Indígenas da Bahia-MUPOIBA), Conselho Indigenista Missionário - CIMI, que em junho estava no número 6 (seis). No que tange aos quilombolas tem-se o Boletim Epidemiológico em Quilombos do Brasil/Coronavírus COVID-19 (CONAQ). Certamente que há muitas outras publicações virtuais, com função atualizadora destas estatísticas primárias, que merecem ser analisadas numa reflexão à parte. Não detectamos, entretanto, qualquer publicação sistemática de monitoramento das ocorrências de contágio e morte produzida por entidades confessionais⁵⁹⁴. Esta ausência, de instituições que por séculos executaram a mediação dos povos indígenas com o Estado, num momento tão trágico e com debates sobre práticas genocidas, requer bastante atenção. Aparentemente há uma mudança nas esferas de mediação entre os povos indígenas, a sociedade e o Estado, porquanto cada vez mais se constata um volume expressivo de ações autônomas dos movimentos indígenas e, concomitantemente, novas estratégias de intervenção da cooperação internacional⁵⁹⁵, das ong's e das agências governamentais, cujas formas de atuação se tornaram mais céleres, com maior poder tecnológico de comunicação e também de provocar possíveis danos. Mediante esta dinâmica de transformações registram-se tentativas de se instituir novas regras de tutela face aos povos indígenas e demais identidades coletivas emergentes. O campo da mediação, em decorrência, está se tornando mais complexo e com perspectiva de alterações radicais de regulação, redefinindo provavelmente tutelas, que se mostram desgastadas e com menor grau de eficácia em suas modalidades de submissão, todas elas de conhecida inspiração colonialista. Ao assumirem publicamente os meios de conhecimento, a responsabilidade de elaboração das séries estatísticas trágicas e sua divulgação em listas os movimentos, conselhos, coordenações e federações indígenas expressam

594. A única agência confessional que registramos como produzindo relações de indígenas mortos foi o CIMI, que procedeu ao levantamento de 27 indígenas mortos por Covid-19 no Estado do Maranhão. Além do mais sublinhando a postura genocida do governo federal diante da pandemia o CIMI, juntamente com as entidades indígenas, defende a proposição de que as ocorrências de indígenas mortos pela Covid-19 sejam levadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que é o único órgão que pode fazer denúncias à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

595. A respeito desta questão consulte-se o artigo de autoria de Aurélio Vianna Jr, intitulado "Pandemia e Território: Cooperação e Disputas", que integra a Parte I desta coletânea.

não só uma posição de autonomia na gestão do controle dos mortos pela Covid-19, mas, sobretudo, um repto às históricas subordinações. Como desdobramento percebe-se, do ponto de vista das organizações indígenas, uma recusa cada vez maior de delegar poderes a agências e agentes externos.

As narrativas sobre as vítimas fatais e estas listas com os vitimados pelo Covid-19, correspondendo a uma pluralidade de gêneros textuais com suas respectivas designações, convergem todas elas para o que designamos de obituário. Este campo de significados relativos à conceituação de obituário o fomos construindo num processo de discussões intensas⁵⁹⁶, no âmbito do PNCSA, que teve como ponto de partida um pressuposto de que a morte não deve interessar-nos senão para afastarmos de nós mesmos e de nossas preocupações intelectuais o “cálice das paixões tristes”, como diria Badiou⁵⁹⁷, erguendo um panteão às avessas, capaz de se colocar criticamente face aos obituários ancorados em laudêmios, encômios e ilusões biográficas, que pontificam nas “galerias de notáveis” e nos rituais de consagração registrados usualmente em verbetes das histórias das ciências e das histórias da literatura e do pensamento social brasileiro. De tal modo os obituários na grande imprensa periódica se dedicam a celebridades, a figuras “notáveis” e de reconhecimento amplo e difuso, que não encontramos qualquer deles referido a indígenas, quilombolas ou outras categorias de povos e comunidades tradicionais. A partir desta constatação, numa perspectiva crítica, estendemos o significado de obituário a agentes sociais anônimos, desconhecidos ou conhecidos apenas localmente. Atentamos para vítimas

596. Refiro-me aqui especificamente às discussões que travei com Rosa Acevedo, desde final de janeiro de 2020, sobre a importância dos obituários na compreensão das relações políticas entre produtores intelectuais e científicos e o Estado. O primeiro exercício de autoria de Rosa foi referido a Tato Quiñones, com alguns apontamentos para a história das irmandades Abacúá na cidade de Havana, Cuba. Ele morreu em Cuba no final de janeiro de 2020. A segunda experiência, também de sua autoria, já foi no período pandêmico e exercitamos uma crítica à ilusão biográfica, que prevalece na história das ciências. O resultado foi o obituário sobre Sarah Moldoror, cineasta e militante anti-colonialista, considerada pioneira do cinema africano, que morreu vítima de Covid-19 em 13 de abril de 2020. Este obituário consta da Parte II desta coletânea no tópico intitulado “Território da Morte”. A partir daí, trabalhamos numa perspectiva crítica, ampliando o significado de obituário e incorporando agentes sociais anônimos e desconhecidos dos grandes públicos.

597. Consulte-se Badiou, Alain – **Pequeno panteón portátil**. Mexico. Fondo de Cultura Económica. 2011

de Covid-19 com mortes circunscritas a situações reais de existência pouco conhecidas ou ignoradas. A ocultação como regra, no que diz respeito a tais categorias e respectivas situações reais, nos dispõe criticamente face aos meios de repercussão da morte e sobre a própria noção de morte como propósito de investigação.

“Porque yo sostengo que la muerte no debe interessarnos, y la depresión tampoco. Si para algo sirve la filosofía es para alejar de nosotros el cáliz de las pasiones tristes, para enseñarnos que la piedad nos es una emoción leal, ni la gueja una razón para tener razón, ni la víctima aquello a partir de lo cual debemos pensar.” (Badiou, 2011:9)

Os obituários aqui apresentados constituem, portanto, simultaneamente, um objeto de reflexão e uma abordagem crítica do “trabalho da morte”, um objeto de pesquisa e uma maneira de pensá-lo, problematizando ao extremo sua negatividade. Em virtude disto, a abordagem aqui definida consiste em realizar uma análise concreta de uma situação concreta, consoante uma descrição aberta e pormenorizada, que contém uma leitura crítica, quanto às práticas cotidianas dos rituais fúnebres neste período pandêmico.

Ao focalizarmos o registro da morte nos obituários como um fator de resistência no enfrentamento da pandemia levamos a efeito uma ruptura com a visão apiedada das vítimas e, num movimento contrário, privilegiamos as formas vívidas e ativas de luta pela vida encetadas pelos movimentos indígenas, que rejeitam passividades e resignações. Esta ruptura se estende à rejeição do obituário como uma narrativa hagiográfica, evidenciando que as vidas narradas não fazem parte do culto a divindades, nem equivalem a uma biografia de santo com exaltação extremada de virtudes. Não! Os obituários também não consistem numa exaltação do martirólogo, como se estivéssemos diante de listas de mártires com suas dores, feridas e padecimentos por uma causa, ou de um extenso catálogo de vítimas heroicas de uma hagiomaquia. Não! A pandemia estimula uma retórica de guerra,

mas de modo algum significa uma guerra santa ou um castigo dos deuses, acoplado a passagens bíblicas referentes a períodos de peste, de fome e de guerra. Assim, ao coligir e elaborar obituários os pesquisadores do PNCSA visaram implodir os duros limites do “território da morte”, impondo-lhes escolhas intrínsecas ao ato de viver e a uma pauta de reivindicações sobre como viver dignamente. Sim!

De pelo menos 445 (quatrocentas e quarenta e cinco) mortes de indígenas por Covid-19 registradas até o 08 de julho de 2020, segundo a APIB, selecionamos 117 (cento e dezessete) dentre elas, coligindo “manifestos”, carta, listas e “notas de pesar” já elaboradas e divulgadas ou promovendo contatos com familiares dos mortos com a finalidade de obter autorização para produzir os obituários. Selecionamos também 07 (sete) quilombolas e 02 (dois) artistas, 128 (cento e vinte e oito) obituários. Não incluímos o primeiro registro de morte de indígena por Covid-19 no Brasil, que se refere ao falecimento de Alvanei Xerixana, de 15 anos, do povo Yanomami, no Hospital Geral de Roraima, em Boa Vista, em 9 de abril de 2020.

Em pelo menos 11 (onze) casos entramos em contato com as famílias e solicitamos que escrevessem um obituário ou obtivemos autorização para tanto ou ainda tivemos acesso a mensagens redigidas por familiares informando as mortes. Em 60 (sessenta) situações entramos em contato com organizações indígenas, que confirmaram listas. Através destas vias de acesso foi possível dispor de obituários contendo o que os próprios indígenas consideraram relevante para falar sobre as mortes. Eles se referem às seguintes situações: Karapaña (João Gâncio), Tikuna (Aldenor, Maria Antonia), Baniwa (Aldevan), Kokama (Cacique Messias), Mura (Carlos Nobre da Costa Santos), Arara (Jorge Valera), das quilombolas Tia Uia, Maria José e do quilombola Pe. José Bráulio. As dificuldades na elaboração de obituários foram maiores entre os Kokama, que residem nas cidades. Algumas famílias se recusaram a aceitar uma divulgação da morte de seus entes como provocada pelo Covid-19, temendo um possível acirramento de estigmas e noções pré-concebidas urdidas contra

eles. Outras famílias, por terem frequentado cultos em período de interdição e de pandemia, se negaram a informar temendo que isto pudesse ter implicações sobre suas respectivas igrejas e sacerdotes. De igual sorte concernem também aos quilombolas, sobre os quais elaboramos somente 7 (sete) obituários e apenas estes. As “listas” da CONAQ, sem mencionar os nomes, assinalam centenas de mortos anônimos, reduzidos a meros números de uma estatística nefasta. No mapeamento social realizado pelo trabalho de pesquisa, que resultou nestes obituários, foram objetos de descrição quase 1/3 dos indígenas mortos, com informações diversas propiciadas por netos, filhos, irmãos e irmãs, bem como por pesquisadores acadêmicos que mantêm ou mantinham relações de pesquisa com famílias daquelas unidades sociais mapeadas. A abrangência do mapeamento alcançou 33 (trinta e três) povos e etnias: Baniwa, Tikuna, Kokama, Tukano, Dessano, Assurini, Karapaña, Arara, Sateré Mawé, Tuyuka, Mura, Macuxi, Wapichana, Munduruku, Kaiapó, Taurepang, Kaingang, Paumari, Wai Wai, Karipuna, Xavante, Borari, Guajajara, Kaxinawá, Apinãwa, Warao, Parintitin, Yawanawá, Puyanawa Krikati, Yawalapiti, Marubo e Ocaina. No caso dos Marubo tem-se que estão localizados na T.I. Vale do Javari, região com maior registro de povos indígenas isolados e de recente contato. As contribuições voluntárias de membros destes povos, se dispondo a registrar os efeitos destas mortes permitiram relativizar as séries estatísticas, mesmo em se tratando dos do último povo mencionado que se localiza na Colômbia próximo à fronteira com o Brasil e a vítima frequentava Tabatinga. Com este procedimento objetivamos uma crítica dura aos registros que se resumem a números, expressos em gráficos, quadros e tabelas estatísticas com os mortos. Eles incorrem numa complexa personificação dos coletivos e a uma denominação genérica de “índios”, quando das interpretações sobre a letalidade do Covid-19, a saber: “morreram x índios” ou “chegaram y índios ao hospital de campanha”. Os obituários, tal como aqui pensados, teceriam, portanto, uma crítica à prática oficial de contabilizar vítimas do Covid-19, reduzindo-as a números que integram séries estatísticas, num procedimento que prenuncia o controle da extensão das mortes e dos significados que o

poder lhes atribuí. A transformação das vítimas fatais em sujeitos da ação, nomeando-os e disponibilizando informações sobre eles, retira da morte a imaginada classificação de absoluta passividade, como “seres inanimados sem vida e sem alma”, e a traz para o cerne dos centros de poder. Neste lugar social os mortos falam. Está-se diante de um processo de politização da morte. Eis onde o obituário se inscreve como forma de resistência, que não dissocia a vida da morte e se coloca na construção da própria existência coletiva referida às vítimas, confrontando incisivamente as tentativas de reduzi-las a um objeto passivo, inerte e sem forma.

Se estas estatísticas sempre se encontram referidas a números abstratos com quantidades que não nomeiam, acentuando tão-somente a condição de vítimas, os obituários, ao contrário, descrevem com maior pormenor os acontecimentos e utilizam dados concretos de ocorrências de vívida resistência tais como sublinhados pelos próprios agentes sociais que mantinham relações com a vítima. Como já sublinhamos as críticas ao “trabalho da morte” convergem diretamente para os obituários, que idealmente se opõem à descrição de uma trajetória linear de vida, contida de maneira recorrente nas ilusões biográficas e em textos de pretensão memorialística, permitindo uma leitura crítica e detida das estatísticas fatais.

Numa breve retrospectiva pode-se asseverar que, mediante as primeiras vítimas fatais de Covid-19 e os critérios quantitativos adotados para seu registro, fomos impelidos a pensar numa seção do site do PNCSA, que homenageasse indígenas, quilombolas, ciganos e outros membros de povos e comunidades tradicionais, que sabíamos seriam mantidos sob a ocultação histórica, porquanto dispostos à margem da vida social como cidadãos de segunda-categoria sem o acesso pleno aos direitos de cidadania.

Enfrentamos de pronto um dilema: como homenagear estas vítimas? Não focalizamos o obituário como um rosário de “orações fúnebres” ou como um *locus* de “elogios fúnebres”, num tempo em que algumas etapas dos

ritos funerários são inexecutáveis face às prescrições de isolamento social ou às normas de que aglomerações sejam evitadas a qualquer custo. Procuramos entender o significado de obituário, não como uma lista de falecimentos ou de avisos fúnebres ou de “notas de pesar” ou como séries estatísticas dispostas em gráficos, tabelas e quadros demonstrativos. O entendemos como bem mais do que um mero registro necrológico divulgado pelos meios de comunicação informando a morte de um indivíduo em particular. Evitamos aceitar o obituário como um mero anúncio de morte como estes estampados na imprensa periódica a cada dia.

Com base nestas negações sucessivas pode-se dizer que o título desta segunda parte da coletânea, “Território da Morte”, talvez seja inexato, tanto quanto os atestados de óbito que, por falta de exames apropriados ou de testes para detectar contaminação mencionam a *causa mortis* - ou causa determinante da morte de alguém - não a Covid-19, propriamente dita, mas “insuficiência respiratória” e “parada cardíaca”, não obstante os familiares assinalarem todos os sintomas que a caracterizariam (tosse, febre, dificuldade respiratória, perda do paladar e da distinção de aromas). O atestado nega o reconhecimento como lhes foi negado em vida o reconhecimento como cidadãos plenos ou mesmo o reconhecimento de direitos elementares. A resultante disto é o risco crescente de uma vasta subnotificação.

Há enormes dificuldades a serem superadas para vencer as várias vertentes desta subnotificação. Vale reiterar as dificuldades impostas pelas iniciativas político-institucionais de classificar a enfermidade provocada pelo Coronavírus como “doença de trabalho”. O resultado desta classificação imprevista é que se várias apólices de seguro excluem as doenças ocupacionais isto significa dizer que o contágio por Covid-19 se tornaria um excludente de cobertura pelos seguros e planos de saúde. Os efeitos desta classificação podem ser arrolados como um dos fatores de subnotificação dos casos de vítimas por Covid-19. Os familiares dos enfermos temem perder a cobertura monetária propiciada pelas apólices de seguro e em virtude disto mobilizam-

se para que o Covid-19 não seja assinalado como *causa mortis*. Tal recusa tem se verificado mesmo quando todos os sintomas de Covid-19 se manifestam nas vítimas fatais. Esta rejeição reflete nas categorias de “baixa renda” em que muitas famílias imaginam que caso registrem familiares como vítimas de Covid-19 serão excluídos de benefícios sociais e estigmatizados nas comunidades locais. Facilita isto o fato de não haver uma testagem massiva. São imensos, portanto, os riscos de se endossar uma subnotificação e outras formas de ocultamento do quadro de vítimas de Covid-19 praticadas por um governo que minimiza a pandemia e seus efeitos.

Perguntas, portanto, se impõem: o obituário, como instrumento de afirmação étnica, neste contexto pandêmico, é sinônimo de resistência à ação dos poderes, que tem a prerrogativa de escolher quem deve viver e quem deve morrer? A pandemia como a guerra seria uma forma de exercer o direito de matar? Quantas e quem foram as lideranças indígenas perdidas para o Covid-19? Quais foram os profissionais de saúde que perderam a vida? Qual a trajetória dos professores das aldeias, cuja atividade foi interrompida violentamente? Quais as circunstâncias de atendimento agravaram e levaram a um fim trágico? Qual o sentimento coletivo – ansiedade, inconformidade, dor, revolta - pela ausência dos rituais funerários?⁵⁹⁸ Que acontecimentos de estigmatização dos “contaminados” geraram conflitos no interior de comunidades? As respostas significam descrever a organização social, as condições sanitárias, inclusive nos domínios da religiosidade dentro das quais se movem as unidades sociais com o propósito de aliviar a “asfixia” a que estão submetidas, como sugere Mbembe.

A bateria de indagações assinala que os obituários, antes de elogiarem, se colocam como forma de luta ou como estratégia de resistência constante,

598. Em relação a esses sofrimentos e emoções, caberia citar o caso das três mães Yanomami sofrendo tanto de ir às raias do desespero na busca de onde estariam enterrados seus filhos. Depois de muitas buscas elas conseguiram identificar os lugares onde seus filhos estavam enterrados. Vale citar também o caso dos Wai Wai que também manifestaram um apelo para “NÃO AUMENTAR” seus sofrimentos, devido ao fato de lhes ser negado o direito de sepultar seus mortos em seus territórios. Em nota, a antropóloga Cléia Wai Wai manifesta sua revolta “Infelizmente a SESAI daqui nem se preocupou com o protocolo de cada povo. Estão seguindo os protocolos do Ministério da Saúde. Cadê a saúde diferenciada?”

como o foram os esforços para garantir o direito de sepultar ou a luta por sepultamentos em tempo que não ultrapassasse 48 horas, reivindicando ademais os serviços funerários públicos, que tem sido comumente negado.

A pandemia, com o agravamento dos seus efeitos, corre o risco de estimular a insanidade de quem detém o controle do poder através da manipulação das prescrições médicas, que se desdobram num campo ilimitado ou que vai se tornando sem limites, indo desde os gestos mais banais, como passar a mão pela face do próprio rosto ou tocar os lábios com os dedos ou ainda colocar os dedos no nariz ou nos olhos, até às interdições de contatos diretos. A pandemia, nestes termos, corre o risco de exacerbar o poder de punir e de dispersar este poder para quaisquer lugares sociais. Uma tragédia na tragédia.

TEMPO DE LUTO PELA PERDA DE ALDEVAN BANIWA



Aldevan Baniwa (1974-2020)

Aldevan Brazão Elias, indígena da etnia Baniwa, Agente de Endemia, da Fundação de Vigilância em Saúde Indígena, da Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas (SUSAM) teve nesse labor profissional da área de saúde aproximação com as questões mais gritantes da saúde coletiva, da saúde indígena, discriminação e estigmatização social em Manaus, cidade onde morreu no dia 18 de abril de 2020, contado entre as vítimas da pandemia de Covid 19, na cidade de Manaus.

Aldevan Baniwa reconhecido como defensor da saúde indígena, atuou com perseverança para o tratamento dos doentes na Unidade Básica de Saúde (UBS) Major Sávio Belota, bairro Santa Etelvina, na zona norte de Manaus. Fez isso antes e neste tempo especial de aumento dos casos e do caos provocado pelo colapso dos hospitais, pela falta de testes, pela infraestrutura de saúde precária e ausência de condições para enfrentar a pandemia de Covid 19. A narrativa do seu irmão André Brazão sobre as tentativas que fez Aldevan Baniwa para fazer o teste de Covid 19 e para conseguir atendimento, oferecem clara ideia das dificuldades que

se apresentam para aqueles que não sendo profissional da saúde desconhece os locais, as possibilidades de atendimento. Contudo, Aldevan Baniwa, a 7ª vítima, de acordo com MINUTO COIAB, teve como causa de morte registrada “insuficiência pulmonar aguda com suspeita de Covid-19”. Esse mesmo informativo menciona que os indígenas que moram na cidade ficam fora da contagem da FUNAI. Dias antes do seu falecimento tinha denunciado nas redes sociais as condições de trabalho dos profissionais, que como ele tiveram treinamento, em fevereiro 2020, realizado pela Secretaria de Saúde do Estado, sem contudo, contar com os equipamentos de proteção e as condições de receber os doentes, de separar os graves e os mortos, conforme informado em noticiários.

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) publicou em 2019, o livro “Brilhos na Floresta” publicação quadrilíngue inglês, japonês, português e língua Nhangéetu. Nele Aldevan Baniwa é personagem central, autor, tradutor do português para a língua Nheengatu, em colaboração com Noemia Kazue Ishikawa, Takehide Ikeda, Aldevan Baniwa, Ana Carla Bruno e Hadna Abreu, que fez as ilustrações. Seleccionamos duas ilustrações, na primeira Aldevan apresenta-se aos leitores; veste uma camisa com um peixe e a palavra Amazônia e sorri. Na segunda ilustração a camiseta que veste Aldevan está com a inscrição 100% Índio; encontra-se rodeado dos pesquisadores que se dedicam a ler e fotografar. Seguramente, ser escritor era o novo projeto de Aldevan Baniwa que era incansável em aprender e fazer.



Vamos apresentar ao leitor agora...

Aldevan nasceu na região da Cabecinha do Caculé, no Amapá. Seu pai é de uma tribo indígena Izoceño e sua mãe de outra tribo. Os irmãos de Aldevan na comunidade de contagem são Izoceño, os Izoceño Baniwa.

Let's introduce the character:

Aldevan was born in a region known as 'The Ring' (ring) in the state of Amapá. His father is of the Izoceño indigenous ethnic group and his mother is a Izoceño. The Baniwa are Izoceño for their basketry and the Izoceño for carrying wooden bundles.

著者紹介しよ！

アルデヴァン・アデヴァン(2000年)は、アマゾニア州のカブセーニャで生まれた。彼の父はイゾセニョの部族に属し、母は別の部族に属する。アルデヴァンの兄弟はイゾセニョの部族に属し、イゾセニョの部族に属する。


Vamos lá novamente agora...

Aldevan é a comunidade Izoceño do Caculé no Amapá. Seu pai é Izoceño e sua mãe é Izoceño. Os irmãos de Aldevan na comunidade de contagem são Izoceño, os Izoceño Baniwa.






 Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água
 — Ah! Eu quero ver! Simão, trouxe! Traz!
 In Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água
 — O pai do papão mata o pai do pai. In Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água
 Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água



 Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água
 — Ah! Eu quero ver! Simão, trouxe! Traz!
 In Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água
 — O pai do papão mata o pai do pai. In Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água
 Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água



 Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água
 — Ah! Eu quero ver! Simão, trouxe! Traz!
 In Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água
 — O pai do papão mata o pai do pai. In Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água
 Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água



 Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água
 — Ah! Eu quero ver! Simão, trouxe! Traz!
 In Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água
 — O pai do papão mata o pai do pai. In Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água
 Nhele, que rende o caldo até apitar, e cozinha com a água

Aldivan Baniwa era falante da língua Nheengatu e uma frase expressa seu modo de ser: *Nhaã apyga puranga sicussá panhé myra tay run* – em português significa – “aquele homem era bom com todas as pessoas”, como escreveu André Brazão. Nossas palavras de condolências e de profunda amizade a Ana Carla Bruno, nossa querida colega do PNCSA e da UFAM, as suas filhas, aos seus familiares e aos amigos que soube conquistar. Aldevan Baniwa será recordado sempre.

HÁ VÁRIAS MEMÓRIAS: UM VÍRUS, UMA HISTÓRIA, MUITAS TRAJETÓRIAS

Ana Carla dos Santos Bruno⁵⁹⁹



Aldevan Baniwa, Ana Carla, Wina e Kaina

1991, tranquei o curso de história e fui “ser professora” (aliás aluna da vida indígena) dos Waimiri Atroari, na Aldeia Alalaú (atentem para esta aldeia). Para chegar na aldeia, era preciso passar pela casa do senhor Valentin Elias (servidor da FUNAI), que carregava um tambor cheio de gasolina nas costas.

Entre 1991 a 1993, aprendi com os kinja um pouquinho de sua cultura e língua. Fui para roça, pescarias, festas, coleta de frutas, vi gente nascer, vi gente morrer, fiz amigos e aprendi a respeitar o modo de ser indígena.

Em 1996, retornando para área Waimiri Atroari, também no rio e aldeia Alalaú, conheci Aldevan Elias (Aldevan Baniwa). Tímido, calado, centrado em seu trabalho. Não lembro bem como começou, mas ao escutá-lo tocar no

599. Antropóloga

violão músicas de Legião Urbana e Engenheiros do Havai fui me encantando e começamos a namorar. Entre Manaus e Belém (nesta época, eu era bolsista do Museu Goeldi), através de muitas cartas e raríssimos telefonemas (afinal Aldevan passava meses na aldeia), continuamos nosso relacionamento.

Em 1997, Aldevan foi conhecer meus pais e minha família no Recife. Olha, fez um sucesso!!! Todo mundo queria pegar em seu cabelo e meu pai chegou a dizer que queria ser o Aldevan. Lá deu seu primeiro mergulho no Mar. Em março de 1998, casamos. Na nossa pequena comemoração estavam alguns Waimiri Atroari e amigos do Programa Waimiri Atroari. Três dias depois, viajo para os Estados Unidos para iniciar o mestrado. Novamente, ficamos 9 meses separados e através de cartas sabíamos um do outro.

Dezembro de 1998: Aldevan chega em Tucson/AZ (o Amazonas indígena americano – terra dos Navajo, Hopi, Tohono O’odham, entre outras etnias) sem saber falar o verbo to be. Fácil? Não, não foi!!! Ele sentia falta da farinha, do rio, da família. Mas logo se entrosou com os brasileiros, os mexicanos, e não demoraria muito para o inglês dele ficar melhor que o meu. Sem sombra de dúvida, sua pronúncia era melhor que a minha!!! Sem vergonha, logo vieram as peladas com muitos americanos. Aprendeu a lidar com Adobe (material utilizado nas casas no Arizona), construindo algumas casas. Também, logo descobriu um rio no Mount Lemmon (localizado na Floresta Nacional de Coronado, ao norte de Tucson) e começou pescar trutas. Nunca comi tanta truta.

Não sabia andar de bicicleta e logo aprendeu na bicicleta que eu ia para universidade. Depois, comprou uma bicicleta de corrida e corria solto nas avenidas de Tucson. Também aprendeu a dirigir (olha Aldevan, até que você tentou me ensinar, mas não consegui aprender...)

Foram 5 anos em Tucson de muita batalha (você trabalhou como jardineiro, cuidador de um colega professor que tinha ELA, e como esquecer que você também atuou num documentário), cumplicidade e aprendizagem. Lá nasceram Kaina

(2001) e Wina (2002). No parto da Kaina você quase desmaiou quando viu a agulha da Epidural. Mas o momento mais aldevaniano (quem o conheceu, entenderá) foi no nascimento da Wina. Ele cismou que queria que a Kaina participasse do parto. E claro, não funcionou. Kaina queria brincar com os instrumentos médicos. A médica num olhar fulminante falou para ele: retire esta criança daqui! E ele quis argumentar que, numa família indígena, os irmãos poderiam estar por perto.... Kaina herdou suas habilidades manuais. E Wina seu jeito sarcástico e teimoso.



Aldevan Banixa, Kaina, Wina e Ana Clara

No dia da minha defesa de doutorado, ele dizia com maior satisfação minha mulher é doutora em língua e cultura. Em agosto de 2003, voltamos os dois desempregados para o Brasil. Sem o apoio das nossas famílias não teríamos dado conta. E assim ficamos casados até 2016. O casamento acabou, mas a amizade e o respeito mútuo continuaram. Afinal tínhamos uma história e duas filhas. A cada conquista das meninas, ele vibrava, a cada visita de minha família e de amigos, ele estava presente. E, em 2019, virou escritor através da parceria com nossa amiga Noêmia.



Wina e Aldevan Baniwa



Kaina no dia de sua formatura e Aldevan Baniwa



Aldevan Baniwa em sessão de autografo do livro “Brilhos na Floresta” (2019), co-produção com Noemia Kazue Ishikawa, Ana Carla Bruno, Takehide Ikeda, e ilustração de Hadna Abreu

Confesso, sempre foi um tabu para mim fazer pesquisa no Alto Rio Negro. O Alto Rio Negro, para além de um universo linguístico cultural fascinante, significa FAMÍLIA: é dona Joana (Tukano) e Sr. Emílio (Baniwa), avós das minhas filhas. São as tias e tios das minhas filhas, são os zilhões de primos. São as histórias do cotidiano contadas no sítio da Joanita, na ida para sua roça. É o peixe assado em Santa Etelvina. Vocês lembram do Sr. Valetin Elias, no início do texto? Ele é tio do Aldevan por parte de pai (mas na época, eu não imaginava que casaria com seu sobrinho).

A COVID-19 tirou você de nossas vidas, mas não de nossas memórias e histórias. Tínhamos muitos planos para nossas filhas, não é??? Fique tranquilo pescando lá na Ilha da Oscarina (no Alto rio Negro) que eu cuidarei das meninas. Nestes últimos dias tenho dito para elas que você virou encantado.

Quero agradecer todos amigos do PWA, de Tucson, de Manaus, de Belém e do Recife pelas mensagens e lindos textos, pelo cuidado, pelo carinho... Ana, Kaina e Wina.

“UM FUNERAL DIGNO COMO SUA DERRADEIRA LUTA”: ALDENOR BASQUES FÉLIX GUTCHICÛ (BABU)

Clayton de Souza Rodrigues⁶⁰⁰



Fonte: álbum de fotos de rede social de Aldenor Félix

Nasceu na aldeia Filadélfia em 30 de julho de 1976

Faleceu em Manaus, vítima de COVID 19, em 28 de abril de 2020

Aldenor Félix, o “Babu” do povo Magüta (Tikuna), nasceu na aldeia de Filadélfia, no município de Benjamin Constant, na região do Alto Solimões, estado do Amazonas, na fronteira com o Peru. Aldenor pertencia à nação (clã) de Mutum, da linhagem de penas, uma das metades exogâmicas do povo Tikuna (OLIVEIRA, 1994).

600. Pesquisador colaborador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – PPGAS -UFAM.

No início dos anos 2000 Aldenor participava ativamente das atividades do recém construído Centro Cultural Wotchimaücü, uma das primeiras conquistas dos Tikuna no bairro Cidade de Deus em Manaus. O Centro Cultural abrigava as atividades de confecção de artesanato pelas mulheres, as aulas da língua materna para as crianças Tikuna da primeira geração nascida em Manaus, além das reuniões das lideranças com os associados sobre problemas da vida cotidiana e reivindicações elementares sobre direitos fundamentais relativos aos povos indígenas.

Neste mesmo período, por volta de 2004, os Tikuna da Cidade de Deus gravam seu primeiro CD de músicas intitulado: “Cantigas Tikuna Wotchimaücü” e Aldenor participou ativamente como músico e compositor, compondo mais tarde com a cantora e jornalista Denizia Peres ou Djuena Tikuna, que assim o descreve:

“Também era um grande entusiasta da nossa cultura, músico autodidata, compomos juntos algumas canções que falam do sagrado”.
Fonte: <http://apib.info/2020/04/29/10-amanha-sentirei-saudades-hoje-so-consigo-sentir-dor-indignacao-e-revolta/>.

Foi um dos precursores do PROIND, Curso de Pedagogia Intercultural da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, turma Manaus de 2009 a 2014. Além de ser o primeiro professor de língua Tikuna com proposta de educação diferenciada para as crianças Tikuna em Manaus. Nos últimos anos estava exercendo a carreira de professor indígena na Comunidade São Leopoldo, no Município de Benjamin Constant – AM. Havia retornado a Manaus no final de 2019.

Aldenor Basques Félix Gutchicü, professor, músico, pai, esposo, parente, amigo, deixa escrita uma trajetória de luta e resistência de seu povo na cidade de Manaus. Faleceu após apresentar todos os sintomas graves da Covid-19, mas sem teste positivo. Sua morte revela a dura situação de ser indígena na cidade. Morreu numa insistente busca de assistência médica,

diferenciada ou não, nestes tempos de pandemia em que o sistema de saúde de Manaus apresenta sinais evidentes de esgotamento e os indígenas veem-se abandonados à sua própria sorte. Além de falecer sem assistência médica apropriada o corpo de Aldenor permaneceu insepulto por quase 48 horas, levando-o a uma derradeira luta pós-morte juntamente com os indígenas para assegurar-lhe um funeral digno. O seu enterro foi vivido como uma conquista pelos Tikuna e por aqueles que se mobilizam em defesa dos povos indígenas, num momento em que os serviços públicos relativos a funerais entraram em “colapso”. Há dezenas e dezenas de cadáveres aguardando sepultamento, o principal cemitério em Manaus adotou valas coletivas e nestes três últimos dias de abril são escassos os caixões e trágicas as perspectivas para os milhares de indígenas que vivem em Manaus.

*O corpo do Professor Aldenor Tikuna já foi enterrado na tarde de ontem. O laudo médico atestou parada cardíaca, mas sabemos que ele estava com Covid 19. Não fizeram o teste e ele apresentava todos os sintomas próprios das vítimas do COVID 19.

EL PODER DE LA VERDAD Y LA VERDAD DEL PODER

Ana Pizarro⁶⁰¹

La semana pasada murió, como efecto del virus en la ciudad de Leticia, Colombia amazónica, el actor Antonio Bolívar, protagonista de ese hermoso filme que llegó a ser nominado al Oscar en Hollywood en 2016 titulado El abrazo de la Serpiente, dirigido por Ciro Guerra. Es el relato, en tiempos históricos paralelos, de la búsqueda de una planta de poderes mayores en el interior de la selva amazónica. Un filme fuera de lo común, con espesor histórico, de estética refinada y de reconocimiento de las culturas indígenas.

Antonio Bolívar vivía en la Triple Frontera, el trapecio amazónico en donde se miran por su cercanía a través del río las ciudades de Leticia, de Colombia, Santa Rosa de Yaraví, de Perú y Tabatinga, de Brasil. Una zona de historia muy violenta, por una parte en la primera mitad del siglo XX por la guerra en que se enfrentaron Perú y Colombia. Por otra hoy por el narcotráfico y la extracción del oro. La Chorrera, donde nace Antonio Bolívar, es justamente el epicentro de los dramas de comienzos del siglo pasado en torno a la extracción del caucho. El era un venerable, de origen ocaína uitoto, muy respetado en la zona. Una víctima más de la pandemia, una pérdida más para la memoria indígena.

La pandemia en si misma nos toca a todos, diríamos que tiene un carácter democrático. Pero no es así, no nos toca a todos por igual. Vivimos, como apunta Achille Mbembe, tiempos caracterizados por una “desigual redistribución de la vulnerabilidad.” En Chile entró por los sectores acomodados de la sociedad, los que viajaban al extranjero, y prontamente se volcó con fuerza al ámbito de los sectores populares, en medios de hacinamiento, debilidad física, dificultad de higiene, mala nutrición. Así también llegó hasta la precariedad de las comunidades

601. Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de Estudos Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

indígenas amazónicas. No sólo a ellas, también a las comunidades quilombolas, a los residentes ribereños, a las ciudades amazónicas. La tradición de aislamiento indígena los protegía de toda suerte de enfermedades contagiosas. Ya no es así. Un concejal de Tabatinga, en el Alto Solimoes afirmaba, antes que llegara el virus “Si tuviéramos aquí casos de coronavirus, de personas infectadas eso va a ser un ... no tengo palabras para eso . Eso va a ser aquí una película de terror ”. Efectivamente, hoy llegó y el filme está en pleno rodaje.

La Amazonía adolece de una desigualdad histórica, pero hoy, y en especial en el caso brasileño esta es más chocante por la reducción de la presencia del Estado. Ella tiene dos causas ; por una parte la ideología que pone en práctica el gobierno de Bolsonaro en el sentido de querer hacer de la Amazonía el terreno arrasado propicio al agronegocio, la minería, para que constituya un pilar del desarrollo neoliberal. En ese sentido es tierra sin historia, como en la conquista del siglo XVI y sin habitantes. Si estos quieren existir es para servir a la gran empresa. Los sucesivos desastres producidos por ella allí son conocidos: la ruptura de diques de relaves mineros han dejado cientos de fallecidos en Mariana, o Brumadinho el año pasado. En segundo lugar porque esta carencia es histórica: la situación ya era mala antes de las bacterias. Los agentes patógenos tenían ya como ahora el rostro de las invasiones de tierras por parte de latifundistas, que arrasaban con los árboles a partir de incendios monumentales, como los del “día del fuego ” de hace un año alentado por el gobierno. Luego volaban los aviones lanzando semillas para propiciar la explotación de ganado a gran escala. Además ya ocurrían los asesinatos de líderes medioambientales y de derechos humanos. Dentro de una corrupción endémica el debilitamiento de los órganos de protección ya dejaba sin control la presencia en escalada de garimpeiros , los buscadores de oro, tradicionales en el área, que ahora tienen el camino abierto hacia las tierras indígenas y acuden en masa ya que la situación internacional hace que los capitales se desvíen del dólar y encuentren su refugio en el oro, haciendo subir su precio. Escalada de garimpeiros y misiones protestantes, que en los años 70 fueron expulsadas en otros países por la escasa claridad de sus intereses,

ahora alentadas por el poder. Una vez más el ritmo de vida amazónico hoy se ve trastocado por la violencia del mercado internacional y como en el tiempo del caucho, sus muertes están pausadas por las lejanas inflexiones de las bolsas de valores europeas o norteamericanas.

Entre la violencia del narcotráfico, la de la búsqueda de oro y la de la instalación de la gran empresa la vivencia de la experiencia material de sus habitantes logra de manera inusitada, refugiarse en lo que el poeta brasileño Paes Loureiro llama “la modalidad estético poetizante de su imaginario”. Cada vivencia es referida a unidades míticas que explican y expresan el mundo, organizando su experiencia en sistemas simbólicos que les permiten vivir y sobrepasar los acontecimientos. Entonces hay relatos, personajes, configuraciones significativas que al plasmar de este modo su experiencia condensan su historia. Así el drama del caucho en el relato de Gitoma. Hoy no sabemos aún qué forma en los imaginarios adquiere el drama. Esto, en una participación humilde y de igualdad con el universo natural – piedras, árboles, pájaros, animales, aire, lluvia – con cuyas entidades dialogan, internándolas en su vida cotidiana. Es su manera de sobrevivir, mientras sobreviven.

En el espacio amazónico el espectacular desarrollo tecnológico se encuentra con lo arcaico. La sobrevaloración del primero discrimina la profundidad histórica del segundo. Hace poco tiempo Chomsky señalaba en una conferencia los dos peligros capaces de destruir nuestras sociedades, a temer más que el coronavirus: el peligro nuclear, que ha revivido en el último tiempo con el juego entre Trump e Irán, y el cambio climático. Los tres peligros se anudan en el mundo amazónico, que provee de minerales necesarios a la expansión de la nuclearización, que es un espacio estratégico del que ha renegado el gobierno brasileño para el cambio climático y el virus que ha entrado ya a sus poblaciones y del que Bolsonaro niega la importancia, a pesar de ser el centro de la pandemia en el continente. Estamos refiriéndonos entonces a una zona en donde coinciden las claves de nuestro futuro.

Ya antes de la pandemia la carencia de atención básica, de camas de hospital, de médicos y personal sanitario era deficitaria en la zona. Las personas recurren mucho a la medicina tradicional. Entonces no bastaba, ahora mucho menos. En Tabatinga no hay hospital civil, los enfermos son atendidos en el de la guarnición militar, incluso los partos. Hay una UTI aérea para nueve municipios, que traslada a los enfermos a Manaus.

En Manaus es el caos, el desborde, la carencia. La semana pasada se pedía con urgencia al gobierno desde Manaus el traslado en avión de cien féretros – los fallecidos se amontonaban en camiones – , Bolsonaro lo negó. El gobernador del Estado ha pedido ayuda urgente, dirigiéndose a Greta Thunberg para ser escuchado. El día de ayer el gran fotógrafo Sebastián Salgado, reconocido internacionalmente pidió a través de TV5 de Francia ayuda. Es una situación que no toca sólo a los amazónidas, por las razones a que aludo más arriba, nos toca a todos.

En un hermoso poema reciente, Paes Loureiro escenifica la tragedia Edipo Rey de Sófocles para mostrar como ella se configura en el conflicto del poder de la verdad y la verdad del poder. Termina su texto con una reflexión, porque es un poema didáctico:

Todo arte nace de un
momento
para ese momento
superar.
Es la raíz de su
eternidad.
Por eso tantas veces,
renació
la tragedia Edipo
Rey , de Sófocles.

En nuestro tiempo
luchar contra la
verdad se politiza.
Para no aceptar la
verdad de la ciencia
se crean caminos
que desvíen
del único camino
verdadero.

Pero de la verdad
tantos descaminos
tal vez caminen a la
misma encrucijada,
como en la tragedia
de Edipo, Locasta
y el pueblo atónito
de Tebas:
a la ceguera, la
desesperación , la muerte.

Vivimos hoy una nueva Edad Media que reproduce, a partir del cultivo intensivo del aceite de palma ya próximo a las urbes que atrae a los murciélagos, vendidos como “caza salvaje ” en los mercados chinos, luego del déficit producido por la fiebre porcina, los mismos males, la misma desesperación y sufrimiento, también las supersticiones y temores de esa época que veíamos como lejana. Los circuitos expansivos de la era capitalista, nos vuelven al origen, mostrándonos que, más allá de nuestra soberbia está el ser humano básico con sus afectos, sus defectos, también su generosidad. Y que al final, igual que como los árboles o las aves, querámoslo o no, tendremos que llegar al Gran Confinamiento.

ANTONIO BOLIVAR “O INDÍGENA OCAINA E ATOR DOM ANTÔNIO BOLÍVAR”

Nikolas Victorino⁶⁰²

La noche del 30 de Abril de este año 2020 falleció el abuelo Antonio Bolívar. Don Antonio, indígena de Pueblo Ocaina tenía 75 años y era descendiente de los pueblos de la región de La Chorrera, lugar de su nacimiento, en el interfluvio Putumayo – Caquetá, departamento de Amazonas, Colombia. Esta región es recordada por el proceso de resistencia histórica que movilizó a la totalidad de población indígena frente a la cauchería a inicios del siglo XX, especialmente por los violentos hechos sucedidos en la Casa Arana, fundada en la misma Chorrera durante el periodo de explotación del caucho, y de la cual los pueblos indígenas Ocaina, Murui, Bora, Miraña, Andoque fueron directamente victimizados.

A Don Bolívar lo conocí en el año de 2005, en la maloca de los curanderos William e Isabel en la comunidad Jittoma en la vía Leticia – Tarapacá. El hacía parte de los mayores tradicionales que mantienen un sistema de relaciones entre malocas de distintos pueblos indígenas que han migrado hacia las cercanías de Leticia, durante los últimos cincuenta años por distintas causas, destacándose los efectos del conflicto armado colombiano, y se han constituido en el resguardo indígena Ticuna – Uitoto, en el municipio de Leticia.

Don Antonio fue mundialmente conocido, durante los últimos años, por su papel de “Karamatake” protagonista en la película “el Abrazo de la Serpiente”, la cual fue nominada al premio Oscar en el año 2016 en la categoría de mejor película extranjera. El éxito obtenido por la película y particularmente don Antonio como actor, se consolidó posteriormente,

602. Antropólogo, Universidad Nacional da Colombia.

cuando volvería a actuar en la mini serie de televisión “Frontera Verde” producida por Ciro Guerra (Director también del famoso filme) para la multinacional de entretenimiento NETFLIX. Actualmente era miembro de la Escuela Indígena de Comunicaciones de la Amazonía Ka+ Jana Uai y participaba en otros proyectos culturales indígenas del municipio.

La visibilidad como figura icónica de “ultimo chaman” o “guardián de selva “que logró el personaje interpretado por don Antonio, en gran parte promovida por un exotismo comercial generado por los medios masivos de comunicación, contrastaba con la tranquilidad de un hombre de conocimiento, heredero de luchas indígenas y con la fuerza alegre de humanidad que emitía su presencia en distintos escenarios locales en los que habitualmente era invitado debido esa figura de icono indígena.

A pesar de que don Antonio no estuvo vinculado directamente a los procesos organizativos indígenas, si se manifestaba continuamente exigiendo el mejoramiento de las condiciones básicas de vida de los pueblos indígenas que viven en las actuales ciudades amazónicas como Leticia.

En el año 2018 había sufrido un accidente por caer de una palma al recolectar frutos de asaí, lo que había deteriorado su salud. El año pasado, compartí con él por última vez en la calles de Leticia, junto con Don Antonio, participamos de las masivas movilizaciones y marchas que a nivel nacional se realizaron en el mes de octubre de 2019, contra las nefastas políticas sociales del actual gobierno colombiano. Ese día nos despedimos con una voz de lucha y esperanza colectiva, junto a estudiantes y trabajadores del sector público en el parque Santander frente a la Gobernación del Amazonas, en el centro de Leticia.

Hoy, primero de mayo, el testimonio, en radio local, de su compañera Celia, no confirmaba que la muerte de Don Antonio hubiera sido a causa de infección por el virus covid19. Según Celia, el abuelo Antonio tenía síntomas de neumonía, la cual persistía en él durante el último año, por lo que había

sido internado en el hospital de Leticia, donde finalmente murió, y aunque los médicos dictaminaron que su muerte fue a causa del virus Covid 19, la escasez de pruebas disponibles no permitieron confirmar su infección. Esto es reflejo del difícil panorama que se presentará durante los siguientes días y semanas, en el cual los principales afectados serán los pueblos indígenas.

Descanso y honra para el abuelo Ocaina Antonio Bolívar.
Leticia, mayo 1 de 2020.



Fuente de Imagen: <https://www.publimetro.co/co/noticias/2020/04/30/muere-al-parecer-coronavirus-protagonista-abrazo-la-serpiente.html>

COLONIALISMO E CINEMA: O COVID-19 E O PASSAMENTO DE UMA CINEASTA GENIAL

Rosa Elizabeth Acevedo Marin



Sarah Maldoror: griotte, revolucionaria, feminista, cineasta

A Sarah Maldoror

Que,
Câmara no punho
Combate a opressão,
A alienação
E desafia
A Estupidez humana

Aimé Césaire

Apresentadas somos e nesses parágrafos estão maravilhosos e horizontes de sentimentos cruzados com **Sarah Maldoror**. A “griotte” Sarah em 1956 inseriu-se no grupo de atores negros de Paris, que formaram a Companhia de Arte Dramática Les Griots. Toto Bissainthe, atriz e cantora nascida em Cap Haitien (1934), Haiti, estreou nessa seleta companhia, que foi vanguarda do movimento da negritude. A Companhia era integrada unicamente por atores negros ou afrocaribenhos. Compartilhavam com Sarah Maldoror e Toto Bissainthe o senegalês Samba Ababakar, Timité Bassori, (ivoriano), Robert Liensol (Guadaloupe) e o diretor francês Roger Blin. Eles fizeram da Casa dos Estudantes Africanos, um espaço cultural de ensaios das obras de Jean Genet, especialmente, *Les Nègres*, que foi apresentada pela primeira vez pela Companhia Les Griots. De autoria de Jean Paul Sartre ensaiaram a peça teatral *Huis Clos* (Entre 4 Paredes). De autoria de Aimé Césaire fizeram a estréia de “*Et les chiens se taisaient*”, obra de teatro publicada em *Présence Africaine*. O ativismo intelectual e anticolonialista girava também em torno desta revista *Présence Africaine*. Para ela a denúncia da opressão colonial esteve alavancada na relação direta com os povos de Argélia, Angola, Guiné-Bissau e Congo. Sarah conheceu por observação direta e trabalho e apreendeu muitos poemas e poetas militantes – Mario Pinto de Andrade (Angola), Aimé Césaire (Martinica) e Léon Gontran Damas (Guiana). Anos depois, Sarah Maldoror dedicou-se a fazer documentários, gênero cinematográfico que explorou para narrar histórias de vida e memórias coletivas. Essas figuras uniram arte e política. Toto Bissainthe ficou exilada na França, proibida de entrar no Haiti pelo regime do ditador Papa Doc, J. C. Duvalier. Em 1984, Sarah Maldoror fez o “portrait” dessa artista “Toto Bissainthe, chanteuse”. “*Aimé Césaire, le masque des mots*” (1986) é o título do documentário feito sobre esse poema de autoria do poeta amigo. Dez anos antes havia filmado “*Martinica. Aimé Césaire, um homem, uma terra*”, com roteiro escrito por Michel Leiris. Em 1995 filma o documentário sobre o poeta, intelectual e político León-Gontran Damas. Igualmente, o poeta haitiano René Depestre teve fragmentos de sua vida, pensamentos e poemas em um documentário da cineasta.

Brevemente apresentamos Sarah Maldoror aqui. Para tanto reunimos trechos de entrevistas que compõem uma espécie de autorretrato, de leitura direta de suas ideias, encontradas em fontes diversas.

Iniciamos pela identidade de Sarah, cujos pais eram de Guadalupe; ela nasceu em França, em 1939:

Sinto-me em casa em toda parte. Sou de toda parte e de lugar algum. Meus ancestrais eram escravos. No meu caso, isso torna as coisas mais difíceis. Os antilhenses me acusam de não viver nas Antilhas, os africanos dizem que não nasci no continente africano e os franceses me criticam por não ser como eles⁶⁰³.

Se eu não me interessar pela minha própria história, quem vai se interessar?”

Quanto às classificações que lhe foram atribuídas e utilizo-as ou não, ela comentou em entrevista, em 1997:

O contexto histórico de meus inícios exigia um cinema militante que hoje permanece preso à minha pele: eu, como todo mundo, tenho muita dificuldade em trabalhar. Revolucionária e feminista: uma imagem negativa hoje que às vezes tenho que apagar para fazer filmes. O fato de ter feito *Sambizanga* (1972) e de estar no maquis ainda hoje faz acreditar que tenho três bombas nos bolsos...

Atualmente, estou trabalhando em um assunto para a RFO sobre os Irmãos Lumière. Foi-me dito: ‘Não venha nos dizer que eles colaboraram durante a guerra etc’. Respondi que o que mais me interessava era que eles inventaram o cinema porque haviam participado de uma cerimônia de vodú! Foi assim que funcionou: é um aceno para os irmãos Lumière, algo engraçado.

603. A frase da cineasta é citada na publicação *Black Art*. V. 5. Nº 2. 1982. P. 31 de acordo com ANDRADE, Annouchka de. “Um olhar sobre o mundo”, in Lúcia Ramos Monteiro (org.). *África(s): cinema e revolução*. São Paulo, Buena Onda Produções Artísticas e Culturais, 2016. (p. 84). Annouchka de Andrade é filha de Sarah Maldoror e Mário Pinto de Andrade.

A cineasta Sarah Maldoror expõe os modos de fazer cinema descolonizado, no mundo e sob o olhar do Outro, os colonizadores.

Claro que gosto de filmes realistas, mas o cinema não é a vida cotidiana. Só pode ser cotidiano se houver poesia, algo que você não percebe.

Filmar na África requer adaptação ao sol, sombra, vegetação, poeira e ritmo das pessoas. Sou muito sensível ao barulho africano que não encontramos em nenhum outro lugar: respeite o som africano, bem como o espaço do continente que o caracteriza tão fortemente. Um baobá nunca será uma cerejeira. Não podemos ter uma visão europeia de tempo, luz e som na África. Todos os assuntos tradicionais são possíveis, mas é assim que surge, ir contra as imagens limitadas que o povo da África tem. Minhas filmagens são bastante rápidas, mas eu as preparo bastante. Fiquei imaginando, por exemplo, como levar o escultor de La Pirogue éclaté de volta à casa dos escravos. Eu faço a pergunta enviando o script para ele e ele responde: “Eu entro como todo mundo pela porta!”.

Aproveite o tempo para ouvir! Eu me apaixonei à primeira vista por ele, mas eu deveria ter escrito o roteiro e retornado para vê-lo para discutir o assunto. Sempre queremos ir rápido demais. Terei que deixá-lo falar para expressar essa simplicidade que esconde grande sabedoria. Somente assim é possível demonstrar que existe outra cultura, outra sabedoria.

Temos que mostrar a África como ela é. Em seus belos cenários e em sua miséria, mesmo que a desilusão seja grande ao ver que lutamos muito para chegar lá. A África é celestial, mas eles também são terríveis. Não posso mais suportar que me digam que isso só vem da colonização. O que fazer hoje? A ausência de projetos é óbvia. Depois de fazer um filme sobre Guadalupe, eu gostaria de fazer um sobre essas crianças que participaram da guerra, que eu filmei e que agora são homens quebrados do passado e que foram confrontados com tantas mentiras.

Ao filmar, tento deixar a vida cotidiana e apresentar o sonho. Começo com a luz de uma pintura, de Rembrandt, por exemplo,

porque se temos medo, não podemos ter uma luz brilhante. Quero que exista verdade, mas com um pouco de esperança. A realidade é muito triste...

Quando eu apresentei Sambizanga na Suécia, Ingrid Bergman me disse: “Por que essa beleza? Eu respondi que ela não precisava ser feia. Por que um camponês não deveria ter essa dignidade? A África deve ser pobre e suja e, quando um africano toca uma peça de madeira ou hoje uma peça de barbante, deve ser uma obra de arte! Fui criticada por fazer um filme muito pessoal em um contexto ativista, e ainda assim é esse filme que permanece! Vamos sair do “cinema de cabaça”: estamos perto do ano 2000! Vamos mergulhar no futuro, em vez de sempre nos perguntarmos o porquê de não haver água etc. Isso não significa não refletir sobre seu passado! Você precisa conhecer o seu passado para entender o futuro. Mas vamos ter outra visão.

Também vou filmar no Senegal um escultor que me fascina e porque gosto de pessoas que criam do zero. E eu tenho um projeto de longa metragem sobre um herói de Guadalupe que se rebelou contra a colonização. No entanto, na França, você pode falar sobre o futuro ou hoje, mas, acima de tudo, não fala sobre colonização, é sagrado!

Na França, ainda estamos condenados a uma certa marginalidade. Nem os franceses, nem os diretores, nem a televisão estão prontos para se abrir para o Outro quando é a única coisa que importa hoje, porque não faremos o contrário. Quanto ao financiamento de filmes africanos, eventualmente torna possível fazer filmes, mas não vê-los!

Às vezes funciona: propus uma história curta de Victor Serge, um autor que eu realmente gosto, e o Canal II aceitou. Eu gravei nos Invalides. Retratos gigantes de Lenin e Stalin foram desenhados no grande pátio. Quando o comandante chegou, ele queria parar tudo! Quando ele queria ver o diretor, ele não acreditava que fosse eu. Eu disse a ele que a cor não funciona ... Ele ficou furioso. Eu agüentei, já que tínhamos autorização dada na apresentação do roteiro. Às vezes rimos.⁶⁰⁴

604. Entrevista a Sarah Maldoror realizada por Olivier Barlet. Paris, 1997. Publicada em 1/9/2002. <http://africultures.com/entretien-dolivier-barlet-avec-sarah-maldoror-guadeloupe-2493/> Acesso em 13/04/2020.

Lembro-me de que durante uma filmagem na Guiné-Bissau, conheci mulheres que trouxeram óleo para trocá-las por tecidos. Eles cheiraram o tecido e o devolveram, dizendo: “Isto é da Rússia, não é bom. Estamos à procura de tecidos suecos”. Fiquei surpresa porque eles já sabiam: eu entendi o que Amílcar Cabral queria dizer quando a independência era apenas uma questão de dias e ele exclamou que era agora que as dificuldades iriam começar! Isto é o que eu gostaria de mostrar ao filmar a África de hoje em suas esperanças e miséria. O cinema é essencial: faltam livros, escassez generalizada na educação. Escola e cultura são fundamentais. Além de respeitar a cultura do outro para evitar a barbárie!

Insurgência, guerras de libertação: mulheres⁶⁰⁵, política e cinema

Falava-se mais da guerra do Vietnam, naquela época. As guerras de libertação na África estavam esquecidas. Aquela não era uma guerra francesa. Era mais fácil conseguir ajuda para ir filmar as guerras dos outros.

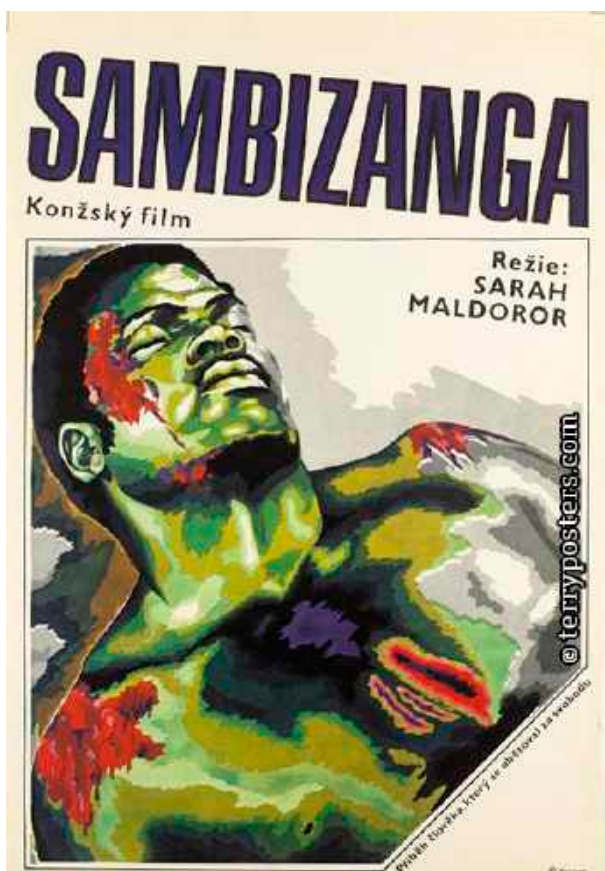
Sarah Maldoror está envolvida na luta dos movimentos de libertação na África. Ela divide sua vida com o líder fundador do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), o escritor angolano Mario de Andrade, com quem tem duas filhas. Entre seus companheiros de luta: Agostinho Neto, que se tornara presidente da República Popular de Angola; e Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Seu noivado foi tão poderoso que ela se viu no mato na Guiné-Bissau.

Sarah Maldoror não pôde se limitar a um espaço geográfico, daí seu envolvimento na luta dos militantes americanos negros. Ela estava assim envolvida na luta dos famosos Panteras Negras e também ao lado de outros grupos que combatiam a segregação racial nos Estados Unidos⁶⁰⁶.

605. A propósito desse foco ver: Berthet, Marina, Oriach, Stephan. Nouvelles représentations du corps et déconstruction de l'imaginaire colonial européen à travers trois films de Sarah Maldoror. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF v. 12 n. 2 jul. a dez. 2017 ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968 (print). <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12374> Acesso em 13 de abril de 2020

606. Sarah Maldoror, la maquisarde cinématographique. Redaction Digitale de « Reporters » (RDR). 14 DE abril 2020. <https://www.reporters.dz/sarah-maldoror-la-maquisarde-cinematographique/>. Acesso em 14/04/2020.

Apresentamos o filme Sambizanga (1972). A imagem Xavier regressa do trabalho. As pedras e o trator ficam para atrás. Chega no bairro, coloca o filho no colo, talvez menor de dois anos de vida, e atravessa a rua onde crianças brincam futebol. Ele entra no jogo rapidamente e ensaia ensinar o filho. Ele afasta-se e segue para casa, ao lado da esposa Maria. O diálogo do casal: Maria pergunta que tem demorado. Imagens das torturas a que foram submetidos os combatentes da guerra de independência de Angola, a força dos que resistiram a colonização portuguesa.



Sambizanga

Não foi divulgada no Brasil. Sabemos agora um pouco mais de sua obra e é para não esquecer jamais; quer dizer para falar incansavelmente e por muito tempo das conexões políticas, estéticas, revolucionárias que produziu na cinematografia na qual apresentou a mulher africana, as lutas contra a colonização dos corpos e experimentou o que é singular de filmar a África. Ela fez esses movimentos de construção ao longo de quase sessenta anos. As experiências de Sarah Maldoror foram radicais; ela acreditou no cinema para inserir as pessoas na história de suas lutas. Mulheres e homens foram os atores de fato.

Sarah Maldoror é falada com muita força no dia de sua morte, 13 de abril de 2020, em decorrência de complicações do Codiv 19.

MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS: MULHER DO POVO TIKUNA

A senhora Maria Antônia dos Santos, cujo nome indígena é BUTÜ ÜNA, com idade de 63 anos, faleceu ontem 29 de abril de 2020 em Tabatinga, vítima do Coronavírus.

Ela nasceu na aldeia Umariáçu, localizada próximo a Tabatinga, “Estado do Amazonas”, município da fronteira tríplice Colômbia, Peru e Brasil, no Alto Solimões. Nasceu em 8 de julho de 1957 e é filha do primeiro morador de Umariáçu, Sr. André Lourenço dos Santos e foi esposa da liderança indígena Paulo Mendes.

MARIA JOSÉ PALHANO, QUILOMBOLA



Maria José Palhano (11.08.1960-03.05.2020)

A quilombola da comunidade de São Francisco, território de Bom Jesus dos pretos, Lima Campos, senhora Maria José Palhano, falecida no dia três de maio de dois mil e vinte, construiu uma trajetória de luta no Movimento Social. Se contrapôs arduamente ao processo de implantação da empresa de propriedade de Eike Batista, intitulada OGX, no seu território étnico. Essa empresa, de exploração de gás natural, trouxe graves impactos para as comunidades que compõem o território de Bom Jesus dos Pretos. Dentre os efeitos deste projeto destaca-se a perfuração dos quintais das famílias; uma intensificação da circulação de veículos e um aumento brutal da temperatura ambiente.

Maria José Palhano esteve na coordenação da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), atuando em defesa dos direitos quilombolas. Chegou a ser ameaçada de morte em função da sua luta contra a OGX.

A quilombola, referência no movimento negro do Estado, atuou como professora, diretora da Fundação Palmares de São Luís e como membro do Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE).

Atualmente a senhora Maria José Palhano morava com seu filho, Ramilson Palhano no Bairro Vila do Povo, próximo ao Maiobão. Com uma internação prolongada em função de um câncer seus problemas de saúde foram agravados por ter contraído o COVID -19.

Segue o depoimento da atual coordenadora da ACONERUQ, senhora Nice Machado Aires sobre a senhora Maria José Palhano:

“Ela nunca deixou um vazio no Movimento Negro”

Quero falar um pouco sobre o falecimento da companheira Maria José Palhano, uma pessoa muito importante para nós do Movimento Negro. Ela foi a primeira mulher presidente da ACONERUQ, foi presidente por dois mandatos. Ela faleceu e está deixando uma vaga dentro da ACONERUQ, como mulher, negra e guerreira. Ela contribuiu muito com a luta do Movimento Negro dentro do Estado do Maranhão. Então foi uma perda muito grande porque foi a primeira mulher quilombola dentro do movimento como presidenta da ACONERUQ. Sabemos que quando as mulheres ocupam um lugar sempre vem um racismo, um preconceito. Não foi fácil durante o mandato dela, ela assumiu dois mandatos e foi uma guerreira, corajosa, pé no chão e nunca deixou vazio o Movimento Negro. Nice Machado Aires, Coordenadora Geral da ACONERUQ, quilombola de Penalva.

ALBERTO PÁRCIA FELIX TIKUNA, NOTA DE PESAR

Venho informar com muita tristeza, o falecimento do Sr. ALBERTO PÁRCIA FELIX, da etnia Tikuna, que prestava seus serviços no Polo Base de Feijoal, município de Benjamin Constant.

Alberto Párcia Félix, era Agente de Saneamento Básico, servidor efetivo da SESAI/Ministério da Saúde, com bastante experiência e nesses quase 30 anos de serviço público, contribuiu para melhorias dentro da Saúde Indígena de nosso Alto Rio Solimões.

O mesmo vinha colaborando com a população do Polo Base de Feijoal e ainda com a população indígena do Alto Rio Solimões.

Alberto estava internado no Hospital de Benjamin Constant acometido pela COVID-19, desde o dia 02/05/2020 e hoje infelizmente veio a óbito.

CLEUBI CICERO TORRES FLORENTINO, TIKUNA. MÉDICO

O Dr. Cleubi Cícero Torres Florentino, Tikuna, nasceu na Aldeia Feijoal, em 28 de agosto de 1984, no Alto Solimões, em terras ocupadas tradicionalmente por seu povo. Segundo os registros disponíveis foi o primeiro Tikuna, a se formar em medicina. Formou-se pela ESA/ Universidade Estadual do Amazonas em 10 de janeiro de 2014. Em 05 de maio de 2020, empenhado nas agruras e nos sofrimentos da rotina hospitalar em Manaus, no enfrentamento à pandemia, e com apenas 36 anos, “perdeu a batalha para a COVID-19”. Vindo a óbito.



Primeiro médico etnia Tikuna, aldeia Feijoal, a se formar ESA/UEA. Perdeu a batalha p Covid-19 hoje.

16:28

Primeiro médico da etnia Tikuna, aldeia Feijoal, a se formar ESA/UEA, perdeu a batalha contra a COVID19. Arquivo do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas.

Nota de Pesar reconhecendo o mérito da atuação determinada do Dr. Cleubi e se solidarizando com a família e amigos. Associamo-nos neste registro póstumo, através deste obituário, numa homenagem estendida ao próprio povo Tikuna, que trava como os demais povos indígenas uma luta dura e desigual no acesso aos serviços médicos.



Nota de Pesar



Dr. Cleubi Cicero Torres Florentino

CRM-AM 8329

*28/08/1984 + 05/05/2020

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (CREMAM) comunica, com imenso pesar, o falecimento do médico CLEUBI CÍCERO TORRES FLORENTINO, CRM-AM 8329, ocorrido, hoje, 05, em Manaus-Amazonas.

Filho do Sr. Plínio Agostinho Florentino e da Sra. Cleunice Torres Florentino, o Dr. CLEUBI CÍCERO TORRES FLORENTINO nasceu em Benjamin Constant no dia 28/08/1984. Formou-se em Medicina pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) no dia 10/01/2014, tendo atuado como clínico geral em Benjamin Constant e Tabatinga.

Com sentimento de solidariedade à família e amigos do saudoso médico, o CREMAM lamenta a grande perda para a classe médica e para toda a sociedade amazonense.

Dr. José Bernardes Sobrinho
Presidente



CREMAM

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA
DO ESTADO DO AMAZONAS

Arquivo do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas.

O LÍDER DO POVO DESANA, FELICIANO LANA, MORRE EM SUA CASA NO ALTO RIO NEGRO⁶⁰⁷

Elaíze Farias (Amazônia Real)⁶⁰⁸



Conhecido internacionalmente pela produção de desenhos de sua cultura ancestral, a liderança tinha sintomas de gripe, mas não passou por exame médico e nem pelo teste de Covid-19 (Foto de Thiago Oliveira)

607. Matéria publicada originalmente no site **Amazônia Real**, no endereço: < <https://amazoniareal.com.br/o-lider-do-povo-desana-feliciano-lana-morre-em-sua-casa-no-alto-rio-negro/> >. A matéria aqui reproduzida foi autorizada pelas editoras.

608. Cofundadora da Agência Amazônia Real e editora de conteúdo. É jornalista há 20 anos, atuou como repórter em jornais de Manaus como A Crítica, Diário do Amazonas e Amazonas em Tempo. Especializou-se na produção de reportagens sobre temas socioambientais na Amazônia com enfoque em povos indígenas e povos tradicionais, direitos territoriais, direitos humanos e biodiversidade. Possui três premiações: Prêmio Imprensa Embratel, dado à matéria “Cheia do Século”; Prêmio Onça-Pintada de Jornalismo e Prêmio Fapeam de Jornalismo Científico, os dois últimos concedidos a uma reportagem especial sobre o sauim-de-coleira, primata endêmico de Manaus ameaçado de extinção. Foi assessora de imprensa da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). É jornalista formada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Tem especialização em Etnodesenvolvimento pelo Departamento de Antropologia, na mesma instituição. (elaize@amazoniareal.com.br/elaizefarias@gmail.com)

O coração do artista plástico, desenhista, pesquisador e liderança indígena, Feliciano Pimentel Lana, de 83 anos, do povo Desana, parou de bater na manhã de terça-feira (12) em consequência de uma parada cardiorrespiratória e suspeita de novo coronavírus, em sua casa na comunidade São Francisco, em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, noroeste do Amazonas. Segundo sua família, ele tinha sintomas de febre e dor, mas não chegou a ser atendido por um médico ou testado por Covid-19, como muitos povos indígenas que vivem em regiões de difícil acesso na Amazônia Ocidental.

Referência da cultura e do conhecimento dos povos do Alto Rio Negro, a morte de Feliciano Lana repercutiu além das fronteiras do Amazonas, pois sua obra influenciou os contadores de histórias e pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Seu nome na língua Desana era Kenhiporã, que significa “filho dos desenhos dos sonhos”. Feliciano nasceu na aldeia de São João Batista, no rio Tiquié, no Distrito de Pari-Cachoeira, em 1937. Ele era filho de Manuel Lana, da etnia Desana, e de Paulina Pimentel Lana, da etnia Tukano.

Feliciano Lana é autor dos desenhos que acompanham as histórias do clássico “Antes o Mundo Não Existia”, contadas pelo seu tio Firmiano Lana e pelo seu primo-irmão Luiz Lana [que também assina as ilustrações], obra reconhecida mundialmente.

Seus desenhos também constam em diferentes publicações de pesquisadores ou de obras sobre o povo Desana do grupo Kēhoriporã e em exposições. Feliciano também é autor (histórias e desenhos) de “A origem da Noite & Como as mulheres roubaram as flautas sagradas”, editada pela EDUA 2009.

“Ele criou uma nova forma de contar as histórias dos antepassados. Jogou as histórias para dentro dos desenhos para que ficassem mais visual. É uma notícia impactante a morte dele”, disse à agência Amazônia Real o fotógrafo Paulo Desana, de São Gabriel da Cachoeira, que está desenvolvendo um projeto sobre os desenhos e as histórias contadas por Feliciano.

Paulo Desana é autor de um estudo que conta história pessoal e a trajetória de Feliciano Lana, desde a época em que este passou pelo internato salesiano e tomou um rumo na vida trabalhando em diversos ofícios na juventude: ajudante de lavrador e limpeza de fazenda – na época em que morou na Colômbia, mecânico de trator e seringueiro. Para o fotógrafo, Lana é uma “referência no mundo artístico” que influenciou as artes, as pinturas e as narrativas mitológicas.

A notícia da morte do líder Desana, Feliciano Lana, foi anunciada por uma enfermeira do Polo Base Juruti por meio da radiofonia e posteriormente pela rede social Whatsapp, que tem sido a única forma mais rápida de comunicação de quem vive em uma região de difícil acesso nesta parte do Amazonas, na fronteira com a Colômbia e Venezuela, além da radiofonia. Na cidade de São Gabriel da Cachoeira, o presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Marivelton Baré, informou à Amazônia Real que o sepultamento do artista plástico foi realizado na comunidade São Francisco.

Marivelton Baré é presidente do Comitê de Enfrentamento e Combate à Covid-19 em São Gabriel da Cachoeira, município distante de Manaus a 850 quilômetros. Dos 45 mil habitantes, mais de 25 mil pessoas vivem em 750 comunidades indígenas distribuídas em 11 terras indígenas na região do Alto Rio Negro, que abrange os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Izabel do Rio Negro e Barcelos.

O município de São Gabriel da Cachoeira registra um avanço preocupante dos casos de coronavírus. Desde o dia 26 abril, quando foram divulgadas as primeiras notificações da doença, até esta terça-feira (12 de maio), são 137 casos confirmados de Covid-19 e dez mortes, sendo a maioria registradas em indígenas. Como publicado anteriormente, único hospital da cidade não tem unidade de terapia intensiva e conta apenas com sete respiradores, tendo faltado cilindros de oxigênio para os pacientes.

Primeiras pinturas da mitologia



Desenho de autoria de Feliciano Pimental Lana Dessana

Em suas pesquisas, o fotógrafo Paulo Desana conta que, depois de trabalhar em vários lugares, chegando a morar um período na Colômbia, Feliciano Lana retornou para sua aldeia em 1960, onde se casou com Joaquina Machado, mas “logo se embrenhou na mata atrás de novos seringais”. Posteriormente, retomou os estudos para então voltar a trabalhar na roça para manter a família.

A reviravolta aconteceu em 1965, “quando começa a desenvolver técnicas de pintura com tinta guache/aquarelas e desenhos a nanquim”, diz Paulo. Um dos grandes influenciadores foi o Padre Casimiro Béksta (1924-2015), religioso salesiano que ajudou Feliciano nas suas pesquisas sobre mitologias do Alto Rio Negro. O Padre Camisimiro foi um dos maiores pesquisadores sobre a cosmologia dos povos indígenas daquela região.

“Gravava os mitos narrados pelo seu sogro, o tuxaua Manuel Machado, de Pari-Cachoeira e enviava as fitas para Manaus, ao padre. Como tinha que informar sobre alguns detalhes dos mitos (trovões, etc.) que recolhia de Manuel

Machado, não apenas forneceu um manuscrito de duas páginas datilografadas, como criou mais de 50 aquarelas ilustrando a criação do universo, o surgimento da humanidade, de um ponto de vista amazônico”, diz Paulo Desana.

Na década de 1970, o trabalho de Feliciano foi apresentado ao escritor Márcio Souza, que, influenciado e inspirado na narrativa Desana, montou o libreto, em parceria com Aldísio Filgueiras, da ópera “Dessana, Dessana”. A composição foi do maestro Adelson Santos. “Os desenhos de Feliciano percorreram o mundo, adquirindo uma dimensão internacional. Foram expostos em São Gabriel, Manaus, no Rio de Janeiro, na Alemanha, em mostra organizada pelo Museu de Etnologia de Frankfurt, na Espanha e na Itália, em edições do livro ‘Antes o mundo não existia’. Atingiram, portanto, um público letrado, urbano, com hábitos de leitura, frequentador de museus, galerias e salas de exposições. Possui trabalhos com pesquisadores americanos”, escreve Paulo.



Desenho do artista plástico Feliciano Lana

Em Manaus, há uma exposição permanente de Feliciano Lana com desenhos e diversas narrativas do povo Desana chamada “Peixe-Gente”, no Museu da Amazônia (Musa), que fica no Largo São Sebastião, no centro da

cidade. O idealizador da exposição, antropólogo Jaime Diakara, também do povo Desana, conta que o espaço foi pensando para que os trabalhos de Feliciano ficassem em definitivo no Musa. Antes disso, desenhos, pinturas, protótipos de armadilhas de peixe e cobras e totens faziam parte de outra exposição, no Jardim Botânico da Reserva Florestal Adolpho Ducke, na zona norte de Manaus.

“Quando comecei a trabalhar a ideia da exposição ‘Peixe-Gente’ havia participação do Feliciano com muitas ilustrações. Quando começamos a discutir o novo espaço do Musa, no centro, a cultura indígena não era bem aceita. Diziam que não ia dar retorno para o Musa, não tinha visibilidade. Mas o trabalho do Feliciano era diferenciado, trazia uma literatura imaginária. A ideia era que, quando as pessoas entrassem no Musa, elas iriam conhecer a cultura Desana através do desenho e da contação da história, mas em uma exposição”, diz Jaime.

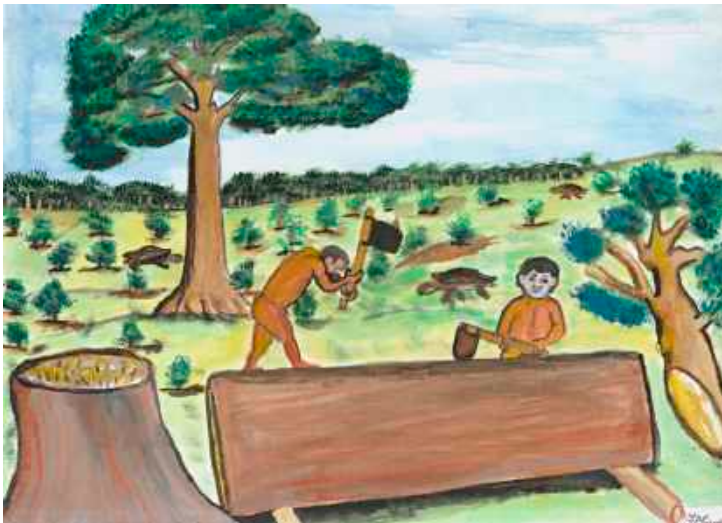
Repercussão: “filho dos desenhos dos sonhos”



O artista Feliciano Pimental Lana (Foto de Rizoma Audiovisual)

A comunicadora indígena Renata Tupinambá, da Rádio Yandê, esteve em 2017 em São Gabriel da Cachoeira. Ela ministrou uma oficina para comunicadores indígenas e lembrou que os desenhos utilizados na oficina foram produzidos especialmente por Feliciano Lana. “É uma pessoa de saber. Um sonhador de memórias e que as comunicava por meio de seus desenhos sobre a vida indígena da sua região. Que as próximas gerações possam lembrar sempre de pessoas como ele e que tenhamos força para resistir ao extermínio e ao descaso de governantes”, diz Renata.

O antropólogo Henyo Barreto, da Universidade de Brasília (UnB), em sua rede social escreveu: “Marivelton Baré nos traz a devastadora notícia do passamento do seu Feliciano Lana, sábio Desana e uma das mais importantes referências para o diálogo intercultural no rio Negro, com o seu conhecimento, a sua literatura e a sua arte plástica, que inspiraram e ensinaram tantos colegas que com ele construíram laços de afeto e amizade – arte esta tratada com sensibilidade na tese/livro de Larissa Lacerda ‘Iconografias do Invisível’. Kenhiporã, o “filho dos desenhos dos sonhos”, agora foi habitar o mundo dos sonhos do qual sua vida e sua arte se nutriam”.



Desenho do homem cortando árvore para fazer canoa. Ilustração de Feliciano Lana feita para o Projeto Kophé Koyaana (Manejo Pesqueiro no Médio Rio Içana)

O antropólogo Renato Athias conheceu Feliciano Lana em 1974 e o viu pela última vez em fevereiro de 2019, quando ele esteve em São Gabriel da Cachoeira. Ao saber da morte do amigo, ele contou que “a notícia o deixou profundamente triste”.

Athias disse que, no último encontro, os dois estavam na porta Funai, em São Gabriel, e lembraram-se da época em que conheceu toda a família Lana, na comunidade São João. “Parecia que não havia passado o tempo. Uma sensação de estar sempre no mesmo tempo. A conversa girava em torno dos desenhos, de sua produção e sua relação como um tempo mitológico. Cada desenho mostrava uma narrativa. O texto dessa narrativa era construído pela vivência do cotidiano de Feliciano, de sua relação com as pessoas, com vida e de suas lembranças do tempo das malocas”, descreve o antropólogo.

Em um dos tantos reencontros, Renato Athias destaca um ocorrido em 2001, quando ele estava acompanhado de um jornalista do jornal *The Spiegel*, da Alemanha. “Conversamos muito e a curiosidade de Matthias Matussek, o jornalista, ia muito longe, e sempre querendo saber sobre as palavras transformadoras existentes em toda essa região. No dia seguinte, Matthias novamente me pediu para irmos juntos visitar o Feliciano, e lá fomos. Encontramos Feliciano em meio à sua produção artística e nos desenhos, experimentando os lápis cores em pastel que eu havia trazido para ele. Novamente, essas conversas sobre os desenhos, na realidade, não eram sobre os desenhos. Era sobre um conhecimento profundo sobre a vida, que as narrativas mitológicas interpretam o universo. Esse mundo que ela havia conhecido através de seu tio, Umusin Pārökumu (Firmiano), um importante Kumu e Baiá dos Kêhíporã”, lembra Athias.

“Para mim, até hoje, quando eu vejo seus desenhos, eu escuto a sua voz me falando, contando os Kihti, as narrativas, tal como seu pai lhe falava, e eu lhe respondendo “uhum... tota ni” e, ele continuava a sua fala. Muitas das vezes incompreendidas, mas contendo um profundo saber acumulado

de séculos. Tenho dez desenhos que ele fez para uma publicação que estou organizando. E ele me narrou todos os dez episódios dessa série. Eu quando quero escutá-lo vou olhar os seus desenhos”, diz o antropólogo.



O artista plástico Feliciano Lana (Foto de Rizoma Audiovisual)

O padre Justino Sarmiento, antropólogo que conheceu desde a juventude Feliciano Lana, lembra que o ancião fez parte de uma geração que teve uma “legítima educação indígena”.

“O Feliciano Lana faz parte de uma geração que quando chegou aos internatos salesianos, tinha uma educação indígena baseada em valores e cultura sólidas. Ela representa uma passagem de uma geração que não teve contato com a educação, nos internatos salesianos: a dos nossos avós”, relata o padre.

“Foi uma geração com uma base muito estruturada. Tivemos uma convivência muito boa de conversas de consideração, porque os Tuyuka e os Desanos são como primos irmãos. Ali naquele espaço em Pari Cachoeira, tive a oportunidade de viver essa fase”, recorda Justino Sarmiento.

O padre acrescenta que Feliciano Lana e seus contemporâneos fizeram parte de uma geração que começou a pensar na união e sustentabilidade das comunidades, no empreendedorismo indígena.

“Embora tendo estudado muito pouco, eles faziam essas ideias funcionarem. Eles também eram muito honestos. Isso funcionou enquanto eles estiverem a frente das organizações indígenas”, conta.

O padre Justino Sarmiento, que é do povo Tuyuka e tem parentesco tradicional com Lana, falou que ambos tiveram a oportunidade de ter uma convivência de “consideração tradicional” no internato salesiano. (Colaborou Izabel Santos).



O poderoso pajé Ñapirikoli expirando a fumaça do cigarro, fazendo com que as coisas apareçam no mundo. Ilustração de Feliciano Lana feita para o Projeto Kophé Koyaanaile (Manejo Pesqueiro no Médio Rio Içana)



Desenho de autoria de Feliciano Pimental Lana

A DOR INVADIU OS ARTISTAS EM SÃO LUÍS (MA): A ARTE PERDEU O MESTRE DRAMATURGO LUIZ PAZZINI

Cynthia Carvalho Martins⁶⁰⁹



LUIZ PAZZINI (06.10.1953 – 29.04.2020)

As redes sociais noticiaram que o mestre Luiz Pazzini estava em estado grave, vítima do Covid 19. Em pouco mais de um dia a sua morte foi divulgada pelos amigos que passaram a se manifestar em homenagens escritas, fotografias e vídeos de espetáculos. Uma verdadeira avalanche de postagens de artistas, professores e amigos que não puderam se despedir presencialmente de um artista que, certamente, contribuiu para a formação de uma geração. As postagens, ao mesmo tempo que reverenciavam o

609. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Departamento em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão.

mestre, denunciavam o momento político vivenciado no Brasil. Falavam em desapropriação do luto, o descaso com a vida, genocídio e valorização das leis do mercado. As vozes e choros contidos, sem expressão em um encontro coletivo, são quase similares à revolta que estamos vivenciando em relação à vigência da necropolítica.

Luiz Pazzini, professor do Departamento de Artes Cênicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), graduado em artes dramáticas pela Universidade de São Paulo, coordenou o Projeto de Extensão intitulado “Memória e Encenação em Movimento” e, através do Grupo de teatro “Cena Aberta”, dirigiu e trabalhou como ator em espetáculos como “Negro Cosme”, “Cofa de Estórias”, “Pigmélio” e “Lulu”. Os espetáculos dirigidos pelo dramaturgo se constituíam a partir de pesquisas em fontes acadêmicas e orais, sempre procurando trazer à cena agentes sociais à margem da história oficial. Sobre o espetáculo “Negro Cosme,” em uma entrevista concedida ao jornal da UFMA, Pazzini expressou o seguinte:

A história da Balaiada geralmente é voltada para a vitória de Duque de Caxias, enquanto Negro Cosme, personagem essencial dentro da revolta, tem sua imagem encoberta no relato”.

Nascido em Severínia, São Paulo, o dramaturgo e ator paulista adotou a ilha de São Luís como sua cidade há vinte anos, construindo sua trajetória a partir de uma dedicação integral à arte. A arte, ao invés de ser somente uma profissão, se constituía em uma concepção de vida. Talvez essa visão da arte como instrumento de contestação o tenha levado a reproduzir seus conhecimentos. Formou uma geração de alunos, hoje atores profissionais, artistas com seus próprios grupos de teatro e com trajetórias próprias.

O encontrei, a última vez, em um lugar símbolo do Maranhão: na Fonte do Ribeirão. Nos olhos uma expressão firme, sabedora dos tempos que estamos a viver.

CACIQUE MESSIAS KOKAMA, “O ESPÍRITO DO GUERREIRO”: ESTRATÉGIAS, RESISTÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DO RECONHECIMENTO DO PARQUE DAS TRIBOS

Glademir Sales dos Santos⁶¹⁰

Nosso amigo, cacique, Messias Martins Moreira, hoje, dia 13 de maio de 2020, nos deixou, deixou um filho e duas filhas. Ele deixou um legado de muitas coisas boas feitas para o Parque das Tribos. Fica para nós as lutas que ele encampou e sempre defendeu, infinitamente superior, de tal maneira que ele merece todas as nossas honras, nosso respeito, nosso carinho, nossos sentimentos de solidariedade aos familiares. Perdemos a presença dele, mas ganhamos sua história de luta, seu trabalho feito na comunidade Parque das Tribos, que ficará marcada na memória de cada morador. Precisamos encarar esta notícia com o sentimento de que o Messias marcou seu tempo, sua história e nos ensinou (Mensagem emitida por um amigo, no dia 13 de maio, por Isael Franklin Gonçalves).

Pertencentes ao povo Kokama, Messias Martins Moreira, nascido em 19 de setembro de 1966, veio da comunidade Tabaco, que fica entre os municípios de Santo Antonio do Içá e Amaturá. Em Manaus, sua percepção crítica ao modo de proceder de lideranças em ocupações anteriores o levou a se preocupar com a organização e a resistência do Parque das Tribos, unindo-se à sua tia, Raimunda da Cruz Ribeiro e à prima Lucenilda Ribeiro de Albuquerque, mãe e filha que vieram do município de Alvarães. Os três configuraram uma trajetória de saída até Manaus.

610. Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (UCB), com habilitação em sociologia, História e filosofia; Especialista em Antropologia na Amazônia (UFAM) e em Filosofia e Existência (UCB); Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM) e Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM).

Os kokama farão as primeiras reuniões de planejamento da formação do Parque das Tribos, em 2012, realizadas no barracão, localizado no terreno da senhora Raimunda Kokama, mãe da Lucenilda, situado fora do assentamento Parque das Tribos, na comunidade Cristo Rei, rua Taracua, bairro Tarumã, zona oeste. A partir daí Messias do povo Kokama será reconhecido cacique do Parque das Tribos, para deixar o “espírito do guerreiro”, conforme costumava falar, presente nas atuais lideranças.



Barracão no terreno da Raimunda Kokama, mãe da Lutana, que fica fora do assentamento Parque das Tribos, na comunidade Cristo Rei. Rua do Bancrévea, Tarumã Açu, zona oeste. Ocupação planejada desde 2012, e realizada em 2013. Fonte: SANTOS, G. S. dos. Foto tirada no trabalho de campo. Manaus: 15 de fevereiro de 2015.

Parque das Tribos, torna-se palavra subversiva, ao elaborar uma epifania, uma manifestação do modo de ser e viver, uma manifestação propositiva à ordem do direito, à do político e à do econômico, na forma de uma existência organizada coletivamente pelo pertencimento aos povos da Amazônia.

Esta subversão epifânica se revela preenchendo o campo da “participação” de indígenas na resistência a forças econômicas contrárias à sua permanência na área. A etapa que antecede a este nível corresponde ao processo de composição

de trajetórias de famílias que fixam moradia na cidade. A epifania é essa maneira de realizar os encontros, num espaço físico, coordenados por uma liderança, até formar uma unidade associativa maior, a qual se apresenta na história da formação do Parque das Tribos, coordenada pelo cacique Messias. Para compreender os aspectos desta formação, dependeu da proximidade com esta estimada liderança.

Meu trabalho de pesquisa e colaboração no processo de formação do Parque das Tribos foi resultado da relação de confiabilidade e de aceitação do cacique. Esta relação de pesquisa teve início no dia 04 de setembro de 2014. Na ocasião, fui convidado pelo Ministério Público Federal-MPF a acompanhar uma visita do procurador, juntamente com um representante da Pastoral Indígena de Manaus, Padre Ronaldo. Eu estava representando o Projeto Nova Cartografia Social na Amazônia, de modo que registrei o depoimento do Messias durante aquela visita, sem muita proximidade, num encontro debaixo das árvores, reunindo algumas lideranças dos povos Barasana, Piratapuia, Baré, Kokama e Karapãna, depois de termos caminhado pela área de floresta fragmentada, possibilitando-me conhecer o início da organização desse espaço social de dimensão pluriétnica.



Na casa da Lucenilda Kokama, almoço com o cacique, no assentamento Parque das Tribos.

Fonte: SANTOS, G. S. Foto tirada no trabalho de campo. Manaus: 21 de agosto de 2015.

Orientado por nós, pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA, as lideranças indígenas confeccionaram um croqui do Parque das Tribos em março de 2016 – que se encontra no terceiro capítulo da minha tese, Figura 25. Este croqui demonstra que o “Parque das Tribos” tem uma organização pruriétnica e distinta, tanto nos interesses e na forma de ocupação da “Cidade das Luzes”.

A confecção e o trabalho cartográfico ajudaram as lideranças no processo de reconhecimento das áreas para os indígenas, que já se somavam na ocasião 21 etnias (Apurinã, Baré, Baniwa, Mura, Kokama, Karapano, Barassano, Piratapuia, Tuyuka, Tariano, Ticuna, Dessano, Marubo, Uitoto, Miranha, Curipaco, Wanano, Sateré, Tukano, Tupinambá – vindo da Bahia-, Canamari), que aí se encontram sob a liderança do cacique Messias.



Cacique Messias Martins Moreira, 53 anos. Entrevista realizada na casa da professora bilingue Ana Cláudia do povo Baré. Assentamento Parque das Tribos, Bairro Tarumã. Manaus: 01/08/2015. Fonte: SANTOS, G. S. Foto tirada no trabalho de campo. Manaus: 21 de agosto de 2015.

No dia primeiro de agosto de 2015, no meio de um processo de reintegração de posse, que deixou todos os moradores em estado de tensão e insegurança, entrevistei-o pela primeira vez, na casa da professora bilíngue Ana Cláudia do povo Baré. Depois, seguiram-se mais outras entrevistas no mesmo ano, com outros encontros em anos posteriores.

Estive no Parque das Tribos, na manhã de quarta-feira do dia dezessete de fevereiro de 2016, a fim de apresentar e entregar ao cacique Messias os textos que sistematizam a luta pela permanência das vinte e cinco etnias na área ocupada, número que cresce a cada ano, pela sensibilidade acolhedora do cacique, que sempre estava à disposição de acolher famílias indígenas que precisavam de um espaço para construir sua casa e sair de situações de aluguel ou sem moradia própria.

Naquele ano, Messias já tinha a clareza e a importância das atividades de pesquisa e da colaboração dos pesquisadores do PNCSA. Cheguei ao local às 08 h e saí às 10h30min. Na casa da Lucenilda Kokama, tomei café, na companhia do seu primo, que me falava da maior comunidade indígena de Manaus, que atualmente conta com 35 (trinta e cinco) etnias.



Na casa da Lucenilda Kokama, o cacique Messias Martins Moreira, no assentamento Parque das Tribos. No dia 21 de agosto, participei do almoço a convite do cacique, um gesto que representa a confiança da relação de pesquisa. Fonte: SANTOS, G. S. Foto tirada no trabalho de campo. Manaus: 21 de agosto de 2015.

Enquanto tomávamos café, o cacique me passou um Ofício de n. 5 do Parque das Tribos, com a seguinte referência no cabeçalho: Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Em 2016 ele estava com 48 anos, tempo que aplicava sua experiência no esforço de unir famílias de diversas etnias sem moradia, conforme ele me falou, a partir de um “levantamento das famílias indígenas da beira dos igarapés, de áreas acidentadas, de quartos alugados, que não tem casa, chegando a locar 283 famílias, no início fechando em 17 etnias, e trouxemos o procurador do ministério público federal”.

Naquela mesma manhã, Messias me apresentou a situação judicial da área ocupada por meio de documentos organizados, que explicam a sobreposição de matrículas das três áreas – comunidade Cristo Rei, ocupação Cidade das Luzes e área indígena Parque das Tribos. Posteriormente, a pedido do cacique, sistematizei os documentos judiciais que estavam com ele e com outras lideranças, numa forma de quadro demonstrativo dos dispositivos, para que ele pudesse visualizar a história da ocupação, das investidas de processos de reintegração de posse.



Reunião no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: Cacique Messias Martins Moreira do povo Kokama, 53 anos, professor Glademir, professora Ana Cláudia Tomás do povo Baré, Joilson da Silva Paulino do povo Karapãna. Leitura do texto sobre o processo de Reintegração de Posse em desfavor da associação indígena Parque das Tribos. Fonte: SANTOS, G. S. dos. Foto tirada no trabalho de campo. Manaus: 05 de agosto de 2015.



Ocupação Parque das tribos, onde foi criado o Instituto Americano dos Povos Indígenas (IAPI), coordenado por Messias Kokama. Território pluriétnico, Rua do Bancrêvea, Tarumã Açu, zona oeste. Ocupação planejada desde 2012, e realizada em 2013. Fonte: SANTOS, G. S. dos. Foto tirada no trabalho de campo. Manaus: 15 de fevereiro de 2015.

Quando lhe mostrei e entreguei o quadro demonstrativo, o cacique me passa sua percepção de liderança que reflete a necessidade de superação da fase de impedir que moradores da Cidade das Luzes invadissem a área do Parque das Tribos; depois, superação da fase das investidas judiciais, com instrumentos violentos de reintegração de posse, a mais prolongada, que contou com o apoio das procuradorias federais e estaduais. As estratégias do cacique conduziram o Parque das Tribos para a fase mais constante de reordenamento e de organização das famílias, interagindo com as instâncias

governamentais por meio do diálogo para a permanência da organização pluriétnica na área ocupa.

Para ele, a luta pelo direito à vida digna dos indígenas na cidade ganha proporção judicial quando se trata do problema de moradia, o centro dos problemas. Suas palavras são orientadoras ao relacionar o direito de moradia ao direito de educação, elementos fundamentais da vida cidadina, logo ao afirmar que “o direito de morar na cidade, hoje, tem um motivo: primeiro, o indígena precisa ter as informações como qualquer cidadão; segundo, educar seus filhos e ser educado com boa moradia levam a frequentar as faculdades como qualquer estudante, para ter mais conhecimento e ajudar com este conhecimento outros que ainda não tem; o índio na cidade precisa desse espaço de direito”, completou.

Na prática, ele transforma esta orientação no apoio que ele dá aos professores bilíngues, moradores do Parque das Tribos, para iniciarem a luta pelo direito a educação escolar indígena, fazendo da educação indígena a primeira aliada da organização do Parque das Tribos. A partir do estudo das línguas e culturas, desempenhado pela professora Ana Cláudia Baré, pelo professor Joilson Paulino, seu esposo, com a colaboração de estudantes de graduação e, essencialmente pelos anciãos, portadores de saberes tradicionais, a educação indígena se torna o espaço de organização e de produção de critérios culturais, tendo o estudo das línguas a força do étnico e da identidade coletiva. Estas atividades contribuem para a elaboração de suas tradições, que lhe confere uma estrutura física da unidade pluriétnica em torno da memória coletiva. Messias foi um defensor desse direito, porque entendia que educação indígena atualiza a memória coletiva dos povos indígenas e se torna elemento fundamental para a unidade da diversidade do Parque das Tribos.



Entrada do território pluriétnico, ocupação Parque das Tribos. Destaque: árvore de Angelim, denominada pelas lideranças indígenas de “pau-que-chora”, por terem encontrado ossos humanos no seu redor. Instituto Americano dos Povos Indígenas (IAPI). Ocupação planejada desde 2012, e realizada em 2013. Fonte: SANTOS, G. S. dos. Foto tirada no trabalho de campo. Manaus: 15 de fevereiro de 2015.

A contribuição do Messias consiste na crítica à forma de pensar a formação da cidade, sem levar em consideração os povos indígenas, colocando à margem os fatores étnicos e suas contribuições. A história do Messias se confunde com as histórias dos indígenas do Parque das Tribos, nas quais aparecem mulheres e homens indígenas que negam a submissão a um modelo de cidade que os exclui e os estigmatiza – na sua fala: “quantas

índias não foram exploradas aqui!”. Sua fala permite-nos dizer que há uma negação no interior de uma praxis dominante – perceptível ao dizer “nossos antepassados contam essa história, e isso dói”.

A exposição de uma constatação de sujeição, ativada pela memória, encontrada nas várias entrevistas que realizei com o cacique Messias, mesmo sem a precisão descritiva de realidades consumadas – constatação de uma política integracionista do discurso, nos enunciados de lamentação, encontrado em vários parágrafos das suas entrevistas: “sacrificavam os Índios”, “vida de índios perdida nesta área”, “foram dizimados dessa forma”, trata-se de constatação de ser afetado pela história de relações em que sujeitos dominam outros sujeitos, numa perspectiva econômico-política do Estado brasileiro, atualizada e percebida nas “novas formas de luta no lugar das antigas”, numa interpretação da teoria social e realista de Marx e Engels ao analisar o Estado e a classe social burguesa.

Messias descreve com precisão a área que compreende o Parque das Tribos, a Cidade das Luzes e o Cristo Rei, mostrando-me a importância de famílias indígenas ter no espaço do Parque das Tribos a solução do problema de moradia, destacando dois poços d’água, que se ligam por uma corrente estreita de igarapé, sendo lugares de banho, lavagem de roupa e de extração de água para beber e abastecer os depósitos de água das casas, subsidiando na preparação dos alimentos e no banho das crianças.

Messias fez desse lugar, articulando com as lideranças de cada povo, uma relação como poesia, porque é uma forma de produção que implica criatividade na arte de viver, que ativa a memória dos anciãos e de um conjunto de afetos com os recursos naturais. Produção que transforma em artefatos e prática pedagógica do estudo das línguas indígenas, atividades que atam e reatam, por meio da memória, o presente com o passado.

Os discursos do cacique não só demonstram um encadeamento de frases, que revelam afeto com as coisas, acima referida, mas ativa significados

que passaram a ser o referencial da ideia de tradição, que comporá a organização do espaço social do Parque das Tribos. Messias compõe este discurso, a partir da união dos indígenas sem teto, sem terra para cultivar, sem oficina para produzir, sem barracão para conversar, ora com a história de cada família, ora com a história de cada povo, trazida para o presente, que pressupõe saídas e deslocamentos de um lugar ao outro, numa dinâmica de “fazer de novo”. Ao dizer que seus avós, “da região da tia Raimunda, baixavam de canoa de remos do Alto Solimões para Manaus”, ele define Manaus por esse fazer de novo, “Manaus é uma terra tradicional, de chegada e saída, porque eles [em grupo, em famílias indígenas, ou sozinhos] saíram ou saem, numa época, depois voltam”, mantendo sempre no presente a relação, num esforço de “fazer de novo”.

O cacique Messias acreditou no “fazer de novo”, precondição do processo de uma configuração étnica na cidade, que caracteriza seu esforço somado à criação de uma unidade na diversidade do Parque das Tribos, na qualidade de um território pluriétnico, que integra trajetórias e histórias de vida. Esta criação reverencia o pertencimento – nas designações de “povos Kokama, Apurinã, Baniwa, Barasana, Baré, Dessano, Cajamar, Karapãna, Katukina, Kulina, Kuripako, Marubo, Miranha, Munduruku, Mura, Piratapuaia, Sateré-Mawé, Tariano, Tikuna, Tuiuca, Tukano, Tupinambá e Wanáno”, inicialmente com vinte e três representações de povos”. A palavra do cacique Messias, ao imprimir uma forma de definir a organização do Parque das Tribos, permite a elaboração de uma epifania da participação e do pertencimento.

A quase dez anos de distância daquelas primeiras reuniões no barracão da dona Raimunda, podemos ver todos os esforços do cacique Messias, num campo de jogo de estratégias e articulações, que implicam interesse de recolher com critérios as famílias étnicas, em torno do uso comum. Concentrou-se entre árvores, encima de áreas e barros, de início, um grupo de unidades familiares, recolhidas de vários bairros de Manaus (áreas da Sharp, Mauzinho,

Japiim, Cidade de Deus), porque consideradas à margem do respeito ao direito de moradia. Neste recanto de Manaus, reuniu as lideranças de vários povos, com as quais conseguiu trazer aliados para defender este direito – Funai, MPF, SEMED, UEA, UFAM, PNCESA –, que colaboram na repercussão da importância do cuidado sociocultural e humana dos povos indígenas, dos direitos sociais, da ordem jurídica, regime democrático, associados ao direito de moradia e ao direito de viver bem na cidade.

O cacique sonhava com um “projeto de vida”, ao unir homens e mulheres de diversos povos, que sobrepõem ao modelo único e empresarial de ver e sentir a cidade fortalecido pela força econômico-político-jurídica. Seu projeto unia outra tríade (étnico-político-social), em oposição às investidas da primeira força, porque significava uma produção da união coletiva, a ser realizada pelas lideranças, com a finalidade de autonomia produtiva das famílias assentadas.

De 2013, quando se iniciou a ocupação da área, para cá, à medida que este “projeto de vida” ganha força em outras frentes de conquista coletiva, fica claro que a essência deste projeto é o respeito pelo próprio “projeto de vida”. Deste projeto, a doença covid-19 afastou o cacique, ceifando-lhe a vida. No entanto, o projeto de vida permanece em construção, razão pela qual se torna uma proposta e apelo de uma identidade coletiva ao Estado, que passa pelo projeto de uma cidade, que acolhe e respeita uma forma de vida sociocultural e pluriétnica, diferente dos projetos de habitação para os não indígenas.

Parque das Tribos é um projeto de vida que tem o princípio do autorreconhecimento dos povos indígenas e exige formas de reconhecimento ainda não efetivadas pelos atos do Estado. A luta do cacique, em torno do qual famílias se reúnem em busca de um abrigo, foi a mesma luta destas, que enfrentaram intempéries, como a que aconteceu na madrugada do dia 28 de novembro de 2014, quando as polícias Militar, de Choque, Civil, com a cavalaria, entraram na ocupação “derrubando moradias e batendo e obrigando os indígenas tirar a roupa” (Vide: Termo de Declaração, data: 01/12/2014).

O “projeto de vida”, que tem início com ele, torna-se de todos. Em uma única voz, os moradores, com o cacique, cantaram sua construção e o defenderam. Defenderam-no, com o Messias à frente, contra toda forma de estigma e contra às práticas de negação do reconhecimento, a qual ficou marcada na afirmação “invasores travestidos de índios” (Vide: Decisão. Processo n. 06196447-53.2014.8.04.0001, fls 414).

Numa das conversas com a dona Raimunda Kokama e com a sua filha, Lucenilda, elas me falaram sobre o esforço do cacique Messias, no momento em que ela apontou com o dedo a pequena casa onde ele morou, próximo do barracão coberta de palha e que fica atrás da casa da dona Raimunda. Era uma casa de paredes incompletas, reduzida apenas à estrutura que mantém a cumeeira de palha. Estas duas estruturas fazem referência ao uso da palha, extraída da mata, no próprio território. Para Lucenilda, “as pessoas têm que conhecer mais o cacique”.



Barracão da família da Raimunda Kokama, à direita, ao lado da qual está sentada a filha e liderança do Assentamento Parque das Tribos, Lutana Kokama. Neste espaço do barracão foram feitas várias reuniões de planejamento para a ocupação das famílias indígenas no referido assentamento. Rua do Bancrévea, Tarumã Açú, zona oeste. Ocupação planejada desde 2012, e realizada em 2013. Fonte: SANTOS, G. S. dos. Foto tirada no trabalho de campo. Manaus: 15 de fevereiro de 2015.

De fato, com a liderança do Messias, entra em pauta a construção do tradicional na proximidade dos recursos naturais, encontrados na área e na proximidade das memórias trazidas pelos representantes de cada povo. Ele uniu memórias e pessoas, com “espírito de guerreiro”, e delas se despediu no dia 13 de maio de 2020, deixando um “projeto de vida”, o Parque das Tribos. Os que não o conheceram terão a oportunidade de conhecê-lo conhecendo este “projeto de vida” em construção, o Parque das Tribos, que se confunde com seu espírito.

A QUEM INTERESSAR: O POVO INDÍGENA KOKAMA NA GUERRA CONTRA O CORONAVÍRUS.

Nós do povo Kokama estamos situados principalmente no Brasil, no Peru e na Colômbia, onde nossas famílias foram divididas pela fronteira da separação por invasores brancos que hoje mandam nestas nações que foram nossos territórios sagrados. Mas como povos da floresta ainda temos contatos e experiências conjuntas através da Medicina tradicional Kokama e do ritual da Ayahuasca entre os Kokama dos três países.

Nossa estrutura tradicional de governo são:

- Cacique de Comunidade: governante dos moradores locais. Preside a Comunidade local.

- Cacique Geral de Município: Assessora os caciques locais de Comunidade de seu território. Presidente o Cacicado Geral do Povo Kokama de Município – CGMK.

- Patriarca Cacique Geral do Povo Kokama: Assessora os Caciques gerais de Municípios. Um líder tradicional superior. Sendo que não decide nada sozinho. Os kokama decidem tudo no coletivo pelo consenso da maioria. Sendo que o patriarca é o guardião dos conhecimentos milenares. Preside o Movimento do Cacicado Geral do Povo Indígena Kokama - MPKK.

A estrutura tradicional se baseia na também na harmonia com os poderes tradicionais dos Médicos Tradicionais (Benzedores, Parteiras, Curadores, Rezadores, Sábios, Pajés e Taitas). Sendo o Taita último nível dos Médicos Tradicional.

Também em harmonia de poder com o Mestre-artesão que mantém a cerâmica tradicional viva, danças, artesanatos e grafismos. Com os guerreiros e construtores que protegem e constroem a comunidade. Com os falantes maternos Professores tradicionais da língua masculina e da língua feminina. Juntos mantemos vivo o jeito de ser Kokama no mundo atual.

Em poder administrativo-jurídico temos dois grandes órgãos Kokama:

OGCCIPK - ORGANIZAÇÃO GERAL DOS CACIQUES DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO POVO KOKAMA, inscrito no CNPJ (MF): 04.603.779/0001-90, sede e foro Tabatinga-AM. Presidente: ELADIO RAMIRES CURICO.

TWRK - FEDERAÇÃO INDÍGENA DO POVO KUKAMI-KUKAMIRIA DO BRASIL, PERU E COLOMBIA - Tapiya Weteratsun Ritamakuara Kukami-Kukamiria Pray+iuka, Peruka riai Kurumpiaka, inscrito no CNPJ (MF): 16.862.108/0001-23. Presidente: GLADES RODRIGUES RAMIRES.

Para a Federação Indígena do Povo Kukami-Kukamiria do Brasil, Peru e Colômbia, neste ano de 2020 Tabatinga tem 5.538 indígenas residente na área urbana e sem contar com aqueles que são nossos parentes que não querem se reconhecer, que tem vergonha se identificar e aqueles que não sabem mais a origem familiar.

Dados oficiais não são iguais aos nossos:

- No Brasil constam 14.314 indígena Kokama (Siasi/Sesai, 2014), esses dados só os indígenas residentes em aldeias. Para nossas contagens somos mais 25 mil indígenas Kokama que se identificam no Brasil.

- Na Colômbia constam 236 indígenas Kokama (CONIC, 1988), faltam contar aquele Kokama que reside na área urbana de Letícia. Pois este ano recebemos notícia de 5200 indígenas Kokama colombiano.

- No Peru constam 11.370 (INEI, 2007), sem contar os residentes em áreas urbanas no Peru. Informaram-nos que são mais de 38 mil kokama peruanos residentes na Amazônia peruana.

No site do IBGE atual pesquisa em 19/05/2020, às 10 horas da manhã, constam somente 11.274, totalmente diferente de nossa realidade e menos que a contagem da SESAI dos que moram nas aldeias.

A SESAI atende as 237 aldeias no Alto Solimões, que somam mais de 68 mil indígenas registrados no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena - SIASI/SUS.

A SESAI em Tabatinga, por exemplo, não atende os 5.583 indígenas Kokama residentes na área urbana de Tabatinga.

No Peru, o povo Kokama é muito maior, somando cerca de 19 mil no ano de 2003 (RAMOS, 2003), totalmente diferente dos dados apresentados pela FORMABIAP-Peru. Já na Colômbia somavam 792 Kokama em 2003 (UNESCO, 2004). O governo brasileiro vem tentando exterminar a etnia Kokama nos registrando em todos os cantos como “pardo” até mesmo na Declaração de Óbito dos hospitais.

Nós indígenas Kokama temos a pele morena, negra e branca, cabelos lisos e encaracolados e olhos de todas as cores, pois já tivemos varias mistura e pouco são puros filhos de Kokama com Kokama. Sabemos quem são nossos Kokama com os sobrenomes que vieram dos clã e algumas famílias tiveram sobrenomes adaptados aos dos não indígenas Kokama.

No ano de 2014, a equipe do Professor Dr. Pery participaram do Censo e na área urbana foram cerceados 4.325 indígenas kokama (FAPEAM,

2014). Sendo 71,9% dos indígenas residentes na área urbana.

Então, chegamos a Pandemia do Novo Coronavírus e o Brasil não se preparou e teve tempo, mas não se interessou defender os povos indígenas que são mais vulneráveis. Todos os planos de genocídio vieram numa boa para o Presidente da República que odeia indígenas desde a época de campanha.

O governo do Estado do Amazonas não se preparou para defender os povos indígenas e até hoje não fizeram um Plano Emergencial para os povos Indígenas. E ainda contratou uma branca que não conhece a realidade dos povos da floresta e ainda envolvida em varias polemica de corrupção de seu estado de origem, tudo orquestrado para destruir todos os conhecimentos milenares que foram levados pelos anciãos indígenas vitimas de Covid-19.

Os únicos a se preocupar no início da Pandemia foi a Prefeitura Municipal de Tabatinga através da Secretaria Municipal de Saúde que criou as barreiras sanitárias com os funcionários da Saúde mesmo antes de conformar o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira - GGIFRON com todos os órgãos instalado em Tabatinga-AM das três esferas de governo, numa tentativa de proteger os tabatinguense em confronto com o Governo do Estado e Federal que insistiam em não fazer estratégia de Isolamento Social que o mundo todo estavam fazendo.

O Brasil veio de confronto com tudo e hoje passa ser um país não mais agradável de visitar o conhecer. Países de fronteira seca estão fazendo valão aberto para não deixar o povo passar, ficamos em maus lençóis para o mundo. Um país disposto a matar indígenas em nome do ouro, de outros minérios, do desmatamento e do agronegócio (monocultura). Somos um país onde o povo não é riqueza e são levados a sofrer mais e mais por uma pressão de extermínio institucionalizado.

Onde percebemos funcionários tanto na SESAI e na FUNAI disposto a ganhar seus salários calados, vendo um novo massacre oficial. Os órgãos

indigenistas sendo instalados a presença de ex-militares envolvidos com ilícitos, milícias e perigosos para os líderes tradicionais e comunidades. Onde já até andam com uniformes dos órgãos sem mesmo seus nomes estarem no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO como contratados ou voluntários. De forma a constranger as lideranças tradicionais, suas lutas coletivas e proteção ambientais.

Os hospitais sem estratégia para atender os povos da floresta e sem respeitar a presença dos médicos tradicionais das florestas em suas instalações de poder dos invasores que mandam e governam esse país. No hospital Militar de Tabatinga o Diretor do Hospital falou ao líder supremo dos Kokama que não recebe recursos para atender civis e indígenas, que deveria fazer igual fez o hospital militar de Marabá-PA que fechou as portas para civis e só atende militares. Que a única coisa que mandaram foi alguns funcionários civis e só. Onde tratam sem humanização pacientes indígenas e familiares. Onde até momento nenhum nativo saiu curado do Hospital Militar.

Vemos com muita preocupação a Militarização da Saúde, pois será mais difícil a saúde ter um olhar técnico e avanços na saúde e na tecnologia de saúde, pois não teremos análises técnicas e de conhecimento de causa, será o caos a saúde e futuro fim do SUS.

Muito triste ainda é por força de lei federal os povos indígenas serem separados como aldeados e urbanizados, os que moram na aldeia são atendidos pelo Subsistema de Saúde e os moram na cidade tentando lutar por espaço de atendimento com os não indígenas que também sofrem. Para nós não tem diferença, pois nossos Médicos Tradicionais atendem a todos os indígenas Kokama sem distinção, todos nós indígenas somos iguais, falamos a mesma língua, comemos a mesma comida e vivenciamos a mesma ayahuasca na cidade e na aldeia.

No dia 09 de abril de 2020 chegou em Tabatinga o primeiro caso Confirmado de COVID-19, onde uma enfermeira funcionaria da SESAI veio para a cidade de Tabatinga infectada. Depois no dia 13 de abril um barco que vinha de Manaus largou um suspeito de COVID-19 as margens do Rio Solimões, no Município de São Paulo de Olivença, era o indígena Kokama Cassin Alinca (Curado) que

chegando a Tabatinga foi direto para UPA e daí os Kokama foram sendo vítimas do COVID-19 descontroladamente. Os meios de contágio eram devido as vindas para a cidade para resolver problemas bancários e logo o recebimento do AUXILIO DA MORTE e voltavam para a Comunidade levando o vírus.

Depois em todo o Estado do Amazonas o Covid-19 foi tomando conta dos Municípios e chegando às Aldeias e o povo foi o povo que mais sofreu perdas e contaminação.

JÁ PERDEMOS 45 KOKAMA ATÉ A DATA DE HOJE (19/05/2020) PARA O COVID-19:



1. LINDALVA DE SOUZA MOURA, aposentada.



2. AUGUSTINHO RODRIGUES SAMIAS, aposentado



3. IDELFONSO TANANTA DE SOUZA, aposentado



4. ANSELMO RODRIGUES SAMIAS, Professor e Agricultor
5. ALBERTO GUERRA SAMIAS, aposentado
6. MARIA VARGAS CASTELO BRANCO, Agricultora
7. GUILHERME CAVALCANTE PEREIRA, aposentado
8. ENA PINTO
9. JOSÉ DA CONCEIÇÃO CAJUEIRO
10. ANTONIO VELAS SAMMP, aposentado. Segundo Cacique de Sapotal.



Meu grande amigo antônio castilho (Torrado) faleceu hj em manaus por causa do corona virus(covid-19) q deus conforta a familia dele 🙏

23/0

11. ANTONIO CASTILHO, Agricultor
12. MARINO FERREIRA
13. ANTONIO FRAZÃO ALVES
14. SEBASTIÃO FERREIRA
15. FRANCISCO PERES CALDAS
16. VALMIR MORAES



17. ELCIR VARGAS
18. VICTOR CURICO
19. ZIZA MOREIRA KARAQUIA
20. ROMUALDO RAMOS DOS SANTOS
21. ANTONIO GASTAO DOS SANTOS

22. JOSÉ LIMA DOS SANTOS
23. ENEDINA ALVES DE CARVALHO
24. JOSÉ CAJUEIRO CORDEIRO
25. SEBASTIAO FERREIRA DOS SANTOS
26. WALTER ALVES DE CARVALHO
27. JONAS SENA ALVES
28. LUCILDO PEDROSA DA COSTA
29. ANTONIO BRANDAO AMARANTES
30. ANASTACIA DA SILVA MARINHO
31. ABRAAO MARINHO DE ALMEIDA
32. ALTAMIRO PERES CALDAS (Teve infarto e não foi testado)



33. GETULIO MARINHO
34. ALZINEIEIDE DE CARVALHO DE ALMEIDA
35. MARILENE DA CRUZ SOARES, cozinheira e agricultora
36. MESSIAS MARTINS MOREIRA, Cacique e Agricultor
37. CARLOS VILCHER DE ASSIS, aposentado.
38. MARILENE RENGIFO SAMIA
39. SEVERINO CHAUCHARI SAMIA, aposentado

40. GUILHERME PADILHA SAMIAS, agricultor
41. MARIA BANDEIRA DE SOUZA, aposentada
42. MARIA PEREIRA MORAES
43. TIA PRETA (TIA DO CACIQUE EDMILSON – GUADALUPE)
44. JOÃO KOKAMA (TIO DO CACIQUE EDIMILSON – GUADALUPE)
45. MARIA MACEDO

Uma das mais doloridas e comovente morte por Covid-19, foi do líder GUILHERME PADILHA SAMIAS, Comandante Superior dos Guerreiros e de Construção Tradicional da Federação Kokama TWRK, do povo Kokama, que ocorreu no dia 14/05/2020, por volta das 07h14min, no Hospital de Guarnição de Tabatinga - HGUT, Tabatinga-AM. A família aguardava todos os dias sua transferência para Manaus. O filho Edney Samias, havia pedido liberação de seu trabalho para ir como acompanhante de paciente para Manaus, todos os dias era a mesma coisa, desde o dia 03/05/2020 quando falaram que precisavam dos documentos para ir Manaus pois lá tinha mais tratamento para o paciente Guilherme Samias, que apresentava paralisação dos rins, mas esse avião nunca chegou. E o líder Guilherme faleceu esperando sobreviver, um fato marcante que não foi contado a família é que ele se levantou do leito onde estava e foi ao banheiro sozinho e não comunicaram a família. No dia do falecimento o HGUT queriam colocar na Declaração de Óbito como “pardo”, exigiam o RANI, nós Kokama não temos RANI, por mais de cinco horas para que fosse resolvido isso, o Hospital não tinha ciência do Documento recomendado pelo MPF para não exigir RANI. Enquanto o corpo foi levado para câmara frigorífica do Hospital e foi retirado pela Condução da Prefeitura responsável para levar o corpo para o Cemitério, onde não ouve velório e somente o enterro com caixão lacrado, sem o

direito da despedida, toda a família suspeita de Covid-19 doente no enterro, cena muito triste para uma realidade. No local reservado para enterros de indígenas, Guilherme Samias foi sepultado às 16h35 na cova próxima a cova de seu pai Augustinho Rodrigues Samias (falecido em 30/04/2020) e demais familiares, onde são enterrados os indígenas. O Sr. Edney Samias sonhou levar seu pai para Manaus e tudo foi destruído porque SUSAM dizia que era Tabatinga que escolhia paciente e HGUT dizia que era a SUSAM que escolhia o paciente para ir de avião UTI, o maior empurra-empurra.

Queremos justiça para todas as famílias Kokama que ficaram desamparados. GOSTARÍAMOS de convidar alguns advogados que queiram nos ajudar para processar o HGUT, processar o Estado e processar os Médicos do HGUT de Tabatinga-AM, principalmente processar todos os hospitais onde morreram nossos membros Kokama e o Estado por aqueles que morreram nas residências.

Não somos só um número, somos pessoas indígenas, tivemos história e clamamos justiça!!

BOLETIM Nº 022/2020 DAS ORGANIZAÇÕES KOKAMA: POVO KOKAMA INFORMA A IMPRENSA E AOS INTERESSADOS:

Atualizada em 03/06/2020

Povo Kokama informa a imprensa e os interessados:

Nesta guerra perdemos 55 indígenas Kokama, confirmados ou suspeitos de Covid-19 (desde o início da pandemia), em todo o Estado do Amazonas (região do Alto e Médio Solimões e Manaus). Continuamos de LUTO!

Não somos “PARDOS”, por isso denunciamos o HGUT e qualquer outro Hospital que vier nos discriminar. Hoje tivemos uma triste notícia que soou como uma perseguição e tentativa de intimidação, “que tem gente querendo ser indígena para ganhar um benefício de 9 mil reais”, desconhecemos esse valor em nome de algum indígena Kokama falecido por Covid-19. De onde viria esse valor? Quem ganhou esse dinheiro? Nós sabemos que são nossos indígenas Kokama, não ganhamos nada por isso, não cobramos enquanto movimento indígena nada para atestar que uma pessoa é Kokama, se a pessoa é Kokama, sabe que é Kokama e nós confirmamos que é Kokama, a pessoa deve ter o direito garantido de morrer como indígena, não é a Polícia Federal ou outro órgão que vai dizer quem é indígena Kokama, pois quem sabe quem é Kokama somos nós lideranças e as suas próprias famílias Kokama. A pessoa indígena deve ter o respeito de ter no seu Óbito: INDÍGENA. A família não ganha nada por isso, não ganha nada por ser indígena, isso é respeito a seu povo e queremos que quem estiver fazendo essa acusação descabida, desrespeitosa, caluniosa e difamatória, deve ser punido criminalmente.

Estamos pedindo a quem puder ajudar:

Cestas Básicas;

Kit remédios caseiro (jambú, alho, gengibre, boldo, limão, laranja, beterraba, cenoura e mel de abelha);

Kit higiênico (álcool em gel, sabão neutro, água sanitária, detergente, sabonete);

Equipamentos (afetador de glicemia, afetador de PA, termômetro digital, oxímetro) e EPI (avental, touca, máscara, luvas e protetor fácil de acetato).

Constam 02 indígenas Kokama do Alto Solimões internados em Manaus:

01. JOSÉ JANUARIO DA SILVA;
02. JONAS TEIXEIRA DE LIMA.

Estamos realizando Visitas Domiciliares e Tratamento tradicional nas residências com nossos Pajés, diretoria da Federação TWRK, OGCCIPK, MPKK, voluntários e lideranças.

Atendemos os chamados de urgência em qualquer hora do dia e da noite, nas residências das áreas urbanas e aldeias.

“ Nossos Médicos tradicionais em ação.”

(...)

“A MORTE ESTÁ VINDO MUITO RÁPIDO EM MEU POVO”, DIZ PROFESSORA KOKAMA SOBRE A COVID-19 (ENTREVISTA COM ALTACI C. RUBIM KOKAMA)⁶¹¹

Elaíze Farias (Amazônia Real)



Prefeitura de Manaus realizou vacinação para idosos indígenas
(Foto de Alex Pazuello/Semcom/17/04/2020)

“Acabei de saber de mais um óbito”, diz a professora Altaci Rubim, da etnia Kokama, durante entrevista para a Amazônia Real no início dessa semana. Altaci interrompe por alguns minutos a conversa com a reportagem para buscar informações com parentes e amigos da vítima pelas redes sociais, com quem mantém contato permanentemente. “Era um indígena em Tabatinga, Kokama, estava com sintomas de Covid-19”.

611. Matéria publicada originalmente no site **Amazônia Real**, no endereço: <<https://amazoniareal.com.br/a-morte-esta-vindo-muito-rapido-em-meu-povo-diz-professora-kokama-sobre-a-covid-19/>>. A matéria aqui reproduzida foi autorizada pelas editoras.

“Observamos que seria difícil conseguirmos evitar mortes dos nossos anciões, que estão indo muito rápido, sobretudo quem tem mais de 70 anos. A morte está vindo muito mais rápido em meu povo”, comenta Altaci Rubim, diante de tantas perdas. Altaci é indígena Kokama natural do município de Santo Antônio do Içá, no Alto Solimões. Graduiu-se no curso de Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA); é mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Em Manaus, desenvolve projetos de valorização da língua Kokama em comunidades do contexto contexto.

Um levantamento feito pela Associação dos Índios Kokama Residentes no Município de Manaus (Akim) e pela Federação Indígena do Povo Kukami Kukamiria do Brasil, Peru e Colômbia aponta que 37 pessoas do povo Kokama morreram com sintomas de Covid-19 ou de complicações causadas pela doença até nesta quarta-feira (13), um número que tende a aumentar quase que diariamente. A maioria das pessoas falecidas com sintomas da doença está na faixa etária de 60 e 70 anos. Os óbitos foram registrados em municípios do Alto Solimões, como Tabatinga, um dos mais afetados da região, em Manaus e em cidades próximas da capital amazonense.

Esta é uma conta, contudo, que está longe de ser fechada, porque os casos de pessoas com sintomas da doença são incontáveis e os números mudam a todo momento, como alerta Eládio Kokama Curico, da liderança da Organização Geral das Comunidades e Cacique do Povo Kokama-Alto Solimões. “Todas as casas Kokama tem parentes com sintomas da doença”, diz.

Nesta quarta-feira (13), a professora Altaci Robim soube da morte de seu primo, o cacique Messias Kokama, um dos fundadores da Comunidade Parque das Tribos, o primeiro bairro indígena de Manaus, onde vivem 700 famílias de 35 etnias há mais de seis anos. A pandemia do coronavírus no Parque das Tribos atinge mais de 40 pessoas.

Messias Martins Moreira Kokama estava internado há mais de uma semana no Hospital Delphina Aziz. Segundo Altaci, ele passou por testes que confirmaram a doença Covid-19. Nas redes sociais, lideranças da comunidade homenagearam Messias. Ele deverá ser enterrado nesta quinta-feira.

“Perdemos a nossa Liderança Indígena Messias Kokama, um cacique que sonhou... idealizou e esteve à frente e junto com os indígenas de 35 etnias indígenas o 1º Bairro Indígena de Manaus Parque das Tribos-Tarumã. Hoje ele nos deixa, mas fica seu exemplo de persistência, um legado conquistado com muita luta e coragem, frente aos conflitos e obstáculos. Tive a oportunidade de acompanhar a sua trajetória, o qual nos passou muito aprendizado com a sua experiência de vida”, lamentou a professora Claudia Baré, liderança do Parque das Tribos, que lutou com Messias pela fundação da comunidade, em Manaus.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, estima que a população de Kokama na Amazônia é de cerca de 14,3 mil pessoas, mas este número não reflete a realidade porque exclui os indígenas da etnia que moram na zona urbana, tanto nos municípios do Alto Solimões, como Tabatinga e Santo Antônio do Içá, como em Manaus.

O número de mortes por Covid-19 levantado pelas organizações Kokama está muito acima do apresentado oficialmente pela Sesai, que notificou, até quarta-feira (13), dez óbitos entre indígenas cobertos pelo Dsei Alto Solimões. Desses, sete são do povo Tikuna e três do povo Kokama.

A discrepância de dados ocorre porque a Sesai contabiliza apenas as infecções e as mortes em indígenas que vivem em aldeias e foram atendidos pelo subsistema de saúde indígena, por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis). No boletim desta quarta-feira, a Sesai confirma 129 casos de Covid-19 em indígenas no Alto Solimões (mas não diz as etnias).



A Comunidade Indígena Parque das Tribos, no Tarumã, em Manaus. (Foto: Alberto César Araújo/Amazônia Real)

A primeira notificação de coronavírus

O primeiro caso de um indígena infectado no Brasil com o novo coronavírus foi justamente uma pessoa Kokama. No dia 31 de março, a Sesai confirmou a infecção de uma agente indígena de saúde da aldeia São José, no município de Santo Antônio do Içá, que havia sido infectada após contato com um médico da equipe do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Solimões (Dsei Alto Solimões). Na aldeia São José, segundo o Dsei Alto Solimões, foram confirmados outros 30 casos de Covid-19.

Segundo o levantamento das organizações do povo Kokama, do total de óbitos por Covid-19, mais de 15 pessoas moravam no Alto Rio Solimões. O restante dos óbitos foi registrado em Manaus (a maioria) e em cidades próximas da capital, como Autazes e Itacoatiara. Uma lista com os nomes dos Kokama que faleceram circula entre os grupos e é atualizada

instantaneamente quando tem um novo óbito, após as lideranças apurarem as circunstâncias junto às famílias. Contar o número de pessoas infectadas é quase impossível, porque a maioria não está recebendo atendimento médico.

Para a professora Altaci Rubim, a Covid-19 expôs desigualdades históricas que afetam os povos indígenas: não tem tratamento, prevenção, remédios ou mesmo um leito de UTI para atender pacientes com sintomas graves da doença. Em muitos casos, até mesmo o direito de ser identificado pela etnia tem sido tirado dos indígenas, sobretudo dos que moram nas áreas urbanas, como é o caso dos Kokama, que estão enfrentando dificuldades de serem tratados como pertencentes à essa etnia nas histórias de Tabatinga. “Estão querendo nos identificar como pardos”, é o relato mais comum que tem sido divulgado em grupos de WhatsApp.

Onde estão os Kokama?

Os Kokama são um povo originário da tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru), com forte presença do Alto Rio Solimões e no Médio Rio Solimões, alcançando até o baixo rio Negro, em Manaus. Ocupam ao menos 17 terras indígenas, segundo a linguista e especialista na língua Kokama, Altaci Rubim.

A maioria dos Kokama está distribuída nas terras indígenas e nas cidades de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Jutai, Tefé, Fonte Boa, Alvarães, Autazes e Manaus.

Uma das vítimas fatais do novo coronavírus é Maria Vargas Castelo Branco, que morreu no dia 9 de abril, no Hospital e Pronto-Socorro 28 de Agosto. Ela era da aldeia Monte Claro e estava em Manaus desde 28 de fevereiro para tratamento de anemia hemolítica autoimune. Maria Vargas é a única entre os três Kokama mortos pela doença que teve seu nome divulgado pela Sesai.

Somente em Tabatinga, maior cidade do Alto Solimões, o governo do Amazonas confirmou nesta quarta-feira 390 casos da doença na população, que inclui indígenas e não indígenas. A conta aumenta para 1.056 casos

confirmados no Alto Solimões quando são incluídos também os de outros municípios da região: Santo Antônio do Içá, Amaturá, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant.

“Muitos dos que morreram já estavam doentes e com a covid-19, a saúde deles se agravou e acabaram vindo a óbito. São muitos Kokama que estão sendo levados pela covid-19. Como os hospitais estão como numa guerra, com tantas pessoas doentes, morrendo, então muitos preferem ficar em casa. Os que estão se curando se tratam em casa, com nossos remédios tradicionais”, diz Altaci Rubim.

A conta que não fecha



Funcionárias do DSEI Alto Rio Solimões atende idoso em Feijoa. (Foto: Reprodução Facebook/DSEI ARS)

Segundo levantamento da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), até essa quarta-feira (13) foram registrados 62 óbitos em povos indígenas da Amazônia brasileira e 227 casos confirmados: a contagem

é resultado do cruzamento dos dados da própria Coiab com os dados oficiais da Sesai. Na conta da Coiab, 26 indígenas Kokama morreram por covid-19. A Coiab levanta os dados com base em informações repassadas por organizações locais, como a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (Copime).

Conforme a Coiab, os demais falecimentos pelo novo coronavírus foram registrados entre os seguintes povos: Apurinã (2), Baré (2), Baniwa (2), Borari (1), Mura (1), Macuxi (1), Munduruku (1), Palikur (1), Sateré Mawé (1), Tariano (1), Tembé (1), Tikuna (9), Tukano (3), Yanomami (1) e mais seis ainda não identificados pela Sesai. A Coiab também inclui na estatística do óbito 3 indígenas Warao, originários da Venezuela.

Já Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, contabiliza 277 casos de indígenas e 19 óbitos por covid-19, contando todas as regiões do Brasil, até nesta quarta-feira (13). Na Amazônia, segundo a Sesai, são 183 casos e 15 óbitos de indígenas.

Pandemia escancarou realidade



A professora Altaci Rubim Kokama (Foto arquivo pessoal)

Segundo Altaci Rubim, somente em Manaus, são cerca de mil Kokama residentes, muitos deles vivendo em 10 comunidades. Uma delas é a comunidade Nova Esperança, no Ramal do Brasileiro, zona leste de Manaus, onde todos os moradores estão com sintomas de covid-19, e têm parentesco com a professora.

Para a Copime, a população Kokama em Manaus é muito maior: 1.400 pessoas, segundo um levantamento feito em 2019. A diretora da Copime, Marcivana Paiva, do povo Sateré-Mawé, diz que os Kokama formam a maior população indígena da capital amazonense. “Provavelmente esse índice de mortalidade de covid-19 tem a ver com a presença deles no contexto urbano e a sua alta vulnerabilidade social”, diz Marcivana Paiva.

Para a liderança Sateré-Mawé, a covid-19 expõe a “pouca-vergonha” do sistema regulador da Sesai, que ignora a presença de indígena na cidade, e a omissão dos órgãos de saúde estaduais e municipais.

“Os índios sempre estiveram doentes. Não é a partir dessa pandemia que isso acontece. Sempre houve alto índice de mortalidade dos indígenas. Só que como muitos estão nas cidades e não são cobertos nesse sistema de saúde, não aparecem nos dados oficiais. A covid-19 escancara essa ‘pouca-vergonha’. Para a Copime, é importante a gente identificar quais as endemias que mais atingem as populações indígenas nas cidades, até para criar uma política de saúde de enfrentamento”, alerta ela.

Segundo Marcivana, em Manaus e outros municípios do interior do Amazonas há indígenas com tuberculose, diabetes, câncer e malária, mas os números não aparecem no sistema da Secretaria Estadual de Saúde (Susam) nem das Secretarias Municipais de Saúde, incluindo a da capital.

Alto Solimões perdeu 16 parentes



Desenho de crianças Kokama da Comunidade Indígena Monte Santo. (Foto Cacique Gracildo Kokama)

“A doença está na cidade e está nas aldeias. Está matando nossos povos. Aqueles que estão tentando sobreviver em casa tomam remédio tradicional, indígena”, diz Edney Kokama Samias, uma liderança de seu povo. Ele afirma que já perdeu 16 pessoas de sua família para a covid-19, “fora os que estão passando muito mal”, destaca.

Nascido na comunidade Sapotal, Edney mora em Tabatinga, para onde se mudou para estudar. Ele e outras pessoas de sua família não são incluídos na contagem da Sesai. Edney também reclama que nem mesmo nos hospitais os profissionais de saúde querem registrar os pacientes indígenas com a sua etnia, porque eles são moradores da cidade, apesar de nunca terem abandonado sua tradição e manter relação com suas aldeias de origem.

“Sou responsável por todas as aldeias onde mora qualquer Kokama. Eu é que ensino a nossa tradição. Seguimos os costumes da aldeia mesmo morando na cidade. Na minha família tem muita gente com suspeita de covid-19, mas não tem como testar todo mundo. Já morreram parentes meus, materno ou paterno. Mas não temos como dizer quantos Kokama estão com o coronavírus porque não tem teste. Eles testam apenas quem tem sintomas muito graves”, diz.

O pai, Guilherme Samias, e o tio de Edney, Otaviano Samias, foram internados no Hospital da Guarnição do Exército em Tabatinga, por covid-19. Há mais de duas semanas Guilherme aguardava transferência para Manaus, mas o transporte ainda não foi viabilizado. No dia 30 de abril, enterrou o avô, que morreu com sintomas de covid-19. Nesta quinta-feira (14), Edney informou que seu pai faleceu.

“Por mais que o Ministério Público Federal tenha recomendado atender tanto índio que mora na cidade quanto na aldeia, o atendimento é diferenciado. Aqueles que não vêm da aldeia, eles [profissionais de saúde] ficam com um atendimento um pouco meio frio, desumano. Isso nos magoa; somos índios, mas podemos morar onde a gente quiser”, diz.

Eládio Kokama Curico, da Organização Geral das Comunidades e Cacique do Povo Kokama-Alto Solimões, há dias divulga periodicamente um apelo às autoridades nacionais e internacionais para ajudar o seu povo, diante da alta taxa de mortalidade entre seu povo.

“Nós, povo Kokama, estamos registrando óbitos todos os dias. Estamos aflitos e desesperados. Nós estamos indignados devido à negligência, descaso e omissão do poder público a nível Federal, Estadual e Municipal, apesar deste último já fizeram o possível para conter a propagação do vírus. Por ser uma região de fronteira com Peru e Colômbia de grande mobilidade terrestre e fluvial, as ações das autoridades se tornam insuficientes”, diz trecho da nota, assinada também por Edney Samias e Glades Kokama Rodrigues, presidente da Federação Indígena do Povo Kukami Kukamiria

do Brasil, Peru e Colômbia. Quando a nota foi divulgada, na semana passada, os Kokama registravam 9 óbitos por covid-19. Agora, são mais de 30, na contagem deles.

Nesta semana, com o prognóstico de aumento dos casos e óbitos, Eládio voltou a denunciar a grave situação. “Pedimos apelo às autoridades competentes para estruturar o hospital que temos aqui na região do Alto Solimões. Aqui não tem nada, desculpa eu falar isso, mas é a realidade. Infelizmente, só vemos falar em dinheiro, recursos, e não vemos nada de melhora na região. Em uma semana eu perdi oito parentes próximos. O povo indígena que mora no município não está tendo apoio de ninguém. É triste isso, ter parente que está morrendo no hospital e ninguém está nem aí”, diz Eládio Tikuna à Amazônia Real.

A liderança também reclama que sequer há meios de transportes para fazer transferências de indígenas doentes para Manaus. “A Sesai tinha UTI aérea até 2019. Pela burocracia do governo federal, não renovaram o contrato. Hoje é o momento em que a gente está precisando muito e não temos. Será que vamos esperar morrer mais 10, 20, 30, 50 pessoas para renovar o contrato dessa UTI área?”, questiona.



Profissionais da saúde atendendo povos Tikuna, em Santo Antonio do Içá (Foto: Sesai)

A professora Altaci Rubim afirma que a alta letalidade da covid-19 em indígenas Kokama tem abatido as comunidades, porque não há perspectiva de tratamento médico adequado frente ao contágio que se espalha e à ausência de ações de prevenção que considerem o modo de vida dos indígenas e suas formas de convivência social e familiar.

“É sempre difícil falar de uma coisa que é uma ferida aberta. Os nossos anciões estão indo. Todo dia nós recebemos notícias de três, quatro, cinco que se foram em Santo Antônio do Içá, em Manaus, em Tabatinga, em diferentes aldeias. É um número alarmante em um curto período. Muitos também estão sem o direito de se identificar como indígena ou de ter no seu laudo a morte por essa doença, porque não conseguiram fazer o exame”, diz Altaci.

Para Altaci, a ausência do poder público na atenção de saúde e na prevenção sanitária é também uma forma de dizimação do povo Kokama e dos indígenas do país.

Altaci Rubim atualmente mora na capital federal, onde leciona na Universidade de Brasília (UnB). Em permanente diálogo com os parentes de Manaus e de cidades do Alto Solimões, ela está envolvida em quase todos os aspectos do impacto da pandemia em seu povo.

A professora também atua na articulação com universidades e instituições humanitárias em busca de apoio neste período da pandemia. Em Manaus, Altaci mantém um projeto de ensino da língua Kokama, na comunidade Luar Verde, para crianças. Ela também é pesquisadora do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNSCA), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), coordenado pelo professor e antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Anciãos estão morrendo



No Parque das Tribos vivem mais famílias de 35 etnias indígenas
(Foto: Alberto César Araújo/Amazônia Real)

“O que está claro para todos é que o governo federal, em todas as áreas – saúde, educação, territórios – está alinhado para efetivar essa política genocida com os indígenas, silenciar a voz dos povos indígenas, para que nós não venhamos a ter força para continuar a resistência que ao longo da nossa história nós concretizamos. Eles querem acabar com as nossas histórias, nossas memórias, com nossos anciãos. Mas eles não sabem que toda vez que morre um ancião, nós somos renovados pelo mesmo ancião, porque nós somos frutos da terra”, afirma Altaci Rubim.

Com um fio de esperança em meio a tanta tragédia, a professora lembra que o ancião que se vai, pode inspirar outras gerações que o substituirá. “No seu devido tempo, o nosso ancião vem de volta, da terra, alimentar as nossas

raízes, as nossas roças. Vamos ser alimentados por elas e vamos continuar a viver, continuar a lutar. Essa pandemia serviu para que nós, povos indígenas, venham pensar novas estratégias. Ela mostrou que nenhum governo realmente tem uma política para os povos indígenas. Desde a colonização todos os governos que passaram, tudo que aconteceu ao longo da história serve para nós conhecermos que nenhum desses governos apoiou os povos indígenas. Nós temos que nos reorganizar, pensar em estratégias futuras para resistir”, diz.

MPF entra com ação



Indígenas no Parque das Tribos em Manaus (Foto: Marcella Haddad/Cáritas)/2019)

Nesta terça-feira (12), o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do estado do Amazonas (MP-AM), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) ajuizaram ação civil pública, com pedido de liminar, para que os governos federal e

estadual adotem medidas urgentes de saúde para tratamento da covid-19 na região do Alto e Médio Solimões e no município de Atalaia do Norte (a 1.138 quilômetros de Manaus).

Entre os pedidos da ação estão a ampliação e a estruturação de leitos no Hospital de Guarnição de Tabatinga (HGUT), para garantir acesso universal e igualitário, enquanto durar a pandemia de covid-19, a militares e civis, indígenas ou não indígenas.

Os órgãos pedem ainda, na ação, que a União e o estado do Amazonas sejam obrigados a apresentar um plano de atendimento a indígenas e não indígenas da região em estado grave de saúde. O plano deve incluir a transferência de pacientes em estado grave para Manaus ou outros estados do País, garantindo pronto atendimento. A ação civil pública abrange os municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, Amaturá, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tonantins, Jutá e Atalaia do Norte.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO QUILOMBO SANTO ANTÔNIO/PENALVA/MA – NOTA DE PESAR E DE AGRADECIMENTO AO PADRE JOSÉ BRÁULIO SOUZA AYRES

Gardenia Ayres⁶¹²



Padre Bráulio (1954-2020)

O Padre Bráulio (1954-2020) nos deixa saudades e o precioso ensinamento de viver em comunidade, de ser comunidade viva, presente, fraterna e engajada. Ele vive em nós, nos nossos sorrisos, em nosso vocabulário singular utilizado no meio familiar, nos valores ancestrais partilhados, em sua determinação no enfrentamento às desigualdades sociais, em particular as referentes às comunidades negras.

612. Sócia da Associação de Moradores do Quilombo Santo Antônio/Penalva/MA

Nascido na comunidade quilombola Santo Antônio/Penalva/MA, desde sua infância teve sua vocação anunciada e fortalecida no seio familiar, adepto do catolicismo popular e praticante das rezas de “ladainhas e excelências”. Oitavo de onze irmãos/irmãs, ele reforçou sua vocação ao Sacerdócio, ingressou no seminário Santo Antônio em 1976 e foi ordenado Presbítero em 1981. A vida de Pe. Bráulio, consagrada ao Sacerdócio, caminhou junto às causas sociais, às questões etnocorraciais, aos pobres e marginalizados.

Dentre as funções exercidas, foi Pároco da Paróquia do Divino Espírito Santo (Liberdade, Floresta e Fé em Deus); Vice- Reitor do Seminário Santo Antônio; Reitor da Paróquia e Santuário de São José de Ribamar; Pároco da Paróquia São José do Bonfim; Professor de Antropologia Teológica do IESMA; Coordenador da Pastoral dos Negros Regional e Nacional e da Coordenação de Padres Negros do Brasil. Graduou-se em Filosofia e Teologia, mestre e doutor em Antropologia Teológica. Atualmente, era Pároco da Paróquia da Santíssima Trindade na Cidade Olímpica, bairro periférico de São Luís.



.Nossa referência, orgulho da nossa gente, da nossa comunidade, Pe. Bráulio “viajou o mundo”, estudou em Roma, visitou a África, onde dizia ter reencontrado o semblante de muitos dos nossos parentes. Ele foi influência

decisiva na educação e formação escolar de seus familiares, na organização das Comunidades Eclesiais de Base, na formação de jovens em bairros periféricos e na formação do Sacerdócio maranhense.

Vítima da Covid 19, no dia 18/05/2020, Padre Bráulio voltou para os braços do Pai, conforme nos ensina a fé que professamos. Agradecemos pelo tempo que esteve conosco, pelos ensinamentos que nos transmitiu, pelos laços e redes de solidariedade aos quais nos deixou irmanados, tornando difícil mensurar o alcance do que nos transformou numa grande família, envolvida no espírito de comunidade que vive em nós, superando credos, fronteiras e preconceitos.

Nosso quilombo está de luto, mas é aqui o lugar de luta, onde ele deu os primeiros passos, que seguiremos cultivando e partilhando seus ensinamentos.

Ao Padre Bráulio, nossas homenagens e sinceros agradecimentos!

DONA MARIA MERCÊS DE BARROS (MÃE) E ALESSANDRA BARROS FREITAS (FILHA): DOR E LUTO NO QUILOMBO SÃO SEBASTIÃO DE BURAJUBA, BARCARENA, PARÁ



.A Diretoria da Comunidade Quilombola de São Sebastião de Burajuba lamenta a morte de Dona Maria Mercês, nessa manhã de sábado. Dona Maria contribuiu muito na luta dessas terras, exerceu mandatos de presidente do Conselho Fiscal e Vice-Presidente da Associação.

Nossos sentimentos aos seus familiares e amigos.

A Nota de Pesar da Diretoria da Comunidade Quilombola de São Sebastião de Burajuba nos chegou por mensagem de whatsapp que circulou, no dia 16 de maio de 2020, entre os quilombolas de Barcarena anunciando o falecimento de Dona Maria Mercês de Barros, com 52 anos.

O trágico que ronda todo e tudo continua ultrapassando e marcando as vidas e famílias em Barcarena e neste dia, 20 de maio de 2020, faleceu a jovem ALESSANDRA BARROS FREITAS, 25 anos, uma das cinco filhas de Dona Maria Mercês, que teve oito filhos. Mãe e filha tiveram como causa de óbito COVID 19. Elas foram atendidas na UPA de Barcarena que fica próxima do Hotel Equinócio.

Nos relatou o Presidente da Associação Quilombola de São Sebastião de Burajuba que ambas trabalhavam no seu pequeno restaurante.

Dona Maria Mercês dedicou-se à Associação Quilombola e em dois períodos ocupou a vice-presidência e soube lutar e defender o território e os direitos dos quilombolas de Burajuba, negados pelas instituições locais e solapados pelo desenvolvimentismo que retirou centenas de famílias dos seus sítios, polui e contamina solo, ar, igarapés, rios e praias.

Para Maria Mercês e Alessandra nossa homenagem e amor.

Oferecemos o poema *No me mueve, mi Dios, para quererte* (atribuído a Sor Juana Inês de la Cruz).

Aqui o recitamos com força:

*No me mueve, mi Dios, para quererte
el cielo que me tienes prometido,
ni me mueve el infierno tan temido
para dejar por eso de ofenderte.*

*Tú me mueves, Señor, muéveme el verte
clavado en una cruz y escarnecido,
muéveme ver tu cuerpo tan herido,
muévenme tus afrentas y tu muerte.*

*Muéveme, en fin, tu amor, y en tal manera,
que aunque no hubiera cielo, yo te amara,
y aunque no hubiera infierno, te temiera.*

*No me tienes que dar porque te quiera,
pues aunque lo que espero no esperara,
lo mismo que te quiero te quisiera.*

PURAKÉ ASSURINI E IRANOA ASSURINI, NOTA DE PESAR

Prof. Peppe Assurini



Eu Waremoa Assurini, o popular prof. Peppe, venho através deste informar o falecimento daqueles que em vidas se chamaram cacique Puraké Assurini e Iranoa Assurini, carinhosamente chamada de dona Luzia, ambos irmãos, ocorrido ontem entre 22:00 as 23:00 horas da noite. Seu puraké se encontrava no HRT e dona Luzia estava internada na UPA aguardando leito. A comunidade Assurini lamenta muito dessas duas perdas imensuráveis que ficaram em nossas memórias. Uma enciclopédias viva de conhecimentos tradicionais históricas e milenares do povo Assurini que se fecha e vai para a biblioteca divina. Eu enquanto filho do cacique Puraké Assurini fico muito abalado e muito triste com tudo isso que está acontecendo, até porque dia 22 perdi minha mãe, dia 23 o cacique Sakamiramé e ontem dia 24 perdi meu pai. Então isso é muito doloroso para mim.

#AssuriniEmLuto.

JOÃO CÂNCIO DA SILVA PAULINO, KARAPÃNA

Maria Alice da Silva Paulino Karapãna⁶¹³

João Câncio da Silva Paulino Karapãna nasceu em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, no dia 20 de outubro de 1961. Faleceu no dia 20 de maio de 2020, vítima de Covid-19.

O primeiro filho do Sr Manoel Paulino indígena Karapãna e dona Otilia da Silva indígena Piratapuia.

Acompanhou o trabalho do seu Manoel Paulino na FUNAI, chegou a trabalhar na Funai, serviu no exército Brasileiro no 1º BIS, uma pessoa tranquila, trabalhadora, sempre disponível a ajudar seja quem fosse, falava pouco, brincalhão, conhecedor de várias fibras da mata para construção de barracão ou malocão, madeira, palhas, traçado, caçador, pescador, entre outros conhecimentos tradicionais que compartilhou com aldeia Kuanã-Rio Cuieiras, aldeia Santa Maria e aldeia Yupirungá. Foi uns dos arquitetos do museu Karapãna (Centro de Ciências e Saberes Karapãna) no Tarumã-Açú Manaus/AM. Um ser humano que não teve oportunidade de ter um velório digno e nem cuidado no hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz como cidadão indígena e sem o direito de escolher como queria o seu tratamento de forma natural sem ser entubado.

613. Indígena Karapãna e graduanda do curso de teatro da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).



João Cância à mesa em sua casa.





João Câncio na inauguração do Centro de Ciências e Saberes Karapãna do qual foi um dos arquitetos, em 26 de outubro de 2019.



Centro de Ciências e Saberes Karapãna, inaugurado em 26 de outubro de 2019, Aldeia Yupirungá, Tarumã-Açu, Manaus, Amazonas.



João Cância da Silva Paulino.



Enterro de João Cância da Silva Paulino na vala coletiva cemitério Nossa Senhora Aparecida, Manaus-AM, acompanhado por três de seus irmãos, enquanto seu pai continuava hospitalizado.

JORGE VALERA, NOTA DE PESAR

Amigos e amigas, é com muita tristeza que comunico a todos, a passagem do meu tio Jorge Varela, que acaba de fazer a passagem está noite. O tio Jorge foi o primeiro agente de saúde, do povo Shawãdawa, lutou com seus irmãos e sua mãe e minha avô, pela demarcação da nossa terra. Hoje trabalhava como servido da SESAI do Distrito do Jurua. O Covid-19 levou o meu tio. Essa é a terceira morte de indígenas no Acre nessa pandemia do Covid-19.

Francisca Oliveira de Lima Costa, conhecida como Chica Arara – Sobrinha de Jorge Varela

Conheço o Jorge Varela na década de 1980, quando ajudamos o seu povo Shawãdawa nas mobilizações políticas pela demarcação da sua TI Arara do Igarapé Humaitá. Grande figura. Trabalhou como agente de saúde na sua comunidade, na Funai e na Sesai.

Txai Terry Aquino

CARLOS NOBRE DA COSTA SANTOS MURA

Jardeline dos Santos Costa⁶¹⁴

É com pesar que comunicamos o falecimento do Sr. Carlos Nobre da Costa Santos Mura, Irmão do Cacique Cezar, Tio do Gean Kokama da comunidade Nova Esperança KOKAMA.

À Família enlutada nossos mais profundos sentimentos de condolências.

614. Presidenta da Associação dos Índios Kokamas Residentes no Município de Manaus- AKIM/AM



Carlos Nobre da Costa Santos Mura



Enterro do Sr. Carlos Nobre da Costa Santos Mura no cemitério Nossa Senhora Aparecida, Tarumã, Manaus-AM.

JUVENAL LUZ BENTO: NOTA SOBRE UM HOMEM VENCIDO PELO CORONAVÍRUS MESMO EM TEMPO DE RESISTÊNCIA

José Luís Souza de Souza⁶¹⁵



Senhor Juvenal Luz Santos festeja seu aniversário rodeado de filhos, netos, bisnetos.

O senhor JUVENAL LUZ BENTO residiu por muitos anos em São Caetano, onde viveu com sua esposa, filhos, netos e bisnetos. Era ex-militar, agricultor, pescador, extrativista, artesão. Uma pessoa detentora de muitos conhecimentos adquiridos durante seus 97 anos nessa terra. Na comunidade era conhecido pelo apelido de Tio Ná. Lutava muito pela titulação territorial da comunidade, também tinha uma luta incansável pela natureza, tanto é que há uma área de mata chamada Caju da qual nunca abriu mão e deixava apenas os filhos fazerem pequenas roças de mandioca, assim como era restrita a retirada de açaí e bacaba fora de época. Tentava fazer manter o respeito na comunidade.

615. Grupo de Combate ao Covid 19 nas Comunidades Quilombolas no Município de Salvaterra

Siricari está inserida entre as 15 comunidades do território quilombola de Salvaterra no qual o Grupo de Combate ao Covid 19 nas Comunidades Quilombolas no Município de Salvaterra vem adotando medidas de proteção. Hoje essa comunidade possui aproximadamente 41 famílias. O nome Siricari é de origem indígena e tem dentro de seu único território nomes que eram dados no passado pelos moradores antigos os quais faziam referência há algo que lhe trazia uma representatividade marcante. Ela tem a parte do centro chamada Arrozal, assim como as áreas que levam os nomes de santo como eram nomeadas as terras no passado devido os proprietários serem muito devotos como São Cristóvão, parte leste do quilombo abrangendo uma família e seus membros, assim como São Caetano que se localiza na parte oeste. Ambas as partes da comunidade concentram famílias numerosas e tradicionais deste quilombo.

Na pandemia do Coronavírus as medidas tomadas pelo Grupo de Combate, com envolvimento da comunidade, resultaram na construção de uma barreira sanitária de controle de entrada e saída. Porém muitas das pessoas da comunidade necessitaram viajar a Belém para a retirada do benéfico do seguro defeso bem como o auxílio emergencial do governo federal, assim como outros preferiam enfrentar as grandes e aglomeradas filas na casa lotérica de Salvaterra tendo que dormir de um dia para o outro na fila.

As tomadas de precauções eram muitas mais nada disso foi tão suficiente para impedir a chegada do vírus nessa comunidade a qual foi a primeira a ter caso de infecção, atingindo o homem mais velho de todas as comunidades quilombolas de Salvaterra.

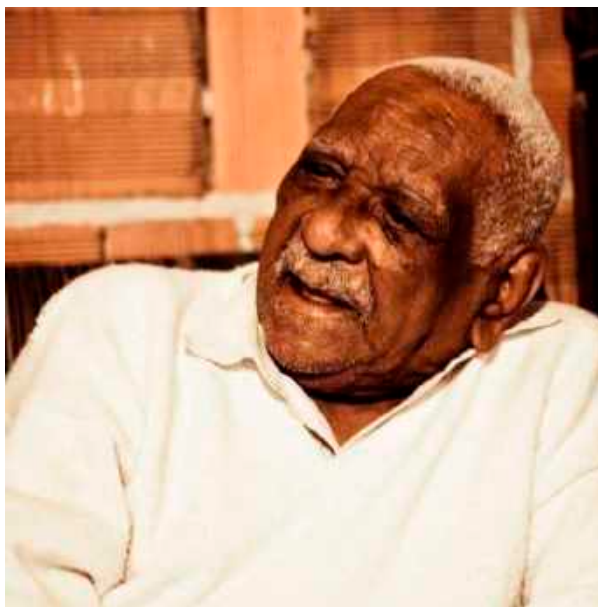
O senhor Juvenal Luz Bento era filho de um dos fundadores da comunidade. De forma dedicada organizava as festas religiosas, cuidou da abertura da escola. A idade nunca foi o problema para ele pois ia sempre de bicicleta na comunidade vizinha DEUS AJUDE visitar os parentes e amigos, bem como ultimamente estava indo caminhando de pés. Era homem católico, muito religioso que sobreviveu seus últimos anos com pressões para que virasse evangélico mais resistiu.

O Covid alcançou ele através de pessoas assintomáticas (pessoas que não apresentam sintomas). Foi internado no hospital municipal de Salvaterra, depois ficou em isolamento domiciliar. Por último, foi encaminhado para o hospital Abelardo Santos em Belém. Foi vencido pelo Covid 19 no dia 04 de junho de 2020. Infelizmente não pode ser enterrado em suas terras, nem visto por seus familiares uma vez que as recomendações da Organização Mundial da Saúde exigem que sejam seguidos seus protocolos.

Nossa homenagem ao carinhoso Tio Ná.

Que descanse em paz!

BENTO, UM DOS FUNDADORES DA UNIDOS DA PIEDADE MORRE AOS 93 ANOS



Fonte: A Gazeta: “créditos à família. 19/06/2020.

Nascido e criado no Morro da Piedade, em Vitória, Omício Elias Silva, mais conhecido como Sr. Bento morreu em decorrência da Covid-19. Foi um dos fundadores, ao lado de Aloísio Paru, da Escola de Samba Unidos da Piedade, onde morou nesta comunidade desde 1912.

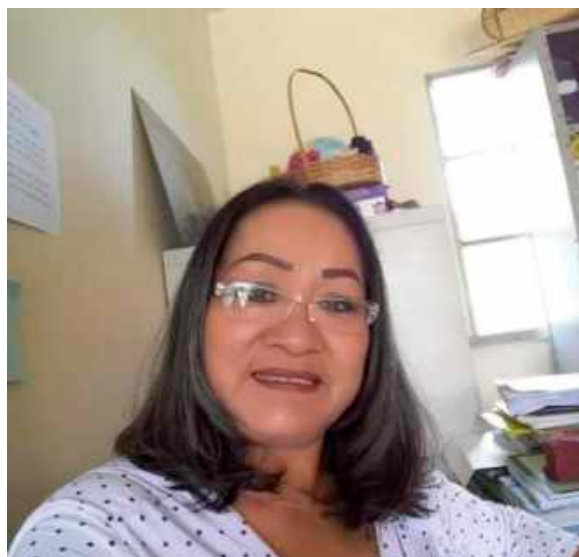
De acordo com seu neto, Jocelino Junior, em entrevista concedida ao jornal *A Gazeta*, afirma que seu avô foi “Sempre muito trabalhador, pai de 14 filhos, uma centena de netos, outras dezenas de bisnetos e alguns tataranetos já. Defensor da justiça, da igualdade, da irmandade, da coletividade (...). Diz ainda “Sobre o que ele significa para mim e para todos os outros netos e familiares: um pilar, um dom de sabedoria, conhecimento nato”.

Fonte: *A Gazeta*. Matéria: **Aos 93 anos, morre Sr. Bento, um dos fundadores da Unidos da Piedade**. Disponível no endereço:

<<https://www.agazeta.com.br/es/obituario/aos-93-anos-morre-sr-bento-um-dos-fundadores-da-unidos-da-piedade-0620>>. Acessado no dia 23/06/2020.

PROFESSORA BERNITA MIGUEL, POVO MACUXI

Conselho Indígena de Roraima (CIR)



Fonte: via whatsapp, 2020.

Faleceu no dia 21 de maio de 2020, vítima de Covid-19, a acadêmica Bernita Miguel, do povo Macuxi. Bernita cursava Licenciatura Intercultura no Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima e ainda atuava como professora de língua Macuxi na Escola Estadual Indígena Artur Pinto, na comunidade Nova Esperança/Alto São Marcos/terra indígena São Marcos, no município de Pacaraima/RR.

PROFESSOR MACUXI FAUSTO MANDULÃO, NOTA DE PESAR

Conselho Indígena de Roraima (CIR)



Foto: Fausto Mandulão. Via: Glycyá Ribeiro

A commemorative poster for Professor Fausto da Silva Mandulão. At the top center is the logo of the Conselho Indígena de Roraima (CIR), which consists of a colorful flower-like shape with the acronym 'CIR' below it. The main title of the poster is 'NOTA DE PESAR EM MEMÓRIA DO GRANDE LÍDER FAUSTO DA SILVA MANDULÃO'. To the right of the title is a black and white portrait of Professor Fausto. Below the title and portrait is a block of text in Portuguese. At the bottom of the poster, it says 'Conselho Indígena de Roraima, 9 de junho de 2020'.

Fonte: CIR

O professor Fausto da Silva Mandulão é o terceiro professor a falecer por conta da pandemia do Covid-19. Fausto é do povo Macuxi e foi um dos pioneiros a defender a educação indígena de forma específica e diferenciada para as comunidades indígenas de Roraima. Atualmente estava morando na comunidade Tabalascada – região Serra da Lua e atuava no corpo docente na Escola Estadual Indígena Professor Ednilson Lima Cavalcante. Fausto era formado em Licenciatura Intercultural, habilitado em ciências sociais pelo Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima. Foi representante da Comissão de Professores Indígenas do Amazonas (Copiam), integrante da comissão que discutiu em 2005 a política voltada à educação escolar indígena, foi coordenador da Organização dos Professores Indígenas (OPIRR), e ainda participou da construção do Protocolo de Consulta da Região Serra da Lua. O professor Fausto deixa cinco filhos e onze netos.

Fonte: Nota do Conselho Indígena de Roraima.

PROFESSORA MAIKA, PROFESSOR LUIZ EMILIANO E GETÚLIO TOBIAS (CIR)

Conselho Indígena de Roraima (CIR)



Foto: Professora Maika Ferreira Melo e Professor Luiz Emiliano



Mais dois professores indígenas que atuavam nas comunidades de Roraima foram vítimas do Coronavírus.

A professor Maika Ferreiras faleceu as 4 horas da manhã do dia 04 de junho de 2020. Atualmente fazia parte do quadro de professores da Escola Estadual Indígena Riachuelo, na comunidade Sucuba, região Tabaió (Alto Alegre), mas já tinha atuado em outras comunidades como Serra do Truarú, na Escola Estadual Indígena José Aleixo Angelo. Trabalhava com a turma do 3º ano do ensino fundamental I. Maika deixa duas filhas, um filho e seu companheiro.

Ainda no dia 04, faleceu também o professor Luiz Emiliano também da Escola Estadual Indígena Riachuelo. Luiz era professor de língua Wapichana.

Com estes dois, já são seis professores indígenas vítimas do Coronavírus:

Professora Bernita Miguel, povo Macuxi.

Fausto Mandulão, povo Macuxi

Professora Dulcirene Freitas, povo Taurepang

Professora Elizabeth Ribeiro, povo Wapichana.

Professora Maika Ferreira Melo

Professor Luiz Emiliano, povo Macuxi

DUCIRENE FREITAS E ELISABETH RIBEIRO, NOTA DE PESAR

Conselho Indígena de Roraima (CIR)



NOTA DE PESAR EM MEMÓRIA DAS PROFESSORAS:

Dulcirene Freitas **Elisabeth Ribeiro**

O Conselho Indígena de Roraima (CIR) vem neste momento de muita dor e tristeza prestar condolências aos familiares e amigos das professoras Dulcirene Freitas de Lima, 47 anos, da etnia Taurepang que foi a óbito no dia 30 de maio, e também da professora Elisabeth da Silva Ribeiro, 37 anos, da etnia Wapichana, que faleceu nesta segunda-feira (2). Mulheres fortes e guerreiras, ambas foram vítimas do novo coronavírus e faleceram na escola indígena Tukaua Luz Cadete, na comunidade Canasahí, região Serra da Lua. Deixamos nossos sentimentos à comunidade Canasahí em nome das 246 comunidades indígenas que representamos no estado e rogamos a Deus que as receba em seus braços. Informamos ainda que com estes dois novos óbitos chegou a quatro o número de professoras indígenas vítimas da covid-19 em Roraima e por isso também manifestamos nossa preocupação, pois outros docentes indígenas também vêm apresentando sintomas nas comunidades. Exigimos que a Secretaria de Educação do Estado de Roraima tome providências quanto às formas de auxílio que estão sendo aplicadas nas comunidades, uma vez que os professores vêm sofrendo pressão para dar conta de sua tarefa mesmo em meio à pandemia. Reafirmamos nosso compromisso de defender nosso povo. Seguimos firmes!

Conselho Indígena de Roraima, 03 de junho de 2020

NARSIO BARNABÉ MACUXI, NOTA DE PESAR

Conselho Indígena de Roraima (CIR)



NOTA DE PESAR E REPARAÇÃO

Neste momento de tristeza e dor o Conselho Indígena de Roraima, representante das 246 comunidades indígenas, vem ao público prestar solidariedade aos amigos e familiares do parente Narsio Barnabé da Silva, 61 anos, etnia Wapichana, da comunidade da Barata, região Tabaco. Ele atuou como Tukaua, e veio a óbito ontem, 11 de junho de 2020. Conforme a notícia repassada hoje mais cedo, afirmamos que tinha sido de Covid-19, na verdade foi apenas uma cuspida, no qual, não teve confirmação e nem foi possível verificar a causa da morte pois o falecimento foi na comunidade, mas foi uma vida que assim como os outros deixaram para trás suas tradições, seus legados e suas conquistas. Lamentamos pela perda de nossos parentes. Deixamos nossos profundos sentimentos e o desejo que suas trajetórias possam continuar vivas em nossa memória.

Força e coragem à comunidade Barata.

Fonte: CIR

DIONITO JOSÉ DE SOUZA MACUXI, NOTA DE PESAR

Conselho Indígena de Roraima (CIR)



LUCIANO PERES, NOTA DE PESAR

Conselho Indígena de Roraima (CIR)



ALVINO ANDRADE DA SILVA, NOTA DE PESAR

Conselho Indígena de Roraima (CIR)



NOTA DE PESAR



Manifestamos nosso pesar e solidariedade aos familiares e amigos do professor Alvino Andrade da Silva, 59 anos, etnia macuxi, pelo falecimento ocorrido neste sábado (20), vítima da COVID-19. O professor Alvino Nasceu na Comunidade Indígena Boqueirão, região Tabaió, município de Alto Alegre, atualmente residia na capital Boa Vista. Formado em Filosofia e sociologia, militante atuante do movimento indígena em Roraima, participou do grupo que elaborou a proposta inicial do Instituto de formação Superior Indígena da UFRR – INSIKIRAN, coordenou o projeto E'ma Pia, plano base para o ingresso de estudantes indígenas na UFRR nos diversos cursos da graduação através do Processo Seletivo Específico para Indígenas-PSEI, foi integrante na elaboração da implantação do Programa do Território da Cidadania da T.I Raposa Serra do Sol e São Marcos em Roraima de 2008 a 2012. Também foi Assessor Especial do reitor da Universidade Estadual de Roraima de 2015 a 2017. Alvino deixa a esposa e um casal de filhos. Manifestamos nossos mais sinceros sentimentos, e rogamos que Deus possa confortar os vossos corações e dar muita força a todos neste momento de dor e tristeza, agradecendo a sua incansável luta pelas conquistas do movimento indígena.

Conselho Indígena de Roraima, 21 de junho de 2020



MANIFESTO MUNDURUKU: ESTAMOS DE LUTO! - CACIQUE VICENTE SAW, PROFESSOR AMÂNCIO IKON MUNDURUKU, JERÔNIMO MANHUARY, ANGÉLICO YORI E RAIMUNDO DACE

Movimento Munduruku Ipereg Ayu



MANIFESTO MUNDURUKU

Estamos de luto!

"O rio é nosso tudinho. Vivemos da terra. Da cabeceira até a boca. Então, esse é nosso pensamento, dizer que está fora da área, não está. Está onde nós moramos, nós andamos em todo canto, não é só num lugar não. Então é muito bom vocês ouvirem a gente, nós temos o nosso pensamento, vocês tem o seu. Tem que mostrar também a nossa força, porque estamos no nosso direito, para defender o nosso rio, não pode estragar nosso rio e nossa mata".

Essa foi a fala do grande Cacique Vicente Saw, da aldeia Sai Cinza que nos deixou no dia 01 de junho com setenta e um anos e com muito conhecimento sobre a defesa de nosso território que o pariwat quer destruir de várias formas. Também nos deixou no dia de hoje (02 de junho), o guerreiro e professor Amâncio Ikon Munduruku, com apenas sessenta anos, uma grande liderança no médio Tapajós, Tio Amâncio inspirava os demais. Está sendo uma das formas de destruição de nosso povo, a morte dos nossos sábios, nossos velhos, nossos conhecedores.

Essas perdas não têm como reparar, esses senhores são guardadores do conhecimento que partiram pela doença covid-19. Perdemos também, Jerônimo Manhuary (86 anos), Angélico Yori (76 anos) e Raimundo Dace (70 anos) para o coronavírus. São cinco Munduruku internados em estado grave em Jacareacanga, hospital sem UTI. Mais um Munduruku do médio que também esta internado. Essa mortandade no nosso povo não começa aqui, mas esse é um momento de luto para todos nós.

Cacique Vicente Saw e nossos sábios descansem em paz. Como dói perder uma liderança admirável, desejamos pêsames para todas as famílias Saw do povo Munduruku, e todo povo. É como perder uma biblioteca que ensinava a todos.

Perdemos um grande líder, grande guerreiro, que lutou muito pelos direitos dos povos indígenas e pelo povo Munduruku, um pai, sempre alegre, mesmo nas dificuldades, como nós Munduruku fazemos. Temos que resistir, tentar ser ainda mais forte, mesmo quando paramos e observamos que tem muitas estrada ou rios para caminhar e que não devemos perder as esperanças.

Que Karosakaybu, nosso criador, o acompanhe para um bom lugar. Vocês, nossos anciões, deixaram legado à resistência Munduruku!!!

Amâncio Ikon Munduruku, Vicente Saw Munduruku, Angélico Yori, Raimundo Dace e Jerônimo Manhuary, Presente!

HIGINIO PIMENTEL TENÓRIO, NOTA DE PESAR

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)



NOTA DE PESAR



É com imenso pesar que a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) comunica o falecimento do **Higino Pimentel Tenório Tuyuka**, professor, liderança e conhecedor tradicional Tuyuka, em Manaus, ontem, 18/06, às 23h30 por Covid-19, aos 65 anos.

A Federação presta os mais sinceros sentimentos de solidariedade à família e a todos por essa perda irreparável.



HOMENAGEM DA COIAB E DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA PARA O LÍDER BEPKOROROTI PAYAKAN KAYAPÓ

Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Manaus, 17 de junho de 2020



Partiu nesta manhã o grande líder Kayapó Bepkororoti, mais conhecido como Paulinho Payakan. Mais uma vida levada pela Covid-19! Para os povos indígenas, em especial os Kayapó, mais uma enciclopédia de conhecimento tradicional que se vai! Para nós, do movimento indígena, mais um companheiro de luta e liderança de referência que nos deixa!

Payakan saiu ainda jovem de sua aldeia e passou um tempo trabalhando com a Funai e conhecendo cidades e a vida fora da Terra Indígena, como estratégia para “pesquisar o mundo dos kuben (não-indígenas)”, como gostava de dizer. Quando retornou ao seu território, já como uma jovem liderança, teve participação fundamental em vários processos de luta do seu povo, inclusive na demarcação da Terra Indígena Kayapó nos anos 1980.

Payakan participou nas discussões da Assembleia Constituinte que asseguraram a inclusão dos Artigos 231 e 232 na Constituição Federal de 1988, tão importantes para os povos indígenas no Brasil. Inteligente, ótimo orador e grande estrategista, sua voz em defesa dos povos indígenas foi bem longe, no Brasil e no mundo, em várias viagens internacionais, divulgou a luta indígena, buscou parceiros e fez inúmeras denúncias.

Payakan também foi um grande defensor do meio ambiente, tendo papel chave na articulação dos povos indígenas com a temática ambiental e do desenvolvimento sustentável. Foi uma referência internacional para o assunto. Entre as várias homenagens, foi capa da importante revista Parade (Washington Post) com o título “O homem que poderia salvar o mundo”.

Payakan nunca deixou de usar sua inteligência e voz para lutar pelos povos indígenas. Sempre foi atuante na sua região, nos assuntos relacionadas aos Kayapó. Em 2016, foi eleito Presidente da FEPIPA, pois estava engajado na luta dos povos do Pará, e com frequência em Brasília em diversos movimentos, tendo presença marcante nos Acampamentos Terra Livre.

Payakan é o símbolo de uma liderança indígena! Muito ligada às suas tradições e orgulhoso da beleza da cultura Kayapó! Mas também ligado na modernidade, fazendo filmagens, tirando suas fotos e conectado com o mundo.

Da sua generosidade de compartilhar conhecimentos e sabedoria, da sua força e inteligência para a luta, mas também de sua alegria contagiante. Payakan nos deixa com muitas lembranças e inspirações! Ficaremos aqui dando continuidade as batalhas em defesa dos nossos direitos e com saudades e ótimas lembranças.

Vá em paz nosso GRANDE e INESQUECÍVEL GUERREIRO
Bepkororoti Payakan!

MORRE PRIMEIRO CACIQUE PUYANAWA MÁRIO CORDEIRO DE LIMA NO ACRE



Mário Cordeiro de Lima Puyanawa, de 77 anos, morreu vítima de Covi-19 neste sábado (20) —



Indígena reorganizou o povo Puyunawa ainda na década de 80 — Foto: Acervo/Rede Amazônica Acre



Foto Via: Terri Aquino

Fonte: G1/Globo. Matéria: Primeiro cacique Puyanawa de aldeia no AC morre por Covid-19: 'Legado da luta indígena', diz filho. Endereço: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/06/20/primeiro-cacique-puyanawa-de-aldeia-no-ac-morre-por-covid-19-legado-da-luta-indigena-diz-filho.ghtml>>. Acessado no dia 23/06/2020.

Faleceu no dia 20 de junho de 2020, o primeiro indígena ao se tornar cacique depois do contato com os brancos, Mário Cordeiro de Lima Puyanawa, de 77 anos, vítima do Covid-19. Pai de oito filhos, cinco mulheres e três homens, o cacique Mario Cordeiro é símbolo de luta pelos direitos indígenas e um dos pioneiros do movimento indígena no Acre.

Seu filho, José Ferreira Puyanawa, que hoje também é cacique, em entrevista concedida ao jornal *Globo*, afirma que : “Ele foi o primeiro cacique nomeado na aldeia depois do contato [com o branco] ainda na década de 80. Então, meu pai deixa essa marca, esse legado pela luta, demarcação das nossas terras, tudo com êxito. Esse homem era um grande amigo, que me ensinou a ser honesto e verdadeiro. Então, a vida dele foi muito isso. Nunca vi ele reclamando de nada, era leal e temente a Deus”

Conta ainda que:

O indígena deu entrada no Hospital do Juruá, em Cruzeiro do Sul, no dia 6 de junho. O cacique diz que o pai começou a sentir dor no corpo, febre e estava com muita tosse. Ele já havia tido alta da UTI, mas voltou ao apresentar piora.

“Ainda tratamos dele por uns seis dias na aldeia. Mas, foi piorando e quando foi para o Hospital de Mâncio, lá fez o exame e já deu positivo para Covid. Ele tinha muita tosse e cansaço”, conta.

BEKWYJKÀ METUKTIRE

Mayalú Txacarramãe



BERNADINA JOSÉ PEDRO, POVO MACUXI

Conselho Indígena de Roraima (CIR)



MEMÓRIAS, SABERES E PROJETOS QUE A COVID-19 NÃO CONSEGUE LEVAR: LIDERANÇA E ENSINAMENTOS DE TIA UIA NO QUILOMBO DA RASA (RJ)

Oswaldo Martins de Oliveira⁶¹⁶

Eu falei com meus irmãos, sim. Pode ser. Vai ser uma honra. Pra gente aqui vai ser uma honra está divulgando um pouco da história de nossa mãe. Vai ser uma honra, mesmo. (...) Tá bom,

616. Professor Associado de Antropologia no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisador filiado à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e vice-coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFES e coordenador do projeto de pesquisa “Africanidades Transatlânticas: cultura, história e memórias afro-brasileiras a partir do Espírito Santo” (O projeto desenvolvido por uma parceria celebrada entre a Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo e a UFES).

conversei com meus irmãos. Eles, pô! Não precisava nem você entrá em contato com a gente, rapaz! Uma coisa dessa, não pode deixar passar, não. Tá bom meu amigo? (Clóvis Oliveira da Costa, 37 anos, em 23/06/2020).



Tia Uia. Foto: Acervo da família



Tia Uia e sua mãe Eva M. Conceição. Foto: Ricardo Alvez

O objetivo do presente obituário é refletir sobre vida, projetos e morte ocasionada pela covid-19 a partir da memória de um dos filhos de Tia Uia sobre sua mãe, que foi uma liderança da comunidade quilombola da Rasa, em Búzios (RJ), e que teve o corpo levado por essa pandemia em 10 de junho de 2020. Carivaldina Oliveira da Costa, que nasceu em 03 de junho de 1941, depois de adulta passou a ser conhecida como Tia Uia, foi casada com Ernane Costa, do qual ficou viúva por volta de 1985 e teve que lutar sozinha para criar os oito filhos. No quilombo, além dos filhos, Tia Uia contava com a companhia de sua mãe, Eva Maria Conceição, que ainda está viva aos 110 anos de idade.

E minha mãe criou os filhos sozinha, entendeu? Nunca deixou faltar nada pra gente, sempre foi uma guerreira. E sempre ajudando o pessoal na Rasa. (Clóvis Oliveira da Costa, 23/06/2020).

Quando entrei em contato com Clóvis, seu filho, para obter a permissão para elaborar este obituário, para que seu nome, imagem e exemplo de vida permaneçam na memória dos vivos, sobretudo de seus sucessores e dos demais quilombolas, depois de consultar seus irmãos sobre tal possibilidade, disse-me ter sido repreendido por eles/as, pois teriam dito que essa era uma iniciativa que ele não precisava consultá-los, visto que a história de sua mãe deveria ser conhecida e reconhecida por um número máximo de pessoas possíveis. Tal é o sentimento de honra e gratidão dos filhos em relação à mãe que fez da vida uma doação em defesa deles/as e de outros integrantes da comunidade.

Enquanto enviava-me áudios a respeito de sua mãe, Clóvis falava também de suas ações, pois, inspirado nos ensinamentos dela, estava atuando em um projeto do Quilombo de distribuição de cestas básicas de alimento e água na comunidade, que teriam, segundo ele, sido enviadas pela Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (da qual sua mãe foi uma das associadas fundadoras) e por pessoas que os integrantes da comunidade nunca conheceram.

Além das imagens, Clóvis enviou-me fotos e áudios dele recordando as ações e projetos que sua mãe desenvolveu na comunidade quilombola da Rasa, como segue:

1º) Lembra que seus avós deixaram terrenos relativamente grandes para sua mãe e seu pai e que, devido ao fato de viverem em um território cobiçado na região, ao ficar viúva, como uma forma de se proteger, sua mãe foi assentando em terras que havia herdado famílias nordestinas que chegavam na comunidade com números elevados de crianças famintas pedindo alimentos. Ela ensinava que o mar era uma fonte de alimentação. Atualmente, segundo ele, existe mais de uma dúzia de famílias que chegaram do Nordeste assentadas em “terra de herança” de seus avós.

2º) Recorda com facilidade que a educação transmitida por sua mãe em relação a hospitalidade era extremamente rigorosa, pois quando chegava visita em casa, ela colocava “a gente pra comer na varanda e botava os de fora na mesa pra comer”. Afirma que a casa estava sempre cheia de sobrinhos dela e de outros parentes de longe que tiravam proveito da bondade dela, mas mesmo assim estava sempre alegre, o que teria lhe rendido o apelido de Tia.

3º) Afirma que tem entre 25 e 30 anos que sua mãe entrou no movimento quilombola, onde ela conseguiu algumas políticas públicas para a comunidade, como: um laboratório ortodôntico, cestas básicas de alimentos para as famílias, um projeto de pesca relacionado a maricultura, obtenção de equipamentos de informática (30 computadores) para ensinar às crianças da comunidade.

Por fim, é a falta de projetos, de políticas públicas e de cumprimento do dever constitucional do Estado e dos governos brasileiros que colocou a comunidade quilombola da Rasa e outros quilombos no território nacional em estado de precariedade e vulnerabilidade frente a pandemia da covid-19. Tia Uia, que ainda tinha muito a viver e a ensinar para sua comunidade, foi mais uma vítima do descaso e da prática genocida do governo brasileiro frente à pandemia. Na Rasa, até o dia da morte de Tia Uia, eram 14 pessoas infectadas, e ela foi à terceira vítima da covid-19 a vir a óbito na comunidade.

Devido às boas ações desenvolvidas por sua mãe na comunidade e por ela pertencer à igreja pentecostal Assembleia de Deus, ao final, Clóvis a definiu com as seguintes palavras: “Então minha mãe, aqui dentro da comunidade, foi uma mulher de Deus!”. Por isso, complementa ele: “Ela foi uma mulher que deixou o legado dela. (...) Isso é um pouquinho da história da minha mãe”.

GRACILIANO PENA TUKANO

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)



NOTA DE PESAR



A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) vem manifestar os mais sinceros sentimentos de solidariedade à família do Graciliano Pena Tukano, que faleceu, hoje, 30/06, aos 80 anos, mais uma vítima de covid-19 no município de Santa Isabel do Rio Negro.

Como conhecedor tradicional a liderança contribuiu ativamente no movimento indígena no município, especialmente através da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro - Acimrn. Inspirou e participou da formação das novas lideranças indígenas que atuam hoje na região. Mais uma perda irreparável para os povos indígenas do Rio Negro.

Desejamos força e luz, que Deus conforte o coração de todos os familiares.



DOCINEIDE PALMARI, LIDERANÇA DAS MULHERES INDÍGENAS



NOTA DE PESAR

O CACIQUE ZÉ BAJAGA APURINÁ VEM POR MEIO DESTA EXTERNAR SEU PROFUNDO PESAR PELA PASSAGEM DA SRA. DOCINEIDE PAUMARI, LIDERANÇA DAS MULHERES INDÍGENAS QUE HOJE TOMBA VÍTIMA DA TERRÍVEL PANDEMIA DE COVID 19.



DOCINEIDE DEIXA SEIS FILHOS E O MARIDO AGENOR PAUMARI. DESCANSE EM PAZ GUERREIRA, ESTAMOS DE LUTO E EM ORAÇÃO.

☆ 20/02/1972
+ 02/07/2020

CACIQUE RONALDO CLAUDINO KAINGANG



Joziléia Daniza Kaingang

27 min · 🌐



Nossa família sente a dor de perder um dos nossos, meu primo Cacique **Ronaldo Claudino**, vítima da COVID19. Choramos juntos tia **Odila**, a esposa **Lúcia**, **André Inácio Claudino**, **Cássia Inácio Claudino**, **Vera Lucia Claudino** e todos os irmãos, filhos, netos, sobrinhos, sobrinhas, tias e tios, primos e primas, a comunidade da **Serrinha Terra Indígena**.

A impossibilidade de nos despedirmos de seu corpo, de não poder chorar juntos a sua passagem, violenta nosso modo de ser Kaingang mais uma vez.

Descanse em paz Roni.



FERNANDO MAKARI WAI WAI

Conselho Indígena de Roraima (CIR)



NOTA DE PESAR E REPÚDIO

O Conselho Indígena de Roraima, em nome das 246 comunidades, vem a público manifestar as sinceras condolências aos familiares, amigos e toda a população do povo Wai Wai, pelo falecimento da primeira vítima da Covid-19 da região, o parente Fernando Makari Wai Wai, ocorrido ontem (04) no Hospital Geral de Roraima.

Conforme o relato do filho do seu Fernando, a assistência social do HGR, está pretendendo enterrar o corpo no cemitério de Boa Vista. O povo wai wai defende que isso é inadmissível, pois vai de encontro com a tradição, a cultura e os costumes e a cosmovisão wai wai em relação aos seus mortos.

A vontade da comunidade é realizar o enterro conforme as suas tradições, mas claro, desde que seguindo os parâmetros e as recomendações sanitárias.

O CIR recebeu um documento da região em nome do povo Wai wai explicando sobre a ação feita pela equipe da SESAI no dia 23 de junho de 2020. De acordo com as lideranças o atendimento foi péssimo sendo feito às pressas e com total desrespeito com a saúde indígena. As lideranças ainda ressaltaram a falta de medicamentos nos postos de saúde.


Diante disso, repudiamos veemente esse modo de atendimento feito pela equipe da SESAI, e exigimos mais respeito com a população indígena, são vidas de nossos parentes que estão em risco.

Quanto à remoção do corpo do senhor Fernando, esperamos que as autoridades atendam o pedido das lideranças para que a cultura, as crenças e tradições do povo Wai wai sejam respeitados para realizar o ritual fúnebre.

Conselho Indígena de Roraima, 05 de julho de 2020.

SÉRGIO XEHEMA WAI WAI


Conselho Indígena de Roraima (CIR)



NOTA DE PESAR

O CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA VEM MANIFESTAR O MAIS PROFUNDO SENTIMENTO DE DOR E TRISTEZA PELO FALECIMENTO DO PARENTE SERGIO XEHEMA WAI WAI, DE 83 ANOS, DA COMUNIDADE XAARI, REGIÃO WAI WAI, OCORRIDO ONTEM (05) NO HGR, VÍTIMA DA COVID-19. O CIR SOLIDARIZA COM O SOFRIMENTO DOS FAMILIARES, AMIGOS E TODA A POPULAÇÃO DA REGIÃO WAI WAI, PERANTE ESSA PERDA IRREPARÁVEL PARA O MOVIMENTO INDÍGENA. QUE DEUS CONFORTE E DÊ FORÇAS PARA OS FAMILIARES PARA CONTINUAR NESSA LUTA, POR DIAS MELHORES.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA, 06 DE JULHO DE 2020.



CARTA DO POVO WAI WAI – ALDEIA XAARY (RORAIMA)

Associação do Povo Indígena Wai Wai Xaary (APIWX)



ASSOCIAÇÃO DO POVO INDÍGENA WAI WAI XAARY
ASSOCIAÇÃO DO POVO INDÍGENA WAI WAI



CARTA DO POVO WAI WAI - ALDEIA XAARY (RORAIMA)

Pelo direito de sepultarmos nossos mortos com dignidade

Nesta carta, nossa comunidade faz um apelo às autoridades públicas responsáveis pela saúde em Roraima para **NÃO AUMENTAR** o sofrimento de nosso povo, que já está grande com as mortes de três dos nossos parentes por conta da Covid-19. Pedimos o respeito a um direito humano fundamental: o da dignidade da morte e do sepultamento. Morreram: Poriciwi da aldeia Mapuera (Pará), no dia 05/06; o filho dele, Fernando Makari, da aldeia Xaary, no dia 04/07; Xexewa, também da aldeia Xaary, no dia 05/07.

Não temos sido tratados como seres humanos. As autoridades não têm respeitado nossa lei, nossa cultura, nosso luto por ocasião da morte de um ente querido. Estamos sofrendo com o racismo institucional, por não podermos enterrar e lamentar a morte de nossos parentes de modo digno, de acordo com a nossa cultura.

No dia 28 de junho, Fernando Makari Wai Wai foi levado doente da comunidade Xaary, na Terra Indígena Wai Wai, para o município de Rorainópolis. No dia 30 de junho, encaminhado para o Hospital Geral de Roraima (HGR), em Boa Vista, onde piorou. Faleceu na madrugada do dia 04 de julho de 2020. Tão logo ficamos sabendo, solicitamos o envio do corpo para o Xaary, onde vivem sua esposa, filho, irmã e outros parentes. Queríamos fazer o luto e o sepultamento. Mas ficamos sabendo que o corpo não seria liberado pelo DSEI Leste, segundo alegação que não seguiríamos as recomendações sanitárias e que não haveria um funcionário do DSEI ou da FUNAI disponível para acompanhar o enterro e vigiar o cumprimento das normas. Então, contactamos o Ministério Público Federal (MPF) em Roraima para assegurar nosso direito.

Informamos ao MPF que seguiríamos as recomendações sanitárias, conforme documento enviado ao DSEI Leste com cópia ao órgão federal. Queríamos fazer o mesmo que fizemos no estado do Pará, na aldeia Mapuera, onde foi enterrado o corpo do nosso parente Poriciwi falecido de Covid-19. Ele foi removido do hospital em Santarém para a comunidade, no município de Oriximiná. Lá, foi enterrado segundo todos os protocolos sanitários, autorizado pelo DSEI Guamã-Tocantins, com a recomendação do MPF em Santarém. Do mesmo jeito, o MPF em Roraima, após nos ouvir e checar o caso no Pará - ofício do MPF Santarém e registro fotográfico - acatou nossa demanda, expedindo uma recomendação de ofício para o traslado do corpo de Makari de Boa Vista ao Xaary, em São João da Baliza. Mas os responsáveis do DSEI-Leste não aceitaram. Eles negaram enviar o corpo de nosso parente, mesmo depois da nossa solicitação formal e da recomendação favorável do MPF!

Essas pessoas não estão respeitando nossa dor e nosso sofrimento. Perante a nossa lei, quando um parente morre precisamos cuidar que ele seja enterrado na nossa terra, perto dos parentes vivos, onde nossos filhos e netos continuarão vivendo. Precisamos orar para que sua alma descanse em paz! Não precisamos aglomerar ou abrir o caixão para isso.

A lei dos Karaiwá (não-indígenas), de acordo com a Constituição Federal e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, elenca a dignidade da pessoa humana, o direito à morte digna e ao sepultamento digno. Mas o DSEI-Leste não respeitou esse direito e mandou enterrar o corpo de nosso parente Makari Wai Wai numa terra distante!



ASSOCIAÇÃO DO POVO INDÍGENA WAI WAI XAARY
ASSOCIAÇÃO DO POVO INDÍGENA WAI WAI



Por isso, estamos manifestando nosso repúdio a essa atitude. Por isso que prendemos o carro da SESAI e não vamos liberá-lo até que o corpo seja devolvido para nós.

Em 5 de junho de 2020, no Pará, Renato Poriciwi Wai Wai foi a primeira vítima da Covid-19 entre nosso povo. Ele era pai de Fernando Makari Wai Wai, falecido um mês depois aqui em Roraima. A família, que já estava sofrendo com a primeira morte trágica de um ancião e importante líder do povo Wai Wai, agora se vê diante da perda de mais um ente querido e de não poder enterrá-lo de modo digno, de acordo com a nossa cultura. No Pará isso foi respeitado! Nosso direito foi respeitado. As normas sanitárias para o enterro foram respeitadas! Por que não aceitam em Roraima?

Além disso, na comunidade Xaary vivem mais de 140 pessoas e mais de 50 estão com sintomas dessa nova doença que os não indígenas trouxeram! A equipe de saúde chegou na comunidade em 23 de junho, quando já havia mais de 40 pessoas com febre, falta de paladar e de olfato, dores de cabeça e no corpo e cansaço. Fizeram alguns testes rápidos e OITO parentes tiveram resultado POSITIVO! Pedimos para testarem mais gente e que todos com sintomas, incluindo os negativos, fossem medicados, mas a equipe presente informou que os testes e medicamentos eram caros e só os casos positivos seriam tratados. Estamos nos cuidando desde o início com nossos remédios caseiros! Mas a doença piorou para algumas pessoas na segunda semana da doença. A grande quantidade de parentes que devem estar contaminados e que não estão recebendo tratamento adequado é MUITO mais perigosa para nós do que o enterro do corpo do Makari na comunidade.

Ontem, um dia após o corpo de Makari ser enterrado contra nossa vontade em Boa Vista, outro parente nosso, Xexewa Wai Wai, de 80 anos, também faleceu no HGR na capital. Hoje, novamente contra nossa vontade, os Karaiwá vão enterrá-lo na cidade! Por que não respeitam nosso sofrimento, nossa cultura e nossos direitos, como determina a lei?

Além do Xaary, a comunidade Anauá, que fica muito próxima de lá, também tem casos suspeitos. Ouvimos relatos que alguns parentes têm evitado dizer que estão com sintomas, com medo de serem levados para o hospital na cidade, morrerem e serem enterrados lá. Há o caso de um parente que saiu com febre para coletar castanha na floresta. Será que ele vai contaminar outros, e vão morrer lá? Agora está acontecendo que nossos familiares estão com receio da remoção para a cidade.

Essa é a consequência do DSEI não nos ouvir, de não nos deixar trazer os corpos para o enterro na nossa terra! Como se não bastasse a falta de medicamentos, de profissionais qualificados, de testes e de atendimento adequado, também não somos ouvidos! Depois de mortos, nossos parentes são enterrados longe de nós. Para piorar nosso sofrimento diante da pandemia e da morte trágica, sofremos também com o racismo.

Esta é a nossa denúncia! Estamos profundamente tristes e indignados! Afirmamos que nossa dor só será acalmada quando os corpos dos parentes mortos retornarem para o sepultamento na terra onde nascemos e vivemos e onde viverão nossos filhos e netos. Apenas então teremos paz para fazer nosso luto e só então devolveremos o carro da SESAI.

Terra indígena Wai Wai, Aldeia Xaary, São João da Baliza, 06 de julho de 2020.

OTÁVIO DOS SANTOS, SATERÉ MAWÉ



O Tuxaua Otávio, de braços cruzados com a camisa da seleção brasileira (Acervo CTI)

Fonte: Amazônia Real. Grande liderança Sateré-Mawé, tuxaua Otávio dos Santos morre por Covid-19, no Amazonas. < <https://amazoniareal.com.br/grande-lideranca-satere-mawe-tuxaua-otavio-dos-santos-morre-por-covid-19-no-amazonas/> >. 08/07/2020.

CACIQUE DOMINGOS MAHORO, XAVANTE



Foto: Antônio Banavita

Domingos Mahoro, 60 anos, cacique dos Xavante da Terra Indígena Sangradouro, na região do Município General Carneiro (MT), morreu vítima da Covid-19, no dia 06 de julho, enquanto estava internado no Hospital Estadual Santa Casa, em Cuiabá. Mahoro dirigiu o projeto “Independência Indígena” com instruções para desenvolvimento da agricultura nas aldeias.

“Dia muito difícil, perdi um grande amigo, um irmão, o Xavante Domingos Mahoro e a amizade de mais de 20 anos. O povo Xavante perde um grande líder, um diplomata, um ser humano conciliador, educado, inteligente, um grande orador, um defensor e divulgador da sua cultura, conheceu vários países, mas nunca saiu de sua aldeia, saía para as viagens na busca de fortalecer o seu povo, sua cultura, voltava para a sua aldeia, sempre”, escreveu o fotógrafo e publicitário Antonio Banavita

Boletim do Ministério da Saúde: 102 indígenas Xavante foram infectados pela Covid-19 no Mato Grosso. Nove morreram.

Cf. Safira Campos - “Com a morte de Domingos Mahoro, povo Xavante perde importante liderança.” pNbonline.com.br/geral Terça-feira, 07 de julho de 2020. 11h 53

LUSIA SANTOS LOBATO, BORARI



Dona Lusia com sua bisneta, Maria Elisa Borari, na Oca do Saber Indígena
(Foto: AIBAC)

Fonte: Amazônia Real. Entre festa e luta, a vida da indígena Borari vítima da covid-19. Acessado em 08/07/2020.

ROSILDA DEMÉTRIO MAGALHÃES, WAPICHANA

Conselho Indígena de Roraima

NOTA DE PESAR



É com muito pesar que o Conselho Indígena de Roraima manifesta, em nome das lideranças, profundo pesar pelo falecimento de Rosilda Demétrio Magalhães, 60 anos, da etnia Wapichana, ocorrido ontem (03) no Hospital Geral de Roraima, vítima da Covid-19.

Dona Rosilda morava em Boa Vista, mas a sua comunidade de origem era a Barata, região Tabaió.

Neste momento de dor e consternação, apresentamos os nossos sentimentos e expressamos as sinceras condolências pela essa grande perda. Só nos cabe pedir que Deus ilumine e dê paz à sua família.

Conselho Indígena de Roraima, 04 de Julho de 2020.



LEÔNIA GOMES DA SILVA MELO, TAUREPANG

Conselho Indígena de Roraima



FERNANDO FORTE, KARIPUNA

Todos os povos indígenas do Oiapoque choram a perda do senhor Fernando Forte, Karipuna, liderança da Aldeia Espírito Santo. Mais uma vítima da Covid-19 entre os povos indígenas.



SANSÃO GUAJAJARA E ROSILDA GUAJAJARA



Sansão Guajajara e Rosilda Guajajara fazem parte dos 27 indígenas que morreram pela Covid-19 no Maranhão, segundo o CIMI — Foto: Conselho Indigenista Missionário

Fonte: G1. Covid-19 já matou 27 indígenas em seis regiões do Maranhão, afirma entidade. <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/07/07/covid-19-ja-matou-27-indigenas-em-seis-regioes-do-maranhao-afirma-entidade.ghtml>>. Acessado dia 08/07/2020.

A COVID-19 NAS ALDEIAS MARUBO DO VALE DO JAVARI (DJALMA MARUBO)

Organização das Aldeias Marubo do Rio Itui-Oami



ORGANIZAÇÃO DAS ALDEIAS MARUBO DO RIO ITUI-OAMI

"Sempre p'lo isolamento e respeito ao conhecimento em favor de todos garantindo pessoas e territórios saudáveis"

A COVID-19 nas Aldeias Marubo do Vale do Javari

A Organização das Aldeias Marubo do rio Itui (OAMI), em nome do povo Marubo do rio Itui, organização de Base a UNIVAJA, vem a público informar aos nossos parceiros, às Organizações Indígenas e Indigenistas, à imprensa nacional e internacional acerca do falecimento de um ancião Marubo na aldeia Praia no alto curso do rio Itui neste domingo, dia 05 de julho de 2020 às 09h00min. Djalma Marubo (com o nome étnico de Yovêmpa) faleceu com 83 anos contaminado pela covid-19. Diante dessa circunstância manifestamos nossa preocupação com os povos da Terra Indígena Vale do Javari, região com o maior registro de povos indígenas isolados e a presença de povos de recente contato, como os Korubo.

O rio Itui onde a covid-19 acabou de avançar é compartilhado entre os Marubo, os Korubo de recente contato que estão no baixo curso e povos indígenas isolados. Se o vírus não for contingenciado imediatamente, poderá chegar e devastar rapidamente outras comunidades Marubo do rio Itui, exterminar os Korubo de recente contato e os isolados.

Djalma Marubo foi contaminado mesmo estando meses sem sair da aldeia. Devido a necessidade de buscar insumos e materiais para caça e pesca para alimentar as aldeias, os parentes vão às cidades próximas e correm o risco de contaminação da covid-19. Mesmo estando em isolamento, corremos ainda o risco de contaminação através dos profissionais de saúde. Além dessa questão, tem-se o fato de que no funeral de um ancião Marubo, na nossa cultura, é comum todos e estarem presentes e isso aconteceu. Nesse sentido, a tendência é que os casos da doença aumentem nessa região do Vale do Javari.

A ausência de barreiras sanitárias na Terra Indígena Vale do Javari aumenta o risco de contágio em nossas comunidades. Desde o mês de março sabemos que o novo coronavírus se aproximava e até hoje não há barreiras sanitárias

Representação: Rua Curitiba Soares, nº123 - Centro, CEP: 69.660-000 - Araláia do Norte - AM.
Sede Central: Aldeia Vida Nova - Rio Itui - Vale do Javari, CNPE: 11.195.835/0001-95
Celular: (97) 99164-8011/3417-1185 E-mail: uaminarubostre@protonmail.com fucamarubo@netmail.com



ORGANIZAÇÃO DAS ALDEIAS MARUBO DO RIO ITUI-OAMI

Uma péla marubó e caracatá na aldeia marubo no Rio do Distrito Especial Indígena Vale do Javari

em nossa TI. A finalização da construção de uma casa de quarentena no rio Quixito só foi anunciada depois que o novo coronavírus entrou em nossas comunidades no médio rio Javari.

Desde o início do mês de junho assistimos a covid-19 assolar as comunidades da Terra Indígena Vale do Javari com a contaminação no rio Itui e realize através dos profissionais de saúde, que testaram positivo para o novo coronavírus e trouxeram o novo vírus para nossas comunidades quando sua função deveria ser nos proteger.

Exigimos que o Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Javari se manifeste com clareza nas informações sobre a contaminação no rio Itui e realize imediatamente as testagens e as medidas de isolamento dos casos positivos, atitudes necessárias para contingenciar a covid-19 no rio Itui e evitar o aumento do contágio.

Observamos o enfraquecimento e o descaso dos órgãos públicos pautados por uma política anti-indígena do atual governo. As ações sanitárias e de fiscalização vigentes são insuficientes para nos proteger da covid-19 em nosso território. Já sofremos epidemias diversas de malária, coqueluche, sarampo e hepatites virais que nos custaram muitas vidas por causa da inércia das instituições e autoridades responsáveis. Quando finalmente voltávamos a crescer, temos que lidar novamente com um novo vírus, agora numa escola pandêmica, sem remédios ou vacinas em qualquer parte do mundo. Mais uma vez os não-indígenas trazem doenças para nós. Não podemos deixar que o vírus se espalhe ainda mais em nossas comunidades, devastando-nos mais uma vez.

Atalaia do Norte – AM, 08 de julho de 2020

A Coordenação da OAMI, organização de Base da UNIVAJA

Representação: Rua Curatá Gomez, nº123 - Centro, CEP: 69.660-000 - Atalaia do Norte - AM.
Sede Central: Aldeia Vida Nova - Rio Itui - Vale do Javari, CNPJ: 11.195.035/0001-96
Celular: (92) 99164-4011 / 24417-1105 E-mail: eamarubosm@hotmai.com / fucammarubosm@hotmail.com

FRANCISCO LUIS YAWANAWÁ DA ALDEIA MATRINXÃ

Txai Terri Aquino



Faleceu um dos primeiros professores do Povo Yawanawa, o senhor Francisco Luis, mais conhecido como Chicó, vítima de covid-19. Foi um dos guerreiro que iniciou a luta pela educação indígena diferenciada no país. Chicó era filho de dona Angélica Katukina e de uma grande liderança do povo Yawanawá, Antonio Luiz.

As palavras do antropólogo Terri Aquino são de agradecimento:

Devo um grande favor ao Chicó por ele ter recebido em sua aldeia Matrinxã o meu filho Nixiwaka e sua extensa família quando tiveram que sair da aldeia Nova Esperança [...]. Só pra registrar o meu obrigado de coração ao professor Chicó Yawanawá, que fez sua passagem hoje. A Deus meu amigo Chicó.

MANUEL PAULINO DO POVO KARAPÃNA

Glademir Sales dos Santos



Senhor Manuel Paulino Karapãna. Foto: Murana Arenillas

Estamos triste com sua partida, vítima do Covid-19, deixando na nossa memória sua trajetória e os valores culturais do seu povo. Sentimos muito sua partida. Ao mesmo tempo nos solidarizamos com seus filhos, filhas e demais familiares, neste momento de adeus.



Senhor Manuel Paulino Karapãna na inauguração do Centro de Ciências e Saberes Karapãna na Aldeia Yupirungá. Foto: Murana Arenillas

Fica a nossa recordação de tudo que ele deixou como portador dos saberes tradicionais do povo Karapãna, colaborando diretamente com o processo de ensino e aprendizagem da língua e cultura no Centro Municipal de Educação Escolar Indígena Tupãna Yupirunga e na construção do Museu Vivo do Povo Karapãna. Esta é uma grande perda de um especialista de saberes tradicionais. Senhor Manuel Paulino, agradecemos por tudo. Que seu espírito nos ajude a lutar por dias melhores para todos os povos da Amazônia.

Nota: Após termos fechado este livro fomos informados da morte do Sr. Paulino Karapãna, por sua filha Maria Alice, em 9 de julho de 2020. Ele estava convalescente de Covid-19 após duas internações hospitalares sucessivas. O Sr. Paulino, líder dos Karapãna dos Rios Cueiras e do Tatumã estava depondo em ação judicial, acompanhado pelo MPF, que investiga o massacre dos Waimiri-Atroari, quando da construção da rodovia Manaus-Boa Vista (RR) – BR 174. O Sr. Paulino era testemunha ocular e estava depondo em sua língua, com apoio de tradutor. Sobreviveu a massacre e epidemias, mas sucumbiu diante da Covid-19.

DEPOIMENTO DE MARILDA KARAPÃNA SOBRE A MORTE DE SEU PAI SR. MANUEL PAULINO KA- RAPÃNA

A fala dele com relação a pandemia quando se ouviu falar dela, ele disse “não adianta fugir está no ar”. Isso porque presenciou epidemias que matou indígenas na época em que era funcionário da Funai, quando nossa família fugia para o centro da Mata, na cabeceira de igarapé. Mesmo assim, lá pegavam a gripe e morriam. **Não escapavam. Ele mesmo foi um que pegou a gripe e ficou muito mal e acabou sendo dado como morto, mas acordou com a lamparina ao redor e conseguiu se recompor na época. Não falou ao certo o ano do acontecimento.**



Senhor Manuel Paulino tecendo palha para ornamentação do barracão de festas.



Comunidade Santa Maria durante visita do PNCSA



Construção do Centro de Ciências e Saberes Karapãna



Inauguração do Centro de Ciências e Saberes Karapãna. Seu Manuel Paulino retirando a faixa da Placa.

ELIAS MANOEL DE SOUZA PARINTINTIN

Jordeanes do N. Araújo⁶¹⁷



Símbolo da luta pelo direito a demarcação da terra indígena Parintintin Nove de Janeiro na década de 1990, protagonista em tantas manifestações para o povo Parintintin, Elias Manoel de Souza Parintintin era visto como o Guardião da cultura, o historiador do Povo Parintintin. Era ele quem entoava os cantos nos momentos de tradição (Yrerua - festa do guerreiro Parintintin) e fé (festas de santo), sempre procurado pelos mais novos como conselheiro para conversas a respeito da tradição de seu povo, sobre a história do seu Povo na bacia do rio Madeira.

Guerreiro, contador de histórias, cantor, conselheiro, pai, avô, tio. São muitas as representações citadas pelos parentes e amigos de seu Elias Parintintin, da aldeia Pupunha, na Terra Indígena Nove de Janeiro, Humaitá

617. Antropólogo. Universidade Federal do Amazonas. Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social na Amazônia

– AM. Uma liderança indígena reconhecida por todos os Kagwahiva (Parintintin, Jiahui, Tenharin), cuja vida foi levada pela Covid-19. Elias Manoel de Souza Parintintin lutava contra a doença há algumas semanas, chegou a ser levado para o hospital, mas não resistiu, falecendo nesta sexta-feira (17), aos 89 anos. Sendo o primeiro indígena Parintintin Kagwahiva vindo a falecer pela COVID19.



“Seu Elias foi umas das lideranças fortes para os Parintintin, ele era aquela pessoa que quando a gente chegava, puxava para conversar e ficava horas e horas contando histórias”, conta o analista ambiental do IEB, Carlos Souza.

Edmundo Peggion lembra que Em 1987 “fui convidado pelo professor Miguel Menéndez a participar de uma equipe do projeto Rondon. Na época, a Unesp tinha um campus avançado na cidade de Humaitá (no atual campus da UFAM). A proposta do professor era fazer uma avaliação socioeconômica da população indígena que vivia na rodovia Transamazônica. Eu e um companheiro de equipe partimos para a rodovia Transamazônica

após enviar um pedido para visitar a aldeia Pupunha. Seguimos de carona até aproximadamente o quilômetro 15 e aguardamos em uma casa que ficava na beira da estrada, na região do lago Paraíso. Poucos minutos após nossa chegada, avistamos um homem que vinha ao nosso encontro. Era o Senhor Elias que vinha nos buscar. Lembro sempre desse dia, pois foi a primeira vez que estive na região. O Senhor Elias foi muito gentil conosco. Nos convidou a acompanhá-lo até sua aldeia. Seguimos, ele à frente sempre firme nos passos. Na aldeia, passamos um dia especial, tomamos café e conversamos bastante com todos. O Senhor Elias nos deixou à vontade e se mostrou uma pessoa de grande conhecimento sobre o povo Parintintin. Tenho essa lembrança do senhor Elias: alguém que seguia firme nos passos, sempre reservado e ao mesmo tempo acolhedor”.

Certa vez, quando visitei a aldeia Pupunha, fomos recebido pelo cacique Antônio Marazona e Seu Elias Parintintin. Seu Elias nos recebeu muito bem, era atencioso, seu desejo era conversar sobre a história do seu Povo, sobre como poucos Parintintin ainda falavam a língua materna, contar sobre a luta pela demarcação da terra. O Povo Parintintin perde uma biblioteca de conhecimento, mas continuará firme na luta e, ao mesmo tempo, saberá repassar todo o conhecimento que seu Elias deixou para as futuras gerações de guerreiros Parintintin.

É com profundo pesar e indignação que o NEABI/UFAM/IEAA se solidariza a família do Elias Parintintin e ao Povo Parintintin, desejamos a todos neste momento de luto e tristeza, que o legado do Seu Elias ecoe para sempre na luta pelo direito dos Povos Indígenas Kagwahiva do Sul do Amazonas.

Fotos: acervo da Família.

ELIAS MANOEL DE SOUZA PARINTINTIN: NOTA DE PESAR DO CONDISI PORTO VELHO RONDÔNIA



**Conselho Distrital de Saúde Indígena
Porto Velho Rondônia – DSEI PVH
NOTA DE PESAR**

O Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena de Porto Velho (CONDISI – PVH), vem a público informar, com imenso pesar, o falecimento do Sr° Elias Manoel de Souza Parintintin, morador da Aldeia Pupunha, Terra Indígena Nove de Janeiro/Humaitá/AM. Trata-se do Historiador do povo parintintin, responsável por repassar a origem e história de um povo, importante liderança dos povos indígenas na região, tinha 89 anos, e veio à óbito na manhã do último dia 17 de Julho de 2020, Sexta-Feira, vítima de COVID-19.

O CONDISI/PVH, lamenta profundamente a morte do Historiador do povo Parintintin, reforça a importância de não se quebrar a regra do isolamento social neste momento. Este Conselho, responsável por acompanhar, planejar, avaliar, fiscalizar, supervisionar e deliberar sobre as ações relacionadas à saúde indígena no território de abrangência do DSEI, continua realizando divulgação junto às comunidades indígenas para não saírem das aldeias e evitarem receber visitas durante a pandemia de Covid-19. É fundamental a conscientização e responsabilidade de todos para juntos vencermos o corona vírus.

Porto Velho, 17 de Julho de 2020.

Atenciosamente,



Ivanildo Tenharin
Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena
DSEI Porto Velho - Ro



EUZÉBIO DE LIMA MARQUES

Conselho Indígena de Roraima (CIR)
Coordenação Geral da Região Serras

Nota de pesar



Euzébio de Lima Marques
1961 - 2020



O Conselho Indígena de Roraima comunica com muito pesar o falecimento de Euzébio de Lima Marques, 59 anos, da etnia Macuxi.

Mais uma liderança vítima da Covid-19, ele faleceu ontem à noite, 16 de julho, na UTI do Hospital Geral de Roraima, em Boa Vista. Ex-tuxaua do Camararém e ex-conselheiro da Região das Serras no Conselho Distrital de Saúde Leste, ele foi um grande guerreiro em prol da saúde indígena e da luta pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Atualmente, era professor da escola Eduardo Ribeiro, na comunidade Campo Formoso. Nos solidarizamos com todos seus familiares e lamentamos profundamente mais essa perda aos povos indígenas de Roraima, já tão afetados pela pandemia da Covid-19.

Conselho Indígena de Roraima,
17 de julho de 2020.



TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL
REGIÃO DAS SERRAS
NOTA DE PESAR



A Coordenação Geral das Serras, vem informar com muita dor e tristeza o falecimento do Professor e Liderança Indígena Senhor **Euzébio de Lima**, da comunidade indígena Camararém. Professor lotado na Escola Eduardo Ribeiro, na comunidade indígena Campo Formoso. Vítima de Covid-19. Nós Lideranças Indígenas da região, solidarizamos aos familiares, amigos e a comunidade indígena Camararém as nossas condolências pela perda desse Guerreiro. Que em vida contribuiu na Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas.

Centro Regional Maturuca, 17 de julho de 2020.

REGIÃO DAS SERRAS MAS
UMA VEZ ESTÁ DE LUTO

Aldenir Cadete de Lima
Coordenador Geral das Serras

DOMINGOS FUENTES WARAO



Domingos Fuentes testou positivo no dia 11/06/2020 e morreu no Hospital Getúlio Vargas, em Teresina, faleceu no dia 14/07/2020. Domingo morava no abrigo Pitatinga, no bairro Poty Velho - Teresina (PI).

O abrigo, que é administrado pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI) da Prefeitura de Teresina, apresentou 78 casos positivos nos Warao e seu Domingos era um dos infectados



Fonte da informação do óbito: Laboratório do PNCSA/UFPI e Grupo de Pesquisa sobre Identidades Coletivas, Conhecimentos Tradicionais e Processos de Territorialização

JOSÉ CONCEIÇÃO DE SOUZA CAJUEIRO-79 ANOS/ALDEIA KARUARA



José Conceição, um dos Kokama, que faleceu vítima de covid, músico, tocando violão no dia da inauguração do Centro de Ciências e Saberes-Espaço Cultural Kokama “YATS+ +K+RA”. Centro Lua Verde, em 18 de junho de 2015.

MORTE DE CRIANÇA TAPIRAPÉ DE 08 ANOS, DO POVO APINÃWA

Morte

“Morte” é, em tapirapé, *muoco*, termo que significa também “absente”. Mostra (3 II 200) dá *Momé* para “Morrer, mal de coração, desmayo, atontigado” e *lawa* só: “foi morto”.

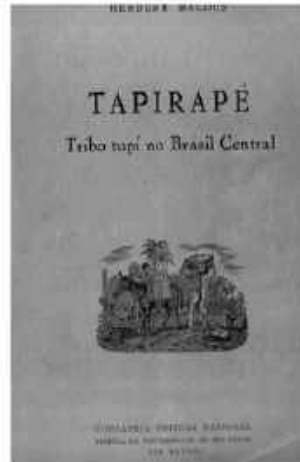
Ví muitos túmulos dentro das casas do Tapirapá, mas não vi lá ninguém morrer e ser enterrado. Os meus dados a respeito do assunto se baseiam nas informações dos índios e naquilo que o meu companheiro Kugel observara em viagens anteriores.

Quando alguém falece, o parente similito o *inuera*, isto é, aquilo que sobrevive ao defunto ou ao seu corpo. Para isso sopra fumo contra o tra-

co e os braços do cadáver e esfrega-se com as mãos de cima para baixo. É por esta razão que o *inuera* não está dentro e perto da sepultura, mas continua contíguo do solo da aldeia na qual o morto foi enterrado. Os *inuera* são mansos. Não comem nada. Mas dançam e cantam, sendo que ninguém conhece o seu canto. Às vezes, a gente os enserra de noite; por isso ninguém gosta de sair no escuro. As antigas aldeias estão cheias de ólos. Os Tapirapé nunca visitam as sepulturas nas aldeias abandonadas. O *inuera* de um *pasché*, porém, não fica na aldeia, mas viaja para longe, até para Goiás (o que na geografia tapirapé significa distância máxima). Lá, ele fuma o seu cachimbo. Kamáimé, ao contar-me tudo isso, explicou que o seu *inuera* iria fazer assim.

Que o *inuera* fica longe do defunto sepultado é provado pelo fato de as rédeas dos vivos estarem penduradas diretamente em cima do túmulo e a pouca distância dele sem que isso cause o mínimo receio.

Pgs. 300-301.



Morreu no dia 15 de julho de 2020, uma criança indígena de 08 anos de idade do povo Apinãwa, na capital Cuiabá (MT). Em conversa do pai da criança e o jornalista Túlio Muniz, Xiri'í disse que seu filho estava respirando bem, mas parece que o vírus atingiu o cérebro do garoto gerando tumores.

O pai Xiri'í, agora luta para conseguir um vôo e levar o corpo de seu filho para sua aldeia e ser enterrado a maneira de seu povo.

Reproduzimos aqui as palavras de Túlio Muniz a respeito desta morte:

Ao final deste texto listo denúncias recentes.

Xiri'í, meu amigo, meu irmão, está agora sozinho em Cuiabá, e luta para conseguir um avião que o leve, e ao filho, de volta a Confresa.

Por mais problemático que aparente ser num contexto de Covid, o rito funerário Tapirapé deve ser respeitado, ainda que ocorra de forma ressignificada.

O sepultamento Tapirapé é feito dentro da própria casa da família do morto, geralmente em solo localizado embaixo da rede na qual dormia o falecido, e consiste em “uma cova funda que acomoda uma rede armada e costurada de modo a envolver o corpo. Por cima coloca-se madeira e tecidos ou lonas para impedir que caia terra no interior da cova, após isso, uma índia da tribo peneira terra sobre as madeiras e tecidos. Em seguida os Tapirapés ficam em volta da sepultura batendo os pés no chão e fazendo um som que é uma espécie de lamento em ritmo quase cantado. Por último, o cacique pronuncia as palavras de homenagem”.

Fonte: VioMundo. Matéria: Túlio Muniz perdeu um sobrinho indígena. Pede ajuda para o sepultamento. Endereço: < <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/tulio-muniz-perdeu-um-sobrinho-indigena-pede-ajuda-para-o-sepultamento.html>>. Acessado em 20/07/2020.

MORRE ROLDÃO KAXINAWÁ E BATISTA KAXINAWÁ

No dia 11 de julho de 2020, morreu o senhor Roldão Kaxinawá aos 99 anos, que esteve internado desde o dia 1º do mesmo mês. Roldão era morador da aldeia Canafista, localizada no município de Jordão, no interior do Acre. Este foi o primeiro óbito registrado na referida cidade, que é considerada uma das mais isoladas do Acre, onde para se chegar só é possível por meio de barco ou avião de pequeno porte. Roldão deixa sua esposa, 10 filhos e cerca de 40 netos. As palavras do seu sobrinho Isaias Sales:

“Meu tio era seringueiro, produtor e também agricultor, um homem muito trabalhador que deixou uma família grande. Ele pegou essa doença lá mesmo na aldeia, assim como eu, e acabou não resistindo. Alguém levou para a gente na aldeia esse vírus, que é muito inteligente. Acredito que ele tenha pego lá pelo dia 6 de junho, e aí ficou muito ruim e teve que ser levado para o hospital”.

Ainda por esses tempos, morreu Batista Kaxinawá. Txai Terri lembra desses dois parentes.

Compadre, lá se foram dois velhos Huni Kuin da minha geração. O velho Roldão Sereno Kaxinawá e o velho Batista Kaxinawá. Um do Jordão e o outro do Humaitá. Vamos sentir as ausências deles, sobretudo seus familiares. O Batista morreu em Tarauacá ou na aldeia Vigilante da TI Humaitá? O velho Roldão Sereno, que conheci em 1975, cortando seringa no Bonfim, junto dos seus irmãos Fernandes e Eliseu Sereno. Vai deixar saudades para os Sereno, segunda maior família Kaxinawa de Jordão. A idade dele

certamente não é 99 anos. Devo ter aumentado de 10 a 15 anos pra ele se aposentar pelo Funrusal. Uma vez ele me disse que eu tinha dado pra ele um anzol pra pescar e comer peixe na cidade de Jordão, onde recebia todos meses sua aposentadoria.


[...]

Grande abraço, compadre meu! Obrigado pelas notícias das aldeias, embora tristes, mas verdadeiras. Salve! Salve!


Fonte: G1-Acre. Matéria: Índio de 99 anos é primeira vítima de Covid-19 de cidade isolada no AC: ‘trabalhador’, diz sobrinho. Endereço: < <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/07/13/indio-de-99-anos-e-primeira-vitima-de-covid-19-de-cidade-isolada-no-ac-trabalhador-diz-sobrinho.ghtml>>. Acessado em 20/07/2020.

VALMIR IZIDÓRIO MESSIAS

Conselho Indígena de Roraima (CIR)




NOTA DE PESAR



O Conselho Indígena de Roraima comunica com imensa tristeza o falecimento de mais um parente, Valmir Izidório Messias, etnia macuxi, 66 anos, ocorrido hoje (17) no HGR, vítima da Covid-19. Seu Izidório nasceu na comunidade Barro, região Surumu, atualmente morava em um sítio, no município de Alto Alegre. Deixa a esposa e 5 filhos. Neste momento de dor nós solidarizamos com seus familiares e amigos ratificando nosso voto de pesar pela grande perda.

Conselho Indígena de Roraima, 17 de Julho de 2020.



NOTA EM MEMÓRIA DE NELSON XANGRÊ

Conselho Indigenista Missionário
Brasília, DF, 22 de julho de 2020

O Cimi manifesta solidariedade aos familiares de Xangrê e a todo o povo Kaingang. Sua luta serviu e ainda serve de referência para todos os povos indígenas do Brasil



Nelson Xangrê, liderança indígena histórica do povo Kaingang. Foto: Alas Derivas

O Conselho Indigenista Missionário – Cimi manifesta sua solidariedade aos familiares de Nelson Xangrê e a todo o povo Kaingang por sua morte repentina. Nelson Xangrê, líder do povo Kaingang no Rio Grande do Sul, morreu de infarto aos 74 anos, em sua casa, na Terra Indígena (TI) Iraí, norte do estado.

O mundo perde um homem que ajudou a reconquistar terras indígenas entregues pelo estado às empresas de colonização, a combater a política indigenista assimilacionista da Ditadura Militar, a articular o movimento

indígena de resistência contra o colonialismo criminoso que se instalava no Sul do Brasil e, também, a criar caminhos para a consolidação do direito à terra como originário, tradicional e imprescritível.

Seu testemunho e liderança, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, transformaram a configuração fundiária do Rio Grande do Sul. Ele e seu grupo de lideranças articularam e fizeram a desocupação da TI de Nonoai, retomando aquilo que parecia já perdido, suas terras tradicionais.



Nelson Xangrê, no documentário “Terra dos Índios”, de Zelito Viana, em 1979. Foto: reprodução

Nelson Xangrê, junto a outros líderes de seu povo, como Ângelo Kretã e Augusto da Silva, consolidou o mais importante movimento de luta dos povos contra o genocídio indígena e pela retomada das terras, na década de 1970, através da articulação das grandes Assembleias Indígenas. Foi neste movimento que a luta Kaingang atingiu abrangência nacional, ao articular-se também com as batalhas travadas por outros povos, ao lado de figuras históricas como Marçal de Souza Tupã-Y, Xako’iapari Marcos Tapirapé e Xywaeri José Pio Tapirapé.

Xangrê foi líder e estrategista do povo no enfrentamento aos militares, aos arrendamentos e ao saque das terras. Ele e outros líderes escaparam ao confinamento imposto pelo Estado militarizado e tornaram-se protagonistas nas lutas em defesa da vida, das culturas e dos territórios de seus povos e comunidades. Essa luta do povo Kaingang, liderada por Xangrê, inspirou e impulsionou também outro movimento de combate ao latifúndio e pela reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Xangrê continuará vivo na memória do seu povo, e seu exemplo será seguido por quem luta contra as injustiças e a opressão e acredita que é possível alterar o curso de acontecimentos aparentemente inevitáveis



Em 2019, Nelson Xangrê participou do VII Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, em Porto Alegre. Sua presença animou a juventude indígena, que marchou pela cidade em defesa de seus direitos. Foto: Roberto Liebgott/Cimi

No contexto de uma política integracionista agressiva, que buscava negar e anular a identidade dos povos indígenas e tentava justificar-se com base numa suposta “aculturação” das populações originárias, Nelson Xangrê defendia o fortalecimento e a valorização o modo de vida tradicional de seu povo.

Seu Nelson deixa um dos maiores legados de resistência, coragem e luta pelos direitos indígenas e continuará a inspirar os povos indígenas nos estados do Sul do país. Ele é, sem dúvida, um pilar da história Kaingang e seu protagonismo serve como referência em todo o Brasil.



Nelson Xangrê e o povo Kaingang, em meio às lutas pela retomada de seu território tradicional, em 1978. Foto: Ricardo Chaves/arquivo pessoal

Xangrê continuará vivo na memória do seu povo e, com certeza, seu exemplo será seguido por quem luta contra as injustiças e a opressão e acredita que é possível alterar o curso de acontecimentos aparentemente inevitáveis.

Vá em paz! Pa'i mag!

MULHER TIKUNA COM COVID-19 MORREU APÓS SER RETIRADA DE AERONAVE COM PANE

Elaíze Farias (Amazônia Real)

Manaus (AM) – Era 6 de julho quando a indígena do povo Tikuna Neuraci Ramos de Oliveira, diagnosticada com Covid-19, foi embarcada em um avião da empresa Manaus Aerotaxi para ser transferida de Tabatinga, no Alto Solimões, para a capital. No Amazonas, só em Manaus há UTIs (Unidades de Tratamento Intensivo) e estrutura para tratar pacientes graves do novo coronavírus. Neuraci era uma delas, mas nunca chegou a viajar. Já com o motor ligado da aeronave, foi detectada uma pane na turbina e a indígena teve de retornar ao Hospital da Guarnição de Tabatinga. Dois dias depois, ela morreu.

“Embarcaram ela e ligaram todos os aparelhos. Na hora da decolagem, deu problema no avião, disseram que era pane na turbina. Ela retornou ao hospital e o estado dela se agravou da noite para o dia. No dia 08, veio a óbito. Se ela tivesse viajado dois dias antes, acho que conseguiriam trazer a vida da minha esposa de volta”, diz Higson Dias Kanamari, presidente da Associação Kanamari do Vale do Javari (Akavaja). A Terra Indígena Vale do Javari fica no município de Atalaia do Norte, a 32 quilômetros de Tabatinga.

Neuraci é uma das centenas de vítimas da Covid-19 que morreram no Amazonas por deficiência na estrutura hospitalar do interior do Estado e transporte insuficientes para remoções aéreas. A Amazônia Real apurou junto à Secretaria de Saúde do Amazonas (Susam) que o governo Wilson Lima (PSC) disponibilizou apenas três aeronaves para atender pacientes infectados pelo novo coronavírus durante a pandemia. Para um estado de dimensões continentais, com 1.571.000 km², e a polêmica estratégia de centralizar o tratamento de casos graves na capital do Amazonas, o número de aeronaves tem sido incapaz de atender à demanda. E elas não saíram barato.

O governo do Amazonas firmou contrato com a Manaus Aerotaxi, com dispensa de licitação, num total de R\$ 4.151.079 para o período de 29 de abril a 25 de outubro. Outras três aeronaves disponibilizadas pelo Estado são usadas para a remoção de pacientes com outras enfermidades. A Susam afirma que, além de levar em consideração o estado clínico do paciente, as remoções acontecem de acordo com as distâncias de cada município. No início de julho, a empresa recebeu um aditivo de R\$ 2,066 milhões para o serviço de transferência

Em 25 de maio, o Ministério Público Federal instaurou inquérito para “apurar a regularidade do Contrato de Prestação de Serviços nº 31/2020, firmado pela Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas (Susam) com Manaus Táxi Aéreo LTDA para remoção de três pacientes com covid-19”. O procedimento foi provocado por casos do município de Boa Vista do Ramos, no Baixo Rio Amazonas (a 271 quilômetros de Manaus), que precisaram de ação judicial da Defensoria Pública do Estado do Amazonas para serem transferidos para a capital. Segundo a Assessoria de Imprensa do MPF, o inquérito continua em curso.

Wilson Lima é investigado por fraudes na saúde durante a pandemia. Seu governo foi acusado pela Polícia Federal de adquirir respiradores superfaturados de uma empresa de vinhos. Ele teve seus bens bloqueados e sua prisão foi pedida pela PF, mas negada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Lima também passa por um processo de impeachment na Assembleia Legislativa do Amazonas.

Em abril, a ocupação de leitos de UTI em Manaus chegou a 96%. O pico de internação foi registrado em 23 de abril. Em junho, com a justificativa de queda nos casos, o governo encerrou internações de pacientes com covid-19 no Hospital e Pronto-Socorro 28 de Agosto, uma das unidades de saúde de referência da capital.

No dia 6 de julho, o Hospital Nilton Lins, montado durante três meses

para ampliar a capacidade de internação de doentes por Covid-19, também foi desativado. Apenas a ala indígena continua funcionando. Até 9 de julho, segundo informações do governo do Amazonas dadas à Amazônia Real, existiam 235 leitos de UTIs na rede pública estadual destinados a pacientes da capital e do interior. Naquele dia, a ocupação estava em 51%.

Contaminada dentro do hospital



Neuraci com a filha mais nova do colo, ainda com saúde
(Foto: Arquivo pessoal de Higson Kanamari)

Internada desde o dia 30 de junho no Hospital da Guarnição de Tabatinga (subordinado ao Comando Militar da Amazônia), único do município com atenção à doenças de média complexidade, mas que não tem UTI, Neuraci Ramos de Oliveira tinha 44 anos e era mãe de oito filhos (cinco com menos de 18 anos) com o marido Higson Dias Kanamari. Ela também tinha três netos. Neuraci foi enterrada no mesmo dia de sua morte, em um cemitério aberto este ano em Tabatinga. Segundo o atestado de óbito, a morte dela foi causada por covid-19, pancreatite aguda e calculose de via biliar.

Desde janeiro, ela frequentava a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Tabatinga, na esperança de ser submetida a uma cirurgia. Em uma dessas idas ao hospital para tratar de outras doenças, Neuraci acabou contraindo o novo coronavírus.

“Ela ia na UPA e lá diziam que precisavam de médico cirurgião para a operação. Quando tinha médico, não havia material cirúrgico. Davam calmante e ela retornava para casa. Diziam que ia desinflamar. No dia 20 de junho, ela deu entrada novamente na UPA e acabou pegando a covid-19”, afirma Higson. Ele conta que na UPA, o estado da esposa piorou e ela precisou passar por procedimentos para retirar líquido do pulmão na tentativa de melhorar a sua respiração. Com a piora, ela foi transferida para o Hospital da Guarnição.

“Os médicos diziam que ela seria removida para Manaus. Isso nos dava esperança. Até que ela piorou bastante e ficou bastante debilitada. Teve parada cardíaca e precisamos que o Hospital da Guarnição arrumasse respirador para ela receber transferência para lá. Na UPA não tinha nem remédio para anemia. Nós que compramos os medicamentos”, denuncia ele.

No dia 3 de julho, Higson foi informado pelo diretor do Hospital da Guarnição que Neuraci já estava cadastrada, desde que chegou, no Sistema de Transferências de Emergências Reguladas (Sister) da Susam e era a primeira da fila dos pacientes daquela unidade de saúde.

Dois dias depois de falar com o diretor, ele foi novamente comunicado, desta vez por uma funcionária do hospital, que Neuraci estava “pronta para viajar” para Manaus. “Eu estava torcendo para que não houvesse outros pacientes mais graves para poder ela ir. Mas o que diziam é que era o Estado do Amazonas é que tinha que mandar o avião, era o Estado que tinha que fazer a remoção”, lembra Higson.

À Amazônia Real, a Susam informou que havia pacientes em estados clínicos mais graves do que Neuraci e com prioridade na transferência e, que no mesmo dia da falha técnica no avião que faria a remoção dela [em 6 de julho], a empresa enviou uma segunda aeronave. Esta informação foi negada por Higson. Segundo ele, a informação que recebeu foi que apenas no dia seguinte é que seria enviada outra aeronave.

“A secretaria vai instaurar procedimento interno para investigar as responsabilidades diante do ocorrido”, disse a nota da Susam.

Segundo a Susam, havia a suspeita de colelitíase (pedra da vesícula) em Neuraci, mas não havia indicação cirúrgica de emergência. O órgão afirmou ainda que, segundo a direção da UPA de Tabatinga, a paciente informou que sabia do quadro de colelitíase há mais de seis meses, mas não procurou o atendimento para a realização da cirurgia eletiva. Essa versão difere do relato do marido. Confirme Higson, Neuraci ia regularmente à UPA na tentativa de receber tratamento e diminuir as dores que sentia.

Nascida em uma comunidade do município de Benjamim Constant, também no Alto Solimões, Neuraci vivia com a família na zona urbana de Tabatinga e por isso não era considerada indígena “aldeada”. Assim, não recebia cobertura de saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões, unidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde. Ela era atendida apenas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sem o respaldo da política indígena de saúde.

No último dia 17, Higson levou flores para o túmulo de Neuraci. Com pouco tempo para processar a perda da esposa, aos poucos ele está retomando a coordenação de campanha para arrecadar fundos e doações para seu povo – Kanamari -, o mais afetado pela covid-19 na TI Vale do Javari, após se afastar temporariamente para acompanhar a esposa hospitalizada. Ele é presidente da Associação Kanamari do Vale do Javari (Akavaja).

Ações judiciais para fazer transferências



Cena registrada em Manacapuru, no interior do Amazonas. (Foto do ensaio “Insulae”, de Raphael Alves)

Como uma das maiores taxas de infecção do país, o estado do Amazonas atravessa a pandemia com infraestrutura deficiente para atender pacientes do interior. Em casos urgentes, é preciso tomar medidas judiciais para que pacientes com Covid-19 sejam removidos para Manaus; a maioria vem a óbito.

Até 10 de julho, o Ministério Público do Estado (MPE) ingressou com cinco ações judiciais para remoção de pacientes em estado grave para Manaus: duas em Tabatinga, sendo que uma delas incluía a transferência de quatro pacientes; e três no município de Tefé, localizado no Médio Rio Solimões. Em Parintins, no Baixo Rio Amazonas, o MPE ingressou com um mandado de segurança com o objetivo de transferir quatro pacientes.

Antes da decisão judicial para a ação do MPE em Tabatinga, dois pacientes faleceram – um deles era um bebê Tikuna de três meses. Uma terceira pessoa foi transferida para o Hospital Delfina Aziz, em Manaus, e a quarta não chegou a ser removida por recusa da família. A promotoria de Tefé também ingressou com ações civis públicas para tentar a transferência de três pacientes em estado grave por Covid-19.

“O Hospital Regional de Tefé recebeu do Estado do Amazonas a capacitação para atendimento de média complexidade, no entanto, não tem capacidade para a regulação de leitos de UTI, tampouco tem sido atendido pelo Estado quando há necessidade de transferência de pacientes para a Capital”, diz trecho das ações judiciais do MPE.

Segundo a ação do MPE, com data de 23 de abril, um dos pacientes aguardava desde 14 de abril pela transferência, “mas o transporte não foi feito devido o Estado não tendo data para aeronave realizar a remoção dele”.

“É de extrema necessidade excelência o acatamento da presente providência, visto estarmos diante de patente OMISSÃO DO ESTADO [sic], que não pode alegar dificuldades de ordem técnica ou financeira à vista da vida de pessoas que necessitam de sua intervenção para viver”, diz a ação. A assessoria de imprensa do MPE disse à Amazônia Real que os pacientes foram transferidos para Manaus, mas não informou se eles sobreviveram ao tratamento. Procurado, o governo do Amazonas disse que “o estado de saúde dos pacientes são reservados à família”.

A reportagem indagou se o MPE recomendou ao governo do Amazonas a adoção de medidas sobre o atendimento a pacientes do interior. O órgão respondeu que “as medidas tomadas pelas promotorias foram de antes da chegada da pandemia no interior. Nelas, o MP recomenda ao poder público que dotasse de condições das unidades de saúde locais, especialmente nas cidades polo de saúde, com equipamentos e profissionais capazes de atenderem pacientes de covid-19 em média e alta complexidade”.

Em cinco polos de atendimento oferecido a 31 dos 62 municípios do Amazonas, a Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) entrou com três ações judiciais e precisou atuar com medidas extrajudiciais.

A situação mais grave ocorreu no Polo do Baixo Amazonas, com sede em Parintins, quando foram ingressadas três ações judiciais. Embora tenham sido atendidas, os pacientes faleceram em hospitais de Manaus. Os três pacientes eram do município de Boa Vista do Ramos e deveriam ter sido atendidos por hidroavião e por “considerável demora”, conforme consta os autos do inquérito aberto pelo MPF para investigar o contrato entre a Manaus Aerotáxi e o governo do Amazonas.

“A situação, que já ensejou óbito de um paciente e demorada espera por outro, enseja a suspeita de que haja irregularidade na execução contratual e na fiscalização dos serviços, com utilização insuficiente do hidroavião”, diz o procurador da República Thiago Pinheiro Correa, nos autos do inquérito, que a Amazônia Real teve acesso, ao justificar a abertura do inquérito.

Já em Parintins, um paciente faleceu antes da transferência, segundo a DPE, mesmo após o Sister ter regulado o voo. “Este atendimento foi feito extrajudicialmente, sem a necessidade de ingresso de ação judicial”, diz nota da DPE enviada à reportagem.

“É fato notório e, portanto, não depende de provas que o interior do Estado do Amazonas possui um verdadeiro deserto em oferta de UTIs (não

há, hoje, um leito sequer), fato que é agravado pelas não menos conhecidas dificuldades de deslocamento dos municípios do interior do Estado para a capital Manaus”, diz trecho da ação da DPE.

Na ação, a DPE diz que, “por mais que aparentemente o serviço de transferência de pacientes graves do interior para a capital esteja em funcionamento, a experiência tem mostrado que o tempo de resposta é deficiente”.

Segundo a assessoria de imprensa da DPE, não houve ajuizamento em outros polos do interior do Amazonas, mas a DPE informou que no município de Jutai, acompanhou o caso de um paciente deu entrada em estado grave no hospital e foi inserido no Sister.

Também ocorreu um caso de paciente proveniente do município de Alvarães, cuja transferência para Tefé se deu nos termos do Plano de Ação de Enfrentamento ao Covid-19, com monitoramento da Defensoria Pública, mas ele faleceu durante a viagem para Manaus.

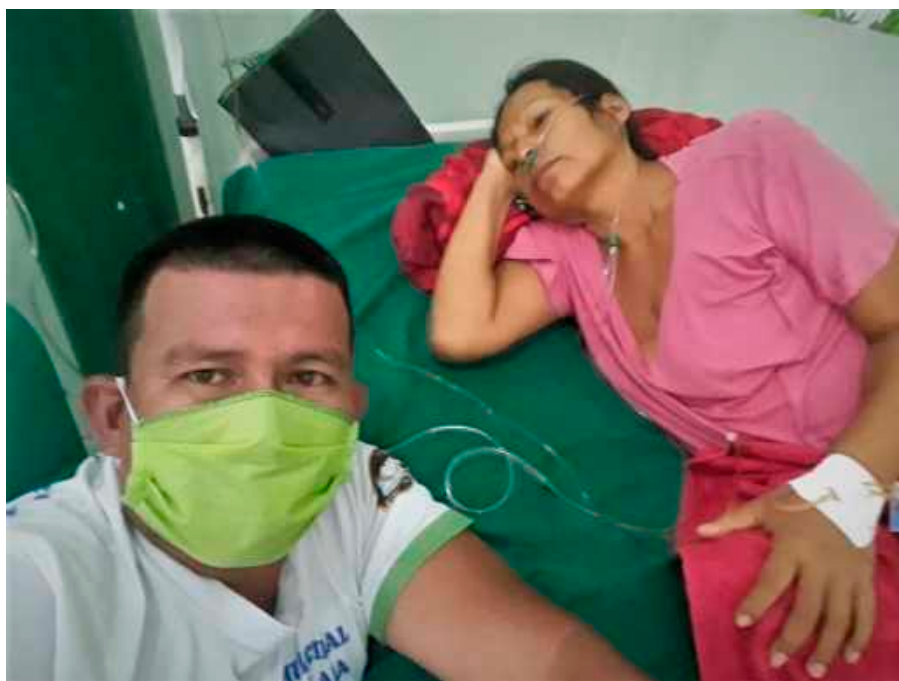
Para a DPE, ao ser questionado sobre como avalia a atuação do governo do Amazonas na atenção aos pacientes infectados pelo novo coronavírus, “o contexto da pandemia revelou de forma muito enfática as deficiências estruturais do serviço de saúde no Estado do Amazonas, especialmente no interior, cuja população tem expressiva dificuldade de acesso a diversos serviços públicos”.

O órgão considera que algumas medidas poderiam ter sido tomadas de maneira mais rápida e eficiente, “como o aumento da quantidade de viagens de UTI aérea e a aquisição de maior quantidade de testes”.

Segundo a DPE, após várias tratativas para melhorar a atenção aos pacientes, a Susam informou que assinaria um termo aditivo recomendado no dia 7 de julho para aumentar a quilometragem dos voos.

Procurada, a Susam disse que o aditivo ao Contrato 031/2020, com a empresa Manaus Aerotaxi, foi assinado em 13 de julho e encaminhado para publicação no Diário Oficial. O aditivo prevê acréscimo no quantitativo de quilometragem contratada para atender a demanda de remoções de pacientes do interior do Estado.

Sem respostas para demora na transferência



Higson Kanamariacompanha sua esposa, Neuraci, quando ela estava internada na UPA
(Foto: Arquivo Pessoal)

A Amazônia Real procurou a empresa Manaus Aerotaxi para seus proprietários falarem sobre os problemas técnicos da aeronave e demais assuntos relativos ao contrato com o o governo, por meio da assessoria de imprensa, mas não recebeu respostas. A direção do Hospital da Guarnição de Tabatinga também foi procurada e disse que a resposta viria pelo Comando Militar da Amazônia (CMA). À Amazônia Real, o tenente-coronel Gama, assessor de imprensa do CMA, informou que o órgão não iria responder as perguntas da reportagem.

Em nota, a Susam informou que “tem atendido a todas as solicitações de informações realizadas pelos órgãos de controle, enviando documentos e participando de reuniões com membros dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, além de Defensoria Pública, em que são apresentadas todas as medidas adotadas pelo Estado para a assistência dos municípios do interior e da capital”.

Segundo a assessoria do órgão, há 21 ventiladores mecânico em Tabatinga, sendo que 18 estão no Hospital da Guarnição e 3 na UPA. No Amazonas, existem 138 respiradores “adquiridos pelo Estado e por meio de articulação de doações do Governo Federal e empresas privadas”.

Para Higson Kanamari, a morte de sua mulher representou uma “imprudência muito grande” das autoridades públicas de saúde. Ele responsabiliza o Estado do Amazonas pela morte da esposa.

“O Estado brasileiro e do Amazonas deveriam ter mais responsabilidade com as pessoas do interior que estão com coronavírus. Alguns estão entubados, por dias esperando, aguardando a remoção. O que aconteceu com a Neuraci é lamentável, é chocante. Ela entrou para um quadro de mortalidade que poderia ter sido evitada. Eu ainda estou tentando absorver as coisas. Pensei em processar o Estado, mas seria uma ferida aberta na família. Isso afetaria meus filhos, seria muito sofrido. Se não fosse a burocracia do Estado, se eles tivessem mais respeito pela vida humana, com certeza minha esposa estaria viva hoje”, desabafa. (Colaborou Izabel Santos)



Indígenas Tikuna navegam pelo rio Solimões, em Tabatinga (Foto: Alberto César Araújo / Amazônia Real)

PROFESSOR HÉLIO CADETE

Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR)
Coordenação Geral da Região Serras – Terra Indígena Raposa/Serra do Sol
Conselho Indígena de Roraima (CIR)

“Hoje perdemos mais um colega. No dia do Professor Indígena”

28 de julho de 2020.

Professora Cléia WaiWai

NOTA PESAR / OPIRR

Expressamos o nosso voto de pesar aos familiares, amigos e alunos do Professor Hélio Cadete - Vítima do COVID 19, lotado na escola estadual Tuxaua Luis Cadete, morador da Comunidade Canauani. Na certeza que ele se encontra no bom lugar reservado por Deus. Agradecemos por suas contribuições de conhecimentos na Educação Indígena e Educação Escolar Indígena. E pedimos que Deus conforte os corações de seus familiares.

Coordenação Geral OPIRR



TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL
REGIÃO DAS SERRAS
NOTA DE PESAR



FAMÍLIA CADETE ESTÁ DE LUTO

A Coordenação Geral das Serras, vem informar com muita dor e tristeza o falecimento do Professor Indígena **Hélio Cadete**, da comunidade indígena Canaunim, região Serra da Lua. Professor lotado na Escola Estadual Indígena Tuxaua Luiz Cadete. Mas uma vítima de Covid-19. Nós Lideranças Indígenas da região, solidarizamos aos familiares, Amigos e a Comunidade Indígena Canaunim as nossas condolências pela perda desse Guerreiro de Lutador. Rogamos eu Deus o tenha em seus braços. Seguimos firmes na caminhada para manter vivo o seu legado e exemplo em Defesa da Educação Escolar Indígena.

Centro Regional Maturuca, 28 de julho de 2020.

ALDEIR CADETE DE LIMA
COORDENADOR GERAL DAS SERRAS



NOTA DE
PESAR


É com profundo pesar que o Conselho Indígena de Roraima vem a público manifestar solidariedade aos familiares e amigos do professor Hélio Cadete, de 61 anos, da etnia Wapichana. Morador da comunidade Canaunim, região Serra da Lua, ele faleceu hoje (28), no HGR, vítima da Covid-19. Professor Hélio desempenhou importante trabalho na educação escolar indígena, participou diretamente da formação de vários jovens e professores. Atualmente lecionava na Escola Estadual Indígena Tuxaua Luiz Cadete. Neste momento de dor, nos solidarizamos com a comunidade Canaunim, ratificando o nosso voto de pesar e agradecendo a valiosa contribuição para a nossa educação e ao movimento indígena.

Conselho Indígena de Roraima, 28 de julho de 2020.



PROFESSOR NEIR DA SILVA, MACUXI


Conselho Indígena de Roraima (CIR)



NOTA DE Pesar

É com profundo pesar que o Conselho Indígena de Roraima tem a público manifestar solidariedade aos familiares e amigos do professor Neir da Silva, 57 anos, etnia Macuxi, comunidade: Contão, região: Surama, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, pelo seu falecimento ontem (29) no HGR, vítima da Covid-19. Neir era professor graduado em Licenciatura Intercultural do Instituto Indígena/UBRR. Ele lecionava na escola Estadual Indígena José Marcolino. O professor deixou a esposa e quatro filhos. Neste momento de muita dor e tristeza, nos solidarizamos com a comunidade Contão, ratificando o nosso voto de pesar e agradecendo a valiosa contribuição para a nossa educação.

Conselho Indígena de Roraima, 10 de julho de 2020.



É com profunda tristeza que a gestão da EEI José Marcolino comunica que o professor Neir da Silva, não conseguiu vencer a batalha contra o COVID-19 e hoje dia 29/07 foi a óbito. Nos solidarizamos com todos os familiares, amigos e principalmente colegas de trabalho. Uma perda irreparável. Certamente que ele está em um bom lugar com o Pai Celestial. Att, Edinaldo Marcolino, gestor.

DEPOIMENTO DE JOEL PUYANAWA SOBRE A MORTE DE SEU PAI, MARIO CORDEIRO DE LIMA

“Pois é, Txai, é um grande sofrimento para nossa família e para o nosso povo, saber que meu pai, que tanto lutou pelo reconhecimento da demarcação da nossa terra indígena, ser enterrado no cemitério da cidade de Cruzeiro, sem a presença de nenhum de seus filhos e familiares e nenhum representante de nosso povo, é um grande sofrimento para todos nós. Mas quando tudo isso passar, quando acabar essa Pandemia, vamos trazer os restos mortais do nosso velho pai para ser enterrado na nossa terra”



A fala transcrita a seguir foi enviada por Joel Puyanawa, presidente da Associação Puyanawa, líder espiritual e curador, no dia 23 de junho 2020 para um grupo de WhatsApp que reúne lideranças indígenas: políticas e espirituais, do Vale do Juruá. O referido grupo foi criado para informar sobre e depois da III Conferencia Indígena da Ayahusca realizada entre os dias 10 e 13 de outubro de 2019. O acesso a esta fala se deu pela colaboração do antropólogo Marcelo Piedrafita que gentilmente enviou ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Oi parentes deste grupo, que se compõe dentro desta conexão. Aqui é o cacique Joel Puyanawa, quero em poucas palavras agradecer a todas pessoas, meus parentes e amigos, que estão se solidarizando nesse momento difícil da minha vida e na vida do meu povo. Quero aqui expressar meu sentimento de gratidão pelo apoio e pelas bonitas palavras que cada um tem mandado para nossa conformação, pela perda do nosso grande líder, Mario Puyanawa. Quero aproveitar esse momento para dizer para vocês, dentro dessa dor que não é fácil, que eu fiz tudo que estava ao meu alcance como cacique para meu povo entender, para que o vírus não chegasse à nossa aldeia. Fiz quatro reuniões na minha comunidade. Eu clamei para o meu povo. Mas hoje estamos pagando um preço, uma dor, do desrespeito. E isso, vou dizer para vocês meus parentes, para que vocês tenham todo cuidado e atenção da vida. Não se precipitem meus parentes, de irem para cidade. Fiquem na casa, fiquem na sua aldeia, se protejam! Aqui eu pude ver, sentir, presenciar um dos maiores sufocos da minha vida. Ver um parente arriando, cada hora, cada minuto. E o desespero é grande. Então fiquem em casa. Meus parentes, vocês, nós temos que beber a nossa medicina. Nós temos que acreditar nesse poder. Para nós beber, nos imunizar, para nos proteger, ficar forte. Porque nós estamos vendo a perda de muitos parentes mundo afora. E principalmente aqui nos Puyanawa, como meu pai. Hoje nós temos aqui uma nova história. Que é a entrada no vírus na contaminação do meu povo. Eu vi meu povo aperreado,

meu povo sofrendo por uma parte do meu povo não acreditar na medicina natural. Mas eu vi esses meus parentes correndo atrás, chegando até mim, chegando até o Puê. Buscando, pedindo para fazer chá, bebendo nosso chá. Aqui nós temos bebido muito e vamos continuar bebendo parentes. Ele que é o chá da nossa medicina. Ele que nos protege. Ele que nos fortalece. Acredite parente. Porque eu vivenciei e estou vivenciando este momento tão difícil, tão doloroso na vida do meu povo. Que nós como indígenas possamos tirar disso tudo como lição para seguir em frente, com o conhecimento tradicional da nossa cultura, das nossas tradições. Que cada povo dê valor, acredite no seu potencial, das grandes lideranças, dos seus pajés, de todas pessoas que trabalham em prol da saúde e da vida de cada um, de cada povo, de cada parente. Então fico aqui, dizendo essas palavras para vocês.

[...]

Deixo aqui essa mensagem, ainda com muita dor no coração. Mas que possa servir de orientação, de incentivo e de motivação para todos os povos. Se cuidem meus parentes, não permita que a doença chegue nas terras de vocês. E se chegar, procure se cuidar na aldeia.

[...]

A dor maior meus parentes, é fazer um velório apenas na consciência e na lembrança. Só! Isso é mais doloroso e mais desumano. Não permita e não deixe que isso aconteça na terra de vocês parentes. Aqui o povo Puyanawa está passando por isso e quero expressar meus sentimentos, deixar uma mensagem para vocês. Pela experiência que estou passando e pela dor que estou sofrendo, mas dizer para vocês que vamos continuar nossa vida. A história do meu pai é a marca que fica, que ficou para todos os povos, principalmente no Acre. Meu pai é um patriarca, da história da criação do movimento e por tudo que foi trabalhado. E sabem, os outros líderes que estiverem junto com meu pai, sabem

do tamanho do impulso e do empenho, e que vocês possam saber o valor e a importância dessas lideranças. Então a perda do meu pai nunca vai ser esquecida por ninguém e o mínimo que eu posso fazer por cada um de vocês que vão me ouvir é esse pedido. Façam, escutem, memorizem, acredite, porque aqui foi real, foi verdadeiro, aqui aconteceu, está passado. Mas vamos sobreviver.



Fotos: via Lucas Puyanawa

1

JOÃO SOARES KRIKATI, DO POVO KRIKATI

É com pesar que noticiamos o óbito de João Soares Krikati, do povo Krikati, acometido pela Covid-19. João tinha 53 anos, residia na Aldeia São José, Terra Indígena Krikati.

Fonte: Rede (Co)vida

ARITANA YAWALAPITI, GRANDE CACIQUE DO ALTO XINGU, MORRE VÍTIMA DA COVID-19. NOTA DE PESAR DA COIAB

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
(COIAB)



Com profundo sentimento de tristeza, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) lamenta a partida do grande cacique do Alto Xingu, Aritana Yawalapiti, na madrugada desta quarta-feira (5), em um hospital de Goiânia. Mais uma liderança indígena histórica levada pela Covid-19!

Após ser diagnosticado com a doença, nosso guerreiro e companheiro de luta foi internado em uma UTI em Canarana (MT), e depois transferido para um hospital de Goiânia, onde ficou cerca de duas semanas lutando contra a doença.

Para nós, povos indígenas, sua morte representa uma perda irreparável para o movimento indígena brasileiro. Cacique desde os seus tempos de juventude, Aritana (71 anos) lutou bravamente, desde a década de 1980, pela defesa dos nossos direitos.

A liderança Watatakalu Yawalapiti, falou emocionada nesta manhã sobre a triste partida do seu tio, irmão do seu pai, e a quem também chamava de pai: “A perda do meu tio Aritana é a perda de 98% da nossa língua. Significa para a gente muitos desmontes. Se a gente não ficar firme, se os jovens que aprenderam o que ele nos ensinou, a perda do meu tio Aritana significa a perda do Xingu inteiro”.

Watatakalu explica que Aritana lutou até o último momento da sua vida. O grande líder lançou uma campanha para construir um hospital de campanha no Alto Xingu, mas infelizmente não vai poder ver a sua conquista. “Lutou até o último momento contra a religião do homem branco que estava entrando na nossa aldeia. É uma perda irreparável e para minha família. É um buraco que se abre debaixo dos nossos pés”.

A coordenadora do Movimento Mulheres do Xingu na ATIX (Associação Terra Indígena do Xingu) completa ainda que agora é preciso encontrar força para seguir a luta. “Espero que nosso povo encontre forças nesse momento, porque não vai ser nada fácil para gente. Meu tio foi muito bom. Muitas pessoas se aproveitaram dele, mas ele nunca virou inimigo de alguém. Tivemos uma grande perda no meu povo, no Xingu, e no Brasil”.

PARTE III

O vírus não discrimina etnia, raça ou classe, ataca e mata a todos igualmente. Mas há quem aperte o gatilho e dirija a letalidade da doença para os indígenas.

Os primeiros a morrer são os velhos, bibliotecas vivas das tradições. As vítimas seguintes são os agentes de saúde e as lideranças. Assim tornam as comunidades desempoderadas e mais frágeis.

Em paralelo abrem a porteira (mesmo por cima das leis) para garimpeiros, o desmatamento e a mineração. Aproveitam a pandemia para deixar invadir e saquear os territórios indígenas.

Quando esta ilegalidade terá fim?

João Pacheco de Oliveira - PPGAS-MN/UFRJ

TERRITÓRIOS DA RESISTÊNCIA

TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: CONTROLE E VIGILÂNCIA DAS VIAS DE ACESSO ÀS TERRAS INDÍGENAS

Alfredo Wagner Berno de Almeida

1-Com as sucessivas manifestações e notícias de disputas pelos mecanismos de controle sanitário e da saúde indígena, no decorrer destes meses de março a junho de 2020, em diferentes regiões do país, tem-se uma primeira aproximação dos efeitos da Covid-19 sobre a vida social e sobre as formas político-organizativas intrínsecas a diferentes unidades sociais (povos, comunidades, tribos, grupos) e seus respectivos territórios reconhecidos (identificados, delimitados, demarcados, homologados) ou territorialidades específicas que socialmente construíram ou estão construindo sem usufruir ou demandar qualquer modalidade formal de reconhecimento. A pandemia é coetânea de um tempo em que as mobilizações indígenas em virtude de sua crescente autonomia, da dispersão de suas reivindicações e da heterogeneidade étnica de suas ações coletivas, sobretudo nos perímetros urbanos, apontam não somente para novos significados de política, mas principalmente para novos padrões de relação política. As lutas em torno do controle da gestão da saúde, da higiene e da alimentação, num contexto pandêmico em que elas se tornam parte fundamental das relações de poder, com peso decisivo na cena política, recolocam o movimento indígena num exercício permanente de liberdade, seja na área rural, seja nos centros urbanos, seja na defesa física das TIs, seja na escolha de modalidades de ajuda mútua para garantir sua existência coletiva nas cidades. Se resistir significa uma escolha, nestes tempos de pandemia significa não renunciar à sua identidade étnica e à construção de sua própria existência coletiva, ainda que esteja em jogo uma profunda ruptura com tutelas historicamente instituídas e juridicamente vigentes.

2-A ação dúbia das políticas governamentais, com oscilações sucessivas entre “negacionismo” e “conhecimento científico” ou entre “isolamento social” e “flexibilização”, levou órgãos do poder executivo a perder a prerrogativa de ações combinadas entre o governo federal e os governos estaduais ou entre estes e as prefeituras municipais. A militarização do Ministério da Saúde, inclusive com um ministro general sem uma formação em medicina, não logrou remover os obstáculos a uma ação política articulada e nem tão pouco parece ter esta articulação como objetivo. A centralidade burocrática no aparato logístico em detrimento do conhecimento em ciências médicas afetou a ação ministerial no campo da saúde, principalmente ao confundir ação médica militar com políticas de saúde pública. Isto pode ter endossado prováveis distorções de atividades rotineiras⁶¹⁷. As restrições à participação de lideranças indígenas mais críticas e contestatórias em conselhos e instâncias deliberativas dos distritos especiais de saúde (DSEI), por sua vez, se tem um efeito inibitório sobre as mobilizações políticas também estabelecem um fosso entre as decisões oficiais e o seu acatamento. A extensão desta dubiedade da ação oficial impeliu a que fossem executadas medidas protetivas emergenciais por parte das próprias organizações indígenas, assim como de organizações quilombolas submetidas às mesmas condições. Superando estas ambiguidades das relações de poder, que lhes subtraíam uma proteção mais efetiva, as formas político-organizativas engendradas por lideranças de diferentes povos, grupos e comunidades tradicionais foram levadas a tornarem-se protagonistas de distintas iniciativas de controle sanitário e de vigilância em suas respectivas áreas. Uma variedade de meios de autodefesa e proteção ganhou corpo nos últimos meses, com o surgimento em diferentes regiões do país das denominadas “barreiras indígenas de fiscalização sanitária”, cuja finalidade consiste em controlar o fluxo de pessoas

617. Consulte-se **Portal Roraima 1** - “Militares visitaram comunidades indígenas Yanomami, em Roraima, em uma ação contra a Covid-19, nessa terça-feira (30), para fazerem atendimento médico e levar insumos às aldeias. Houve distribuição de equipamentos de proteção como máscaras, álcool em gel, aventais e luvas, além de 13,5 mil comprimidos de cloroquina, medicamentos que não tem eficácia comprovada contra a Covid-19.” **Portal Roraima 1**. “Militares distribuem cloroquina para indígenas de Roraima em ação contra coronavírus”. 01/07/2020. 15:40h

não-residentes ou consideradas “estranhas” às terras indígenas. O volume de ações sanitárias dos movimentos indígenas (APIB, COIAB, CIR, FOIRN, COAPIMA, APOIME), trabalhando inclusive no plano do conhecimento, com as séries quantitativas sobre infectados e vítimas fatais da Covid-19, tem adquirido uma força política contundente, face aos biopoderes locais, seja selecionando quem pode entrar, seja determinando quem deve sair das TIs⁶¹⁸. Os critérios de seleção, resultantes destas mobilizações passaram a ditar atos e pautas reivindicatórias tanto impedindo fisicamente a entrada de pessoas consideradas “estranhas” e indesejáveis às comunidades, quanto efetuando a desintração dos infratores (garimpeiros, madeireiros, grileiros), que realizam atividades ilegais nas Tis. As denominadas “barreiras” tem, portanto, duplo sentido, ainda que se orientando numa única direção. Faixas, cartazes, placas, “fitas-zebra”, cones e avisos postados nas entradas às Tis, bem como “comunicados”, “atas de decisão” e “notas de comunicação”, cujo conteúdo foi definido em assembleias e reuniões realizadas com participação de cada uma das comunidades, ilustram um determinado grau de consolidação dos movimentos indígenas. Verifica-se uma capacidade física de execução do que foi deliberado em reuniões e assembleias. As decisões que ditam as condições de acesso a estas áreas e do trânsito de pessoas por elas, foram aprovadas em manifestações coletivas que também traduzem as relações de parentesco e afetividade entre aqueles que se encontram nas TIs e aqueles indígenas que residem habitualmente em centros urbanos. Estas relações são incorporadas no critério de quem pode entrar, transferindo a discussão, neste episódio dos chamados “parentes”, para o local e o tempo da quarentena. Em princípio o direito de ingresso dos “parentes” não poderia ser negado, todavia muitas vezes funciona uma regra operativa em torno da moradia habitual, que em determinados contextos passa a se constituir num critério de exclusão. A políti-

618. Não sucede o mesmo com as comunidades quilombolas que resistiram diferentemente. A despeito disso foram verificadas placas na entrada da comunidade Samucangaua, área afetada pela base de foguete de Alcântara (MA), alertando a proibição de entrada de pessoas que não pertencem a comunidade e também no município de Baião em comunidades quilombolas à jusante da Barragem de Tucuruí (PA). Para maiores informações sobre outras comunidades quilombolas, leia-se o trabalho **Ações e Mobilizações para evitar se expor à morte no Território Quilombola de Salvaterra** de Rosa Elizabeth Acevedo Marin e José Luís Souza de Souza que também integra esta coletânea.

ca da FUNAI de filtrar cada vez mais a concessão de RANIs com base numa noção discriminatória de que seriam classificados como “índios” apenas os que residem nas aldeias em TIs passa a dividir por dentro os povos indígenas, mas não parece ser suficiente para se sobrepor a laços consanguíneos nestes tempos de pandemia. Dentre as menções explícitas às “pessoas que não residem nas comunidades”, nada há sobre estes denominados “parentes” que habitam nas cidades. Os cartazes proíbem a entrada nas TIs notadamente de “estranhos” como explicitamente se referem aos “ambulantes”, quais sejam pequenos comerciantes em permanente deslocamento, que compram e vendem produtos, viajando seguidamente entre as TIs e entre estas e as cidades.

O material iconográfico aqui apresentado atesta estes tipos de mobilização em torno do exercício de vigilância e controle do ingresso em TIs, realizado pelos próprios indígenas, “para evitar a expansão do Coronavírus”. Nos meandros destes processos reais os indígenas tornam-se os sujeitos das ações sanitárias relativas aos seus territórios, definindo normas e executando-as eles mesmos. O “isolamento social”, explicitado como forma de prevenção do contágio e da enfermidade, resulta, pois, de atos, como reuniões e assembleias, comportando representantes indígenas de várias comunidades, que deliberaram e executam diretamente as medidas de fechamento das TIs. Tais medidas, que refletem ações coletivas, além de indicarem o fortalecimento de lideranças indígenas, propiciam os fundamentos de processos políticos relativos à reafirmação da autoridade dos “tuxauas” e “caciques”, ao conseguirem um consenso em cada unidade social para enfrentar de maneira autônoma, porém combinada e coletiva, os efeitos da pandemia.



Figura 01: Município de Baião, à jusante da barragem de Tucurí (PA)



Figura 02: Placa de advertência na comunidade Quilombola Samuacangaua localizada em Alcântara

Em Roraima, foram registradas dezenas de “barreiras” montadas com cercas de madeira improvisadas e portões, concretizando fechamentos físicos por períodos curtos ou por “tempo indeterminado” pelos indígenas Wapichana, Macuxi, Taurepang, Patamona e Ingaricó nos acessos à TI Jabuti, à TI Tabalascada⁶¹⁹, à TI Truarú, à TI Sucuba, à TI Lago Grande, à TI São Marcos, à TI Raposa Serra do Sol e outras. Na TI Raposa Serra do Sol, as reuniões foram documentadas em ata⁶²⁰ e tornadas públicas, possibilitando perceber que as mobilizações abrangem indígenas em diferentes posições e papéis sociais: “conselheiros locais de saúde”, “administradores da saúde”, “Tuxauas”, “gerentes de trabalho”, “administradores do gado” e representantes de comunidades. Em reunião datada de 26 de março, na região Surumú, município de Paracaima, foi decidido, conforme os termos da “Ata de Decisão” (Figura 03) correspondente, que “a entrada que dá acesso a TI Raposa Serra do Sol ficará fechada a partir do dia 28 de março”, na cabeceira da ponte Elias Madeira, entrada das comunidades Barro/Surumú.

619. O Conselho Indígena de Roraima (CIR) informou, em 06 de abril de 2020, através da comunicadora indígena Raquel Viana, que a partir de 07 de abril a TI Tabalascada, localizada na região Serra da Lua, fechou o acesso: “com fiscalização intensiva na entrada da comunidade. De acordo com o tuxaua Deodato Wapichana, o fechamento segue durante 15 dias.”

620. Vide **Ata de Decisão** da reunião ocorrida, em 26 de março de 2020, na TI Raposa Serra do Sol, região Surumú, Município de Paracaima, Comunidade Indígena Barro.

TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL
REGIÃO SURUMU/MUNICÍPIO DE PACARAÍMA
COMUNIDADE INDÍGENA BARRO
DATA: 26 DE MARÇO DE 2020.

ATA DE DECISÃO

Aos dias vinte e seis de março de dois mil e vinte, às oito e meia da manhã, as lideranças das comunidades barro, surumu e maloquinha, se reuniram para tratar sobre a pandemia corona virus, que de maneira alarmante vem preocupando as populações locais, sobretudo, no que diz respeito ao controle da entrada de pessoas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O encontro aconteceu em frente a casa de apoio da comunidade barro (mangueira), e contou com a participação do coordenador regional Anselmo Dionísio Filho, conselheiro local de saúde Reginaldo de Lima Bonifácio, administrador de saúde Local Raimundo Feitosa, administradoras do gado Joicinara da Silva Maceno e Eliomácia Barbosa Pinho, os tuxauas Laurison Gabriel, Marçaline da Silva dos Santos, Eliésio dos Santos e Carpegiane Rebouças Bezerra, gerente de trabalho Moacildo da Silva, representantes da comunidade maloquinha Ana Lúcia S. Oliveira Rosa e Essemaio Pereira, e alguns membros da comunidade barro como Emily Ramos Pereira, Elisângela Barbosa de Pinho, Paulo Sérgio, Elziane Amaro da Silva, Valdir Magalhães Dias, Augustino Pereira, Diraneide Lima Bonifácio, Vaner Peres Torres, Leonidas Peres e Jeferson Barbosa. Neste encontro discutiu-se a importância do "isolamento social" como forma de prevenção da doença, uma vez que esta, assim como outras, que no início de sua expansão assombraram a humanidade, como por exemplo, o HINI lembrado por senhor Raimundo Feitosa.

DECISAO: Após várias colocações, em decorrência a prevenção a Pandamia ao **CORANA VIRUS**, fica decidido que a entrada que dá acesso a Terra Indígena Raposa Serra do sol ficara fechada a parti do dia vinte e oito de março de dois mil e vinte (sábado), às seis horas da manhã na cabeceira da Ponte Elias Madeira, entrada das comunidades Barro/Surumu, Contendo o uso de faixas, placas e cones, cava leite, fita zebra. O fechamento contara com apoio da Equipe Multidisciplinar de Saude Indígena – EMSI, AIS, lideranças indígenas e GPVIT programada em escalas de pelos menos duas ou três pessoas. Fica decidido ainda que terá acesso os veículos a trabalho da saude, abastecimento de combustível para o motor gerador, suprimento alimenticios para as comunidades indígenas e outras necessidades autorizadas pelas lideranças locais. Fica decidido também que não será aceita a entradas ou trânsitos de pessoas, membros ou não de comunidades que residente na cidade/comunidade ou vice versa esta decisão será por tempo indeterminado ate que se haja uma decisão pelas autoridades competentes.

Sem mais nada a discutir, a reunião deu-se por encerrada às 11h40min.

Figura 03: Ata da reunião de 26 de março de 2020, região Surumú

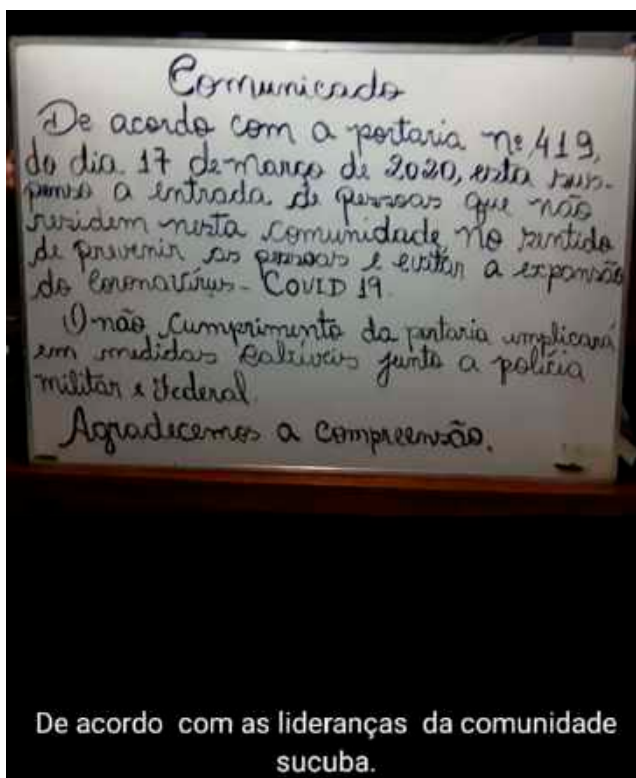


Figura 04: Comunidade Sucuba - Terra Indígena Sucuba



Figura 05: GPVIT na Comunidade Indígena Araçá - região Amajari



Figura 06: GPVIT na Comunidade Indígena Araçá - região Amajari

As “barreiras” são montadas com cones bicolores sob um fio plástico resistente ou com uma cerca de três fios estendida sobre um mata-burro, com uma placa de “Fechado”, no caso da TI Truaru, ou com um cartaz afixado sobre uma cerca de madeira branca, na entrada da TI Sucuba, em que se lê a menção legitimadora de que estariam agindo de acordo com a Portaria n.419, da FUNAI, de 17 de março de 2020.



Figura 07: Comunidade Truarú - Terra Indígena Truarú



Figura 08: Placa de fechamento da Terra Indígena Truarú



Figura 09: Placa de fechamento na Terra Indígena Truarú



Figura 10: Placa de fechamento na Terra Indígena Truarú

O tempo de fechamento prevê também uma interlocução com os poderes, pois há cartazes que assinalam como vigente “até que haja uma decisão pelas autoridades competentes” (cf. **Ata de Decisão**). O fechamento

comporta, deste modo variações, senão vejamos: no Lago Caracaranã foi definido o “fechamento da barreira” às 3^a, 5^a, sábados e domingos, enquanto que o acesso ficou restrito a 2^a, 4^a e 6^a de seis da manhã às 19 horas

TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL
REGIÃO RAPOSA
CENTRO REGIONAL LAGO CARACARANÃ

COMUNICADO

DE ACORDO COM A DECISÃO DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS DA REGIÃO RAPOSA E BAIXO COTINGO NA REUNIÃO REALIZADO EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA TRATAR DAS BARREIRAS INDÍGENAS DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA INSTALADAS NA BR 433 E RR TRANS-ARROZAL, FICA DETERMINADO QUE O FECHAMENTO DA BARREIRA SERÁ NA TERÇA, QUINTA, SÁBADO E DOMINGO. O ACESSO SERÁ ABERTO NA SEGUNDA, QUARTA E SEXTA-FEIRA, DAS 06:00 HORAS DA MANHÃ ÀS 19:00 HORAS DA NOITE. A DECISÃO TEM COMO OBJETIVO MINIMIZAR O FLUXO DE PESSOAS PARA A SEDE DO MUNICÍPIO NESTE MOMENTO DA PANDEMIA (COVID-19), E A PROPAGAÇÃO DA MESMA NAS COMUNIDADES INDÍGENAS. A DECISÃO SEGUIRÁ POR TEMPO INDETERMINADO.

A DETERMINAÇÃO SERÁ APATIR DO DIA 01 DE JUNHO 2020.

C.R.L.C: 29 DE MAIO DE 2020

PERCIVANIO SOUZA
COORD. DA FISCALIZAÇÃO INDÍGENA
REGIÃO RAPOSA

ELISSANDRO RAPOSO
COORD. DA FISCALIZAÇÃO INDÍGENA
REGIÃO BAIXO COTINGO

Figura 11: Comunicado: região Raposa, 29/05/2020

Na TI Tabalascada o fechamento foi previsto por 15 dias e depois estendido, enquanto em outras TIs há referências frequentes a um “tempo indeterminado”. Nas demais comunidades e TIs as medidas de interdição são constantes e não mencionam explicitamente a variável tempo, cingindo-se a informar, como dizem os cartazes, que está “suspensa a entrada de pessoas que não residem nesta comunidade”. Assim indica o Posto de Fiscalização e Vigilância no Uraricoera, que atende a TI São Marcos e diversas comunidades como Campo Alegre, Vista Alegre e Lago Grande, demonstrando uma expressiva capacidade de assegurar as proibições, a partir de ações conjuntas na entrada das TIs. De igual modo, a ação do GPVITI (Grupo de Proteção e Vigilância dos Territórios Indígenas), na região do Amajari, correspondeu a uma mobilização de lideranças de várias comunidades, tais como: Araçá, Ouro, São Francisco; e na região Raposa às comunidades de Raposa e Guariba.



Figura 12: Comunidade Ouro e São Francisco - região Amajari



Figura 13: Equipe GPVIT da Comunidade Raposa I - Região Raposa

Terra Indígena São Marcos
 Posto de Fiscalização e Vigilância
 Urucocera

Nos Territórios e Arrecadações das
 comunidades Campo Alegre, Vista Alegre,
 Milho, José Manoel, Dúrcia e São Marcos
 do Parque do Baixo São Marcos decidimos
 por comunidade manter nítido a
 entrada de pessoas que não são de
 estas comunidades acima mencionada,
 no entanto vamos lutar e permanecer
 a nossa sociedade contra COVID-19,
 pois estamos trabalhando a nossa
 comunidade.

Posto de Fiscalização e Vigilância
 Urucocera 28 de Março de 2020

Elis Pereira Lopes
 Maria Luíza Almeida
 Mariana Kátia Augusto
 APOLSON DEKAR
 Glauco da Anunciação de Castro
 Elmar Souza da Silva
 Cláudio de Souza

Figura 14: Documento informando o fechamento no Posto de fiscalização e Vigilância Urucocera da Terra Indígena São Marcos.



Figura 15: Bloqueio das estradas na região Serras

Combinadas com a iniciativa destas “barreiras sanitárias” registra-se o adiamento de eventos e o cancelamento temporário de rituais para “evitar aglomerações”, como dizem explicitamente os documentos. A XII Assembleia da Juventude Indígena de Roraima foi cancelada conforme documento do Núcleo de Juventude Indígena. O cancelamento foi explicado em carta datada de 1º de abril de 2020, firmada pelo Coordenador Estadual da Juventude Indígena, justificando que seguem as “orientações da OMS” para evitar a propagação do Covid-19. (Figura 16). Do mesmo modo foram colocados em suspensão sequências, rituais, festas e comemorações.



Núcleo de juventude

Centro de formação, 01 de abril de 2020.

Carta

A coordenação do núcleo de juventude indígena de Roraima, criada para articular e fortalecer o movimento de jovens, vem por meio desta **comunicar** as senhores coordenadores regionais de juventude, juventudes e lideranças o **cancelamento** da XII assembleia da juventude indígena de Roraima. Por medidas preventivas da saúde de nossa juventude e lideranças, ressalto ainda que estamos seguido às recomendações da OMS (organização mundial da saúde) para evitar a propagação da COVID-19 (corona vírus) em meio as nossas regiões e comunidades, no mais esperamos ter á compressão de todos, e pós-amenização da pandemia estaremos novamente entrado em contato com os senhores para remarcar uma nova data.

Com saudações indígenas!

Alcebias Motá Constantino

Coordenador estadual da juventude indígena

Figura 16: Carta da Coordenador Estadual da Juventude Indígena

Foram registradas também ocorrências de montagem de barreiras sanitárias na entrada de TIs no Acre, com os Puyanawa fechando fisicamente a entrada da TI Puyanawa. Já no Amazonas, na TI Alto Rio Negro, foram

montadas “barreiras” de controle. Aí vivem pelo menos 23 (vinte e três) povos indígenas, dentre eles: Arapaso, Baniwa, Baré, Barasana, Bará, Desana, Hupda, Karapaña, Piratapuya, Tukano, Koripako, Kotiria, Tariano, Warekena, Maku, Kubeo, Mirity-tapuia além de isolados dos Rio Uaupés e Cuririari e do Igarapé Waranaçu...) (Figura 17).



Figura 17: Placa de advertência da Terra Indígena Alto Rio Negro

As interdições dirigidas ao transporte fluvial e à atracação de barcos dizem: “não é permitido pernoitar quem vem de S.G.C. (São Gabriel da Cachoeira) e fronteiras”” e “proibido encostar na comunidade”. Os cartazes evocam a FOIRN e a Lei n.1.831 de 1987. Também no Estado do Amazonas, na Aldeia Boará de Cima, do povo Kokama⁶²¹, no Alto Solimões, mesmo tendo sido erguidas barreiras, em 21 de maio verificavam-se 27 casos de infecção. Considerando as aldeias dos Kokama como um todo há registros, até 30 de maio, de pelo menos 55 vítimas fatais de Covid-19 (Vide seção denominada Obtúario, na segunda

621. As notícias dos primeiros casos de COVID-19 entre indígenas Kokama, com registro de quatro casos em Santo Antonio do Içá (AM); Mura, em Itacoatiara (AM); Borari, no baixo Tapajós (PA), e Yanomami, na região do polo base Uraricoera, na TI Yanomami, no município de Alto Alegre (RR), tiveram ampla repercussão e permitem a interpretação de que teriam chamado a atenção de lideranças locais e dos movimentos indígenas, fortalecendo a necessidade desta iniciativa de mobilizações para fechamento do acesso às TIs. Consulte-se a propósito: Wladimila, Nayra e Brasil, Kátia - “Ministério da Saúde registra primeiro caso de Covid-19 em Yanomami”. *Amazônia Real*, 08/04/2020 às 00:28.

parte no **Território da Morte** dessa coletânea). No Rio Purus na TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati, localizada nos municípios de Lábrea e Tapauá, no Estado do Amazonas, também foram erguidas barreiras de controle e vigilância. (Figura 21). Essa experiência de obstruir vias públicas já era bastante conhecida no Amazonas, sobretudo a partir da ação de vândalos destruindo as correntes do pedágio dos Waimiri-Atroari na BR 174 em 28 de fevereiro de 2020⁶²².



Figura 18 e 19: Povo Kokama da aldeia Boará de Cima anunciando a quarentena

622. Cf. **Informativo Comentado** sobre Povos e Comunidades Tradicionais, n.1. Manaus, PNCSA



Figura 20: Waimiri-Atroari fechando a BR 174 em protesto contra o vandalismo que destruiu o suporte das correntes que assegurava o pedágio



Figura 21: Jarawara da aldeia Nascente, TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati

No Pará, no final de março, os Kaiapó negociaram com os garimpeiros a paralisação da extração aurífera em Turedjam: “Nós sempre quisemos fechar o garimpo. Com o risco de contágio pelo Coronavírus na comunidade, nós debatemos e chegamos a um consenso”, disse Takatkyx, liderança Kaiapó. Os garimpeiros se retiraram levando seus equipamentos. A FUNAI informou que não participou das negociações⁶²³.

Enquanto as ações até agora mencionadas fortalecem as formas político-organizativas intrínsecas à vida comunitária nas TIs e aos movimentos indígenas, há um outro repertório de iniciativas que busca fortalecer principalmente as instituições encarregadas das políticas públicas de assistência aos povos indígenas. Vale destacar que em reunião do FPCONDISI, em 22 de maio, no salão de reunião on-line da APOINME, foi aprovada uma nota focalizando a premência de assistência médica às chamadas “Aldeias Urbanas” e em especial à aldeia Jaguapiru:

“Exemplo da aldeia Jaguapiru em Mato Grosso do Sul, superpopulosa com mais de 12 mil pessoas confinados em 4 (quatro) hectares de terras a 5km da cidade, em condições sociais inadequadas, grande índice de suicídio”. Outro exemplo concerne “a um grupo indígenas Guarani e Kaingang alojados na antiga rodoviária de Florianópolis (SC) com idosos e crianças, carece de uma ação indigenista urgente (FUNAI), acredita-se que estes sejam devidamente cadastrados no SIASI no caso de responsabilidade do DSEI estão altamente vulneráveis à contaminação.” (Figura 22).

623. Cf. Angelo, Mauricio – “Comunidade Indígena do Pará expulsa garimpeiros por Covid-19”. Thomsom Reuters Foundation, 06 de abril de 2020, 11h45.

Atualizado às 12h05.

“Não queremos mais garimpeiros circulando no meio das aldeias. Eles concordaram em sair”, disse Takatkyx Kayapó, um dos líderes comunitários que negociaram com os garimpeiros, à Thomsom Reuters Foundation (T.R.F.). (...) Assim como o garimpo em Turedjam também houve uma interrupção do corte de árvores, disseram os locais. (...) Os moradores de Turedjam disseram que, no pico das atividades de mineração, era possível ver até 70 escavadeiras em suas terras...”. Os indígenas afirmaram ainda que quando acabar a pandemia será feita outra reunião para decidirem o que fazer: “A ideia é fechar os garimpos para sempre”, completou o líder Kaiapó.

REUNIÃO DO FPCONDISI DIA 22 DE MAIO ÀS 14:00 NA SALA DE REUNIÃO ON-LINE DA APOINME.

ATENÇÃO PARA AS ALDEIAS CHAMADAS DE ALDEIAS URBANAS.

- Exemplo da aldeia Jaguapiru em Mato Grosso do Sul, superpopulosa com mais de 12 mil pessoas confinados em 4 hectares de terra a 5 km da cidade, em condições sociais inadequadas, grande índice de suicídio.
- Verificar qual tipo de assistência está sendo possíveis prestar a um grupo indígena guarani e Kaningang alojados na antiga rodoviária de Florianópolis- SC com idosos e crianças, carece de uma ação indigenista urgente (FUNAI) acredita-se que estes sejam devidamente cadastrados no SIASI no caso de responsabilidade do DSEI estão altamente vulneráveis a contaminação.

FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL DO CONTROLE SOCIAL DE SAÚDE INDÍGENAS

- Promover encontros on line uma vez por mês;
- Fortalecer o canal de diálogo com a SESAI com vistas a dá visibilidade as ações do FPCONDISI;
- Replicar esse modelo de reunião onde for possível inclusive pós Pandemia.
- Construir canais de divulgação e promoção das ações de controle social por DSEI.

**AÍLSON DOS SANTOS
COORDENADOR DO FPCONDISI**

02

Figura 22: Comunicado da Aldeia Urbana Jaguapiru

As estratégias discursivas, neste caso de reuniões do FPCONDISI, sublinham o “fortalecimento institucional” das agencias responsáveis pela saúde indígena ou “das instituições responsáveis pelas políticas públicas de assistência aos povos indígenas”, que são atreladas ao Estado. Embora suas atribuições consistam em articular ação assistencial de várias instituições públicas, suas medidas convergem para “evitar aglomerações”, sobretudo em rituais como o “toré”. (Figura 23).

REUNIÃO DO FPCONDISI DIA 22 DE MAIO ÀS 14:00 NA SALA DE REUNIÃO ON-LINE DA APOINME.

T-COMPREENDER MELHOR A REALIDADE DOS POVOS INDÍGENAS FRENTE A SITUAÇÃO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

- Quais os processos de enfrentamento da covid 19 nas aldeias;
- Assistência das equipes nas aldeias
- Como estão se organizando para enfrentamento

A VULNERABILIDADE DOS POVOS INDÍGENAS E A NECESSIDADE DE AÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO POR MEIO DO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS:

- Inclusão dos povos indígenas nos grupos de risco;
- Realizar testagem geral da população indígenas e trabalhadores de saúde indígenas;
- Disponibilizar álcool gel, máscaras e outros equipamentos de proteção individual-EPI's para os trabalhadores e para ser usado em casos de pacientes suspeitos além de disponibilizar material de higiene e de limpeza;
- Realizar um inquérito sanitário por aldeia (sintomas de gripe, febre) pelo AIS/EMS;
- Adequar e higienizar os espaços públicos nas aldeias: escolas, casas de oração/reza, postos de saúde, entre outros, nas aldeias para receber indígenas em uma possível necessidade de quarentena, ampliar os cuidados a grávidas, pessoas com doenças crônicas, problemas respiratórias entre outras, que apresentem a Síndrome Gripal, atentar para o isolamento social.
- Realizar testagem em pacientes e acompanhantes indígenas inclusive crianças com patologias crônicas nas CASAS;
- Esvaziar as CASAS de pacientes com procedimentos eletivos;
- Articular suporte do exército Brasileiro para fornecimentos de água nas aldeias que não tem sistema;
- Ampliar assistência social as populações indígenas, incluindo cestas básicas de alimentos (fazer campanha)
- Elaborar e distribuir material informativo adequado para os povos indígenas, no sentido de sensibiliza-los para não compartilhar objetos pessoais – talhars, alimentos, roupas, local de dormida e etc. além dos utilizados nos rituais como: xanduca/ campião, cachimbo/ cigarros, bem como bebida, kaxiri/ Kaxiri/sakura/ garapa de cana e ou rapadura/ Jurema e alcoólica, entre outras;
- Orientar para evitar aglomerações, em especial os rituais indígenas, como o toré e outros. Como também manter o afastamento social;

01

Figura 23: Comunicado do FPCONDISI

3-Este processo de mobilização indígena, com características autodefensivas, de acordo com o que já foi reiterado, ao mesmo tempo, que não permite o ingresso nas TIs de pessoas que não fazem parte das comunidades, defendendo o “isolamento social” para se protegerem do contágio, procede à desintração das terras tradicionalmente ocupadas, expulsando os invasores. Em outros termos, em concomitância com o controle da entrada em seus territórios os indígenas se mobilizam para efetivar os desintraamentos, qual seja, retirar de maneira efetiva os invasores de suas terras. Levando em conta o adensamento e a intensidade da mobilização indígena em defesa de seus territórios, nestes tempos de pandemia, observa-se pelo menos duas modalidades principais de desintração: i) a primeira se refere a uma retirada

dos invasores sem negociação. Ela diz respeito a ações coletivas, respaldadas em consultas a lideranças intermediárias e em consenso “tribal”⁶²⁴, obtido através de sucessivas reuniões e articulações políticas, que indígenas Macuxi, Taurepang, Wapichana, Patamona e Ingaricó realizaram, no dia primeiro de abril, compreendendo uma retirada compulsória de garimpeiros e suas balsas do Rio Cotingo, próximo ao igarapé Samaúma, na TI Raposa Serra do Sol, localizada no nordeste do Estado. Em sequência, num ato contínuo, apreenderam os equipamentos utilizados nesta atividade ilegal para serem posteriormente entregues às autoridades competentes⁶²⁵. Esta ação forçada de desintrusão, impensável em outras circunstâncias, tornou-se exequível mediante este processo pandêmico que, embora trágico e cruel, tem impelido os indígenas a uma autodefesa constante e aparentemente mais duradoura, porquanto ancorada em consensos. Esta capacidade de mobilizar, mesmo que seja situacional, tem propiciado condições objetivas para uma consolidação de lideranças e chefias. Comunicados, atas de decisão, recomendações, avisos e outras relações que reafirmam laços de solidariedade, por sua frequência e pelo acatamento coletivo conduzem à suposição de que algumas conquistas podem ser mais duradouras do que se supõe à primeira vista.

ii) Pode-se dizer que a segunda vertente concerne a situações similares àquelas vividas pelos Kaiapó, que negociaram com os garimpeiros o encerramento da extração de ouro em Turedjam, após obterem o consenso em reuniões consecutivas. Os garimpeiros se retiraram levando todos seus equipamentos sem que a FUNAI ou qualquer outro órgão competente tenha participado das negociações, isto é, sem multas, sem reparações e sem perdas de quaisquer equipamentos. Uma indagação frequente nos debates sobre “mobilização indígena” é se as evidências de ilegalidade seriam minimizadas?

624. Leia-se o conceito de “tribal” tal como trabalhado por Mahmood Mandani – “What is a tribe?”. *London Review of Books*. vol.34 n.17. September 2012 pages 20-22

625. Cf. “Índios retiram garimpeiros da Raposa/Serra do Sol”. *Folha de Boa Vista*, 06 de abril de 2020. In *Folha Web*, 06/04/2020, às 15h10.

Neste aludido episódio constata-se que, além do desintrusamento, se colocam em pauta questões ambientais, relativas à sustentabilidade das próprias comunidades indígenas. Com perspectiva de futuro as iniciativas indígenas convergem para uma gradual recuperação da cobertura vegetal e das matas ciliares uma vez que os garimpos, numa ação ilegal de décadas, provocaram danos de difícil reparo imediato. Mesmo que esta retirada dos garimpeiros seja circunstancial, pois o preço do ouro encontra-se em elevação crescente neste maio e junho de 2020, e poderia estimular novas invasões, os indígenas não ignoram isto nem a relevância do atual desintrusamento. Atenta à elevação do preço do ouro a imprensa periódica repete que se trataria de uma “paralisação da extração aurífera” e não do encerramento das atividades de garimpagem ilegal. As lideranças indígenas consideram, entretanto, que estão ganhando um tempo precioso para se prepararem para enfrentamentos futuros e para recuperar, ainda que parcialmente, nascentes, olhos d’água e pequenos igarapés em seu território. Na fala de lideranças percebe-se que com as desintrusões as águas estariam se tornando mais límpidas e transparentes, dando fim à turbidez gerada pelos materiais em suspensão, removidos frequentemente dos leitos dos rios em virtude das atividades extrativas. Em suma, com ou sem negociação, as ações de desintrusamento fortalecem as formas político-organizativas intrínsecas aos próprios indígenas, ressaltando seu protagonismo e expondo os riscos implícitos a um processo pandêmico não exatamente controlado, ainda pouco conhecido e com efeitos trágicos sobre os povos indígenas, cujas vítimas fatais do Covid-19 se aproximam de 500 (quinhentas) em nove semanas de declaração da pandemia.

Há interpretações correntes que salientam o fato de estarem sendo criadas condições de possibilidade para que também sejam reduzidos os índices elevados de desmatamento, uma vez que circulam informações de que o corte de árvores estaria diminuindo desde que foram montadas as “barreiras de controle e vigilância”. Tais informações certamente carecem de verificações *in loco*. Os argumentos atestadores reiteram que diante da

intensa mobilização, com uma rígida fiscalização dos próprios indígenas, os madeireiros e garimpeiros estariam temendo intrusar as TIs. As práticas rotineiras de autodefesa nas “barreiras de controle” e nos afazeres da vida cotidiana assinalam um maior grau de organização indígena neste momento. Certamente que o fator quantitativo, que caracteriza as invasões, não pode ser ignorado, nem subestimado porquanto pode limitar ou até neutralizar o resultado de qualquer mobilização indígena. Numa TI como a dos Yanomami, invadida por cerca de 20 mil garimpeiros, torna-se bastante complexa qualquer ação indígena voltada para uma desintrusão efetiva. Não obstante, a mesma pandemia que faz os indígenas promoverem o “isolamento social” propicia condições favoráveis ao desintrusamento, cujos efeitos parecem não apenas estar inibindo os invasores de adentrarem as terras indígenas, mas também criando condições para que, mediante dificuldades operacionais internas às comunidades indígenas, seja possível, o cumprimento dos direitos constitucionais com uma autorização de ações de desintrusão mais vigorosas executadas por forças policiais federais e militares. Esta alternativa consiste numa terceira vertente de desintrusamento das TIs, executada em consonância com as relações de poder.

O grau de organização dos indígenas, com as famílias se revezando nos postos de controle e com equipes monitorando todo o tempo os limites mais frágeis na defesa do território tem facultado uma ação mais incisiva contra os invasores seja através de negociações caso a caso, seja através da ação direta combinada com os órgãos oficiais. Indigenista oficial, ou seja, com atos mais determinados de interditar o acesso ou de promover o despejo. Neste contexto são ensaiadas iniciativas de monitoramento em tempo real de limites e vias de acesso às TIs, reforçando a utilização de GPS, celulares e diversos aplicativos, cujos usos se tornam frequentes nos movimentos indígenas. Com a utilização destes recursos tecnológicos, atrelados à execução de atividades anteriores de mapeamento social de seus territórios, a capacidade mobilizatória dos indígenas aumenta e a eficácia de seus resultados torna-

se mais factível. As técnicas de mapeamento consolidam os procedimentos elementares de monitoramento de limites e da presença de intrusos que utilizam clandestina e ilegalmente os recursos naturais das TIs.

4-Um outro efeito da pandemia concerne à observância de normas relativas aos processos de decisão, definidos em legislação específica, acerca da participação de indígenas. No Alto Solimões (AM), em municípios onde ocorreram eleições recentes para os Conselhos Distritais de Saúde Indígena, tal como em 21 de março de 2020, em São Paulo de Olivença, abrangendo Kambeba, Kokama e Ticuna foram registrados conflitos em torno do controle daqueles mencionados mecanismos com a recusa oficial de reconhecimento em ata do resultado efetivo de eleições para o distrito sanitário. Sublinhe-se que atos semelhantes já estavam ocorrendo desde o ano anterior. A pandemia agravou a desestruturação do sistema de saúde indígena, o qual esteve sob pressão durante todo o ano de 2019 mediante atos governamentais, que extinguiram o Fórum dos Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCondisi) e limitaram o poder “colegiado participativo” dos conselhos distritais e locais de saúde como espaços políticos de participação social e de decisão colegiada⁶²⁶, impelindo os povos indígenas a adotarem postura defensiva e critérios político-organizativos intrínsecos para resistirem aos seus antagonistas. Importa sublinhar os debates acirrados em torno da Lei n.9.836 de 23 de setembro de 1999, que dispõe sobre o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS, e os desdobramentos políticos que buscam desmontar sua “estrutura organizacional”, como o Decreto 9.759, de abril de 2019, que extinguiu o FPCondisi. Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), que são unidades gestoras descentralizadas do SasiSUS,

626. Consulte-se os debates acirrados em torno da Lei n.9.836 de 23 de setembro de 1999, que dispõe sobre o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS, e os desdobramentos políticos que buscam desmontar sua “estrutura organizacional”, como o Decreto 9.759, de abril de 2019, q, atualizado às 12e extinguiu o FPCondisi. Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIS), que são unidades gestoras descentralizadas do SasiSUS, cuja estrutura de atendimento está apoiada em unidades básicas, polos- base e as chamadas Casas de Apoio à Saúde Indígena (Casai), tornaram-se menos autônomos e os conselhos distritais (CONDISI) e locais (CLSI) passaram a ser rigidamente controlados, desrespeitando as decisões colegiadas e de participação ampla. Concomitantemente registram-se ameaças de desmontar o corpo técnico destes DSEIS com afastamento e demissões continuadas de funcionários.

cuja estrutura de atendimento está apoiada em unidades básicas, polos-base e as chamadas Casas de Apoio à Saúde Indígena (Casai), tornaram-se menos autônomos e os conselhos distritais (CONDISI) e locais (CLSI) passaram a ser rigidamente controlados, desrespeitando as decisões colegiadas e de participação ampla. Concomitantemente registram-se ameaças de desmontar o corpo técnico destes DSEIS com afastamento e demissões continuadas de funcionários.

Fortalecendo estas iniciativas indígenas e buscando sintetizá-las a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) elaborou um “Plano de Ação Emergencial e Combate ao Avanço do Coronavírus (COVID-19) entre os Povos Indígenas da Amazônia Brasileira”. Para além destas mobilizações étnicas cabe mencionar que o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), elaboraram recomendações⁶²⁷ ao governo estadual e prefeituras que objetivam complementar outras medidas que já haviam sido indicadas como imprescindíveis para a garantia dos direitos dos povos indígenas, no que concerne à sua proteção face à atual pandemia. Nestes tempos, tal como naquelas situações históricas de “pestes”, “pragas” e “cólera”, os mecanismos de controle social e de dominação política se concentram nos dispositivos vinculados à saúde (pública, privada) e nas agências respectivas, ampliando a dimensão do campo político e concentrando os atos em determinadas agências e mecanismos de controle da saúde, da higiene e da alimentação.

Com as medidas de contenção do Covid-19, montando “barreiras sanitárias” de controle do fluxo de pessoas e efetivando desintrusões, constata-se que as comunidades indígenas estão sendo impelidas a repensar suas

627. O MPF e o MPAC recomendaram ao DSEI Alto Rio Purus e Alto Rio Juruá que procedesse à elaboração e execução de um “Plano de Contingência Distrital para Infecção Humana pelo novo Coronavírus”, realizando a aquisição imediata de testes para o diagnóstico da doença, de kits de oxigênio, de equipamentos de proteção individual (EPI) para os profissionais de saúde e de contratos para viabilizar remoções de emergência nas várias aldeias. Enfatizaram ademais o isolamento dos indígenas em suas aldeias nos casos de suspeita ou confirmação de contágio, bem como a necessidade de controle sanitário da entrada nas terras indígenas e medidas no sentido de promover a retirada de invasores das TTs. (Cf. Facebook de Altino Machado, em 06 de abril de 2020).

relações com os recursos naturais nas TIs. Uma primeira observação, elaborada a partir de contatos por celular e consultando os boletins⁶²⁸ “**Atenção, Txai!**” - da Comissão Pró-Índio do Acre, da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) e da Associação dos Agentes Florestais Indígenas do Acre -, indica que o isolamento das TIs e as consequentes limitações de deslocamento dos indígenas para atos de compra e venda nos centros urbanos, bem como o deslocamento para as aldeias de famílias indígenas que estavam residindo nas cidades, levaram a uma maior dedicação às práticas cotidianas voltadas para o autoconsumo e a uma redefinição do uso da floresta, isto é, dos recursos florestais e hídricos. Os relatos a partir dos contatos permitem ressaltar que, neste final de inverno amazônico, estariam aumentando as áreas destinadas para os cultivos tanto em termos do número de **roças** em terras firmes, quanto ao tamanho destas **roças**. Além disto, a localização delas também estaria se dando “mais para dentro da mata”, levando inclusive à discussão sobre mudanças na posição de unidades residenciais e até de aldeias inteiras. Verifica-se uma propensão dos indígenas de adentrar mais no território, reproduzindo uma prática de outros momentos históricos marcados por epidemias (coqueluche, sarampo, catapora). O antropólogo Txai Terri, no Boletim n.07, narra os significados do “isolamento social” nas TIs, que ele designa de “reclusão”, e suscita uma interpretação positiva desta volta às aldeias

“Quando a pandemia chegou no Acre, os txais de quase todas as terras indígenas, que viviam nas cidades, voltaram para dentro de suas terras, voltaram para suas terras, para suas aldeias e alguns ainda foram fazer casas lá dentro da floresta com medo de serem contaminados por esta doença. Acho que vocês devem ter a memória do tempo das epidemias coqueluche, sarampo, catapora, malária que dizimou muitos de vocês, muitas populações indígenas do Brasil, do Acre. (...) vocês fizeram isto, voltaram para as terras

628. Os **Boletins Atenção, Txai!** são produzidos pela Comissão Pró-Índio do Acre, pela OPIAC e pela Associação dos Agentes Florestais Indígenas do Acre. A CPI-AC está realizando uma campanha pedagógica voltada para os indígenas, denominada de “Fique em Casa”. Consultei principalmente o boletim de n.07, de junho de 2020 intitulado “Txai Terri Aquino fala da importância de cuidar dos idosos nas Aldeias”.

de vocês, para as aldeias. Aqueles que viviam fora voltaram, foram botar seus roçados. Lá na quarentena da aldeia era bem diferente da quarentena na cidade, vocês tinham mais liberdade de colocar roçados de terras firme, roçados de praia (...) isto deu mais ânimo para vocês e vocês fizeram uma reclusão voltando para dentro das aldeias, voltando para dentro da terra indígena.” (Txai Terri, 2020).

A redefinição do uso da floresta estaria fazendo com que os denominados “centros” ou lugares destinados à produção agrícola e extrativa tornem-se também lugares de moradia, mesmo que provisórias? Seria prematuro afirmar que se esboça uma pressão demográfica sobre as terras indígenas, com o retorno de famílias e com a abertura de mais roças e de tamanhos maiores, alterando profundamente os modos de uso dos recursos. Somente um trabalho de pesquisa mais detido e abrangendo o próximo verão poderá propiciar, talvez, meios para uma resposta apropriada a questões desta ordem. Como pano de fundo um pressuposto de que as TIs não consistem em meras continuidades das áreas protegidas ambientalmente (unidades de conservação, resex, flonas, rebio), como usualmente ocorre com aqueles que agrupam sob uma mesma classificação de “áreas protegidas” terras indígenas e unidades de conservação, menosprezando as diferenças. Nas TIs as regras de uso dos recursos naturais são dinâmicas e alteradas segundo condições definidas pelos próprios indígenas em diferentes circunstâncias. A pandemia concorre para que se torne mais diáfana esta distinção num momento em que os movimentos indígenas se fortalecem e se projetam na cena política com mais força e contundência, passando a controlar de maneira mais efetiva os seus próprios territórios.

TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: AÇÕES MUTUALISTAS COMO RELAÇÕES POLÍTICAS

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Eriki Aleixo de Melo

Na terceira parte apresentamos uma iconografia de cartazes *on line* de diferentes modelos: cartazes informativos, cartazes com mensagens solicitando apoio, cartazes de campanhas beneficentes e solidárias. Compõem um conjunto de 40 (quarenta) cartazes enviados para o Projeto Nova Cartografia Social (PNCSAO) entre a segunda semana de março e final de junho de 2020. Este critério balizou o que poderiam ser as escolhas, que praticamente não ocorreram. Cingimo-nos aos cartazes recebidos e apenas a estes. Reconhecemos, entretanto, que nas redes sociais foram veiculadas centenas de cartazes similares e não realizamos uma filtragem capaz de selecionar aqueles que poderiam compor uma coleção passível de análise. Detivemo-nos nestes cartazes produtos de uma interlocução no âmbito do PNCSA e de suas esferas de colaboradores e pesquisadores. Tais mensagens transmitem as demandas básicas das unidades sociais de referência designadas como: povos, comunidades, aldeias, “ranchos”, “ocupação” e famílias. Abrangem agentes sociais que se autodefinem nos cartazes, de maneira explícita, como indígenas, quilombolas, ciganos, pescadores e caiçaras ou comunidade tradicional caiçara. Compreendem diferentes formas de resistência de povos indígenas, quilombolas e ciganos, que buscam na interação com pesquisas universitárias uma relação de solidariedade e de apoio, baseada em confiança mútua pacientemente construída na última década e meia. O PNCSA esteve empenhado na distribuição de cestas básicas e de máscaras para as aldeias e organizações indígenas no perímetro urbano de Manaus, bem como apoiou a divulgação de “rifas beneficentes” e “vaquinhas solidárias”, ampliando a rede de relações sociais. No caso dos Kambeba e Kokama pesquisadores do

PNCSA se empenharam na elaboração de cartas para agências de fomento, que pudessem apoiar monetariamente os esforços dos indígenas nas aldeias localizadas no Alto Solimões. O PNCSA, contudo, embora apoie tais iniciativas, não capta recursos de nenhuma ordem, nem administra ou repassa recursos monetários para comunidades indígenas ou quaisquer outras unidades. Trata-se de um projeto que cinge às atividades acadêmicas e de pesquisa.

Os agentes sociais de referência para os efetivos contatos, ultrapassam a correlação de um para cada unidade social, concernem, pois, a 24 (vinte e quatro) mulheres, 17 homens e 07 (sete) formas associativas indígenas, quais sejam: Conselho Indígena de Roraima (CIR), Associação dos Povos Indígenas Wai Wai Xaary (APIWX), Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA) e Federação Indígena do Povo Kukami-Kukamiria do Brasil, Peru e Colômbia, Associação das Mulheres Indígenas Sateré Mawé (AMISM) e Wotchimancu-Comunidade Indígena Tikuna. Além destas associações tem-se também entidades de apoio que aparecem de maneira explícita nos cartazes, senão vejamos: Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI) e entidades confessionais, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e CÁRITAS.

No caso de indígenas e quilombolas estas formas organizativas são expressas, principalmente, pela vigilância e controle do acesso às suas terras, implementadas pelas próprias comunidades, de maneira autônoma e precedendo a qualquer ação governamental. O tipo de apoio solicitado compreende o que designam nos cartazes de “doações financeiras”. No caso das mulheres indígenas que se apresentam como artesãs vale observar que elas estão oferecendo ou colocando à venda os produtos de seus trabalhos manuais, isto é, não se referem a doações propriamente ditas. Há ainda aquelas situações em que as “mulheres artesãs” efetuam sorteios de seus produtos entre os doadores. Os cartazes são explicativos e descrevem como proceder no que tange a colaborações e doações, inclusive as financeiras, informando agências bancárias e dados sobre contas-correntes e números de telefones para contatos. Há situações que mencionam explicitamente um tipo coletivo

de apoio, que pressupõe relações sociais de reciprocidade tal como participar de uma “vaquinha solidária” ou simplesmente de uma “vakinha” ou ainda de uma de “rifa solidária”. Mobilizam relações de afetividade sem perder de vista a dimensão coletiva e política no enfrentamento à pandemia.

Um outro item desta seção abrange cartazes e breves textos que enunciam as necessidades básicas explicitadas pelas unidades sociais, que compreendem: produtos de limpeza -sabão, detergente líquido -, cestas básicas, máscaras ou tecidos para confecção de máscaras ou ainda fraldas, agasalhos e cobertores). Tais necessidades são explicitadas por redes e comunidades indígenas, comunidades quilombolas e “ranchos ciganos”. Os cartazes, com desenhos, grafismos e ângulos de fotos bastante semelhantes, geralmente focalizam os membros das associações paramentados com seus respectivos artesanatos. As mulheres aparecem com destaque trajando vestes tradicionais e adereços (brincos, colares, pulseiras, cocares) batizados como “biojóias”. Os cartazes descrevem também como proceder no que tange a colaborações e doações, inclusive as financeiras, informando as respectivas agências bancárias e dados sobre contas-correntes e número de telefones para contatos.

Além das várias situações que mencionam explicitamente um tipo coletivo de apoio, que pressupõe relações sociais de reciprocidade, tal como participar de uma “vaquinha” ou de uma de “rifa solidária”, os cartazes contêm ainda menção aos locais onde deverão ser entregues as doações em gêneros alimentícios ou os materiais de limpeza. O endereço físico transmite uma noção operativa materializada num determinado espaço físico, evidenciando que nem tudo é virtual. Em tudo expressam formas organizativas, que designam um “território de resistência”, que idealmente dispõe os indígenas numa posição de autonomia relativa face aos órgãos governamentais. Tal território caracterizado por uma escolha de como se mobilizar autônoma e livremente, sem o controle de mediadores, e por um exercício de liberdade, revela um encontro explícito com sua autodefinição, ou seja, apresentam-se publicamente como se veem ou como querem ser vistos e não como são classifi-

cados pelos atos de Estado. Assim, comunidades indígenas, localizadas em perímetros urbanos, cujos membros tiveram recusado o acesso aos Registros Administrativos de Nascimento Indígena (RANI), mobilizam-se livremente como indígenas coadunados com a consciência de si mesmos e, portanto, afinados com a identidade coletiva designativa de seu povo ou comunidade de pertencimento. Estas terras indígenas localizadas em perímetros urbanos compreendem territórios pluriétnicos Recusam explicitamente a classificação censitária de “pardos” a qual automaticamente os impediria de usufruir de quaisquer direitos aos RANI. As mobilizações conjuntas de agentes sociais de diferentes etnias, tem levado à ruptura com a camisa de força do modelo de etnificação imposto pela sociedade colonial, ao reivindicarem o reconhecimento destes territórios pluriétnicos⁶²⁹. Somente no Parque das Tribos em Manaus, conforme se pode constatar nos cartazes tem-se 35 (trinta e cinco) etnias, enquanto no Livramento os cartazes falam em cinco etnias. As que são explicitadas no repertório de cartazes ora apresentados, correspondentes a diferentes regiões do país, são as seguintes: Kokama, Tikuna, Tukano, Baniwa, Uitoto, Sateré Mawé, Xacriabá, Xetá, Aracaré Parrancó, Tupinambá, Tuxá, Pataxó Hã Hã Hãe, Guarani, Mbyá Guarani, Kaingang, Wai Wai e Karapaña. No caso desta última etnia o cartaz alude a uma vítima do Covid-19 que foi a óbito, o filho, e ao pai, bastante idoso, que resistiu à infecção, após duas internações e requer cuidados. A sua comunidade solicita agora no pós-Covid-19, um apoio em materiais de construção para que possa ser construída uma moradia para ele próxima à aldeia Yupirungá, em Tarumã-açu, uma vez que requer cuidados e uma maior proximidade de centro urbano. O Sr. Manuel Paulino Karapaña é viúvo, mora sozinho e nesta aldeia mencionada encontram-se suas filhas e respectivas unidades familiares, que reivindicam a referida construção. Atualmente a casa do Sr. Manuel Paulino está localizada no Rio Cuieiras, bem mais distante do centro urbano de Manaus.

629. Cf. Almeida, A.W.B. de ; Dourado, S.B.; Serejo Lopes, D.; Silva, E.F. – **Consulta e Participação: a crítica à metáfora da Teia de Aranha**. Manaus. UEA edições. 2013. pp.24, 25.

MANAUS/AMAZONAS (INDÍGENAS)


AJUDE NOSSA LIDERANÇA KARAPÁNA

Com o atual cenário da pandemia no mundo, nós indígenas Karapána, tivemos algumas perdas, perdemos nosso irmão João Cândia da Silva Paulino, conhecedor e especialista em Saberes Tradicionais indígena Karapána. E agora, após vencer o COVID-19, a nossa avó, Manoel Paulino Karapána, necessita de cuidados e reforma de uma casa para ficar próximo do seu povo, aqui na região de Tatumã-Açu, Aldeia Yupirungá, Karapána, Manaus-Amazonas.

Para colaborar aceitamos doações de materiais como cimento, tijolos, areia e telhas, que podem ser entregues no endereço: rua Capibara, nº160, Tatumã-Açu, Aldeia Yupirungá, Manaus-AM, ou contribuição em dinheiro na conta:

Banco do Brasil
 Agência: 1862-7
 N.º conta: 141-4
 Poupança
 Maria Alice da Silva Paulino
 CPF: 688810532-68

(92) 99335-3996 Maria Alice Karapána



COVID-19 COMAUSAM

Ajude

AS ARTESÃS e moradores do bairro

Parque das Tribos

O QUE VOCÊ PODE DOAR?

Sabão
Detergente líquido
Cesta Básica

CONTATO PARA DOAÇÕES

(92) 99370-8333

Resp. Vanda Ortega

Todos os Faltosos recebidos foram: prestação de contas à comunidade

DOAÇÕES FINANCEIRAS

Banco Bradesco - Agência: 3736
 Conta Poupança: 1005313-0
 Vanderleia Ortega dos Santos
 CPF 888.760.232-72

SOBRE O PARQUE DAS TRIBOS

1º bairro indígena de Manaus/AM
 700 famílias beneficiadas
 80% população indígena
 15 etnias
Mulheres maioria que o grupo de preservação dos saberes e conhecimentos em artesanato indígena são mulheres

COMUNIDADE DO LIVRAMENTO

covid-19

AJUDE ÀS ARTESÃS INDÍGENAS E SUAS FAMÍLIAS

Sobre a comunidade:
São 50 famílias e mais de 5 etnias

Zona Rural de Manaus

O que doar?

CESTAS BÁSICAS

SABÃO/DETERGENTE

TECIDOS PARA CONFEÇÃO DE MÁSCARAS

Caixa Econômica
Ag.0020
Operação.013
POUPANÇA: 00299717-8
CPF. 135.481.402-97
Moisés Elias Marques



TODAS AS DOAÇÕES RECEBIDAS TERÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS À COMUNIDADE

COVID-19 MANAUS

COLABORE

FORTALEÇA O COMÉRCIO LOCAL, COMPRA AS MÁSCARAS OU DOE PARA AMISM - ASSOC. DAS MULHERES INDÍGENAS SATERÉ MAWÉ.

BANCO BRADESCO
AG. 3736
CONTA: 0706944-8
SAMELA LORENA V. MARTENINGHI
CPF: 032.725.352-50
CONTATO: 92 8159-2712



**Ajuda
emergencial**

**MAIS DE 400 FAMÍLIAS
INDÍGENAS PRECISAM
DE MEDICAMENTOS NO
PARQUE DAS TRIBOS**

VOCÊ PODE AJUDAR?

PARA DOAR:
Bradesco
Ag. 6019
cc 0004310-9
Vanja Poty Sandes
Gomes Menezes

COVID-19 MANAUSAU

**Ajude
AS ARTESÃS
e moradores do bairro
Parque das Tribos**

O QUE VOCÊ PODE DOAR?

**Sabão
Detergente líquido
Cesta Básica**

CONTATO PARA DOAÇÕES

(92) 99370-8333
Resp. Vanda Ortega

DOAÇÕES FINANCEIRAS

Banco Bradesco - Agência: 3736
Conta Poupança: 1005311-0
Vanderleia Ortega dos Santos
CPF: 888.780.232-72

Todas as doações recebidas serão
prestadas de contas à comunidade

SOBRE O PARQUE DAS TRIBOS

1º bairro - bairro de ManausAM
700 famílias residentes
80% moradores indígenas
35 famílias
Mulheres - maioria sem a renda de
subsistência durante o quarentena não
conseguem sustentar suas famílias

AMAZONAS (INDÍGENAS)

SOLIDARIEDADE / PESSOAS / SAÚDE / CARIDADE


Ajude o Povo Kokama

ID da vaquinha: 1050471



Federação Indígena do Povo Kukami-Kukamiria do Brasil, Peru e Colômbia
Tabatinga / AM

vaka.me/1050471



COVID-19 MANAUS/AM

Ajude comunidade indígena TIKUNA

WITCHIMAUU

A comunidade indígena Witchimaúu existe há 25 anos em Manaus, e juridicamente como Associação Comunidade Witchimajucú - ACW, em 18 anos tem funcionando na luta para melhoria de vida dos povos Tikuna que residem em Manaus. Um dos principais objetivos da comunidade é a proteção da revitalização da língua Tikuna, confecção de artesanato, produção gráfica e saúde indígena Witchimaúu. São 80 famílias e 300 indígenas Tikuna, somando as famílias que moram na comunidade e as demais famílias moradoras em outros bairros na periferia de Manaus.

CESTA BÁSICA
Produtos de Limpeza

CONTA PARA DOAÇÕES
(92) 99376-9106
Resp. Denise Santana

DOAÇÕES FINANCEIRAS
Conta Corrente - Agência: 1300
Conta Poupança: 013 0006712-0
Denise Santana de Souza
CPF 310.915.822-00

Trabalha e se desloca em várias feiras para ajudar doadores a compreenderem
Rua São Salvador, N°1101, Cidade de Deus, CEP: 69099-241, Manaus, AM.

APOIO AOS INDÍGENAS DE ITACATIARA-MIRIM ALTO RIO NEGRO



ITACATIARA-MIRIM FICA LOCALIZADA NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM. MORAM 35 FAMÍLIAS, TOTALIZANDO 150 PESSOAS DE DIFERENTES ETNIAS. VIVEM DOS ALIMENTOS TRADICIONAIS E VENDA DE ARTESANATOS. NA PANDEMIA ESTÃO COM DIFICULDADES DE DESENVOLVEREM SUAS ATIVIDADES E POR ISSO PEDIMOS SUA COLABORAÇÃO.

21 DE MAIO À 06 DE JUNHO

COLABORAÇÃO CONSCIENTE

BANCO: BRADESCO

AG: 3914-1 CC

CONTA: 4120-3

MOISES LUIZ DA SILVA

CPF: 869.316.362-00



[HTTPS://BIT.LY/DONAMAZONIA](https://bit.ly/donamazonia)

COMBATE

AO COVID-19 E A FOME

A large group of indigenous people in a forest, with a circular inset showing a person sitting on a log. The background is a dense forest with sunlight filtering through the trees.

NA AMAZÔNIA

PRECISAMOS DA SUA DOAÇÃO PARA AJUDAR AS FAMÍLIAS VULNERÁVEIS

RORAIMA/PARÁ (INDÍGENAS)



CAMPANHA

O CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA ESTÁ ARRECADANDO KITS DE EPIE (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL), MATERIAIS DE HIGIENE, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS COMUNIDADES INDÍGENAS, NO COMBATE A CORONAVÍRUS. AS DOAÇÕES PODEM SER FEITAS NA SEDE DO CIR LOCALIZADO, NA AVENIDA SEBASTIÃO DINIZ, 29 SO, SÃO VICENTE.

CONTATO: 99400-8300 (ASCOM/ CIR)

DEPÓSITO DE TRANSFERÊNCIA PARA O CIR:
BANCO DO BRASIL
AGÊNCIA: 2917-4 CONTA: 8.190-1
CNPJ: 34.867.578/0001-76

REALIZAÇÃO: 



**MENSAGEM DO TUXAUA ZAKARIAS WAIWAI
DA COMUNIDADE INDÍGENA XAARY**

**Ajudem com recurso financeiro (compra de medicamentos)
para o povo WaiWai que está com muitas pessoas doentes
(Covid 19) na comunidade Xaary. Contamos com apoio de
você.**

Banco da Amazônia
Agência - 095
Conta- 095071080-6
ASSOCIAÇÃO DOS POVOS
INDÍGENA WAI WAI XAARY
CNPJ. 11.430.383/0001-54



SOLIDARIEDADE / PESSOAS / SAÚDE / CARIDADE

Vamos Ajudar os Parentes Indígenas do Baixo Tapajós

ID da vaquinha: 1007920



CITA-Conselho Indígena Tapapajós Arapiuns
Santarém / PA.

vaka.me/1007920

Facebook, WhatsApp, Twitter icons

\$ Contribuir

PARÁ (QUILOMBO)



AJUDE A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ABACATAL

Nesse momento de profundas dificuldades de sobrevivência e acesso ao tratamento do Covid-19, a situação se agrava nas Comunidades Quilombolas que são desassistidas pelo Estado. O contágio já chegou às comunidades que lutam para manterem suas famílias com atividades de subsistência, porém, as necessidades são grandiosas. Assim, se você puder, ajude a Comunidade Quilombola de Abacatal em Ananindeua-Pará.

COMO? Doando cesta básica ou valor de uma na seguinte conta:

VANUZA CARDOSO
Banco do Brasil
Agência: 1436-2
C/C: 65.092-7

CONTATOS:
Vanuza 991121689
Joana 993032410

RIO GRANDE DO SUL (INDÍGENA)

AÇÃO DE APOIO ÀS COMUNIDADES MBYÁ GUARANI DO RS

R\$10

Sorteio 31/05
@ceicoletivoindigena 



- **Pagamento** diretamente na conta das lideranças indígenas.
- **Prêmios**: Uma festa na caixa + brinde, dois bonecos artesanais e uma bolsa artesanal.



CONTAS PARA DEPÓSITO

Envie um email **3/3** a urgenciaindigena@tutanota.com com o número escolhido juntamente com o comprovante de depósito.

- **Números 501 até 600**: Água Grande. Banco: CAIXA / Agência: 0480 / Conta: 25894-7 / Eduardo Timóteo. CPF: 015.535.060-90
- **Números 601 até 700**: Pacheca. Banco: CAIXA / Agência: 0460 / Conta: 00034249-5 / Operador: 013 / Marcos Fernandes. CPF: 828.213.560-72
- **Números 701 até 800**: Tekoa Guajayvi Poty. Banco: Santander / Agência: 1062 / Conta: 01006430-1 / Lourenço Banites. CPF: 840.246.070-49
- **Números 801 até 900**: Tekoa Guapoy. Banco: CAIXA / Agência: 2283 / Conta poupança: 18200-9 / Operador: 13 / Euzébio Fernandes. CPF: 038.933.550-90
- **Números 901 até 940**: Tekoa Pindó Mirim. Banco: Santander / Agência: 1742 / Conta corrente: 01-008267-2 / Valdeci Xuxa Moreira. CPF: 013.319.680-11
- **Números 941 até 1000**: Tekoa Nhundy Estiva. Banco: Banco do Brasil / Agência: 1899-6 / Conta corrente: 55.872-9 / Leonildo Gomes Da Silva. CPF: 034.725.610-41

CONTAS PARA DEPÓSITO

2/3

- **Números 1 até 100:** Tekoá Banco do Brasil - Ag: 4401-06 / Conta: 9484-6 / Santiago Franco CPF: 000.308.090-02
- **Números 101 até 200:** Retomada Terra de Areia Banco do Brasil - Ag: 8302-X / Conta corrente: 722-6 / Leonardo Barbosa CPF: 875.848.240-72
- **Números 201 até 300:** Tekoá Anhetengua Banco: CAIXA / Ag: 0430 / Conta Cor: 00059213-3 / Operador: 001 / José Cirilo Morinico CPF: 001.204.410-55
- **Números 301 até 400:** Tekoá Jataity, Banco do Brasil- Ag: 0628-9 / Conta Corrente: 55.275-5/ Claudia G Silva CPF: 872.075.400-00
- **Números 401 até 500:** Retomada de Maquiné Banco: CAIXA / Agência: 0491 / Conta: 22576-5 / Operador: 013 / André Benites CPF: 007.930.760-48

Envie um email para **urgenciaindigena@tutanota.com** com o número escolhido juntamente com o comprovante de depósito.

Tekoa Yvy Poty Barra do Ribeiro/RS

COLABORE COM A ALDEIA YVY POTY

A COMUNIDADE DA ALDEIA GUARANI MIBYÁ LOCALIZADA NA CIDADE DA BARRA DO RIBEIRO ESTÁ EM ISOLAMENTO DEVIDO A PANDEIA DO COVID-19. IMPOSSIBILITADA DE DESLOCAMENTO PARA A VENDA DE ARTESANATO, NECESSITA DE APOIO PARA COMPRAR ALIMENTOS.

SANTIAGO FRANCO
CPF: 000.308.090-02
AGÊNCIA: 4401-06
CONTA: 9.484-6
BANCO DO BRASIL



RIFA SOLIDÁRIA
 REJAHE KAINGANG - TERRA INDÍGENA NONOAI, RR

OPÇÕES DE PRÊMIO:

- UM COCAR
- BANHO DE PURIFICAÇÃO
- BANHO DE ATRAÇÃO

VALOR DE TROCA:
 DOAÇÃO ESPONTÂNEA
 QUANTO MAIS AJUDA É BEM VINDA!





17  redeindigenapoa

Doação de:

- > fraldas p, m, g
- >> alimentos
- >>> agasalhos
- >>>> cobertores

Ponto de Referência e Coleta
Ocupação Baronesa:
Rua Comendador Bastista,
26 - Bairro Cidade Baixa
Contato: 51 984913118 - Alice




17  redeindigenapoa

Aldeias de Pelotas, Canguçu e Cristal/RS

Seja solidário!
"ADOTE" UMA FAMÍLIA
INDÍGENA

VOCÊ PODE AJUDAR?
CONTRIBUA COM R\$80 REAIS MENSAIS
E AJUDE A GARANTIR A SEGURANÇA
ALIMENTAR E SANITÁRIA DAS
FAMÍLIAS INDÍGENAS DO RS DURANTE
O PERÍODO DE QUARENTENA.

CONTA PARA DEPÓSITO:

AG: 0475/ C: 06.026846.0-7 | BANRISUL

CNPJ: 92.238.138/0036-71



APOIO:



EMATER/RS



2/3

Doação de:

> fraldas p, m, g

>> alimentos

>>> agasalhos

>>>> cobertores

Ponto de Referência e Coleta

Ocupação Baronesa:

Rua Comendador Bastista,

26 - Bairro Cidade Baixa

Contato: 51 984913118 - Alice



T.I. Mato Preto Erebango/RS

Solidariedade a terra indígena mato preto em erebango RS! Onde vive 21 famílias mbya vivendo em 4 hectares de terra. Pedimos ajuda de qualquer valor para manter a educação neste modo de vida, mantendo o respeito!

contato: 0477 op:013 c
onta:00006841-8

ALAGOAS/BAHIA (INDÍGENAS)

SOLIDARIEDADE / PESSOAS / SAÚDE / CARIDADE

Vaquinha para ajudar os índios Aracaré Parrancó

ID da vaquinha: 1039301



foto: @elma_fuina

1/6

**OS POVOS
INDÍGENAS DA
BAHIA PRECISAM
DE SUA AJUDA!**

Ação solidária conjunta:

   **ANAI** 

@kunhaase @pineb_ufba @anai_associaçaoindigenista @delas_para_todxs

SÃO PAULO/MINAS GERAIS (INDÍGENAS E CAIÇARAS)

SOLIDARIEDADE / PESSOAS / SAÚDE / CARIDADE

Segurança Alimentar Para As Aldeias do Vale do Ribeira SP

ID da vaquinha: 1029494



VAQUINHA / OUTROS / DINHEIRO

Solidariedade em prol dos moradores Guaraú-Una-Peruibe-Jureia

ID da vaquinha: 957852



Adriana de Souza de Lima
Peruibe / SP

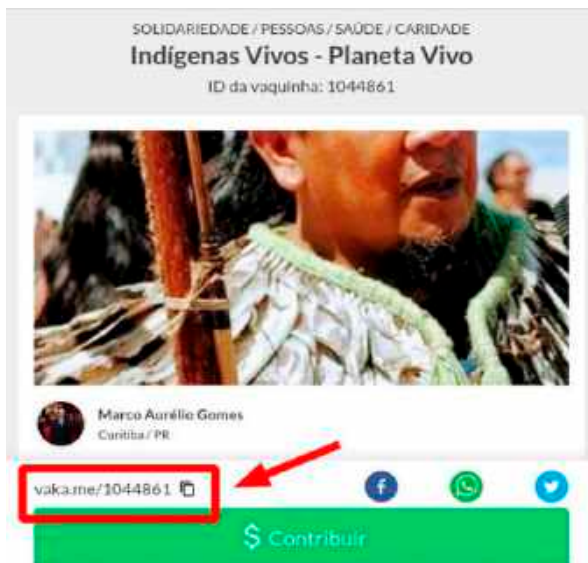
vaka.me/957852 



 Contribuir



PARANÁ (INDÍGENAS)



SOLIDARIEDADE / PESSOAS / SAÚDE / CARIDADE

Auxílio Alimentação e Saúde do Povo Xetá devido ao COVID-19.

ID da vaquinha: 965412



André da Silva
São Jerônimo da Serra / PR

vaka.me/965412

Facebook WhatsApp Twitter

Contribuir

REDE INDÍGENA PORTO ALEGRE

VAQUINHA VIA DOAÇÃO LEGAL

Realização



Adoção

HTTPS://DOA.LA/REDEINDIGENA

Ponto de Referência: Ocupação Baronesa
Endereço: Travessa Comendador Batista n. 26
Cidade Baixa, Porto Alegre



foto: Katic Manfrot

PARAÍBA (RANCHOS CIGANOS E PESCADORES)



SOUSA

Rancho de cima

**Marcilânia Gomes
Alcântara Figueiredo**
Contato: (83) 99195-0660
Banco Bradesco
Agência: 1594
Conta: 16056-0

Maria Samara Soares Manguiera
Contato: (88) 99584-4122
Caixa Econômica Federal
Agência: 0558
Operação: 013
Conta: 00015845-9

Rancho de baixo

**Sidney Cigano
Francisco Reis Maia**
Contato: (88) 98140-2865
Caixa Econômica Federal
Agência: 0558
Operação: 013
Conta: 00038183-3



Rancho em Mamanguape-PB

Evandro Calon - Evandro Pereira da Silva
Contato: (83) 98682-4983
Caixa Econômica Federal
Agência: 0044
Operação: 013
Conta: 00084333-6



Rancho em Condado-PB

Maria Jane Soares Targino Cavalcanti

Contato: (83) 99667-3457
Banco do Brasil
Agência: 0151-1
Operação: 51
Conta: 7231-1



QUEM TÁ COM FOME TEM PRESSA!



**Comunidade Frei
Damião - Valentina
de Figueiredo. Está
precisando de ajuda
com alimentos!**

Rua Estudante
Júnior
Henrique de Farias,
125

Contatos: 83.987029663 (Malva) e
83.986705537 (Ednaldo/Negão
pescador)

Este elenco de práticas e reivindicações, objetivadas em associações ou formas político-organizativas, compreendem uma disposição dos indígenas de afirmação identitária e de exercer a liberdade de escolha em torno de uma mobilização que nega a passividade, tal como sublinhada pelos classificadores oficiais, e externa, de maneira pública, os meios de construção social da sua própria existência coletiva. As formas mutualistas ou de ajuda mútua aqui mencionadas sob o significado de “solidariedade” nada tem de atividades pré-políticas, em virtude da ausência de agremiações partidárias

ou da explicitação de um ideário político. O próprio termo “caridade”, que aparece num dos cartazes, não explicita qualquer endosso de ações filantrópicas e religiosas, antes externa solidariedade política. Os cartazes consistem nesta ordem numa politização das relações sociais envolvidas em modalidades de ajuda mútua. O auxílio-mútuo comporta uma relação

política, de resistência. Estamos diante, portanto, de modalidades político-organizativas numa situação de excepcionalidade, que colocam sua expressão identitária na cena política considerada legítima através de pressões dos biopoderes locais, que as comprimem de modo rígido entre as decisões de viver ou morrer.

TERRITÓRIO DO DESCARTE

ROTEIRO PARA ENCONTRAR FUTUROS TERRITÓRIOS

Ilka Boaventura Leite⁶¹⁷

Ilha de Santa Catarina 20 de julho de 2020

O script da subnotificação

Só hoje, dia vinte de julho de dois mil e vinte, temos oficialmente oitenta mil pessoas que desapareceram, silenciadas em meio a essa tragédia brasileira de proporções nunca vistas; antes mesmo do vírus desembarcar por essas terras, o ex-deputado, hoje presidente, chegou a anunciar que teríamos que “fazer uma guerra pra matar no mínimo trinta mil”. Outras fontes mais detalhistas e capciosas calculam muito mais de cem mil. A subnotificação pode chegar a dez vezes mais.

O querido amigo Alfredo Wagner, no ímpeto de transformar essa crise em textos, letras vivas que testemunham o que se passa no país, digita de madrugada: “Ilka, já que você não pode mandar um artigo, mande uma frase, se possível, para o livro pandemia e território. Pra ontem.” Pois então vai aqui a tal frase.

Pandemia, o nome já diz, múltiplas dimensões de um evento que se espalha em todas as direções de vida: biológica, econômica, política, geográfica e sócio-cultural. Nesse quadro dramático de proporções globais, mas com muitas particularidades em nosso país, teríamos que nos dispor a uma tarefa maior, ou seja, reconceitualizar território para, talvez, falar de seus tantos significados. Do liso ao estriado, de Deleuze; da biopolítica de Foucault; do estado de exceção de Agamben; dos campos e entre campos

617. NUER/UFSC

de Gilroy; da necropolítica de Mbembe e por tantos caminhos, iríamos bem longe, num esforço de juntar tantas ferramentas, peças e moldes para o grande quebra-cabeça desse pesadelo contemporâneo. E somente nele, quem sabe, vislumbrar um entendimento mínimo de um cenário nebuloso e complexo, que nos exige muito além da própria e incerta vida, nos arranca a possibilidade até de imaginar, nos impõe apenas resistir e reinventar a cada dia e hora, novas estratégias de sobre-estar-pensar- existir.

Decorridos todos esses meses, somente cinco por cento destinado ao combate da pandemia foi efetivamente gasto pelo governo. Há quem pense em somente economizar, faturar, acumular! Enquanto isso, o país volta rapidamente ao mapa da fome, do adoecimento. E esses casos nem estão contabilizados, ampliando mais e mais a tal subnotificação. O ato intencional de incitar, não cuidar e principalmente da não-ação, leva ao genocídio, com participação direta dos recentemente inscritos nos quadros de remuneração extra do Estado. E' mais um fato escancarado, descrito por toda a mídia, de ponta a ponta.

Ângulos e miradas de territórios

Na devastação do vírus e mediante o isolamento social, esse mundo aparece somente através de um quadrado, uma janela ou uma tela virtual, apesar de nossas tentativas de apreendê-lo sob outras formas, ângulos, em outras miradas e enquadres. Trata-se, portanto, de um território distinto, novo, que desponta e a ser apreendido e delineado, a princípio, em um ângulo meio obtuso, resultante de um contato humano precário, que se estilhaça, esmorece e se desfaz em quadros disformes, nem abertura ou janela, um vão que mais parece um abismo profundo, onde caímos no nada que nos encerra, nos aprisiona para a devoração. Não que seja antropofágica, mas, sobretudo epidêmica, inoculável e diatópica.

Ontem, quando descia muito cautelosa as escadas do meu edifício para ir ao depósito de lixo, avistei um vizinho no segundo andar, parado na porta de seu apartamento. Assim que ele me viu, entrou correndo e fechou rapidamente a porta. Antes, ele me dava bom dia e boa noite e até esboçava um sorriso, conversava sobre os problemas do condomínio. Essa cena é exemplo de que a fronteira redesenhada pelo vírus abrange lugares novos, antes inimagináveis. Um lugar interpessoal se esboça. E o papel da vizinhança mudou, agora sou considerada uma ameaça, um perigo, um ser que causa nojo, um dejetos para pessoas que antes me viam como alguém inserida na rede de solidariedade do edifício. Não tenho dúvida de que isso é classe média, a potência do individualismo. Outros grupos sociais, muito mais atingidos economicamente, socialmente, podem agir de outro modo. As notícias dão conta de que, por vezes, ocorre até o contrário; pode existir mais compaixão, pode haver certa ampliação das redes solidárias perante o abandono, a desinformação e a criminalização do poder público. Como pensar esses territórios tão distintos da pandemia?

Estou trazendo meu exemplo por que não acho pertinente falar sobre situações distantes ou criar painéis gerais e colocar em minha boca a fala recortada dos que vivem esse momento em condições muito mais difíceis do que eu. Há um eminente risco de minimização da dor de alguém, não ousar tentar qualquer análise social de um povo ou uma comunidade sem um viver no efetivo convívio.

Uma das duras lições da pandemia é distância etnográfica e teórica, pois as atuais condições desafiam todos os velhos paradigmas nas Ciências Sociais - incluindo até os conceitos possíveis anteriormente mencionados. Perante um fenômeno de tão difícil comparação, precisamos nos debruçar com atenção, distanciamento e acuidade para tentar compreender, interpretar e não apenas cumprir as metas acadêmicas.

O que o vírus não vê o Estado vê

As inúmeras falas públicas fazem um coro em alto e bom som sobre os territórios de maior contaminação, onde o abandono de ações preventivas e de cuidado fazem par com a repressão policial, a criminalização e o saque: são mais citados os povos territórios e os povos indígenas, quilombolas e vulneráveis em geral, pessoas com prejuízo físico e vulneráveis, comunidades lgbtqi+, moradores de rua, entre outros/as. Tudo indica que são esses os grupos visibilizados e mais atingidos pela crise e pela letalidade.

Os debates públicos, em maioria e em melhor consciência, afirmam peremptoriamente que já estamos no epicentro de um furacão de necrofilia, de morte proposital por abandono e em larga escala. Estatísticas apontam que a maior parte das vítimas contabilizadas é composta por pessoas negras e em segundo lugar pessoas indígenas. Os ataques diários do governo contra esses visibilizados pelo ataque oficial escandaliza o mundo. Isso parece longe de acabar pois a cada instante aparecem mais ataques, mais direitos suprimidos e desproteção dos vulneráveis. Aparece também mais mentiras, mais charlatanismo obscuro, mais e mais crueldade para encobrir a predação, os diversos tipos de saques, a corrupção, a irresponsabilidade, as ações armadas para ameaçar e chantagear. Tratam-se de crimes mais do que organizados contra pessoas, grupos, classes e até contra a nação. Quem poderá deter esse rasgo de dor?

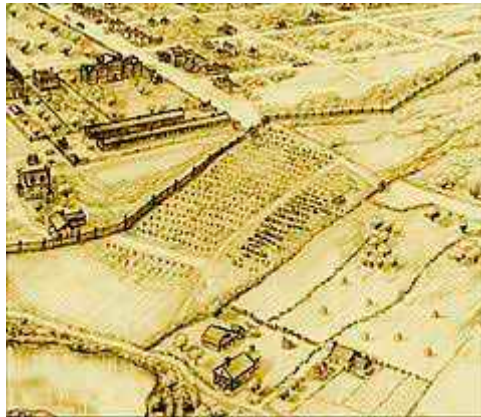
O território da pandemia é o percurso que o vírus está delineando na geografia das aldeias, das comunidades, das cidades, do país e do mundo. Enquanto o vírus não vê raça, classe e etnia, o Estado vê. Esse território oficial vai sendo formado por covas abertas, não somente para os corpos, pois estas não são suficientes para dimensionar o tamanho da dor e das perdas de todos nós, os sobreviventes. É nesse novo território de sofrimento e morte que vai desaparecendo bibliotecas humanas inteiras, memórias,

línguas, conhecimentos, culturas. Algumas vidas resistem, prosseguem.

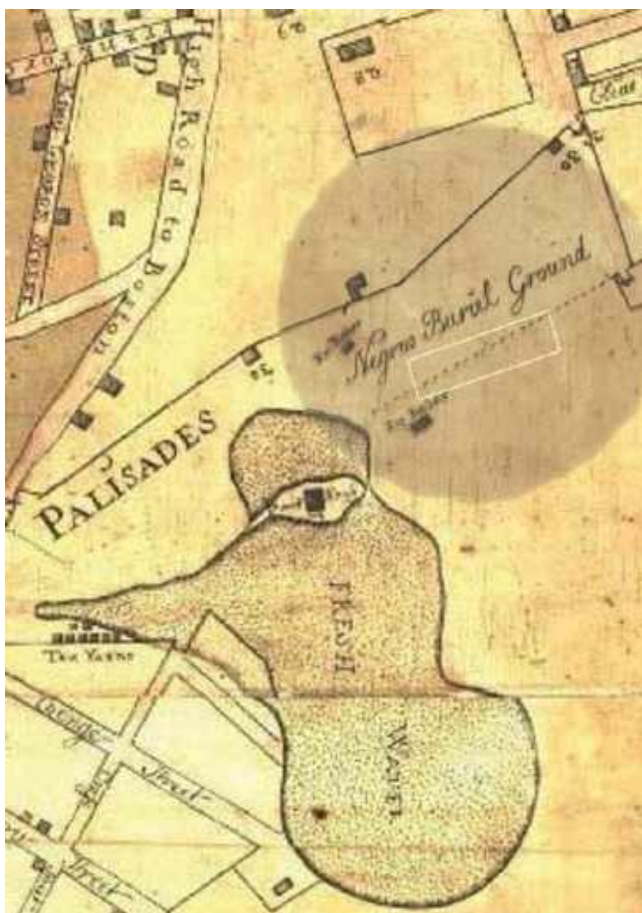
Daí porque não podemos falar em território nos termos já existentes, precisamos reformular as ferramentas de análise, os conceitos e as teorias para dar conta desses novos eventos e seus significados.

Os “african burials”: territórios de descarte

No coração de Wall Street em Manhattan, New York, o African Burial Ground National Monument, foi constituído de um grande achado: uma gigantesca cova aberta nos primeiros anos do século XVIII em que foram atirados os corpos de centenas de africanos e africanas, que dá sumiço ao morticínio produzido nas circunstâncias diversas do tráfico, escravização e comércio humano nas Américas. Descartados como dejetos, hoje é a memória das diásporas africanas.



O “Cemitério de Negros” perto de Collect Pond mapa do final da década de 1700



Seção do mapa de Maerschalk de 1754, o Negro Burial Ground

Esses territórios do descarte integram uma arqueologia própria do desprezo pelas vidas negras. Reabilitados para o perdão e a consciência dos vivos. São estes os mapas da territorialização dos que só se tornam visíveis através da segregação, do racismo, do mais profundo ódio de classe. Transformados em espécies de sambaquis, essas covas formam a massa territorial, o acúmulo, de resíduos humanos, resquícios, sedimentados, de corpos e utensílios centenários correspondentes a milhares de vidas que

foram dizimadas pela guerra de exploração colonial, guerra inacabada. No Rio de Janeiro, no antigo cais do Valongo, um cemitério de escravos funcionou entre 1769 e 1830 e recentemente passou a constituir um memorial chamado Cemitério dos Pretos Novos.

Esses grandes buracos na terra, espécies de territórios de descarte humano, já recomeçam a se desenhar em todos os lugares do planeta. A montanha de corpos amontoados pela pandemia se inscreve numa ecogeografia dos lugares reterritorializados pelo descarte.

Recentemente famílias Yanomami denunciaram o sumiço dos corpos das crianças Sanoma mortas pela covid 19. Os bebês indígenas mortos, tratados em Boa Vista/Roraima como dejetos, foram despejados em covas desse tipo, verdadeiros lixões de gente. Nesse caso, excepcionalmente, esses bebês foram heroicamente resgatados pelas mães para serem sepultados em funerais próprios na aldeia. Mas não tem sido sempre assim, a maioria é apenas e somente material de descarte.

Foi justamente quando descia as escadas do meu edifício que percebi que há corpos que são mais descartáveis do que outros, a condição desigual que não iguala esses cem mil ou mais, hoje números que conformam uma epifania - a do território de séculos atrás - e os que virão, o território futuro.

Essas covas, certamente, irão mais tarde serem alvo de grandes homenagens aos sem lenço e sem documento. E convertidos em futuros territórios da pandemia.

